Investimentos
Juros altos por mais tempo desestimulam a migração da renda fixa para as ações, afirma Nicole Inui, do HSBC C2

Legado positivo
Mais produtividade e menos desemprego são os maiores benefícios da educação profissional no longo prazo A10

Alerta no Cannes Lions
Nobel da Paz, a jornalista filipina Maria Ressa advertiu sobre o impacto da desinformação B7

Sábado, domingo e segunda-feira, 22, 23 e 24 de junho de 2024
Ano 25 | Número 6028 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Hoje a Gafisa celebra um marco extraordinário:
70 anos de história

Há setenta anos a Gafisa iniciou a sua história com um propósito: redefinir o conceito da incorporação e construção do país mantendo-se na vanguarda do design, da excelência e da qualidade.

Fundada em 1954 no Rio de Janeiro, tornou-se uma das maiores referências do mercado imobiliário. Desde então a Gafisa soma mais de 1.200 empreendimentos entregues e mais de 16 milhões de m² construídos, além da formação de milhares de profissionais que buscam incansavelmente a excelência em seus projetos.

À medida que a Gafisa celebra os seus 70 anos de história, também reforça o seu compromisso em continuar inspirando e encantando por meio de projetos protagonistas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

A Gafisa está construindo este importante capítulo da história com muito respeito a todo o passado e segue olhando para o futuro com a mesma paixão e dedicação que a impulsionou desde o início e agradece cada um de seus clientes por fazerem parte dessa trajetória.

Investimentos Juros altos por mais tempo desestimulam a migração da renda fixa para as ações, afirma Nicole Inui, do HSBC C2

Legado positivo Mais produtividade e menos desemprego são os maiores benefícios da educação profissional no longo prazo A10

Alerta no Cannes Lions Nobel da Paz, a jornalista filipina Maria Ressa advertiu sobre o impacto da desinformação B7

Sábado, domingo e segunda-feira, 22, 23 e 24 de junho de 2024
Ano 25 | Número 6028 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

25 ANOS

LEO MARTINS/AGÊNCIA O GLOBO

Pedro Malan: a esmagadora maioria da população percebe que a preservação da inflação sob controle é a preservação do poder de compra

Malan: força do Real foi aceitação popular

Lu Aiko Otta
De Brasília

A estabilização de preços proporcionada pelo Plano Real foi apenas um primeiro passo de um projeto de transformação da economia brasileira, disse, em entrevista ao **Valor**, o ex-ministro da Fazenda Pedro Malan, que comandou a área econômica do governo nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Depois de controlar a inflação, havia toda uma agenda de reformas econômicas a ser implementada, muitas das quais ainda estão sobre a mesa, como a estrutura das despesas obrigatórias do governo federal.

Para Malan, a força do Real, que completa três décadas neste ano, está em seu sucesso e na aceitação que teve por parte da população. "Vem do fato de que a esmagadora maioria da população brasileira hoje percebe que a preservação da inflação sob controle é a preservação do poder de compra do salário do trabalhador brasileiro", afirmou ele. "Eu acho que criou raízes entre nós a ideia de que qualquer governante que tenha uma atitude excessivamente leniente, complacente, descuidado com a inflação será punido nas urnas." **Página A4**

Brasil fica para trás no ranking de oferta de ações entre emergentes

Mercado de capitais Operações somam US$ 2,1 bilhões no ano; país fica em 7º, em lista liderada por Índia e China

Fernanda Guimarães
De São Paulo

Com o ritmo fraco no mercado de renda variável neste ano, o Brasil perdeu posições no ranking de oferta de ações entre países emergentes. No acumulado até meados de junho, essas operações movimentaram US$ 2,1 bilhões no país, considerando também as vendas em blocos (os "block trades"). Com esse volume, o Brasil fica na sétima colocação entre emergentes. A lista é liderada pela Índia, com US$ 21,5 bilhões, seguida pela China, com US$ 19,7 bilhões. Em 2023, ano que já foi fraco, o Brasil ocupava a terceira posição, com um volume de ofertas de ações de US$ 9,5 bilhões de janeiro a dezembro. A liderança ficou com a China.

O país está perto de completar três anos sem nenhuma estreia na bolsa local, algo não visto em ao menos três décadas. No mercado, a avaliação dominante é que as ofertas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês) serão retomadas apenas em 2025.

Segundo especialistas, a volatilidade do mercado brasileiro e a falta de visibilidade em relação à saúde fiscal do país têm ajudado a manter elevada a aversão ao risco, algo que tem até mesmo afastado as ofertas subsequentes de ações, de empresas já listadas. Não há nenhuma operação desse tipo no país há cerca de dois meses.

No começo de 2023, depois da eclosão do escândalo da Americanas, o mercado ficou travado para ofertas subsequentes por dois meses, mas reabriu no segundo trimestre, quando empresas com necessidade de capital voltaram a atrair investidores. Agora, porém, a aversão ao risco tem feito companhias que precisam de ajuste em seus balanços optar por aumentos de capital privados. A única oferta de peso esperada para o ano é a privatização da Sabesp, com potencial de movimentar mais de R$ 15 bilhões. A operação, contudo, deverá trazer um investidor estratégico, que comprará parte significativa das ações. A transação vem sendo desenhada com cuidado para driblar a volatilidade. Se a dinâmica for positiva, a expectativa é de melhora do setor no segundo semestre. **Página C3**

Compromisso com regra fiscal precisa ser do governo todo, afirma Mansueto

Marta Watanabe e Anaïs Fernandes
De São Paulo

Para o ex-secretário do Tesouro Mansueto Almeida, a melhora do cenário fiscal passa pela sinalização de que o teto de crescimento do gasto do arcabouço, de 2,5% acima da inflação, será respeitado, além da adoção de medidas para desacelerar a despesa. "Tem de mostrar que há compromisso não só da equipe econômica com a regra fiscal. Está faltando essa mensagem", diz Mansueto, economista-chefe do BTG Pactual. Ele prevê déficits primários no mandato do presidente Lula de 0,5% a 1% do PIB, com a dívida bruta em 82% do PIB em 2026 — em abril, era de 76% do PIB. "É ruim, mas não é cenário de crise fiscal." **Página A18**

Relator da LDO aprova desvinculações

Julia Lindner, Caetano Tonet e Fernando Exman
De Brasília

Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025, o senador Confúcio Moura (MBD-TO) indica ser favorável a incluir no seu texto alguma forma de discussão sobre as desvinculações dos pisos constitucionais da saúde e educação. Além disso, ele demonstra alinhamento à sua correligionária e ministra do Planejamento, Simone Tebet, em relação a alterações em benefícios temporários.

Moura, que se prepara para ser recebido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, diz que perguntará ao chefe da equipe econômica se ele não quer aproveitar o seu relatório, que deve ser apresentado em breve, para dar um "beliscão" nas vinculações de gastos no Orçamento.

O relator da LDO afirma também que o governo enfrentará dificuldades no Congresso para rever subsídios, discussão colocada no âmbito da revisão de gastos orçamentários diante da pressão da sociedade para que o setor público corte despesas. Moura confirma ainda que pretende manter o valor das emendas parlamentares em cerca de R$ 50 bilhões, acima do previsto pelo governo, mas rejeita a possibilidade de tornar as emendas de comissão impositivas. **Página A14**

Destaque

Pedido para a OAB
Um grupo de escritórios de advocacia brasileiros se uniu para pedir que o Conselho Federal da OAB proponha uma ação civil pública na Justiça contra o britânico Pogust Goodhead e seus parceiros por violações ao Estatuto da Advocacia. As bancas são Machado Meyer, Mattos Filho, BMA, Sérgio Bermudes e ALNPP. O Pogust atua em processos como as ações coletivas contra o Grupo BHP e subsidiárias da Vale no exterior. **E1**

Indicadores

Indicador	Data	Valor	
Ibovespa	21/jun/24	0,74 %	R$ 54,7 bi
Selic (meta)	21/jun/24	10,50% ao ano	
Selic (taxa efetiva)	21/jun/24	10,40% ao ano	
Dólar comercial (BC)	21/jun/24	5,4410/5,4416	
Dólar comercial (mercado)	21/jun/24	5,4404/5,4410	
Dólar turismo (mercado)	21/jun/24	5,4771/5,6571	
Euro comercial (BC)	21/jun/24	5,8170/5,8198	
Euro comercial (mercado)	21/jun/24	5,8165/5,8171	
Euro turismo (mercado)	21/jun/24	5,8801/6,0601	

Restaurantes apostam em venda direta

Helena Benfica
De São Paulo

Os restaurantes têm investido nos seus próprios canais de atendimento para se aproximar do consumidor, e a estratégia tem dado resultado. O número de pedidos feitos diretamente nos restaurantes, por meio de site e aplicativo próprios, telefone ou WhatsApp, aumentou 11 pontos percentuais no primeiro trimestre deste ano ante o mesmo período de 2023, sendo responsáveis por 60% dos pedidos de delivery, de acordo com dados da Kantar.

"O aplicativo é uma grande ferramenta de relacionamento que permite conhecer CPF por CPF, entender o consumo de cada cliente e poder inovar em cima disso", diz Benny Goldenberg, que, ao lado da chefe Paola Carosella, administra o La Guapa. **Página B3**

CBN Professional

GABRIEL REIS/VALOR

No comando da Diageo, que tem marcas conhecidas como Johnnie Walker e Smirnoff, Paula Lindenberg diz que o desafio é fazer com que as mulheres se sintam mais à vontade para pedir destilados. Página B2

México entra na mira de fintechs brasileiras

Mariana Ribeiro e Álvaro Campos
De São Paulo

Segunda maior economia da América Latina, o México tem atraído fintechs brasileiras e mesmo bancos tradicionais. O país já seria um destino óbvio pelo tamanho do mercado, mas outros fatores o tornam atrativo. O México se beneficia da estratégia dos EUA de "nearshoring" (realocação das cadeias produtivas para mais perto dos mercados consumidores), a agenda regulatória do setor financeiro avança com mais força e a população é bastante desbancarizada, o que significa um enorme potencial de crescimento. Ao mesmo tempo, o uso do dinheiro físico ainda é forte, o que pode ser um obstáculo, mas também abre oportunidades. O Nubank entrou com pedido de licença bancária no México em 2023, elencando o avanço no país entre as prioridades para 2024. **Página C1**

Incertezas internas impulsionam o dólar

Sergio Lamucci

O cenário para o câmbio mudou significativamente de figura ao longo do ano. No primeiro semestre, o real se enfraqueceu em relação à moeda americana, com o aumento dos riscos externos e principalmente dos internos, devido em grande parte às incertezas sobre as contas públicas, mas nos últimos dias também por causa das críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, e ao nível dos juros. Em 2024, o dólar já subiu quase 60 centavos, de R$ 4,86 para R$ 5,44, uma alta de 11,9%.

A força das contas externas, com saldo comercial perto de US$ 100 bilhões em 12 meses e reservas internacionais de US$ 355 bilhões, ajuda a amenizar, mas não impede o avanço do dólar, movimento que tende a causar impacto desfavorável sobre a inflação. A pressão sobre o câmbio e a maior volatilidade da moeda podem ainda atrapalhar o planejamento das empresas, encarecendo a importação de bens de capital, por exemplo, o que prejudica o investimento.

Por trás da alta do dólar, há sem dúvida o efeito da piora do cenário externo neste ano. O principal motivo é a mudança da perspectiva para os juros americanos nos últimos meses. A avaliação hoje é que o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) vai demorar mais e cortar menos as taxas do que se imaginava no começo do ano, um fator negativo para países emergentes como o Brasil.

Mas esse não é o fator predominante para a subida do dólar por aqui. "O vetor mais relevante foi a piora do cenário doméstico", diz o economista Livio Ribeiro, sócio da BRCG Consultoria e pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre). Segundo ele, há contribuição negativa do cenário internacional, mas ela é menos significativa, enquanto o aumento da diferença entre os juros externos e internos jogou na direção contrária, compensando apenas parcialmente a piora do ambiente externo e do doméstico.

Ribeiro tem um modelo que procura identificar o peso das variáveis que comandam a variação da taxa de câmbio, divididos entre fatores globais, fatores locais e a diferença entre juros externos e internos. Entre os aspectos externos, os cálculos do economista consideram os preços de commodities, a moeda americana no mercado internacional, a taxa de dez anos dos títulos do Tesouro americano e a parte do risco Brasil explicada por questões globais. No modelo de Ribeiro, os fatores domésticos são o "resíduo" não explicado nem por motivos externos nem pela diferença de juros.

Do fim do ano passado até sexta-feira, o dólar se fortaleceu no quadro global e o juro dos papéis de dez anos do Tesouro dos EUA avançaram de 3,88% para 4,26%, combinação que pressiona moedas de emergentes como o real. Já os preços de commodities, medidos pelo índice CRB, subiram, o que ajuda divisas de países como o Brasil, grandes exportadores desses produtos.

Nas contas de Ribeiro, a alta neste ano de 11,9% do dólar em relação ao real teve contribuição de 1,5 ponto percentual dos fatores globais. Já o aumento da diferença entre juros externos e internos, medida pelas taxas de juros de um ano do Brasil e dos EUA, atuou na direção oposta, tirando 0,58 ponto do aumento de 11,9%. Desse modo, os fatores locais são os principais responsáveis pela subida do dólar, explicando quase 11 pontos percentuais da alta.

"A avaliação do comportamento cambial é das tarefas mais difíceis na vida prática de um macroeconomista", escreve Ribeiro, observando que "os movimentos na cotação da moeda refletem um sem-número de fatores (reais, financeiros, especulativos e institucionais), em grande medida instáveis e pouco previsíveis". Segundo ele, há uma tendência entre os analistas, tanto no Brasil como no exterior, a tentar explicar os movimentos do câmbio apenas por eventos domésticos. É um viés usual, e em geral errado, diz Ribeiro. O sobe e desce das moedas costuma estar muito mais associado a vetores globais.

No avanço do dólar por aqui neste ano, porém, os fatores externos não preponderam, ainda que tenham contribuído para a subida da moeda americana, de acordo com o estudo de Ribeiro. "A decomposição pelos fundamentos sugere que as questões locais têm tido importância cada vez maior, sendo, inclusive, o fator dominante nas últimas semanas", diz o economista, reforçando que não é um resultado comum, o que reforça a especificidade do atual momento.

Nesse cenário, Ribeiro diz que um fortalecimento imediato da taxa de câmbio depende, em última instância, de uma melhora no ambiente econômico e institucional doméstico. Um alívio do cenário global pode ser relevante, mas, sem a solução dos problemas internos, a moeda seguirá pressionada, avalia ele.

Ao tratar da piora do quadro interno, Ribeiro ressalta a percepção mais disseminada "dos enormes desafios na condução da política fiscal brasileira, primeiro com certa flexibilização das regras impostas pelo recém-criado arcabouço fiscal e, mais recentemente, pela necessidade de apoio ao Rio Grande do Sul, afetado por uma tragédia climática sem precedentes". Ele cita ainda as dúvidas quanto ao desempenho futuro da economia, "enfrentando choques negativos na atividade e na inflação". Além disso, há "ruídos na condução da política monetária, desancoragem das expectativas e um processo de desinflação mais lento do que se supunha", colocando em risco a redução da Selic e aumentando a animosidade entre o Banco Central e o Executivo. "Por onde se olha, há risco e incerteza", resume ele.

O governo é que tem ampliado os riscos e as incertezas na economia, com a resistência a enfrentar o ajuste fiscal pelo lado dos gastos e com as críticas de Lula ao BC e aos juros. Se forem apresentadas medidas críveis de controle de despesas e cessarem os ataques à autoridade monetária, há espaço para alívio no câmbio — o que é de interesse do próprio governo.

Sergio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente
E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Educação No Festival LED, Angela Davis e Aílton Krenak ressaltam poder da escola para sociedade

Evento mostra força do ensino para a inclusão

Camila Zarur e Fábio Couto
Do Rio

O Festival LED mostrou em sua terceira edição, encerrada sábado, que a educação pode, e deve, ser ferramenta essencial de inclusão. Dois dos palestrantes mais aguardados do festival — a filósofa e ativista Angela Davis e o escritor e "imortal" da Academia Brasileira de Letras Aílton Krenak — deixaram claro suas visões sobre o alcance que o processo educacional pode ter no desenvolvimento de comunidades. Em dois dias 6.500 pessoas estiveram no evento.

Davis abriu sexta-feira o evento — realizado pela Globo e pela Fundação Roberto Marinho, em parceria com a Editora Globo e com apoio da prefeitura do Rio e Secretaria Municipal de Educação e da Fundação Bradesco — em mesa com o tema "Educação como caminho para a liberdade". Na abertura do painel, foi feita a apresentação da música "Sweet Black Angel" (Doce anjo negro), canção feita em homenagem a Davis.

Na palestra, elogiou o educador brasileiro Paulo Freire, a quem chamou de "mais importante filósofo da educação", e afirmou que se o mundo seguisse seus ensinamentos não haveria conflitos como a guerra que acontece na Faixa de Gaza, no Oriente Médio.

"As pessoas de todos os cantos do mundo têm muito a aprender com Paulo Freire. Talvez, se ele tivessem levado em consideração os ensinamentos de Freire, não estivéssemos envolvidos em crises globais como a guerra em Gaza. Porque pessoas verdadeiramente educadas sabem que ser livre é compartilhar a liberdade com a comunidade", disse Davis durante o evento, realizado no Museu do Amanhã e no Museu de Arte do Rio (MAR), no Porto Maravilha.

Filha de dois educadores, Davis afirmou que a educação é o pilar essencial para a sociedade, mas disse que ela sozinha não é "suficiente". "Não podemos pensar educação de forma abstrata. A educação tem que estar ligada à habitação e à capacidade de viver. A educação por si só não basta", afirmou Davis, que acrescentou que uma das funções primordiais da educação é "libertar o outro" e que "conhecimento é o oposto de escravidão". Na visão de Davis, educação não é simplesmente o acúmulo de fatos, mas a capacidade de analisá-los criticamente e questioná-los.

6.500 pessoas estiveram no evento no Rio

A americana frisou que aprender deve ser algo constante ao longo da vida. "À medida que seguimos a trajetória de adquirir educação e aprender mais, nos tornamos mais conscientes do que não sabemos de nada. Acho que é tão importante compreender o que não sabemos quanto apreender o que sabemos."

No sábado, Ailton Krenak, defendeu que os povos originários ocupem espaços para manifestar posicionamentos e conquistar direitos, no âmbito da "pluriversalidade". No painel que abriu o segundo dia do festival, Krenak afirmou que negros e indígenas têm que ocupar espaços possíveis para novos direitos, caminho que para ele pode funcionar como antídoto para o autoritarismo. "Temos que fazer isso sem nos intimidarmos. Autoritarismo é como petróleo que derrama no mar: fecha espaços para novos direitos", disse o primeiro imortal indígena da ABL.

Ele citou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) segundo os quais nos últimos dez anos 55 mil indígenas fazem algum curso de graduação, mestrado e doutorado em universidades do Brasil.

Numa conversa bem-humorada — que arrancou aplausos e risos da audiência por diversos momentos —, Krenak disse que há uma confusão entre infraestrutura e educação, pois as pessoas falam das escolas como sendo um sinônimo de ensino. "Se ninguém for lá, é um prédio vazio. Educação acontece em outro plano, no que a gente imagina como identidade, hereditariedade, parentesco", disse ele.

Krenak disse que é necessário realizar investimentos em educação, mas criticou o que chama de excesso de aparato tecnológico, com uso de telefones, notebooks e tablets em profusão como prioridade, inclusive no ensino público. Para ele, priorizar a tecnologia esconde a essência do ensino e cria fatos políticos: "Tem prefeito e governador que se elege comprando laptop."

Negras no topo do Executivo são raridade

Ívina Garcia
De São Paulo

Apesar de as mulheres negras serem a maior parcela da população do país, elas ainda estão atrás quando se trata de ocupar lugares de liderança no mercado de trabalho, e esse cenário é ainda pior no setor público.

Ainda que os dados mostrem melhora desde 1999, a participação de mulheres negras é de 11% nos cargos de maior destaque no serviço público, ainda muito distante dos 28% de representação na sociedade brasileira. Essa participação é de 15% nos cargos de liderança em geral no Executivo federal, segundo estudo do Movimento Pessoas à Frente intitulado "Desigualdade de Gênero em Cargos de Liderança no Executivo Federal", com dados compilados a partir de informações do Observatório de Pessoal do Governo Federal, de dezembro de 2023.

Os dados revelam disparidades preocupantes quando se trata da intersecção entre gênero e raça nos cargos de liderança. As mulheres negras, em particular, enfrentam obstáculos significativos para alcançar essas posições, com índices de representatividade ainda mais baixos em relação a outras categorias.

Jessika Moreira, diretora-executiva do Movimento Pessoas à Frente, aponta que políticas afirmativas, como a Lei de Cotas no Serviço Público, desempenham um papel fundamental na reversão desse cenário. "Essas medidas são essenciais para enfrentar o racismo institucional e promover a inclusão de mulheres e homens negros em cargos estratégicos do governo."

Pesquisa Datafolha feita a pedido do movimento demonstrou que 90% dos entrevistados acreditam que a presença de mais mulheres tornaria o serviço público melhor, enquanto 82% afirmam que mais diversidade racial melhoraria o Estado brasileiro. Essa demanda social evidencia a relevância de uma administração pública que represente verdadeiramente a diversidade do país.

"É fundamental reconhecer que as mulheres negras enfrentam desafios ainda maiores de representatividade nos cargos de liderança", destaca Moreira. "Apesar de comporem uma parcela significativa da população brasileira, sua presença nos altos escalões do Executivo federal é desproporcionalmente baixa."

O levantamento aponta que a participação de mulheres e homens negros cai significativamente à medida que aumenta o nível hierárquico e a remuneração dos cargos — um movimento parecido acontece com as mulheres brancas. Já os homens brancos, que são 21% da população, ocupam 46% dos cargos de alta liderança.

O estudo apontou ainda que, na divisão por área do governo, é na social (que inclui os ministérios da Educação e da Saúde, por exemplo) que as mulheres têm mais espaço, com 47% dos postos de liderança. O oposto está no Ministério da Fazenda, em que apenas um terço dos cargos de liderança é ocupado por servidoras públicas. A área social é aquela com tradicionalmente as carreiras menos valorizadas.

Além disso, a pesquisa abordou a representatividade de servidores indígenas nos cargos de liderança. Embora estejam presentes em proporção semelhante à sua participação na população brasileira, a concentração desses servidores em órgãos específicos, como a Funai, levanta questões sobre a representatividade verdadeira em setores além da agenda indígena.

"A presença de servidores indígenas nos cargos de liderança ainda é limitada, concentrando-se em órgãos específicos", observa Moreira. "Para uma representatividade verdadeira, é necessário que os povos indígenas ocupem posições em uma variedade de setores do governo, não apenas naqueles relacionados à sua própria agenda."

A diretora-executiva do Movimento Pessoas à Frente, destaca a urgência de promover a diversidade nos cargos de liderança do poder executivo federal como um passo crucial para garantir um serviço público mais inclusivo e eficaz, que verdadeiramente reflita e atenda às necessidades da população brasileira em sua totalidade.

JOSE WAGNER/DIVULGAÇÃO

Jessika Moreira: defesa de políticas afirmativas contra "racismo institucional"

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

É possível mensurar o peso da desigualdade de gênero?

Campanha quer tornar palpáveis as dificuldades que as mulheres enfrentam, seja no esporte ou no mundo corporativo, em busca de oportunidades equivalentes às dos homens

Levantar a raquete, um gesto básico em uma partida de tênis, pode ter um peso simbólico muito maior para as mulheres. É assim que a ENGIE, empresa líder em energia renovável no Brasil e patrocinadora do tênis brasileiro, joga luz sobre uma questão urgente: o peso da desigualdade de gênero. Para isso, convidou cinco tenistas e também o público a levantar, literalmente, uma raquete de seis quilos. A ideia do desafio foi tornar tangível o tamanho da desigualdade entre homens e mulheres no esporte.

"Todas as dificuldades que passamos, ninguém nunca vai entender", comentou Bia Haddad Maia, de 28 anos, principal nome do tênis feminino hoje no Brasil e com vaga garantida para os Jogos de Paris.

A realidade das quadras reflete, na verdade, o dia a dia das mulheres no mercado de trabalho, como explica Gil Maranhão, diretor de Comunicação e RSC da ENGIE Brasil:

"De todos os temas de Diversidade & Inclusão, o que salta mais aos olhos é a diferença de oportunidades na carreira e de remuneração, tanto no ambiente corporativo quanto no esportivo, onde as mulheres ainda têm de enfrentar menor prestígio e falta de patrocínio. Conscientes disso, nós da ENGIE agimos para acelerar a equidade de gênero, começando por ações internas, como ter um objetivo global ligado ao tema, e seguindo para ações externas, como essa campanha", contou Maranhão.

Durante o desafio, que aconteceu ao longo da Copa Billie Jean King 2024, a principal competição internacional de equipe no tênis feminino, as reações dos participantes foram filmadas até que se revelasse o significado da ação: o peso que as mulheres carregam sempre que entram em quadra — da falta de incentivo e de equidade, da misoginia, da intolerância e do machismo, frases que estão escritas na raquete.

Misoginia, machismo, intolerância. Adversidades enfrentadas pelas mulheres estão descritas na raquete com peso 20 vezes maior do que o normal

REPRODUÇÃO

"A mulher joga contra a adversária e contra a falta de apoio. A campanha é impactante e me sinto feliz em ter a minha imagem associada a uma empresa como a ENGIE. As palavras escritas ao redor da raquete são muito fortes e condizem com o peso que nós, mulheres, temos que enfrentar não só no esporte", afirmou Carol Meligeni, de 28 anos, bronze nas duplas no Pan de Lima e sobrinha de Fernando Meligeni, um dos maiores nomes do tênis brasileiro.

A data escolhida para o lançamento do desafio tem um significado especial. Billie Jean King, que dá nome ao torneio, foi uma das maiores líderes da luta pela distribuição de prêmios iguais para homens e mulheres, depois de conquistar o US Open no início da década de 1970 ganhando a metade do valor do campeão masculino.

PROBLEMA ESTRUTURAL

A luta é antiga, resultou em alguns avanços, porém, segue atual e necessária, como contou Carol Meligeni:

> "Vi pessoas afirmando que o esporte feminino deveria receber menos premiação porque é menos televisionado e tem menos patrocínio. Há uma dificuldade de entenderem que essa menor visibilidade é uma questão estrutural."
>
> **CAROL MELIGENI,** bronze nas duplas no Pan de Lima

©DIVULGAÇÃO/CBT

Laura Pigossi, Carol Meligeni e Bia Haddad: trio de tenistas de destaque no Brasil participou da campanha

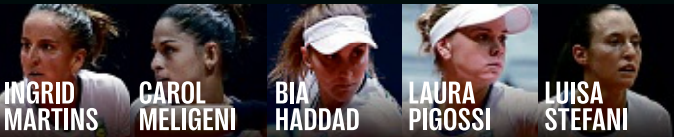
"Já aconteceu de, depois de uma derrota, eu receber mensagens que diziam que eu deveria parar de jogar tênis e lavar roupa em casa. Vi pessoas afirmando que o esporte feminino deveria receber menos premiação porque é menos televisionado e tem menos patrocínio. Há uma dificuldade de entenderem que essa menor visibilidade é uma questão estrutural: como as pessoas não estão acostumadas a ver, não têm o mesmo interesse que no masculino."

Ingrid Martins, outra tenista que participou da ação, endossou as palavras de Carol: "Se perdemos um jogo, recebemos ameaças de morte, ameaça à família".

Há algumas iniciativas globais em curso como o projeto Igualdade de Gênero por meio do Esporte, lançado pela ONU Mulheres no ano passado, que apoia organizações esportivas e formuladores de políticas em três continentes para promover o tema. Em Paris, inclusive, será a primeira edição dos Jogos a alcançar o mesmo número de atletas homens e mulheres.

"Queremos equidade de gênero no esporte, ainda mais numa modalidade esportiva que se tornou um território de marca para a ENGIE e pelo qual ganhamos tanta visibilidade e notoriedade. Por isso, iremos além. Essa campanha e nosso patrocínio à CBT são apenas o começo dessa jornada", disse Leandro Provedel, gerente de Comunicação e Marca da ENGIE Brasil.

Mesmo entre medalhistas, como Laura Pigossi, de 29 anos, e Luisa Stefani, de 26, que, juntas, entraram para a História com o primeiro pódio olímpico do tênis brasileiro em Tóquio, em 2020, nas duplas, as dificuldades são as mesmas.

"Todas as mulheres têm seus próprios fantasmas, e esse é o maior peso de todos: se superar e ainda quebrar todas essas barreiras mentais durante o nosso trabalho, que é jogar tênis", concluiu Laura Pigossi.

INÊS 249

Conjuntura Nos 30 anos do Plano Real, ex-ministro da Fazenda alerta que nova reforma da Previdência Social pode ser necessária ainda nesta década

Brasileiro não aceita mais que hiperinflação volte, afirma Malan

Lu Aiko Otta
De Brasília

Prestes a completar 30 anos no próximo dia 1º, a estabilização de preços proporcionada pelo Plano Real foi apenas um primeiro passo de um projeto de transformação da economia brasileira, disse ao **Valor** o ex-ministro da Fazenda Pedro Malan, que comandou a área econômica do governo nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Após domar a inflação, havia toda uma agenda de reformas econômicas a ser implementada. Muitas delas ainda estão sobre a mesa. É o caso do debate sobre a estrutura das despesas obrigatórias do governo, tema que foi levado na semana passada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento).

Documentos elaborados antes do lançamento do Real continuam atuais nesse debate, ressaltou o ex-ministro, que nesta terça-feira (25) lança em São Paulo, o livro "30 Anos do Real - Crônicas no Calor do Momento", pela editora Intrínseca.

A publicação reúne artigos publicados por Malan e outros dois "pais" do plano de estabilização, Edmar Bacha e Gustavo Franco (organizador), além de um artigo escrito por Fernando Henrique Cardoso em 2019. O livro é dedicado ao ex-presidente, cuja liderança política é apontada como peça fundamental do sucesso do plano de estabilização.

O propósito do livro não é trazer bastidores sobre a elaboração do plano, e sim discutir a tentativa de consolidação do projeto do Real ao longo dos últimos 30 anos, além de contribuir para o debate atual, explicou o ex-ministro.

Organizado em seis partes — primeiros anos, dez anos, 15 anos, 20 anos, 25 anos e 30 anos —, mostra a batalha da construção do tripé macroeconômico que persiste até hoje e como o projeto resistiu à alternância do poder, com a eleição de Lula em 2002.

O Real completou 20 anos em meio ao experimento da Nova Matriz Macroeconômica e, na definição de Franco à época, o momento "mais cercado de dúvidas sobre a coisa conquistada".

Também hoje há o debate em torno da adoção de uma política keynesiana, apesar dos resultados da tentativa anterior. Ao mesmo tempo, outros integrantes do governo se esforçam para colocar em debate a estrutura do orçamento — algo que deve ser intensificado, na visão do ex-ministro.

"Acredito que a história é um diálogo infindável entre o passado e o futuro", afirmou ele, a respeito do livro. "O objetivo é mostrar como essas coisas estão ligadas: o passado estabelece certas restrições, mas também certas oportunidades e possibilidades que o futuro sempre encerra." A seguir, os principais trechos da entrevista.

O pré-Real – não foi só o "Larida"

Havia um debate acadêmico uma década antes do lançamento do Real. Para muitos, o ponto de partida é o trabalho do André Lara Resende e Persio Arida [Larida], mas houve várias outras contribuições. Em 1977 começou a ser conversada a criação do programa de mestrado e de ensino e pesquisa do Departamento de Economia da PUC [do Rio]. O Dionísio Dias Carneiro organizou um livro e tem um excelente artigo chamado "Brasil, Dilemas de Política Econômica", que vale a pena ser lido hoje. Meu artigo é sobre o setor externo, o do Francisco Lopes, sobre problemas da inflação no Brasil, o do Rogério Werneck, sobre crescimento rápido e equidade distributiva.

O pré-Real – planos fracassados

Teve um aprendizado com a experiência de seis tentativas de estabilização: Cruzado I, Cruzado II, de 1986, o Plano Bresser, de 1987, Plano Verão, na virada de 1988 para 1989, Plano Collor I, em 1990, Collor II, em 1991. Foi uma tentativa de, na prática, lidar com a marcha da insensatez que era a inflação brasileira: estava em 20% no início dos anos 1970, mais de 40% em meados dos anos 1970, 100% em 1980, 240% em 1985, 1.000% em 1988, 1989, 2.300% em 1993.

Origem da força do Real - aprendizados

Houve um aprendizado derivado da discussão acadêmica de uma década. E as tentativas de estabilização, que, se não deram certo, têm aprendizados e envolvidos. O Edmar Bacha, o André Lara e o Persio, por exemplo, se envolveram muito no Cruzado e descobriram a força enorme do efeito do congelamento de preços sobre o sistema político e sobre o eleitorado. Era para durar pouco tempo, mas durou até as eleições. [Nas eleições daquele ano, o PMDB elegeu 22 dos então 23 governadores.]

> "Não é trivial, mas governar é fazer escolhas, definir prioridades"

Origem da força do Real – o time

A força do Real vem de uma da combinação única. Primeiro, a ida de Fernando Henrique Cardoso do Ministério das Relações Exteriores para o da Fazenda, na terceira semana de maio de 1993. E da capacidade de um político experimentado como o Fernando Henrique. Ele conseguiu juntar em torno de si um grupo de pessoas: Clóvis Carvalho como secretário-executivo; Winston Fritsch e Gustavo Franco para a Secretaria de Política Econômica; Edmar Bacha, que não pôde assumir uma posição lá. E, em agosto de 1993, ele conseguiu atrair para o governo a mim, ao André Lara e ao Persio. E foi ali, em agosto de 1993, que formou-se a massa crítica que permitiu um ataque à inflação.

Origem da força do Real – o povo e as urnas

A força do Real foi o seu sucesso e a aceitação que teve por parte da população. Vem do fato que a esmagadora maioria da população brasileira hoje percebe que a preservação da inflação sob controle é a preservação do poder de compra do salário do trabalhador brasileiro. E antes — para usar uma expressão do Millôr Fernandes — sobrava cada vez mais mês no fim do salário do trabalhador. É a preservação do poder de compra das transferências diretas de renda, que hoje assumiram uma dimensão extraordinariamente significativa no Brasil. Para ter uma ideia: dos 26 Estados brasileiros mais Distrito Federal, em 15 a população que recebe essas transferências diretas de renda é superior àquela que tem carteira assinada. Então, eu acho que criou raízes entre nós a ideia de que qualquer governante que tenha uma atitude excessivamente leniente, complacente, descuidado com a inflação será punido nas urnas. É uma característica da democracia que é importante preservar. Isso não aparecia com clareza durante a vigência do regime militar, mas numa democracia é muito importante essa consideração.

Sem risco de retrocesso no Real

Acho que não voltaremos, em hipótese alguma, àquele tipo de hiperinflação que nós tivemos. Porque o governo no qual essa aceleração começa certamente é substituído nas urnas pelo eleitorado, que percebeu a importância da preservação da inflação sob controle.

Ajuste fiscal, velho desafio

Há alguns marcos importantes. Eu mencionei aqui que o Fernando Henrique foi nomeado ministro da Fazenda em maio de 1993. Três semanas depois, o governo lançou um Programa de Ação Imediata (PAI). Ele merece ser lido hoje. São 13 ou 14 páginas, que começam lembrando que só havia quatro países no mundo que tinham inflação de mais de 1.000%. Eram a Rússia — o império soviético havia colapsado dois anos antes —, a Ucrânia, associada a isso, e o Congo, em guerra civil. E o Brasil era o quarto desses países. As outras eram economias totalmente desarticuladas, mas o Brasil não. A economia, bem ou mal, com a indexação, ela vinha funcionando, mas a hiperinflação era o grande desafio. Esse Programa de Ação Imediata, ele fala abertamente, no começo, da desordem das contas públicas.

Dívida externa

Outro marco importante foi que em 29 de novembro de 1993 nós encerramos o processo de renegociação da dívida externa brasileira. Assinamos nosso acordo com 700 e tantos credores privados do Brasil. O acordo com os credores oficiais já havia sido alcançado em janeiro de 1992.

Real sem susto

E teve um documento que eu acho fundamental. No dia 7 de dezembro de 1993, o Ministério da Fazenda encaminhou ao presidente Itamar Franco uma exposição de motivos — 395, se não me engano. O primeiro pilar ali era a parte fiscal. O equilíbrio tinha que ser obtido para o biênio 1994-95, e exigia ações no Congresso. O segundo era uma lista grande das propostas de emendas constitucionais. E o terceiro era a reforma monetária. Foi dito que nós estaríamos lançando uma unidade de conta, uma referência para contratos [a Unidade Real de Valor, URV]. Ela não teria propriedade de meios de pagamento de início, mas circularia, estaria em vigência junto com o Cruzeiro Real, que era a moeda, até que a economia se recontratasse em URVs. Quando aquela recontratação tivesse assumido um certo ponto, ela seria convertida no Real, como foi.

Consolidação do Real - reformas

Nós estamos comemorando agora os 30 anos do lançamento do Real, mas também os 25 anos e meio do regime de taxa de câmbio flutuante, os 25 anos agora em junho do regime de metas de inflação, os 24 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal. E fizemos inúmeras reformas ao longo desse período, ainda nos anos 1990. Reduzimos o número de bancos estaduais de mais de 30 para pouco mais de meia dúzia. Vários deles estavam insolventes, não podiam sobreviver após perder a receita inflacionária. Fizemos capitalização do Banco do Brasil e da Caixa, interviemos nos bancos privados — houve processo de consolidação, vários foram liquidados. Fizemos privatização de siderúrgica, do setor elétrico, das telecomunicações.

Além da inflação, social

As transferências diretas de renda começaram ainda no governo Fernando Henrique Cardoso. Entre 3,5 milhões e 4 milhões já recebiam transferências diretas de renda sob várias denominações. O Lula, depois de tentar o Fome Zero, juntou todos os programas do governo Fernando Henrique Cardoso.

Vai mudar?

Essa é a discussão do momento, não é? Acho que o segundo governo Lula, assim como o primeiro, foi ajudado enormemente por um ciclo [de crescimento da economia global] que foi o mais longo, o mais profundo e o mais amplamente disseminado da história. Aquilo se expressou no apoio que ele recebeu nas urnas, a eleição para Lula 2, e depois fazer a sua sucessora em 2010. O que eu acho é que a ideia de que é possível fazer uma aceleração do crescimento através de uma política keynesiana de caráter permanente, é aquilo que o André Lara Resende chamou de armadilha macroeconômica brasileira. Quando a demanda cresce de maneira significativa, na expectativa de que a oferta doméstica responda em prazo hábil [mas isso não ocorre], o país enfrenta pressões inflacionárias ou então desequilíbrio em balanço de pagamentos, porque passa a depender de importações. Então, não bastam as intenções.

Revisão de gastos

Isso é algo que vem sendo cobrado há muito tempo. Não é simples, não é trivial. Escrevi em 14 de abril deste ano um artigo que se chama "Em Busca da Eficiência no Gasto Público". E eu faço menção a uma entrevista coletiva da presidente Dilma Rousseff no fim de outubro de 2014, logo após a eleição. Eu vou citar textualmente: "Ao longo do governo, você descobre várias contas que podem ser reduzidas. O que vamos tentar é um processo de ajuste em todas as contas do governo. Vamos revisitar cada uma e olhar com lupa o que dá para reduzir, o que dá para tirar, o que dá para modificar". E eu escrevi: "Surpreendentes palavras. Tardias, sem dúvida, para quem passara cinco anos e meio como ministra-chefe da Casa Civil e mais quatro na Presidência da República". E não deixei de notar que os jornais registraram também o recado complementar da presidente Dilma: "Mas estou dizendo que vou manter o emprego e a renda, ponham na cabeça isso". Os brasileiros de boa informação e memória sabem o que aconteceu com essas duas variáveis em 2015 e 2016. No segundo mandato de Dilma, nós tivemos uma recessão seríssima, derivadas das dificuldades de fazer isso que ela intuiu muito tardiamente: que é preciso tentar um processo de ajuste. Não é trivial, mas governar é fazer escolhas, definir prioridades.

> "Acredito que a história é um diálogo infindável entre passado e futuro"

Indústria naval

É perfeitamente razoável que se queira expandir os gastos em uma determinada coisa considerada prioritária pelo governo. Mas a boa prática sugere identificar qual é a fonte de financiamento e, segundo, qual é o outro gasto que será reduzido ou modificado. Não basta a intenção de construir uma indústria naval que vai competir com as melhores do mundo porque é desejável o objetivo. Nossa experiência mostra que nem sempre tudo que é desejável é factível. Exige discussão, e o locus dessa discussão deve ser o Orçamento, assim nos outros países do mundo.

Nova reforma da Previdência

No nosso Orçamento sobram menos de 10% para decisões discricionárias de gasto. A tendência é que esse espaço, que já é muito reduzido hoje, vá se reduzindo a ponto de — se nada for feito até lá — praticamente desaparecer. É uma questão de longo prazo, mas tem que ter consciência dela. Decisões difíceis têm que ser tomadas. Eu espero que isso tenha lugar ao longo dos próximos três anos, e nos próximos quatro que se seguirão depois, pelo menos. Tem questões de longuíssimo prazo: a área de demografia e previdência. Nós vamos ter uma nova reforma da Previdência Social, em algum momento, logo no começo dos anos 2030 — se não antes. Porque as pessoas precisam fazer conta.

Luz no fim do túnel

Mas não significa que não haja solução. Eu acho que tem solução para isso, mas o grau de percepção da natureza do problema tem que ser maior do que tem sido até o momento. Tem aumentado. Eu acho que tem gente no governo que está fazendo um esforço sério para tentar fazer com que essa questão assuma uma importância crescente no debate público.

O livro

Não é um livro que procura contar uma história de bastidores. E não é que alguém agora, neste ano de 2024, com o benefício de sabedor de tudo o que aconteceu, fala sobre o que aconteceu. Foram textos escritos no calor da hora. Mostram a nossa preocupação com o processo de consolidação do Real. Para nós, era uma agenda pós-Real, e ela se confundia, era parte integrante, da própria agenda do desenvolvimento econômico, social e político-institucional do Brasil. Acredito que a história é um diálogo infindável entre o passado e o futuro. O objetivo é mostrar não só o que aconteceu, para revolver a memória, mas para mostrar como essas coisas estão ligadas: o passado estabelece certas restrições, mas também certas oportunidades e possibilidades que o futuro sempre encerra.

Ver também página A5

LEO MARTINS/AGÊNCIA O GLOBO

Pedro Malan: tendência é que, se nada for feito, espaço para decisões discricionárias de gasto praticamente desapareça

Conjuntura Pedro Malan, Edmar Bacha e Gustavo Franco afirmam que conquistas da moeda são exemplo do que pode ser feito para políticas públicas em outras áreas

Interesse do público sobre Plano Real nunca foi tão grande, dizem economistas

Paula Martini
Do Rio

Nunca houve tanto interesse do público a respeito de um plano econômico como agora, quando o Plano Real completa 30 anos. A avaliação é de economistas que participaram ativamente da implementação da então nova moeda do país — lançada em 1º de julho de 1994 — e que se reuniram no Rio de Janeiro na sexta-feira (21) para o lançamento do livro "30 anos do Real: crônicas no calor do momento". Os economistas Gustavo Franco, Pedro Malan e Edmar Bacha receberam o público para o evento de lançamento da obra no Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças, no Rio. O livro dedicado ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda quando o plano foi aprovado, reúne reflexões dos autores sobre o Real ao longo de três décadas desde a implementação da moeda.

O ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Central Pedro Malan destacou que o Real completa 30 anos com o aniversário que despertou mais interesse da opinião pública.

"Isso mostra o reconhecimento de que a estabilidade de preços, de uma inflação sobre controle, é uma responsabilidade de qualquer governo e uma demanda da sociedade", disse. "E a grande lição é que o Real é resultado de uma liderança que permitiu aliar a política com a competência técnica. Isso é um exemplo do que pode ser feito em termos de políticas públicas em outras áreas no Brasil", completou.

Para o ex-ministro, além de uma demanda da sociedade, o controle da inflação preserva o poder de compra do salário do trabalhador brasileiro. "E não foi uma solução que surgiu de uma hora para outra, mas de pelo menos uma década de debates acadêmicos e lições das experiências dos outros planos, como Cruzado, Plano Bresser", ressaltou.

DOMINGOS PEIXOTO/AGÊNCIA O GLOBO

A partir da esq., Pedro Malan, Edmar Bacha, o mediador Rogério Werneck e Gustavo Franco, no debate no Rio

Para o economista Edmar Bacha, membro da equipe econômica que elaborou e aprovou o Plano Real em 1994, as celebrações mostram que a estabilidade da moeda brasileira veio para ficar. "Finalmente as pessoas se deram conta que a estabilidade veio para ficar. Ultrapassou governos do PT, o governo [Jair] Bolsonaro e ninguém ousa mexer na estabilidade do Real", afirmou Bacha, que presidiu o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e é diretor da Casa das Garças.

> "As pessoas se deram conta que a estabilidade veio para ficar"
> *Edmar Bacha*

Bacha avalia que a população percebeu a capacidade de controlar os preços por meio do processo eleitoral. " O povo negou o terceiro mandato ao PSDB e apoiou a saída da Dilma, demonstrando que brincar com a inflação leva à perda de poder. E políticos brasileiros sabem que não devem brincar com a inflação se quiserem ser reeleitos", disse Bacha.

Ex-secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda e presidente do Banco Central entre 1993 e 1999, o economista Gustavo Franco acredita que a distância de três décadas dá uma dimensão dos fatos que não se tinha na época.

"O livro que trata de 30 anos permite que a gente enxergue uma transformação tão importante, mas tão gradual que talvez a gente não tenha notado ao longo do caminho. E hoje Brasília está diferente em muitos assuntos pertinentes à moeda e ao fiscal. Ainda não está no ideal, mas é muito melhor que no passado", pontuou Franco.

O lançamento do livro contou com um debate entre os autores mediado pelo economista e professor da PUC-Rio Rogério Werneck, colunista do Jornal "O Globo". "O livro é extremamente oportuno por ser o acompanhamento dessa saga e o resultado de análises, momento a momento, desse período que vem desde o FHC [Fernando Henrique Cardoso] até os governos do PT e [Jair] Bolsonaro. E tudo indica que essa saga da consolidação de uma condução coerente da política monetária ainda está longe de ter sido totalmente estabelecida", pontuou Werneck.

O livro, lançado pela editora Intrínseca, é dividido em seis partes que retratam a trajetória do Plano Real a cada quinquênio. A obra reúne textos escritos ao longo das últimas três décadas, quase todos por ocasião de aniversários da moeda brasileira.

Área da Caixa no Rio será novo estádio do Flamengo

Agência O Globo, do Rio

A prefeitura do Rio pretende lançar o edital do leilão do terreno no Gasômetro para a construção do novo estádio do Flamengo na primeira quinzena de julho. De acordo com o cronograma das autoridades, oito dias depois da divulgação das regras os interessados poderão apresentar os lances.

Flamengo e Fluminense possuem a concessão do Maracanã, mas o plano é construir um estádio mais moderno e um pouco maior para o rubro-negro.

Segundo o secretário municipal de Coordenação Governamental, Jorge Arraes, o valor inicial estabelecido deverá ficar na casa de R$ 150 milhões — o vencedor deverá pagar o valor à vista. Sem acordo com a Caixa Econômica Federal, gestora do terreno, a prefeitura decidiu desapropriar a área, como informou o colunista Lauro Jardim, de "O Globo". O decreto de desapropriação deve ser publicado no "Diário Oficial" do município na segunda-feira.

Executivos da Caixa alegam que o ato é um direito do prefeito Eduardo Paes e que o banco vai aguardar a publicação do decreto para definir providências a serem tomadas.

"O ato vem depois de uma série de negociações sem êxito com a Caixa. A desapropriação é uma prerrogativa do poder público. Não acho que seja radical", destacou Arraes. O banco não pode recorrer contra o ato de desapropriação em si, mas pode questionar judicialmente o valor a ser pago pela propriedade.

INÊS 249

Brasil

Contas públicas Ideia é que próximos desastres no país tenham parâmetros definidos para auxílio de acordo com a gravidade de cada situação

Ajuda ao RS soma R$ 39 bi e vira 'régua' para futuras calamidades

Lu Aiko Otta e Guilherme Pimenta
De Brasília

A ajuda federal ao Rio Grande do Sul chega ao menos a R$ 39,1 bilhões, após receber na semana passada um reforço de R$ 15 bilhões em recursos disponibilizados para empréstimos a empresas afetadas pela calamidade, segundo dados do Painel do Orçamento Federal.

O painel dá transparência à atuação do governo e ajuda a conter pressões pela inclusão de novos programas de apoio, comentou uma fonte. Está longe das intenções do governo negar a ajuda necessária ao Estado, ressaltou essa fonte. No entanto, essa precisa ser parcimoniosa, porque outras calamidades podem ocorrer e, nesses casos, será cobrado tratamento isonômico.

O montante será maior em breve, já que ainda não leva em conta um impacto de aproximadamente R$ 1,2 bilhão decorrente do pagamento de dois salários mínimos aos trabalhadores do Estado com carteira assinada.

Técnicos da área econômica têm atuado para filtrar as diversas iniciativas de ajuda ao Estado que surgem de dentro do próprio governo. Um critério, conta fonte, é avaliar se a ação proposta seria adotada se o desastre tivesse ocorrido em outro local. Outro técnico comentou que nada parece ser suficiente para ajudar o Estado. Avalia-se, por outro lado, que as iniciativas são bem intencionadas.

"O desafio é que já existe um resultado fiscal ruim, e essas demandas tornam mais difícil reverter o cenário em algum momento", comentou o professor Joelson Sampaio, da Fundação Getulio Vargas (FGV).

O apoio precisará ser feito com "muita racionalidade", até porque muito provavelmente as enchentes do Rio Grande do Sul não serão um evento isolado, acrescentou. "É preciso manter a capacidade de resposta, sem perder de vista a responsabilidade fiscal."

Do total disponibilizado até agora pelo governo federal, R$ 23,4 bilhões são gastos primários, mostram os dados do Planejamento. Os outros R$ 15 bilhões são despesas financeiras, referentes a empréstimos que serão oferecidos às empresas do Estado por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Por se tratar de uma calamidade, os gastos primários são apoiados em créditos extraordinários ao orçamento e não serão contabilizados na meta de resultado fiscal nem no limite de despesas do arcabouço. Assim, do ponto de vista formal, não há impacto nas regras de controle das contas públicas. Porém, são despesas, comentou fonte. Devem ser acompanhadas com atenção.

O socorro ao Rio Grande do Sul servirá de baliza no apoio a outras calamidades, dizem técnicos. Um exemplo é a suspensão do pagamento de parcelas das dívidas do Estado com o Tesouro Nacional pelo prazo de três anos.

Essa suspensão servirá para outros casos de calamidade reconhecidos pelo Congresso Nacional. No entanto, a ideia é fazer uma gradação conforme a gravidade de cada situação. Está em preparação um decreto que estabelecerá parâmetros.

> "Demandas tornam mais difícil reverter o cenário [fiscal] em algum momento"
> *Joelson Sampaio*

Apoio federal ao Rio Grande do Sul
Valores autorizados

Área	Valor (R$ milhões)
Operações Oficiais de Crédito	17.202
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	5.195
Encargos Financeiros da União	4.950
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	2.746
Ministério das Cidades	2.344
Ministério da Agricultura e Pecuária	2.021
Ministério dos Transportes	1.186
Ministério da Defesa	1.123
Ministério da Saúde	932
Ministério do Trabalho e Emprego	498
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	314
Ministério da Fazenda	200
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	157
Ministério da Educação	95
Ministério da Justiça e Segurança Pública	73
Ministério das Comunicações	28
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	26
Defensoria Pública da União	14
Ministério de Portos e Aeroportos	6
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	1
Total	**39.111**

Status da execução - (R$ milhões)

Autorizado	Empenhado	Pago
39,1	23,4	6,7

Fonte: Siop. Situação em 20/06/2024

A proporcionalidade será observada em outras formas de apoio, como o voucher de R$ 5,1 mil entregue para 240 mil famílias gaúchas.

A Fazenda ainda analisa o pedido do Rio Grande do Sul de criar um seguro-receita que serviria para evitar queda na arrecadação própria. Há receio que a medida abra um precedente que poderá depois ser invocado por outros Estados e também por municípios atingidos por calamidades.

Entre as despesas, está na lista um crédito extraordinário de R$ 5,1 bilhões aberto para a realização do leilão de compra de arroz. Mas, como o certame foi cancelado pelo governo federal após suspeitas de fraude, ainda não há empenho dentro dessa rubrica. O Executivo trabalha, neste momento, na elaboração de um novo edital, desta vez supervisionado pela Controladoria-Geral da União (CGU), mas ainda não há data para a realização.

Na avaliação de Jeferson Bittencourt, head de macroeconomia do ASA e ex-secretário do Tesouro Nacional, há compreensão por parte dos agentes financeiros em relação aos gastos com a calamidade pública. Porém, há preocupação quando se trata da focalização da política. "Ou seja, seu direcionamento exclusivamente para amenizar os efeitos socioeconômicos do desastre climático, e sua estrita delimitação no tempo necessário", comentou.

"É o caso da aquisição do arroz importado, que, a despeito de todos os ruídos já causados pelo leilão, preocupa porque ficou com mais cara de política de controle de preços do que com combate aos efeitos da calamidade no Rio Grande do Sul", exemplificou.

Cessados os efeitos da calamidade, defendeu Bittencourt, os recursos deveriam retornar para os cofres públicos. "Não foi o que aconteceu com os aportes feitos na pandemia ao PEAC e ao Pronampe. Isso gera uma expansão da atuação do Estado, e depois dos aportes iniciais, fora do Orçamento", criticou.

Grupo promete 500 casas em 3 meses para desabrigados

Alex Jorge Braga
De São Paulo

Organização especializada em criar hubs de emergência por desastres climáticos, o Movimento União BR lançará, nesta segunda-feira, 24, uma iniciativa pioneira: a construção de 500 casas no tempo recorde de três meses para os desabrigados pelas enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul no início de maio. A ação será uma "aliança de forças" entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil, como afirma a própria instituição.

No momento, estão desabrigadas mais de 10 mil pessoas espalhadas por 55 municípios do Estado, de acordo levantamento recente da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social.

As casas serão construídas por uma técnica inovadora, chamada "steel frame", em que não se utiliza tijolos e concreto, são substituídos por estrutura de aço galvanizado revestida com placas prontas para receber pintura e revestimento. É uma técnica 100% ESG, que não promove resíduos e não deixa o ambiente com umidade e mofo, segundo os responsáveis pela construção.

Ao custo de R$ 100 mil cada uma, as unidades habitacionais serão construídas por cerca de 10 mil mulheres que estão morando nos abrigos públicos. Faz parte do projeto a capacitação e a contratação delas.

"É um jogo de xadrez: a Steelcorp Academy entra com a formação, a Ulbra com o espaço das aulas, e a ONG com a seleção e acompanhamento das mulheres. Nosso objetivo é ter geração de renda e mais dignidade para elas", diz Tatiana Monteiro de Barros, fundadora e presidente do União BR.

As obras estarão sob a responsabilidade Steelcorp, que é uma das maiores players desse mercado. Além disso, a empresa, junto com a ONG Instituto Mulher em Construção, está encarregada pela formação das colaboradoras.

"Trabalhamos com construção industrializada e, por meio do nosso método de entrega, conseguimos ajudar com muita rapidez a reconstruir o Rio Grande do Sul", diz Roberto Justus, CEO da Steelcorp.

Boa parte (40%) do acabamento e finalização das novas residências será feita dentro de uma fábrica temporária que será construída em julho no campus da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), em Porto Alegre.

Após prontas, as partes pré-fabricadas serão montadas nos terrenos destinados à montagem. O União BR pode utilizar o terreno da instituição de ensino por até dois anos. As casas, com dois dormitórios, terão em torno de 44 m². A meta, segundo Tatiana, é entregar o imóvel mobiliado.

Coube ao governo do Estado a escolha e a doação dos terrenos onde serão levantadas as futuras edificações. Além disso, o poder público indicará as famílias beneficiadas, que serão definidas pelos municípios, a partir de cadastros de necessidades coordenados pela assistência social local.

"As parcerias com a iniciativa privada são fundamentais em todas as frentes. Não seria diferente em uma das mais delicadas, a questão da moradia, que exige resposta rápida por se tratar de um tema ligado à dignidade das pessoas", afirmou o governador gaúcho, Eduardo Leite (PSDB), via assessoria de imprensa.

Até o momento, 13 empresas abraçaram a causa. Um dos motivos de colaborar com o União BR, segundo Itaú Unibanco, é a necessidade da colaboração e dos recursos de todos para a reconstrução daquilo que foi destruído pelas fortes chuvas.

"Ter um lugar para morar é algo fundamental na vida de qualquer família, e esta questão certamente é mais do que urgente neste momento, razão pela qual nos juntamos a esta importante iniciativa do Movimento União BR", afirma Luciana Nicola, diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade do Itaú Unibanco.

Para está iniciativa, o Itaú Unibanco destinou R$ 5 milhões. Neste ano, o banco ainda não tem o montante total destinado ao investimento social privado. Porém, segundo a assessoria, ele deve ser similar ao que foi destinado no ano passado: R$ 824 milhões.

Além da contribuição das empresas, o União BR, segundo Tatiana, abrirá, junto com o lançamento do projeto, um financiamento coletivo em plataforma digital, para que pessoas físicas também ajudem a iniciativa.

Uma das apostas é a exposição do protótipo das residências no estacionamento das lojas Leroy Merlin da Marginal Tietê, em São Paulo, e de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. "Essa é uma maneira de tornar mais tangível as casas que serão doadas, pois, assim, as pessoas podem se sentir mais confiantes em contribuir com a iniciativa", diz Tatiana.

"É nosso dever estar presente nesses momentos de emergência e, também, participar ativamente na reconstrução e no desenvolvimento do local onde atuamos, contribuindo de maneira significativa e entregando ações que geram valor para todos", afirma a diretora de Impacto Positivo e Comunicação Corporativa da Leroy Merlin Brasil, Andressa Borba.

Por entender que o processo de construção das casas está em andamento, a Leroy Merlin decidiu não tornar público o total de investimentos. Via Movimento União BR, a empresa está doando material de construção. Na fase inicial da crise no Estado, a empresa já havia doado R$ 6 milhões em doações de itens e em auxílio direto aos colaboradores.

Também já colaboraram com a construção destas casas as empresas: Itaúsa /Instituto Itaúsa; Vibra; Vedacit; Instituto Leroy Merlin Obramax; Siemens; Astra; Latam; Japi; Eliane; Biacongres e Instituto Oliva.

Criada em 2020, em meio aos transtornos da pandemia de covid-19, o Movimento União BR, à época, colaborou na doação de usinas e miniusinas para o Amazonas e no aparelhamento de hospitais públicos com insumos e equipamentos. A organização ajudou, inclusive, nas instalações e adequações do maior centro de reabilitação pós-covid do América Latina, no Rio de Janeiro.

Desde sua fundação, a organização já arrecadou mais de R$ 36 milhões, apoiou cerca de 28 milhões de pessoas e 3 mil ONGs.

Desde setembro de 2023, quando o Rio Grande do Sul foi atingido por enchentes, o Movimento União BR já estava atuando lá, nas áreas de educação, saúde, assistência social e habitação. "Já estávamos no Rio Grande do Sul entregando as últimas escolas destruídas pelas enchentes de setembro. quando começou essa tragédia. Daí ampliamos nossa rede na localidade em três agendas diárias: assistencial, apoio às ONGs e reconstrução, que é onde se enquadra a doação de casa", afirma Tatiana.

Brasil pode se tornar referência global em cidades-esponja, diz pai do conceito

Paula Martini
Do Rio

O Brasil pode se tornar uma referência na adaptação de cidades com soluções baseadas na natureza, mas precisa desenvolver um plano de ação e criar parcerias para que os projetos não fiquem só no papel. A recomendação é do premiado arquiteto chinês Kongjian Yu, pioneiro do conceito de cidades-esponja e professor da Universidade de Pequim.

O eixo central do sistema pensado por Yu prevê a disponibilização de áreas verdes, no campo e nas cidades, que deem tempo e espaço para que a água da chuva seja absorvida pelo solo.

O paisagista parte do pressuposto de que as inundações não são inimigas das metrópoles, mas que é preciso encontrar soluções baseadas na natureza para reduzir o efeito devastador de tempestades e alagamentos. "As barragens de concreto falharam e vão continuar falhando", disse em referência às cheias no Rio Grande do Sul.

"E elas vão falhar porque nunca houve nenhuma infraestrutura feita pelo homem que não falhasse. Quando isso acontece, podemos ter que enfrentar um grande desastre", emendou.

Yu recebeu o **Valor** na semana passada, quando participou de um seminário do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) sobre a readequação urbana para mitigar eventos climáticos extremos, como as enchentes que deixaram pelo menos 177 mortos no Estado do Sul do Brasil.

Ele desenvolveu a ideia de cidade-esponja a partir da sua experiência de infância em um vilarejo da China frequentemente afetado por tempestades de monções. Na região, agricultores usavam fossos e lagos para armazenar as águas da chuva para época de seca.

LEO PINHEIRO/VALOR

> "Essa experiência realmente pode fazer o país mais resiliente"
> *Kongjian Yu*

A observação cotidiana se transformou em trabalho acadêmico e faz parte do plano nacional da China desde 2013, além de ter inspirado 250 projetos de diferentes escalas em dez países. Até alcançar o reconhecimento, porém, o arquiteto conta ter enviado seus livros e diversas cartas a autoridades apresentando suas ideias. "Então eu os convenci de que a abordagem ecológica é a solução", frisou.

No Brasil pela segunda vez, Yu diz que estabeleceu há um mês o primeiro contato com autoridades e empresários interessados em conhecer suas propostas, mas que parcerias com os brasileiros ainda não foram formalizadas.

"Essa experiência realmente pode fazer o país mais resiliente, mais produtivo e sustentável. O Brasil pode ser uma referência para o mundo. O mundo inteiro pode aprender com vocês."

Segundo o arquiteto, o Rio Grande do Sul levaria até três anos para se tornar uma esponja, caso opte por adotar o modelo.

"Com um projeto assertivo, seriam de três a seis meses para ter um plano de ação detalhado e outro ano ou dois para criar o sistema esponja", disse.

Para ele, o Brasil apresenta uma série de vantagens — "vocês têm uma natureza vasta, uma população grande o suficiente e são uma nação nova" — e não é difícil adaptar os projetos pensados para cidades chinesas ao território brasileiro, inclusive na parte Sul do país.

"Vocês podem usar espécies nativas, vocês têm a melhor biodiversidade. Só é preciso analisar a topografia", diz ele, que critica a falta de espaços para absorção da água na agricultura brasileira.

"Eu diria que, se você tiver 10% da terra com água na fazenda, você terá uma paisagem muito mais resiliente a jusante. E a propriedade vai se valorizar drasticamente", defende.

E isso não será feito, ressalta, sem um esforço político. "Se você abrir mão de 10% de terra em prol da água, é preciso estabelecer se haverá uma política de indenização ou de reduzir o imposto para o proprietário. É necessário um planejamento e uma mudança nas políticas."

Brasil

Atividade econômica

Indicadores agregados

	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,01	-0,36	0,36	0,60	0,72	0,11	-0,02	-0,01	-0,55
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,5	0,9	0,1	-1,2	1,2	0,7	0,1	0,2	0,4
Indústria de transformação	-	0,3	0,8	0,5	0,1	0,5	0,0	0,3	-0,4	1,1
Indústrias extrativas	-	-3,4	0,4	-1,3	-7,1	3,7	3,2	-0,5	6,2	-4,9
Bens de capital	-	3,5	-0,4	2,2	11,2	-1,7	-0,5	-0,4	-2,4	5,3
Bens intermediários	-	-1,2	1,1	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6	-0,4
Bens de consumo	-	0,2	0,5	1,5	-0,8	1,2	0,0	-0,8	-1,6	2,5
Faturamento real (CNI - %)	-	1,5	-0,5	2,3	0,1	2,0	0,7	-0,3	-1,1	1,5
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7	0,1
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,3	1,1	1,2	1,1	0,3	1,0	0,0	0,9	0,7
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,9	0,3	1,0	2,1	-1,0	0,3	-0,2	0,6	0,0
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,1	2,2	-2,0	2,3	0,0	1,2	-0,1	1,0	-0,4
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,5	0,7	-0,9	0,4	0,5	0,6	-0,4	-0,1	-1,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-0,3	0,3	0,4	0,5	0,1	0,2	0,5	-0,1	-0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101
Importações	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468
Saldo	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	-	24,38	1.412,00
2024	**0,35**	**3,40**	**3,40**	**4,73**	**5,22**	**3,28**	**2,76**	**1,85**	**1,47**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,10**	**7,33**	**7,33**	**10,64**	**11,68**	**6,80**	**5,46**	**4,13**	**2,31**	**1,33**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para junho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jun/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril		Var.	abril		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**49,6**	**-18,53**	**60,9**	**-6,49**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jun/24	mai/24	2024	2023	12 meses	jun/24	mai/24	dez/23	jun/23
IBGE									
IPCA	-	0,46	2,27	4,62	3,93	-	6.926,96	6.773,27	6.659,95
INPC	-	0,46	2,42	3,71	3,34	-	7.123,19	6.954,74	6.886,37
IPCA-15	-	0,44	2,12	4,72	3,70	-	6.786,61	6.645,93	6.547,15
IPCA-E	-	-	1,46	4,72	4,14	-	-	6.645,93	6.547,15
FGV									
IGP-DI	-	0,87	0,61	-3,30	0,88	-	1.112,26	1.105,54	1.086,47
Núcleo do IPC-DI	-	0,31	1,64	3,48	3,47	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,97	-0,06	-5,92	-0,22	-	1.293,59	1.294,35	1.268,86
IPA-Agro	-	0,38	-0,08	-11,34	-2,98	-	1.783,95	1.785,32	1.768,81
IPA-Ind.	-	1,19	-0,05	-3,77	0,83	-	1.093,97	1.094,53	1.068,79
IPC-DI	-	0,53	2,23	3,55	3,30	-	750,05	733,67	725,34
INCC-DI	-	0,86	2,07	3,49	4,02	-	1.110,89	1.088,31	1.075,54
IGP-M	-	0,89	0,28	-3,18	-0,34	-	1.127,23	1.124,07	1.109,23
IPA-M	-	1,06	-0,42	-5,60	-1,73	-	1.328,63	1.334,20	1.315,07
IPC-M	-	0,44	2,17	3,40	2,96	-	732,02	716,46	709,20
INCC-M	-	0,59	1,69	3,32	3,68	-	1.104,46	1.086,15	1.074,29
IGP-10	0,83	1,08	1,18	-3,56	1,79	1.156,82	1.147,26	1.143,35	1.136,43
IPA-10	0,88	1,34	0,57	-6,02	1,07	1.374,57	1.362,56	1.366,78	1.360,08
IPC-10	0,54	0,39	2,73	3,43	3,65	740,54	736,54	720,87	714,44
INCC-10	1,06	0,53	2,71	3,04	3,65	1.099,18	1.087,61	1.070,21	1.060,50
FIPE									
IPC	-	0,09	1,61	3,15	2,66	-	686,12	675,27	668,11

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia jun/24 0,88% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana jun/24 0,38%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/24		-	Campo 7
2ª	28/06/24		1,00%	
3ª	31/07/24			+
4ª	30/08/24	Valor da declaração		Campo 8
5ª	30/09/24			
6ª	31/10/24			+
7ª	29/11/24			Campo 9
8ª	30/12/24			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	abr/24		mar/24		abr/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.787,2**	**61,24**	**6.741,7**	**61,13**	**5.826,1**	**55,94**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-27,2	-0,25	-29,1	-0,26	13,0	0,13
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-783,2	-7,07	-757,2	-6,87	-741,7	-7,12
Dívida fiscal líquida	**7.597,6**	**68,55**	**7.528,0**	**68,26**	**6.554,8**	**62,94**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.474,6	67,44	7.382,3	66,94	6.542,3	62,82
Dívida externa líquida	-687,4	-6,20	-640,7	-5,81	-716,2	-6,88
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.826,0	52,57	5.792,6	52,53	4.915,0	47,19
Governos Estaduais	851,8	7,69	843,0	7,64	812,0	7,80
Governos Municipais	59,1	0,53	55,9	0,51	38,1	0,37
Empresas Estatais	50,2	0,45	50,1	0,45	60,9	0,58
Necessidades de financiamento do setor público	**abr/24**		**mar/24**		**abr/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.042,8**	**9,41**	**998,6**	**9,06**	**603,3**	**5,79**
Governo Federal**	843,3	7,61	828,5	7,51	469,6	4,51
Banco Central	110,7	1,00	86,7	0,79	76,0	0,73
Governo regional	80,6	0,73	75,4	0,68	51,0	0,49
Total primário	**266,5**	**2,40**	**252,9**	**2,29**	**-56,2**	**-0,54**
Governo Federal	-39,0	-0,35	-37,6	-0,34	-283,7	-2,72
Banco Central	0,7	0,01	0,7	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-17,8	-0,16	-23,3	-0,21	-35,6	-0,34

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de abril*

Discriminação	Janeiro-abril		Var.	abril		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**672,8**	**829,5**	**-18,89**	**228,0**	**211,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	444,8	537,6	-17,25	150,5	136,0	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	151,8	190,2	-20,20	50,5	47,5	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,2	101,8	-25,08	27,0	28,0	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**133,9**	**159,3**	**-15,92**	**36,7**	**35,0**	**4,89**
Receita líquida total	**538,9**	**670,3**	**-19,59**	**191,3**	**176,5**	**8,35**
Despesa Total	**518,6**	**620,5**	**-16,42**	**180,2**	**160,3**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	214,2	272,5	-21,38	80,7	69,0	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,2	112,7	-21,71	28,6	27,2	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	102,7	91,6	12,05	27,8	24,5	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	113,5	143,7	-21,01	43,0	39,6	8,42
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,3**	**49,8**	**-59,21**	**11,1**	**16,2**	**-31,66**

Discriminação	abr/24		mar/24		abr/23	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-15,50	-0,2	1,55	-0,2	85,94
Discrepância estatística	-2,2	641,58	-0,3	-	1,5	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**8,8**	**-**	**-1,9**	**-96,72**	**17,5**	**-**
Juros Noninimais	**-69,0**	**24,42**	**-55,4**	**-3,14**	**-39,6**	**-33,08**
Result. Nominal do Gov. Central	**-60,2**	**5,01**	**-57,3**	**-50,29**	**-22,1**	**-68,10**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

INÊS 249

LEMON.
E JAMAIS VISTA.
Gafisa
70 ANOS

Educação Ensino técnico permite que jovem desenvolva habilidades sociais, além se preparar para emprego, diz especialista da Universidade de Zurique

Curso profissionalizante vai além do mercado de trabalho, diz professor

Rafael Vazquez
De São Paulo

O aumento da produtividade e a redução da taxa de desemprego são os principais benefícios econômicos que a educação profissional traz no longo prazo. A conclusão é do economista austríaco e professor do Departamento de Economia da Universidade de Zurique, Ernst Fehr.

Pesquisador há décadas sobre interações humanas e o fundamento psicológico dos incentivos, além do comportamento social e econômico dos indivíduos, Fehr recebeu no início do mês uma comitiva de especialistas em educação do Brasil para apresentar pontos do sistema suíço que podem ajudar outros países a aprimorarem os seus sistemas de ensino.

Para o professor , um elemento essencial que pode ajudar o Brasil e outras nações da América Latina a acelerarem a performance econômico no longo prazo é a educação profissional nas escolas, principalmente no ensino médio, mas também antecipando os ensinamentos de inteligência emocional, por exemplo, já a partir do ensino fundamental.

"Quando se trabalha em uma empresa, percebe-se rapidamente que habilidades suaves como ser uma pessoa confiável, pontual e capaz de cumprir com suas promessas são importantes para que seja bem-sucedida. Quanto antes os jovens aprenderem isso, melhor", disse o professor ao **Valor**, destacando que atualmente escolas de vários países têm detectado nível alto de faltas entre alunos de 12 a 14 anos que cabulam aulas e que, embora pareça um problema menor, é importante fazer os adolescentes entenderem suas responsabilidades.

Fehr ressalta que o sistema de ensino da Suíça, que possui um consolidado modelo de educação profissionalizante a partir de período similar ao ensino médio no Brasil, ajuda os jovens não apenas a desenvolver habilidades técnicas, mas também a entender a importância das habilidades sociais. "No ensino técnico, o comportamento dos alunos muda. Quando alguém chega tarde na aula, todos já observam que aquilo está errado porque no mundo do trabalho não é assim".

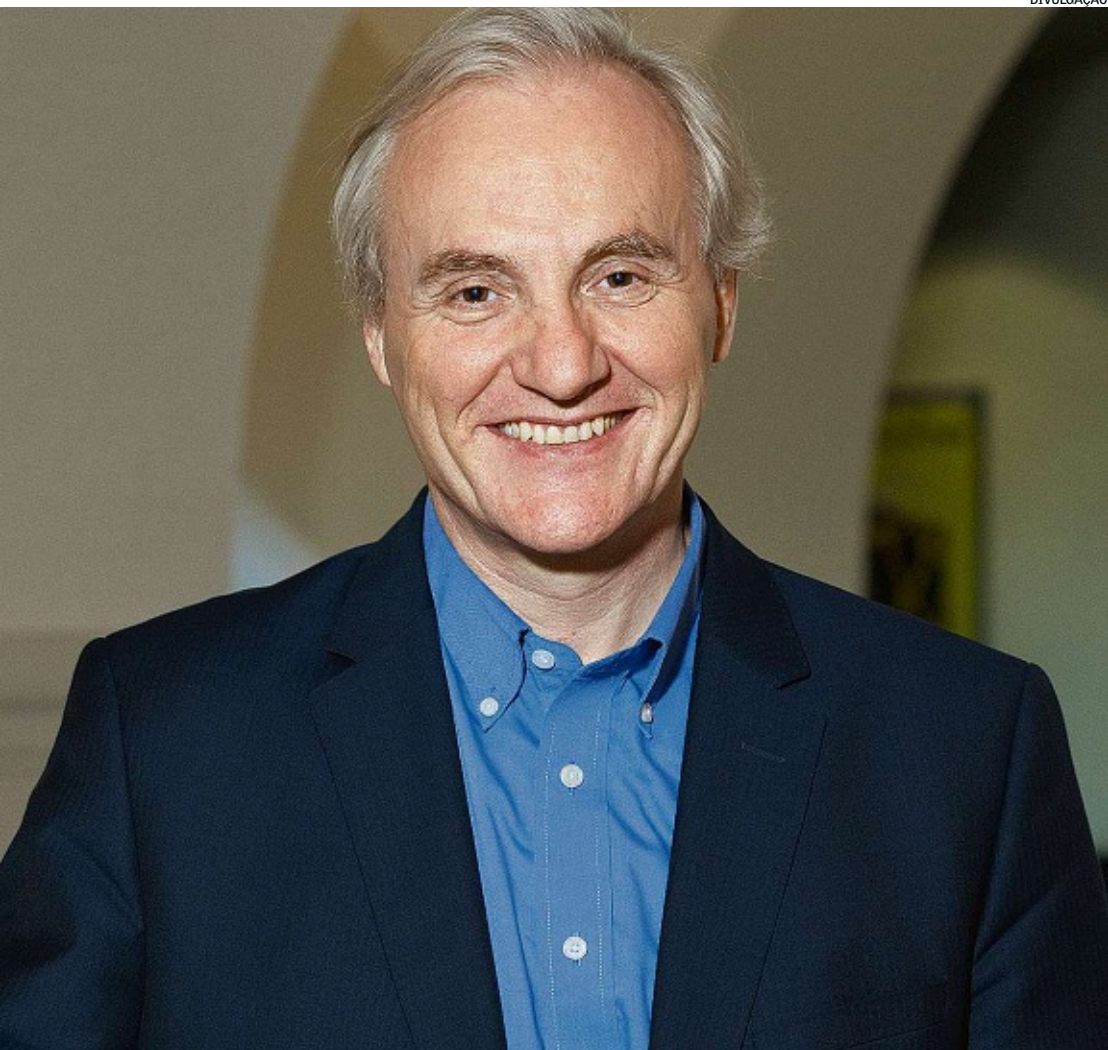
O professor exalta a educação profissional ainda pelo aspecto pragmático de preparar a juventude para o mercado de trabalho, o que facilita que ajuda as empresas a terem a demanda por mão de obra atendida, mas também faz com que os jovens suíços obtenham a própria renda desde cedo.

Fehr explica que, a exemplo do que o Brasil começou a implementar desde 2016, a Suíça possui um modelo já consolidado de trilhas profissionais no ensino médio. No sistema "dual", como é chamado no país, de 30 a 35% dos alunos assistem aulas que os preparam para entrar no mundo acadêmico, enquanto os aproximadamente dois terços dos estudantes fazem um caminho com conteúdos técnicos para profissões mais específicas. "É um sistema que acaba sendo muito efetivo no sentido de que as pessoas jovens são muito rapidamente integradas no mercado de trabalho. Por isso, temos uma taxa de desemprego muito baixa, inclusive entre os mais jovens."

No início de 2024, a taxa de desemprego da Suíça estava em 2%, o nível mais baixo em 20 anos e bem inferior à média de 6% da União Europeia, bloco de países que a Suíça não faz parte, mas compartilha o continente. O país também possui uma das taxas de desemprego mais baixas entre jovens.

"A vantagem do sistema de ensino aqui é que os estudantes adquirem as habilidades que são necessárias no mercado de trabalho. É por isso que a taxa de desemprego é tão baixa", afirma Fehr.

Conforme explica, a educação profissional suíça não impede que nenhum jovem siga a trilha para estudar no nível "terciário", que é como chamam o grau superior. O estudante tem livre escolha para seguir esse caminho desde o ensino médio e também depois que já conclui os seus estudos e está trabalhando, se assim desejar. Para o professor, a vantagem do sistema dual, no qual quase 66% dos jovens suíços acabam optando pelo ensino técnico, é que no país há índices bem menor de pessoas formadas em universidades que não conseguem trabalhar na mesma área em que estudaram.

DIVULGAÇÃO

Ernst Fehr: "Chance de bons salários cresce quando os trabalhadores desenvolvem cedo habilidades necessárias para mercado"

Ele pondera, ainda, que os jovens suíços que preferem a educação profissional e passam por aulas práticas dentro de empresas não deixam de receber aulas sobre ciências ou política. "Não é uma educação profissional para exercer só para um trabalho", comenta, adicionando a importância de que os jovens do século XXI precisam estar mais preparados para manusear e explorar o potencial de ferramentas tecnológicas, entre elas a inteligência artificial.

> A taxa de desemprego da Suíça estava em 2%, o nível mais baixo em 20 anos

Questionado sobre a viabilidade de que um modelo parecido ao suíço tenha êxito no Brasil, já que os índices sociais e educacionais dos dois países estão distantes, o professor da Universidade de Zurique reconhece o país sul-americano precisa considerar suas próprias peculiaridades no desenvolvimento do seu sistema "dual", mas apontou que o Novo Ensino Médio brasileiro pode ser bem-sucedido principalmente se as empresas se engajarem junto com as escolas.

"Se as empresas estiverem diretamente envolvidas na educação e no treinamento [dos estudantes], é mais provável que consigam as habilidades necessárias. Temos que fazer as empresas entenderem que é do interesse delas serem parte disso. Mas também é do interesse das organizações de trabalhadores profissionais [sindicatos, uniões], pois a chance de bons salários aumenta quando os trabalhadores desenvolvem cedo as habilidades necessárias para mercado."

Para o especialista, o modelo de escola com educação profissional ajudará o Brasil a reduzir a desigualdade social e econômica.

Para o CEO da Fundação Lemann, Denis Mizne, que participou da imersão da comitiva de educadores Brasil na Universidade de Zurique, entender as experiências internacionais bem-sucedidas são úteis para melhorar a discussão sobre o ensino no Brasil. "Uma vez garantida a alfabetização, entendemos que esta próxima etapa da jornada escolar de todo estudante é prioritária para que ele consiga se desenvolver, chegar ao ensino médio e concluir sua jornada escolar com aprendizado adequado e, consequentemente, bem preparado."

Projeto de lei para Plano Piloto de Brasília gera controvérsias

Flávia Maia, Caetano Tonet e Gabriela Pereira
De Brasília

O projeto de lei que altera a forma de ocupação do Plano Piloto de Brasília ainda não foi sancionado pelo governador do Distrito Federal. Ibaneis Rocha (MDB), mas gera polêmica.

De um lado, há preocupação de organismos internacionais, arquitetos e políticos de oposição porque, a depender do texto final, Brasília pode entrar na lista de "sítios em risco" da Unesco ou até mesmo perder o título de patrimônio mundial cultural. A oposição também deve questionar a lei na Justiça. Por outro lado, defensores acreditam que o texto passou por amplo debate, inclusive com anuência do Iphan, e pode garantir a preservação, segurança jurídica e o desenvolvimento da cidade.

O texto do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) enviado pelo Executivo local foi aprovado na semana passada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal e recebeu mais de cem emendas na tramitação. Agora, o documento está na Comissão de Constituição e Justiça da casa. Depois, o projeto deverá seguir para a sanção do governador.

Ao **Valor** Ibaneis afirmou que aguarda o texto com as emendas e que o secretário de Habitação, Marcelo Vaz, deve fazer exame técnico das alterações. A partir deste relatório, o governador vai analisar o que mantém e o que veta. "Mas, pelo aprofundamento das discussões na Câmara e pelo período que esse projeto foi discutido, acredito em aprovação rápida."

Vaz informou que ainda aguarda o encaminhamento da redação final com as emendas aprovadas "para que seja possível uma análise mais detalhada acerca das alterações em relação ao projeto original encaminhado".

Entre as mudanças mais polêmicas que constam no projeto e nas emendas, está a possibilidade de aumento de altura para construção em lotes dos setores hoteleiros: hotéis mais baixos (atualmente de três andares) poderão chegar a 35 metros de altura, passando a ter até 12 andares.

Outra alteração é a possibilidade de construção de áreas habitacionais em trechos destinados a clubes na orla do lago Paranoá e parcelamento de grandes áreas situadas no plano piloto.

Os críticos do projeto afirmam que as novas diretrizes de ocupação do solo podem adensar a cidade, ferem o tombamento e podem ter impactos ambientais. Os defensores argumentam que o PPCUB define, de forma clara e esquematizada, todas as regras e parâmetros que garantem a preservação da cidade com suas características originais e que houve um debate de mais de 15 anos sobre o tema.

A diretora da Unesco no Brasil, Marlova Noleto, disse que existem muitas etapas antes de uma eventual retirada do título de patrimônio cultural mundial. Após a consolidação das mudanças aprovadas no plano, o órgão enviará relatório ao Centro do Patrimônio Mundial, em Paris, responsável por analisar o estado de conservação e as possíveis intervenções em sítios do patrimônio mundial. A próxima sessão para analisar as alterações vai ocorrer em 2025.

Segundo Marlova, após a análise, se necessário, a Unesco iniciará um diálogo com o governo local para repassar as recomendações. Ela explicou ainda que, além de perder o título, Brasília pode ser colocada em uma lista de patrimônios em risco. "Mas a gente sempre faz um diálogo antes de colocar risco ou dizer que vão perder, porque a gente busca soluções sustentáveis que permitam preservar o título de patrimônio mundial."

Deputado da oposição, Fábio Félix (Psol-DF) afirmou que o partido estuda entrar na Justiça questionando parte das alterações. "É uma derrota para a cidade porque não tem cuidado ambiental, não se preocupa com a preservação." No entanto, ele pondera que na Câmara houve a vitória de que as futuras alterações de ocupação territorial passem pelo crivo da casa distrital e não possam ser feitas apenas por decreto executivo.

O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) foi consultado pelo governo do Distrito Federal durante o andamento do projeto. No entanto, o órgão não tem papel de fiscalizar o processo legislativo local, explicou o presidente da instituição, Leandro Grass.

Ele apontou ainda que algumas recomendações do instituto foram acatadas no texto da medida. "Não há, no primeiro momento, nenhum apontamento drástico que a gente possa fazer que colocaria Brasília em risco ou que a legislação federal fosse violada."

No entanto, com as alterações sofridas pelo projeto, ainda não é possível ter dimensão do que foi aprovado. De acordo com Grass, o Iphan aguarda a redação final, após as emendas, para avaliar se há desrespeito à legislação federal. "O Iphan não vai autorizar nenhuma intervenção na área tombada de Brasília que esteja fora da lei."

Em nota divulgada logo após a aprovação do projeto, o departamento do Distrito Federal do Instituto dos Arquitetos do Brasil criticou, entre outros pontos, a ausência de previsão no texto para a criação de um Comitê Gestor do Conjunto Urbanístico de Brasília e a falta de instrumentos de preservação patrimonial.

Já o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal avalia que o projeto é necessário e positivo. "A aprovação de uma lei como essa, de preservação, do conjunto urbanístico, e uma lei que traz os parâmetros urbanísticos da cidade na área tombada, é, inclusive, uma obrigação do Estado que já estava atrasada há muito tempo", disse Adalberto Valadão Júnior, presidente da entidade.

De acordo com ele, a legislação atual de Brasília é pouco clara, antiga e traz insegurança jurídica. "Essa lei, na verdade, traz a segurança de que a gente vai ter o nosso tombamento pelo resto da vida, a não ser que mude, em algum momento, o interesse da cidade."

Poderes Voto de Zanin decidiu que regra que anulou cálculo de sobras eleitorais deve retroagir

STF forma maioria para norma que muda Câmara

Flávia Maia
De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para alterar a composição atual da Câmara dos Deputados. A corte deve decidir que a norma que dispõe sobre as sobras eleitorais invalidada em fevereiro pela Corte vale para as eleições de 2022. Os parlamentares atingidos irão manter seus cargos até o fim do julgamento.

Chegou-se à maioria com o voto do ministro Cristiano Zanin, que não participou do julgamento do mérito, em fevereiro, porque seu antecessor, Ricardo Lewandowski, era o relator e já havia votado.

A análise das "sobras das sobras" na divisão das cadeiras remanescentes nas casas legislativas voltou em um julgamento virtual na quinta-feira no STF após partidos políticos ingressarem com um recurso. Em fevereiro deste ano, a Corte decidiu, que é inconstitucional o dispositivo que criou a "sobra das sobras" na divisão das cadeiras remanescentes no Legislativo. No entanto, por um placar apertado, os ministros jogaram os efeitos da decisão para frente, mantendo a composição atual da Câmara dos Deputados.

Após o julgamento, Rede Sustentabilidade, Podemos e PSB ingressaram com embargos de declaração contra a decisão do STF de não aplicar a decisão já nas eleições de 2022. Os partidos alegam que não houve o quórum qualificado de dois terços do colegiado — 8 ministros — para a aprovação da modulação dos efeitos da decisão. Portanto, as regras valeriam desde 2022.

Na manhã de sexta, quando poucos votos haviam sido depositados, o ministro André Mendonça pediu destaque, ou seja, levou a discussão para o plenário físico. Porém, mesmo com a interrupção, os ministros continuaram votando e, com o apoio de Zanin, formaram maioria para mudar o resultado anterior de modo que "a sobra das sobras" seja aplicada já nas eleições de 2022. Assim, se esse resultado se consolidar, 7 parlamentares eleitos com a ajuda da regra, podem perder os mandatos: Sonize Barbosa (PL-AP), Professora Goreth (PDT-AP), Augusto Puppio (MDB-AP), Silvia Waiãpi (PL-AP), Lebrão (União Brasil-RO), Lázaro Botelho (PP-TO) e Gilvan Máximo (Republicanos-DF). O levantamento foi realizado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Por enquanto prevalece o voto do ministro Alexandre de Moraes que acolhe o argumento da falta de quórum necessária para a modulação. Moraes também entende que não é o caso de aplicar o artigo da Constituição que diz que a lei que alterar o processo eleitoral não se aplica à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência. Para ele, na ação em análise, tem-se a situação contrária: a aplicação de uma regra inválida para as eleições de 2022 compromete a normalidade do pleito.

Moraes divergiu da relatora, ministra Cármen Lúcia, que rejeitava os embargos. Até o momento, acompanham Moraes os ministros Flávio Dino, Nunes Marques, Dias Toffoli e Cristiano Zanin. Gilmar Mendes também diverge da relatora e vota para que os efeitos da decisão valham para 2022, mas com argumentos distintos de Moraes.

Desde o julgamento do mérito da ação, em fevereiro deste ano, o ponto de maior debate entre os ministros foi sobre o momento em que a inconstitucionalidade da norma deveria começar a valer. Moraes, Dino e Gilmar encabeçaram uma corrente de que não fazia sentido contra manter parlamentares eleitos em uma regra que o próprio Supremo julgou inconstitucional.

Uma parte dos ministros entendeu que se a decisão valesse desde as eleições de 2022, criaria-se uma insegurança jurídica por conta das mudanças da Câmara dos Deputados — segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a regra não afetou as casas legislativas estaduais e municipais. Essa corrente foi defendida, sobretudo, pelo ministro Luís Roberto Barroso. Para ele, quando os parlamentares foram eleitos a regra era constitucional. Na ocasião, Barroso disse: "Muda a regra do jogo quando já se sabe quem será beneficiado", justificou Barroso.

Essa corrente também alegou ofensa ao artigo 16, que prevê a anualidade eleitoral. O artigo 16 diz que "a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência".

GUSTAVO MORENO/SCO/STF

Mendonça: ministro pediu destaque, o que leva a discussão para o plenário físico, mas colegas continuaram a depositar seus votos o que levou à formação de maioria

Benefício bilionário semicondutor de ineficiência

Bruno Carazza

Na quarta (18/06), em entrevista à rádio CBN, o presidente Lula se declarou "perplexo" diante do volume de renúncias fiscais no Brasil, que passaria da casa dos R$ 546 bilhões, e anunciou seu compromisso de rever esses benefícios, para que o ajuste das contas públicas não seja aplicado somente sobre os pobres.

Nem bem a fala de Lula deixou de ecoar, a Câmara dos Deputados aprovou, com o apoio do PT e demais partidos da base do governo, o PL nº 13/2020 que amplia e estende renúncias fiscais para os setores de semicondutores e de tecnologia da informação até o ano de 2073, mesmo prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.

Segundo estimativas da Receita Federal, a soma dos benefícios concedidos pela Lei de Informática e pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis) gira em torno de R$ 8 bilhões anuais.

Na mesma semana em que a produtora de chips Nvidia ultrapassou a Microsoft e a Apple e se tornou a empresa mais valiosa do mundo, a princípio parece razoável o Estado brasileiro conceder incentivos para o desenvolvimento de empresas ligados aos setores mais dinâmicos da economia mundial.

Esse movimento, aliás, vem sendo feito pelos países mais avançados do mundo, principalmente após a crise de semicondutores ocorrida durante a pandemia e diante do progresso avassalador da utilização da inteligência artificial. Os governos dos Estados Unidos, China, União Europeia, Coreia do Sul, Japão e Índia anunciaram nos últimos dois anos centenas de bilhões de dólares em incentivos para a promoção de uma indústria local que produza semicondutores, chips e memórias.

Após a aprovação do PL que estende os benefícios para a indústria de semicondutores no Brasil, o secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Uallace Moreira, comemorou nas redes sociais: "Esse projeto vai alavancar os investimentos do setor de semicondutores no Brasil", anunciou triunfante.

Com mestrado e doutorado pela Unicamp, Moreira tem fértil pesquisa na área de política industrial, inclusive com uma carreira internacional em entidades como BID, Cepal e Korean Institute for Economic Policy. Nas suas publicações, fica evidente a crença na estratégia de países em desenvolvimento superarem a armadilha da renda média por meio de saltos tecnológicos em setores dinâmicos, como o de tecnologia.

A experiência brasileira com a promoção da indústria de semicondutores, porém, mostra que esse processo é muito mais difícil do que se imagina.

Lançado em janeiro de 2007, o Padis concede uma série de isenções de tributos para a aquisição de insumos e bens de capital, inclusive importados, destinados à produção de chips e memórias no país, além de zerar a cobrança de Pis/Cofins, IPI e imposto de renda e contribuição sobre o lucro dessas empresas. Como contrapartida, os beneficiários devem investir pelo menos 5% de seu faturamento em P&D.

Passados dezessete anos, as empresas beneficiadas pelo programa deixaram de recolher mais de R$ 4,7 bilhões em tributos para os cofres públicos, com uma renúncia da ordem de R$ 360 milhões ao ano atualmente.

É difícil estimar qual o retorno do investimento estatal nessa iniciativa. O último relatório trienal que o Ministério do Desenvolvimento publicou sobre o programa, relativo a 2021, tem parcas cinco páginas, sendo que trechos inteiros são mera cópia das edições anteriores, de 2015 e 2018.

Por ele sabe-se que há quatro empresas produzindo chips ou memórias no país (Smart, Unitec, HT Micron e a estatal Ceitec), em diferentes estágios de desenvolvimento, com um investimento em pesquisa e desenvolvimento de R$ 90,2 milhões em 2019 como contrapartida para a renúncia fiscal.

Tampouco o Tribunal de Contas da União, o Ipea ou mesmo a academia se debruçaram seriamente sobre o programa. Num dos raros estudos sobre o Padis, Flávia Filippin, em sua premiada dissertação de mestrado na Unicamp, entrevistou executivos de empresas de semicondutores que afirmam que dificilmente as empresas produziriam no país sem os benefícios do programa. Ainda assim, um relatório de técnicos do BNDES (Rivera et al., 2015) classifica o setor como em estágio embrionário e dependente de incentivos.

Não há, porém, nenhuma avaliação séria sobre o retorno que o programa traz para a sociedade, a efetividade dos investimentos feitos em contrapartida ou os erros e acertos do programa.

Mesmo sem essas avaliações, o secretário Uallace Moreira, num artigo que escreveu antes de entrar para o governo na coletânea Bidenomics nos Trópicos, defendia o apoio do BNDES, o uso de compras públicas para criar demanda local e mais incentivos tributários como o Padis para impulsionar a produção de semicondutores no Brasil.

E assim, sem estudos técnicos prévios ou debates junto à sociedade, o governo patrocina, em parceria com o Congresso, a renovação de renúncias fiscais bilionárias, com benefício social de valor desconhecido, com previsão de durarem por mais cinco décadas.

É realmente para se ficar perplexo.

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro" (Companhia das Letras)". Escreve às segundas-feiras
E-mail bruno.carazza@gmail.com

Congresso Presidente da Câmara compromete-se com pautas de interesse de deputados ligados a Bolsonaro e da ala mais conservadora da Casa

Com promessas, Lira ganha apoio do PL para fazer sucessor

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO — 18/6/2024

Lira: candidato apontado como favorito do presidente da Câmara é o líder do União Brasil, Elmar Nascimento

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), atraiu o apoio do PL para seu candidato, seja quem for o escolhido, com promessa de pauta, verbas e cargos, segundo fontes a par das negociações. As articulações construídas por ele são conhecidas pelos pré-candidatos à sua sucessão, que veem a eventual bênção do alagoano para a disputa como uma arrancada promissora. Isso porque, logo na largada, teriam maiores chances de abocanhar o apoio de uma bancada que conta com 95 deputados.

Lira, como se verificou nas últimas semanas, prometeu pautar os projetos de interesse de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e do grupo mais conservador da Casa, o que acaba por desgastar o governo federal.

Foi assim ao decidir atender aos pedidos da bancada evangélica e pautar um requerimento de urgência para acelerar a tramitação do projeto que equipara a pena de quem recorre ao aborto após a 22ª semana de gestação à punição a quem comete homicídio simples. O gesto foi reconhecido pelo PL, que viu no movimento de Lira um desprendimento em levar adiante uma votação que desagradaria as legendas de esquerda e o governo.

Lira também afiançou um acordo para que os deputados do PL recebam uma cifra bilionária em emendas de comissão este ano, mecanismo que substituiu o extinto orçamento secreto. Ele e líderes do partido negam isso oficialmente, mas deputados da sigla confirmam o repasse — e destacam que o PL, inclusive, se aliou à base do governo para aprovar a proposta de remanejamento dessas emendas, embora o empenho delas seja, em teoria, controlado pelo governo do PT. Foi pelas mãos de Lira, por exemplo, que o PL garantiu a relatoria do Orçamento de 2024.

O partido de Bolsonaro também cobiça o cargo de 1º vice-presidente da Câmara, e quer do escolhido de Lira a garantia de que poderá ocupar esta vaga, devido ao seu tamanho — é a maior bancada. A legenda almeja ainda que o candidato sele o compromisso de respeito à proporcionalidade na distribuição de cargos e comissões na Casa.

Outro fator que leva o PL a tender endossar o nome que seja escolhido por Lira é a postura que ele vem tendo com os presidentes de comissões que são filiados à sigla comandada por Valdemar Costa Neto. Destacam a autonomia que a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Caroline de Toni (PL-SC), tem assegurado para pautar matérias que desagradam à base governista.

Líder da oposição na Câmara, o deputado Filipe Barros (PL-PR), avalia que o alinhamento a Lira e o eventual apoio do PL ao nome escolhido pelo alagoano refletem o histórico da boa relação do parlamentar do PP com os bolsonaristas.

"Há fatos históricos desde antes da campanha [de 2022], passando pela própria campanha e agora as diversas sinalizações que o Lira tem feito para a oposição. São fatos que não esqueceremos no momento em que ele definir o nome e quando batermos o martelo sobre nossa posição", disse.

O candidato apontado como favorito de Lira é o líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), que já fez diversos gestos para os aliados de Bolsonaro, como indicar o deputado Rodrigo Valadares (União Brasil -SE), apoiador do ex-presidente, para compor o grupo de trabalho que trata da regulamentação das redes sociais e do combate às "fake news".

O baiano apoiou a escolha de Valadares para a relatoria do projeto da anistia aos golpistas de 8 de janeiro na CCJ, e se juntou aos opositores do governo votando contra a manutenção da prisão do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ).

O presidente do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP) , é outro nome que trabalha pelo apoio de Bolsonaro. O ex-presidente mantém ressentimentos em relação ao dirigente partidário, a quem julga que o abandonou logo depois da eleição, mas garantiu, em conversas reservadas, que o apoiaria se ele for o escolhido de Lira. Recentemente, Pereira voltou a ser criticado pela oposição por defender a regulamentação das redes sociais.

Mais próximos do governo Lula, os líderes do PSD e do MDB na Câmara, Antonio Brito (BA) e Isnaldo Bulhões (AL), respectivamente, já se reuniram com o presidente do PL em busca de apoio, e contam com a simpatia de parte dos deputados do partido. Apesar disso, aliados de Lira veem como mais complexa uma composição que o leve a apoiar um dos dois e, por consequência, levar o PL junto.

O caso de Bulhões é considerado ainda mais difícil, em função da proximidade que ele tem com o senador Renan Calheiros (MDB-AL), rival político do presidente da Câmara.

Ainda que uma ala do partido possa se alinhar a esses nomes, o entendimento, entre membros da cúpula da legenda, é que ambos dificilmente fariam compromissos que representem uma afronta ao Palácio do Planalto.

Maior bancada eleita, partido tem desidratado

De Brasília

Maior bancada eleita na Câmara dos Deputados desde 1998, o PL do ex-presidente Jair Bolsonaro tem desidratado aos poucos desde o início da legislatura. Dos 99 eleitos, oito deputados já saíram ou estão em vias de deixar o partido. Só dois entraram na sigla. Os motivos vão desde a aproximação com o governo Lula (PT) a desavenças regionais com a chegada dos bolsonaristas — a maioria saiu criticando o "radicalismo" de quem chegou.

A deputada Magda Mofatto (GO), que estava no PL há dez anos, foi a primeira a pedir a desfiliação após seu marido perder a presidência estadual do partido para um aliado de Bolsonaro. A parlamentar é uma empresária pró-armas, ruralista e conservadora. Mesmo após a troca, se manteve na oposição ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e optou por outra sigla de direita, o PRD (antigo Patriota).

Já o deputado Yury Araújo, o "Yury do Paredão" (CE), foi expulso por se aproximar do governo. Ele posou para fotos com Lula, "fez o L" (gesto com as mãos para indicar apoio ao petista) e participou de eventos com ele no Ceará, até que Valdemar da Costa Neto, que preside o PL, decidiu expulsá-lo por "não comungar dos ideais do partido". Yury ingressou no MDB, base do governo.

Os partidos preferidos daqueles que saíram do PL, contudo, são PP e Republicanos, siglas que votam com o governo Lula no Congresso e comandam ministérios, mas se declaram "independentes" e mantêm um discurso ideológico mais à direita.

O Republicanos foi a escolha de Samuel Viana (MG), Luciano Vieira (RJ) e, na semana passada, de Jorge Goetten (SC), que ainda assumiu a presidência da sigla em seu Estado. Segundo políticos do PL de Santa Catarina, Goetten era criticado pela militância por votos a favor de projetos do governo e, por isso, teria decidido buscar uma legenda em que pudesse estar mais próximo ao Executivo, mas sem perder espaço no eleitor de direita.

> Dos 99 eleitos, oito deputados já saíram ou estão em vias de deixar o partido

O deputado negou essa aproximação ao **Valor** e disse que o governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), negociou sua filiação para que o Republicanos, até então controlado pelo ex-governador Carlos Moisés, passasse a fazer parte da sua base aliada. "Eu estava no PL há mais de duas décadas. É claro que tem alguns posicionamentos meus a favor do Brasil que tinha certa crítica [da militância], mas eu estava superfeliz no partido. Eu saí porque era importante para o governador Jorginho ter o Republicanos no apoio à sua reeleição e também porque presidir o partido da envergadura do Republicanos é excelente", afirmou.

Outro que saiu do PL após décadas foi o deputado João Maia (RN). Ele presidiu o diretório estadual do partido por 21 anos, mas o comando passou para o senador Rogério Marinho após a eleição. Maia decidiu ir para o PP dizendo que lhe foi oferecido a possibilidade de adotar postura mais "radical" contra o governo para continuar no posto, mas que não tem esse perfil e que suas votações buscam sempre o que é "melhor para o país".

O ex-governador do Rio Grande do Norte e deputado Robinson Faria também já obteve a carta de autorização para deixar o PL, mas ainda não decidiu qual sua nova sigla. Silvia Cristina (RO) assinou a ficha de filiação ao PP na semana passada.

Há ainda um grupo de cerca de 20 deputados aliados ao governo Lula, especialmente do Nordeste, que aguarda a janela de filiação em abril de 2026 para decidir se continua no partido ou vai para outro da base aliada onde tenha mais chances de se reeleger.

Por outro lado, o PL filiou dois deputados de outros partidos. Ex-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das invasões de terras, o tenente-coronel Luciano Zucco (RS) pediu para sair do Republicanos após a sigla entrar no governo. A mudança ocorreu numa troca combinada entre os presidentes das duas legendas e o PL liberou Luciano Vieira para se filiar ao Republicanos — no caso dele, por questões envolvendo as eleições municipais no Rio de Janeiro.

A outra filiação foi do deputado Ricardo Guidi (SC) com o objetivo de disputar a Prefeitura de Criciúma. Ele estava no PSD, onde enfrentava a concorrência de outros três pré-candidatos. O PL lhe ofereceu a certeza de que poderá concorrer. *(RDC e MR)*

Congresso Quatro pastas têm recursos discricionários próximos aos de um único senador

Bancadas têm mais recursos do que 14 ministérios

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL

Cida Gonçalves: pasta das Mulheres lançou cartilha com informações sobre principais programas para os quais parlamentares poderiam direcionar recursos

Julia Lindner e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Uma bancada estadual no Congresso possui mais recursos à disposição para investimentos do que 14 ministérios da Esplanada. Levantamento feito pelo **Valor** mostra que, enquanto bancadas têm direito a mais de R$ 400 milhões neste ano, pastas como Portos e Aeroportos, Mulheres, Igualdade Racial, Turismo, Esporte e Minas e Energia não chegam a essa quantia em despesas discricionárias de natureza finalística. Com isso, o governo depende muitas vezes da destinação de recursos pelo Parlamento.

Despesas discricionárias são aquelas que envolvem recursos para custeio e investimentos, o que inclui as políticas e os programas de cada pasta. Já as obrigatórias são, principalmente, para pagamento de pessoal e benefícios previdenciários.

Em 2024, os parlamentares têm à disposição cerca de R$ 50 bilhões em emendas. Somente na modalidade das emendas de bancada, são R$ 11,3 bilhões. A quantia é dividida igualmente pelos 26 Estados e pelo Distrito Federal, fazendo com que cada grupo ganhe R$ 418 milhões, independentemente do seu tamanho. Isso significa que as bancadas do Acre, Rondônia, Distrito Federal, Sergipe, Roraima, Tocantins, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e Amapá, com oito deputados cada, recebam o mesmo que a de São Paulo, que tem 70 integrantes na Câmara.

Os valores disponíveis em despesas discricionárias para 14 ministérios, por sua vez, são inferiores. É o caso do Empreendedorismo (R$ 9,3 milhões); dos Portos e Aeroportos (R$ 73,1 milhões); das Mulheres (R$ 90,8 mi); da Igualdade racial (R$ 100,3 mi); do Planejamento (R$ 132,5 mi); da Pesca (R$ 133,2 mi); do Turismo (R$ 161,9 mi); da Gestão (R$ 209,5 mi); da Fazenda (R$ 213,5 mi); do Esporte (R$ 218,2 mi); dos Direitos Humanos (R$ 232,2 mi); de Minas e Energia (R$ 253,2 mi); da Cultura (R$ 364,8 mi); e das Comunicações (R$ 392,2 mi).

Pelo Orçamento deste ano, os congressistas ainda recebem emendas individuais obrigatórias (R$ 25 bilhões), o que significa aproximadamente R$ 70 milhões para cada senador e quase R$ 40 milhões para cada deputado. Além disso, existem outros R$ 15 bilhões para emendas de comissão, herdados do antigo orçamento secreto, cujos critérios de distribuição não são claros.

Conforme o levantamento, quatro ministérios — Empreendedorismo, Portos e Aeroportos, Mulheres e Igualdade Racial — têm à disposição recursos discricionários próximos aos de um único senador. O pagamento é impositivo, ou seja, obrigatório, mas o ritmo da liberação ainda depende do Executivo.

Já em relação aos valores que foram empenhados até o momento, alguns parlamentares superam as quantias dessas pastas. Segundo o Portal da Transparência, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) já teve R$ 67,1 milhões empenhados — patamar que sete pastas ainda não atingiram. Entre as menores quantias, o do Empreendedorismo tem apenas R$ 1,5 milhões empenhado; o das Mulheres R$ 4,9 milhões; o do Turismo R$ 16,9 milhões; o da Pesca R$ 23 milhões e o da Igualdade Racial R$ 31,5 milhões .

Para Renatho Melo, do Instituto Nacional de Orçamento Público (Inop), a situação demonstra a existência de um "parlamentarismo orçamentário", que demanda também uma nova forma de lidar com o orçamento público do país. Melo destaca que a prerrogativa do parlamentar é indicar o beneficiário da emenda, ou seja, para onde vai a verba, mas o Executivo segue responsável sobre como o recurso será alocado.

"Não importa de onde vem a decisão, desde que o processo de alocação seja de qualidade, eficiente e entregando resultados. Nós temos que sair do campo do debate de quem é o dono do orçamento público para o campo do que vamos fazer com isso", disse o especialista.

Para o economista Tiago Seixas, esse cenário é reflexo do avanço do Legislativo sobre as prerrogativas orçamentárias do Executivo. "Essa lógica do Legislativo fazer a distribuição do orçamento implica numa descentralização, que, às vezes, é pouco eficiente".

O cientista político Jairo Nicolau, professor e pesquisador da FGV-Cpdoc, considera que há "uma mudança completa da natureza do presidencialismo", em que o Executivo, como delineado na Constituição de 1988, tinha uma predominância na definição das políticas públicas, cabendo ao Legislativo um papel de fiscalização e elaboração de leis. Nicolau destaca que a grande mudança se deu pela impositividade e o aumento das emendas individuais e de bancada.

"Daqui a pouco estaremos em um sistema [de governança] híbrido. Eu não classificaria assim do ponto de vista formal ainda, mas claramente estamos caminhando para outra coisa, que não é o presidencialismo que conhecemos até o primeiro governo Dilma [Rousseff]", avaliou.

Técnicos do governo ponderam que as emendas direcionadas pelos parlamentares às áreas atendidas pelas pastas complementam os recursos enviados pelos próprios ministérios. Na prática, eles alegam que os ministérios não tem à disposição apenas os orçamentos que lhes são distribuídos pela União.

Pontuam ainda que, ao retornar ao Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva desmembrou ministérios e recriou pastas com o objetivo de conseguir fazer mais ações específicas, inclusive para ministérios voltados às minorias, mas evitou que houvesse o aumento de despesas. Isso dissolveu ainda mais o orçamento da Esplanada.

Ao **Valor**, o Ministério das Mulheres informou que lançou no ano passado uma cartilha para emendas de parlamentares ao projeto de lei orçamentária anual (Ploa) para fornecer informações sobre os principais programas e ações da pasta para os quais os parlamentares poderiam direcionar recursos. Quase R$ 7 milhões em emendas de comissão foram destinadas para a implementação de Casas da Mulher Brasileira e de Centros de Referência da Mulher Brasileira.

Em nota, a pasta comandada por Cida Gonçalves diz que articula políticas para as mulheres nas três esferas federativas.

> "Daqui a pouco estaremos em um sistema híbrido"
> *Jairo Nicolau*

O Ministério do Empreendedorismo alega que a pasta foi criada em setembro de 2023, quando a peça orçamentária já havia sido enviada ao Congresso, o que acabou comprometendo o orçamento do órgão.

Comandado por Márcio França (PSB), o ministério pontua que, apesar das dificuldades orçamentárias, coordena políticas públicas como o Pronampe e tem criado outras iniciativas.

Procurados pelo **Valor**, os demais ministérios não responderam aos questionamentos até o fechamento da edição.

Protagonismo do Congresso
Valos de gastos não obrigatórios por pasta (em R$ milhões)

Ministérios	Despesas discricionárias
Empreendedorismo	9,3
Portos e Aeroportos	73,1
Mulheres	90,8
Igualdade racial	100,3
Planejamento	132,5
Pesca	133,2
Turismo	161,9
Gestão	209,5
Fazenda	213,5
Esporte	218,2
Direitos Humanos	232,2
Minas e Energia	253,2
Cultura	364,8
Comunicações	392,2
Emendas de bancada	R$ 418 milhões (para cada bancada)

* Todas as bancadas recebem o mesmo valor

Entrevista Relator da LDO sinaliza ser favorável à discussão sobre as desvinculações dos pisos constitucionais da saúde e da educação

'Vou ver se o Haddad quer dar um beliscão nas vinculações'

Julia Lindner, Caetano Tonet e Fernando Exman
De Brasília

Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025, o senador Confúcio Moura (MDB-RO) se prepara para ser recebido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ao chefe da equipe econômica, perguntará se ele não quer aproveitar o seu relatório, que deve ser apresentado em breve, para dar um "beliscão" nas vinculações de gastos no Orçamento. Em entrevista exclusiva ao **Valor**, o parlamentar sinalizou ser favorável a alguma forma de discussão sobre as desvinculações de pisos constitucionais da Saúde e Educação.

Confúcio demonstrou alinhamento à sua correligionária e ministra do Planejamento, Simone Tebet, em relação a alterações em benefícios temporários. E disse, que o governo enfrentará dificuldades no Congresso para rever subsídios, discussão colocada no âmbito da revisão de gastos orçamentários diante da pressão da sociedade para que o setor público corte despesas.

Confúcio Moura foi secretário estadual de Saúde, deputado federal, prefeito de Ariquemes e governador de Rondônia entre 2011 e 2018. Com sua experiência, diz que ajustes são necessários, mas devem ser feitos aos poucos para superar as resistências políticas.

O relator também confirma que pretende manter o valor das emendas parlamentares em cerca de R$ 50 bilhões, acima do previsto pelo governo, mas rejeita a possibilidade de tornar as emendas de comissão impositivas.

A seguir os principais pontos da entrevista ao **Valor**:

Valor: *Como estão as conversas com os ministérios sobre o relatório? Elas ocorrem em meio a críticas sobre a política fiscal do governo.*

Confúcio Moura: Eu estou visitando os ministérios para ver se é aquilo mesmo que eles querem, se tem alguma coisa a alterar ou alguma sugestão. O próprio presidente [Lula] falou no corte de gastos, no contingenciamento de recursos, então eu estou ouvindo os ministros. Fui com a Marina [Silva, ministra do Meio Ambiente], na Saúde, no MEC [Ministério da Educação], vou ao Ministério do Transportes. A Agricultura já foi e já está agendado com [ministro da Fazenda, Fernando] Haddad. O Haddad eu vou deixar para o fim, para ele fazer o arremate. Fui a vários ministérios e vou começar depois a ouvir os próprios parlamentares da Comissão de Orçamento. O relatório tem que ser uma expressão do colegiado.

Valor: *Há demandas das pastas?*

Moura: Alguns têm dado sugestões escritas. Outros falaram: "Está bom, não precisa mexer em nada. Está tudo de acordo". O meu objetivo é fazer o meu relatório o mais rápido possível. Eu não quero levar até o fim do ano. Ano passado, [a votação da LDO] foi mais longe porque não tinha o arcabouço fiscal, que foi aprovado em agosto.

Valor: *A ministra Marina Silva tem reclamado do orçamento...*

Moura: No Meio Ambiente, a dúvida maior é que eles têm o Fundo Amazônia, têm dinheiro. Mas quando eles aprovam algum projeto do Fundo Amazônia, vamos supor de R$ 1 milhão, eles têm que vir aqui no ministério tirar do orçamento dela. É um dinheiro extra que está lá no fundo, no BNDES, mas é um dinheiro que, quando é materializado, abate do orçamento e ela fica com muita dúvida: "Eu vou aprovar esse projeto e vai me atrapalhar o custeio da minha máquina e o custeio dos meus investimentos na área ambiental". Ela quer que se arrume um jeito desse dinheiro que vem do Fundo Amazônia, não altere a vida, porque o orçamento dela é pequeno.

Valor: *Há pedido semelhante em outra área?*

Moura: Da mesma forma as universidades, como a UnB [Universidade de Brasília], que têm receitas próprias elevadas. Ela aluga área, tem muitos apartamentos, tem de posto de gasolina, tudo ali terceirizado. Ela tem arrecadação própria, mas quando vem esse recurso, cai no caixa e ela não pode gastar.

Valor: *Como o senhor analisa a possibilidade de desvinculação de receitas?*

Moura: Isso eu vou falar com o ministro Haddad, se ele quer dar um beliscão nessas vinculações. A maioria das vinculações está na Constituição, então tem que ser PEC mesmo. Na lei orçamentária, eu tenho que me consultar com a equipe aqui da assessoria do Senado para saber se pode alterar alguma. O que a Simone propõe é alterar para os benefícios previdenciários, não é para pensar na aposentadoria. Esse penduricalho de benefício, e que tem mais uns seis ou sete, é que ela gostaria que aquilo não fosse vinculado ao aumento do salário mínimo. Auxílio defeso e aposentadoria rural, por exemplo, eles não contribuem [para a Previdência]. É uma série de coisas que dá para ir fazendo, mas com muita sutileza. Se você atacar aposentadoria rural assim de cara, vai dar um choque, uma reação grande de política. Ninguém vai querer votar nisso. Se [um beneficiário] não contribui mas recebe como aposentadoria rural, então ele devia ser creditado como um benefício e não como aposentadoria. Esse é o drama.

> "Se você atacar aposentadoria rural assim de cara, vai dar um choque, uma reação grande política"

Valor: *O senhor vê viabilidade política para esse debate avançar?*

Moura: São coisas políticas de desgaste e o Lula falou em entrevista recente: "Eu não vou fazer ajuste fiscal em cima de pobre". Se o presidente não aprova, o Haddad por certo também não vai querer confrontar. De que adianta ele falar uma coisa se o presidente não autoriza? Mas, que precisa fazer essas alterações, mesmo que gradualmente, precisa. Hoje está em R$ 200 e poucos bilhões de [despesas] discricionárias. Com o passar do tempo, a previsão para 2030 é de R$ 20 bilhões se continuar com isso. E nisso já está tudo, desde pagamento de custeio de energia e aluguel, água, luz e telefone, até os investimentos em rodovias. Se vier uma calamidade como essa do Rio Grande do Sul, não vai ter dinheiro disponibilizado. Teria que ter um crédito extraordinário para socorrer a calamidades, que vão ser agora crescentes. Esses ajustes têm que se fazer para dar uma margem pequena para essas intercorrências que vão surgindo na vida diária de um administrador público.

Valor: *Há clima para aprovar uma PEC nesse sentido?*

Moura: Este ano não dá nem para começar porque é um ano político [eleitoral]. Quando fala em Previdência... é só ver quanto tempo demorou para aprovar essa reforma que o [ex-presidente Jair] Bolsonaro aprovou.

Valor: *E os militares ficaram de fora, há críticas nesse sentido...*

Moura: Todo mundo tem medo de mexer com militar, né? Mas precisa ser feito. Nem que seja toques gradativos, precisa fazer. Uma reforma que vai entrando em ação no método de não ferir o direito já adquirido. "Eu estou aqui, perto de ir para reserva, mexa comigo não, por favor." Mas os meninos que forem entrar já entram numa nova lógica. Coloca uma data de forma progressiva. Tem que ser assim para amansar um pouco a reação, senão, não passa.

Valor: *O senhor citou a tragédia do RS. Irá fazer algum ajuste no texto para prever recursos destinados ao combate a catástrofes climáticas e prevenção?*

Moura: O texto já fala da disponibilidade de recursos em uma reserva para os eventos extremos. Vamos ouvir agora a própria bancada do Rio Grande do Sul que deve entrar com muitas emendas. A turma dos gaúchos vai colocar bastante coisa na LDO.

Valor: *O senhor trabalha com a meta fiscal zero?*

Moura: O arcabouço foi aprovado e está vigendo. Temos que acreditar, o objetivo do governo é meta zero. Mas, se tiver superávit a mais, é muito positivo. Fazer corte e aumentar receita é positivo e saudável para o Brasil.

Valor: *Mas está otimista com a possibilidade de superávit?*

Moura: As estimativas do sistema financeiro não estão divergindo muito das do próprio governo. Nas tabelas, estão próximos quanto à taxa de juros, crescimento econômico, déficits e metas fiscais. No ano passado, por exemplo, ninguém esperava ser crescimento [do PIB] de 2,9%, achavam que ia ser bem mais baixo. Foi surpreendente e foi positivo. Eu tenho esse otimismo comigo porque a austeridade gera uma repercussão muito positiva. Se o governo for austero, ele termina fazendo coisas que não projetou no Orçamento. Não precisa ser nos grandes gastos, a gente pode começar com os pequenos gastos.

Valor: *Algumas propostas no Congresso, como PEC do Quinquênio, podem atrapalhar nessa busca por superávit?*

Moura: O senador Esperidião Amin [PP-SC] fez um discurso chamando a atenção para a responsabilidade do Congresso em aprovar muitas coisas de uma maneira impulsiva e depois vem o estrago lá na frente, os gastos. Quinquênio, subsídios e incentivos fiscais. Nós estamos combatendo subsídios e dando subsídios para energia, com o hidrogênio verde. Nós não temos nada de hidrogênio verde e talvez o incentivo hoje seja para atrair e criar essa cadeia nova de produção, principalmente no mar. Então a análise do incentivo para o hidrogênio deve ser com essa mentalidade. Mas essa cautela o Congresso deve ter. É muito fácil conceder incentivos. Dar é fácil, mas tirar é a coisa mais difícil do mundo. Todos nós votamos pela Zona Franca de Manaus, mais 50 anos de incentivos.

Valor: *Além da Zona Franca de Manaus, outro grande incentivo é o Simples.*

Moura: O Simples e o Proagro. Quando entra nesse debate de perder o Simples, parece que o mundo vai cair. Quando foi para criar o Simples, o Microempreendedor Individual (MEI), eu fiquei muito admirado da criatividade da época do Lula de ter criado o MEI pagando R$ 50, R$ 60 por mês de previdência. Hoje, ele está vendo que o furo é enorme e não cobre.

ROQUE DE SÁ/AGÊNCIA SENADO

Moura: "Sou favorável que o BC tenha autonomia financeira. Não pode ficar dependendo de pedidos orçamentários"

Valor: *Não é curioso o próprio presidente se dizer surpreso com o nível de subsídios criados?*

Moura: O presidente ficou espantado com os quase R$ 600 bilhões em incentivos. Ele não sabe esses detalhes técnicos.

Valor: *Mas muitos foram criados nos governos dele...*

Moura: Vai criando devagarzinho e não percebe o rombo que vai dar tudo isso. Não é fácil tirar subsídios.

Valor: *O ministro Haddad já disse também que os cortes precisam começar pelos grandes salários. O senhor pretende conversar com o Judiciário?*

Moura: Não está na minha meta conversar com o Judiciário. Dependendo das emendas que surgirem, eu vou lá conversar. Essa autonomia financeira e orçamentária que eles têm... eu tenho que ver as recomendações do Tribunal de Contas da União.

Valor: *Como o senhor avalia os parâmetros econômicos colocados pelo governo. Será necessário revê-los? O projeto do Executivo prevê um crescimento de 2,8%, IPCA de 3,1%, Selic [taxa over acumulada no ano] a 8,05% e taxa de câmbio média de R$ 4,98.* **Isso permanece dentro do cenário traçado pelo senhor ou precisa mudar?**

Moura: Esses dados estão bem evidentes já. Mercado e governo estão acreditando que no fim do ano que vem a Selic chega em 9%, um pouco mais, um pouco menos. Com a cautela e a autonomia do Banco Central, vamos imaginar que neste ano chegue a 10%, então vai fugir totalmente das metas. Quando foge o juro dessa meta, altera a dívida pública.

Valor: *Mudanças nas estimativas de PIB e inflação também têm impacto no Orçamento, com mais ou menos espaço para gastar...*

Moura: Quem trabalha o Orçamento, trabalha com juros, inflação, câmbio, crescimento econômico e salário mínimo. São esses parâmetros. Já estive com Simone e o Alexandre Padilha [ministro das Relações Institucionais] conversando, ainda não se falou nada de alterar esses itens. Mas trabalhamos semanalmente com esses indicadores e na Bolsa houve uma enxurrada de dinheiro saindo do Brasil, então com esse descrédito temos que analisar tudo isso. Vou conversar com o Haddad e ele é muito sensível, muito sensato.

Valor: *É possível perceber que o senhor está preocupado com a reação do mercado.*

Moura: Muito. Tenho recebido aqui os agentes financeiros e eles estão muito preocupados também. O ideal seria pequenos cortes [no Orçamento] para aproximar da realidade porque, se a economia desmente o que eles estão projetando, até para investir fica difícil. Esses pequenos ajustes primeiros têm que sair do Ministério da Fazenda, aí altero e justifico para o plenário. Eu, quando era prefeito, fazia ajuste fiscal. O meu ajuste era grosseiro, era contingenciar recurso. No governo também. Até sem necessidade eu contingenciava para frear o ímpeto gastador e lá em setembro, se faltar dinheiro, complementa. Aqui é a mesma coisa. Tem que ir fazendo os ajustes. Eu sou muito favorável, a Simone também é, de contingenciar recursos. No início é uma chiadeira, mas depois esquecem e começam a economizar, economizar, economizar. Tem que ser austero e demonstrar essa austeridade. Essa avaliação de políticas públicas, a qualidade do gasto, é muito importante.

> "Todo mundo tem medo de mexer com militar, né? Mas precisa ser feito. Nem que seja gradativo"

Valor: *Pretende fazer mudanças no seu parecer sobre as emendas parlamentares?*

Moura: As RP 6 (emendas individuais) e RP 7 (emendas de bancada) são impositivas e já estão na Constituição. Não se fala em vinculação das emendas de comissão (RP 8), que eu sou contra também. Vincular mais um tipo de emenda é engessar o Orçamento. É engessamento demais. O bom senso deve prevalecer. Isso é um ou outro que defende, mas é um empoderamento gigantesco, um avanço muito grande do Legislativo sobre o Executivo. Lá atrás, no [governo] Fernando Henrique, tinha até uma PEC que eu apresentei que vinculava as emendas individuais. Lá na frente, essa impositividade [das individuais] voltou, o que já foi um empoderamento. Era uma margem de manobra porque naquela época as emendas não saíam assim, não. Se o cara votasse contra aqui, nem no Palácio do Planalto era recebido. Era um castigo danado. Hoje todo mundo recebe, a oposição pode criticar à vontade.

Valor: *Mas vê alguma chance de algo ser alterado?*

Moura: Essas emendas estão tão incrustadas na cabeça dos parlamentares que eu tenho certeza que qualquer iniciativa no sentido de acabar com isso agora não consegue passar.

Valor: *Isso também pode ser discutido no STF?*

Moura: Pode, já está sendo. O STF já está interferindo. Essas emendas vinculativas, que são obrigatórias, pelos usos e costumes não são fáceis derrubar. Mas, lá na frente, pode ser feita uma dessas reformas orçamentárias e podem ser alteradas.

Valor: *Há dificuldades para a governabilidade com isso?*

Moura: Está cada vez mais difícil. Se não mudar, a gente não pode acreditar que sempre terá aumento de receita, porque tem um limite. Até quando a gente pode aumentar receita?

Valor: *Esse ano o valor das emendas vai ficar similar ao anterior, em cerca de R$ 50 bilhões?*

Moura: Eu acredito que o valor está bom demais.

Valor: *Tem quem defenda o mesmo valor, mas corrigido...*

Moura: Eles querem o valor sobre as receitas correntes líquidas, mas eu não vejo margem de aumento. Se aumentar muito, paralisa o governo.

Valor: *O senhor apoia a autonomia financeira do Banco Central, em discussão no Senado?*

Moura: Eu acho que eles já sabem o que eles gastam. E eles já têm autonomia de poder, não coincidente até com os mandatos [presidenciais]. Então, eu sou favorável que o BC tenha autonomia financeira. Tem que ter autonomia para não ficar dependendo de pedidos orçamentários. Para ser independente mesmo, autônomo, falar grosso, tem que ter autonomia lá para negociar salários. Ele que corte ali dentro.

Valor: *A eventual autonomia financeira do BC pode constar na LDO do ano que vem? Se aprovar a PEC precisa ter um ajuste...*

Moura: Esse assunto não estava na minha agenda, mas farei essa pergunta ao Haddad.

Europa Pesquisa indica que mais franceses confiam no partido de Marine Le Pen para gerir as finanças do país do que nos demais

Economia é motivo de apoio a extrema direita na França

Ben Hall, Ian Johnston e Steven Bernard
Financial Times, de Paris e Londres

MICHEL EULER/AP

Partido de Marine Le Pen parece se beneficiar de decepções com a esquerda de François Hollande e o macronismo

Os eleitores franceses confiam mais no Reunião National (RN), de extrema direita, do que em qualquer outro partido para gerir a economia do país e as contas públicas, apesar de sua falta de experiência de governo e de seus planos de gastos e de cortes de impostos não incluírem formas de financiamento.

Os números de uma pesquisa da Ipsos, feita para o "Financial Times", mostram a dura batalha diante da aliança de centro de Emmanuel Macron, chamada Ensemble, até as eleições de 30 de junho. A estratégia da campanha da aliança está centrada em convencer o eleitorado de que dar o poder a um governo de esquerda ou de extrema direita destruiria a economia da França e, em última análise, exigiria aumentos drásticos nos impostos.

Realizada entre 19 e 20 de junho, a pesquisa mostrou que 25% dos entrevistados têm mais confiança no RN, de Marine Le Pen, para tomar as decisões corretas em questões econômicas, em comparação com os 22% que confiam mais na Nova Frente Popular (NFP) de esquerda e dos apenas 20%, na aliança de Macron.

O RN ficou em primeiro lugar em melhorar o padrão de vida, combater a inflação e reduzir impostos. De forma notável, também ficou em primeiro lugar na redução do desemprego, um grande sucesso da presidência de Macron, durante a qual o desemprego caiu para o menor nível em 15 anos, para depois voltar a aumentar um pouco em 2023.

De forma também surpreendente, 23% dos entrevistados dizem confiar mais no RN para reduzir o déficit público e a dívida. A aliança de Macron e a NFP, que têm amplos planos de impostos e gastos, ficaram empatadas com 17%.

Os dados parecem corroborar a mensagem que os técnicos da campanha de Macron dizem ouvir nas ruas: tendo já tentado todo o resto, os eleitores estão dispostos a dar uma chance ao RN.

"Essa dinâmica está, sem dúvida, ligada à estratégia de 'normalização' do RN, mas também à decepção causada pela esquerda sob o presidente François Hollande e, depois, pelo macronismo, e às dificuldades da esquerda em apresentar uma oposição a Macron que seja crível e coerente", disse Mathieu Gallard, pesquisador da Ipsos.

"Neste contexto, o RN é visto como um partido que é, se não competente, no mínimo, não é menos competente que outras formações políticas."

Uma pesquisa da Elabe para a BFM TV e o jornal "La Tribune Dimanche" publicada no sábado

> Tendo já tentado todo o resto, os eleitores estão dispostos a dar uma chance ao RN

Crença na extrema direita
Pesquisa mostra que eleitores franceses acreditam mais no partido de Marine Le Pen para lidar com a economia (%)

Partido	%
Reunião Nacional	25
Nova Frente Popular	22
Aliança Ensemble	20
Os Republicanos	11
Nenhum deles	22

Fonte: Ipsos/Financial Times

(22) também mostra que o programa econômico do RN é visto mais positivamente que os da esquerda e da aliança de Macron. Por outro lado, constatou que 62% dos entrevistados não consideram o programa do RN crível, em comparação com os 36% que o consideram.

Apesar dos apelos de seu próprio campo para ficar fora da campanha e, assim, não torná-la um simples plebiscito sobre sua presidência, Macron divulgou uma carta ao povo francês na noite de domingo, defendendo seu histórico e conclamando-os a rejeitar os extremos e votar nos moderados. "Esta terceira via é a melhor para o nosso país", disse Macron. Ele também insistiu que permaneceria como presidente até 2027.

A extrema direita participou da eleição presidencial de 2022 com políticas cujos custos foram estimados, de forma independente, em € 100 bilhões por ano. Nos últimos dias, Jordan Bardella, presidente do RN e seu candidato a primeiro-ministro, encolheu essas promessas e disse que primeiro faria uma auditoria das contas públicas.

Ainda assim, o partido está comprometido em cortar de imediato os impostos sobre o valor agregado da energia e dos combustíveis e em reverter o aumento da idade da aposentadoria aprovado por Macron, de 64 para 62 anos. Só essas duas políticas poderiam custar de € 20 bilhões a € 30 bilhões por ano, segundo analistas.

Economistas advertem que os planos do RN carecem de propostas sérias para geração de arrecadação. Olivier Blanchard, ex-economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI), disse que os planos do RN são "fiscalmente irresponsáveis". "Presentes custam dinheiro. O dinheiro não está lá, pelo menos não no programa."

Os aliados de Macron tentam se apresentar como o único partido crível para governar e retratar os oponentes como imprudentes.

A experiência de poder do RN consiste em governar duas pequenas cidades no Sul da França.

"Sete anos de trabalho podem ser destruídos por sete dias de [más] decisões [...] não sucumbam ao canto da sereia do RN", disse Bruno Le Maire, ministro de Economia da França, a um grupo de líderes empresariais franceses na semana passada.

O governo também atacou as credenciais econômicas da NFP, um grupo que inclui o partido de extrema esquerda França Insubmissa, os Socialistas de centro-esquerda, os Verdes e os Comunistas.

Na sexta-feira, a NFP delineou novos planos de gastos que custariam € 150 bilhões nos três anos até 2027, financiados em grande parte por fortes aumentos de impostos sobre os ricos e as empresas. O bloco de esquerda sustenta que seus planos não aumentariam o tamanho do déficit.

O primeiro-ministro do país, Gabriel Attal, que lidera a campanha da aliança governista composta por três partidos, disse que os planos da esquerda equivalem a um "espancamento tributário". Blanchard disse que os impostos poderiam ser "quase confiscatórios por natureza".

Em um sinal da importância das eleições não apenas para a França, mas para suas relações com a União Europeia, o primeiro-ministro da Alemanha, Olaf Scholz, disse à emissora de TV ARD no domingo que "esperava que fossem bem-sucedidos na

35,5%
Intenções de voto para o RN

eleição os partidos que não fossem [o de] Le Pen, por assim dizer", em uma rara intromissão em questões políticas da França.

Por sua vez, o governo de Macron, que simboliza a continuidade política, deu margem para ataques à forma como administra a economia, ao ter permitido um aumento no déficit francês para 5,5% do Produto Interno Bruto, o segundo maior da região do euro. A dívida está em 110% do PIB.

A inflação também assolou a reputação do governo quanto à melhora nos padrões de vida, sendo que as pesquisas da Ipsos mostram isso como sendo uma prioridade para os eleitores.

De acordo com 32% dos consultados, esse é o fator mais importante na decisão do voto, em comparação com os 20% que citam a economia e as contas públicas. Nesse tema, 30% dos eleitores confiam mais no RN, em comparação com os 29% na NFP e apenas 16% na aliança de Macron.

Gallard disse que os resultados são "realmente catastróficos para o partido presidencial, que aparentemente não tem força real para apresentar".

Em termos de intenções de voto para o primeiro turno, a Ipsos projeta o RN com 35,5%, a NFP, com 29,5%, e os centristas em queda, com 19,5%, em linha com outras pesquisas recentes. As projeções recentes sobre a distribuição dos assentos sinalizam que a França ruma a um Parlamento sem maioria, com o RN como o maior partido.

A pesquisa consultou 2 mil pessoas, que são eleitores registrados com 18 anos ou mais.

(Tradução de Sabino Ahumada)

Alianças da Rússia ganham nova dimensão

Warren P. Strobel e Michael R. Gordon
Dow Jones, de Washington

A cooperação militar da Rússia com Irã, Coreia do Norte e China se expandiu para o compartilhamento de tecnologias sensíveis que podem ameaçar os EUA e seus aliados após a guerra na Ucrânia terminar, segundo autoridades das áreas de defesa e inteligência dos EUA.

A rapidez com que os laços de segurança entre os rivais dos EUA se expandem, e sua profundidade, tem surpreendido analistas de inteligência americana em alguns momentos. Eles disseram que a Rússia e os outros países deixaram de lado rivalidades históricas para se contrapor de forma conjunta ao que consideram um sistema mundial dominado pelos EUA.

As relações militares começaram a se estreitar depois da invasão da Ucrânia iniciada pelo presidente russo, Vladimir Putin, em fevereiro de 2022. Com os primeiros reveses no campo de batalha e as sanções ocidentais, a Rússia passou a procurar desesperadamente por novas fontes de armamentos.

Mas os acertos se transformaram aos poucos em acordos de produção conjunta, transferências de tecnologia e fornecimento de trabalhadores que, segundo autoridades, estão melhorando as capacidades de longo prazo de Moscou e, possivelmente, as de Teerã, Pyongyang e Pequim.

Durante muitas décadas, a ex-União Soviética exportou o equivalente a bilhões de dólares em armas para o mundo em desenvolvimento. Hoje, a relação se inverteu em parte, enquanto Moscou revira o planeta em busca de armas para sustentar sua guerra na Ucrânia, que está em seu 28º mês.

"A guerra da Rússia na Ucrânia tem apoio de China, Coreia do Norte e Irã", disse o secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), Jens Stoltenberg, na terça-feira, em uma entrevista conjunta com o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken. "Eles querem ver os EUA fracassarem. Querem ver a Otan fracassar. Se tiverem êxito na Ucrânia, isso nos tornará mais vulneráveis e o mundo, mais perigoso."

O Irã ajudou a construir uma fábrica de drones armados letais na região do Tartaristão, na Rússia, que autoridades americanas acreditam já estar operacional e é capaz de produzir anualmente milhares de drones Shahed-136. Autoridades dos EUA preveem que ela se expandirá para fabricar outros tipos de drones.

"Isso é algo que a Rússia terá depois da guerra", disse uma autoridade da área de defesa dos EUA. Na sua avaliação, o que começou como um relacionamento transacional hoje é uma "transferência de conhecimento".

Do seu lado, segundo essa autoridade, o Irã pode observar como seus drones se saem em condições de guerra, já que a Rússia tem lançado dezenas e dezenas deles na Ucrânia. O perigo, acrescentou, é "que todas essas lições voltem para o Oriente Médio".

A China e a Rússia também trabalham juntas para produzir drones não letais dentro da Rússia, de acordo com uma alta autoridade do governo do presidente dos EUA, Joe Biden.

"Eles acreditam que podem negar que isso aconteça, porque parece que eles apenas compartilham tecnologia e produção sobre o que são veículos aéreos não tripulados disponíveis comercialmente em todo o mundo", disse uma segunda autoridade da área de defesa.

28
Número de meses da guerra na Ucrânia

Os laços cada vez mais amplos da Rússia com adversários de Washington ficaram muito evidentes esta semana, durante a visita de dois dias de Putin à Coreia do Norte, onde se encontrou com seu líder, Kim Jong-un. Autoridades dos EUA e da Coreia do Sul afirmam que a Rússia poderia oferecer tecnologia espacial e outros sistemas avançados a Pyongyang em troca de munição de artilharia e mísseis balísticos de curto alcance que, segundo elas, a Coreia do Norte já fornece para a guerra da Rússia na Ucrânia.

A Rússia retribui com o fornecimento de derivados de petróleo para a Coreia do Norte, de acordo com autoridades dos EUA. O temor é que o apoio de Moscou se estenda para o campo militar.

Autoridades e ex-autoridades americanas disseram que os laços de segurança ampliados da Rússia com Coreia do Norte, Irã e China não equivalem, até o momento, a uma aliança militar formal, como é a Otan no Ocidente, e são, basicamente, uma série de trocas bilaterais entre a Rússia e cada um dos outros três países.

"Para a Rússia, a Coreia do Norte e até mesmo a China, isso tudo é um casamento de conveniência, baseado na convergência ou no alinhamento de interesses e objetivos neste momento, e não um caso de amor apaixonado", afirmou Sue Mi Terry, ex-autoridade da Agência Central de Inteligência (CIA) e da Casa Branca, em um podcast recente patrocinado pelo centro de estudos Center for Strategic and International Studies.

Contudo, os primeiros contornos de um novo eixo já surgiram, com sinais de cooperação estratégica e diplomática mais ampla.

A China tem estado no centro de um esforço para reforçar laços comerciais com países que sofrem sanções dos EUA, como Rússia, Venezuela e Irã, para se proteger de medidas financeiras de Washington, de acordo com autoridades ocidentais e dados alfandegários.

No mês passado, a diretora de Inteligência Nacional dos EUA, Avril Haines, disse aos parlamentares que pela primeira vez a China e a Rússia estão promovendo exercícios militares conjuntos, que parecem se concentrar em Taiwan, a ilha autônoma que Pequim reivindica como seu território.

Em março, a Rússia usou seu poder de veto no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) para impedir que a instituição continuasse a monitorar as sanções internacionais contra a Coreia do Norte. Segundo autoridades dos EUA, a medida tinha como objetivo evitar o escrutínio sobre o canal de fornecimento de armas entre Pyongyang e Moscou.

A China já enviou grandes quantidades de equipamentos de uso duplo (que não são destinados a uso militar, mas podem ter aplicações militares), como máquinas-ferramentas, componentes microeletrônicos para a indústria de defesa da Rússia, sistemas ópticos para tanques e veículos blindados e motores turbo para mísseis de cruzeiro, segundo essas autoridades. Elas acrescentaram que a China também tem ajudado a Rússia a melhorar seus satélites e outras capacidades espaciais para uso na Ucrânia.

"Eles são muito cuidadosos, mas estão muito perto de passar do limite", afirmou uma autoridade da área de defesa. "Eles têm feito tudo o que podem para apoiar os russos sem ter de arcar com as consequências."

> "Eles querem ver os EUA fracassarem. Querem ver a Otan fracassar"
> *Jens Stoltenberg*

Netanyahu vê combate intenso perto do fim

Reuters, de Jerusalém

O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, disse no domingo que a fase de combates intensos contra o Hamas na Faixa de Gaza está chegando ao fim, mas que a guerra não terminará até que o grupo islâmico deixe de controlar o enclave palestino.

Uma vez que os combates intensos acabem na Faixa de Gaza, segundo Netanyahu, Israel terá condições de deslocar mais forças ao longo da fronteira norte, com o Líbano, onde as lutas contra o Hezbollah, apoiado pelo Irã, têm se intensificado.

"Depois que a fase intensa estiver terminada, teremos a possibilidade de transferir parte das forças para o norte. E faremos isso. Primeiramente, para fins defensivos. E, em segundo lugar, para levar nossos residentes [evacuados] de volta para casa", disse Netanyahu, em entrevista à rede de TV israelense Channel 14. "Se pudermos, faremos isso diplomaticamente. Se não, faremos de outra maneira. Mas levaremos [os residentes] de volta para casa", disse. Muitas cidades israelenses próximas à fronteira com o Líbano foram evacuadas durante os combates.

Questionado sobre quando a fase de combates intensos contra o Hamas terminará, Netanyahu respondeu: "Muito em breve". No entanto, os militares ainda continuarão na Faixa de Gaza. "Não pretendo terminar a guerra e deixar o Hamas como está", disse.

Netanyahu também reiterou sua oposição à ideia de que a Autoridade Palestina, com sede na Cisjordânia, governe a Faixa de Gaza em vez do Hamas.

Também no domingo, testemunhas palestinas disseram que oito palestinos foram mortos por um ataque aéreo israelense a uma escola técnica perto da cidade de Gaza que está sendo usada para distribuir ajuda. "Algumas pessoas estavam vindo receber cupons e outras tinham sido desalojadas e estavam abrigadas aqui", disse Mohammed Tafesh, uma das testemunhas. Um fotógrafo da Reuters viu um prédio completamente demolido e corpos cobertos ao lado da estrada.

(Tradução de Sabino Ahumada)

Valor ECONÔMICO

Riscos climáticos exigem mais planejamento e ação

Mais desastres climáticos se avizinham, depois da tragédia das águas que provocou enorme destruição e 177 mortes no Rio Grande do Sul. O Ministério do Meio Ambiente chamou atenção para nova seca devastadora no Pantanal, cuja estação de chuvas foi decepcionante, e o bioma já está sendo abatido por incêndios antes mesmo da estação seca. Na Amazônia, os focos de fogo duplicaram de janeiro a maio em relação a 2023. Esse padrão desolador tende a se repetir com mais frequência, alertam os cientistas: a maior parte do território brasileiro será assolada por fortes secas e, no Sul e Sudeste, por chuvas tão intensas como as que caíram no Rio Grande do Sul. A iminência de mais e mais fenômenos climáticos extremos torna incontornável a elaboração, a execução e a preparação de planos de prevenção em larga escala, tarefa com a qual o país nunca se preocupou de fato e que terá de enfrentar.

Pela primeira vez, a Agência Nacional de Águas reconheceu "situação crítica" na bacia do Rio Paraguai, onde todos os afluentes estão abaixo do nível normal esperado para a época. Choveu apenas 60% do que deveria no período das cheias e os rios do Pantanal estão com seus níveis mais baixos desde 2020. Este foi um ano fatídico para a maior planície alagada do mundo, palco de 22 mil queimadas — 60% delas causadas pelas atividades agropastoris, segundo a ONG WWF (World Wide Fund for Nature) — que aniquilaram 40 mil km² da vegetação, ou inacreditáveis 27% da cobertura vegetal do bioma.

Mais agruras estão reservadas agora para ele. As queimadas começaram mesmo no período em que deveria chover muito, novembro, e no ano até junho foram detectados 1.434 focos de fogo, três vezes mais que em 2020, ano da grande devastação. Em 9 de abril, o governo do Mato Grosso do Sul decretou emergência ambiental no Pantanal. O Monitor das Secas da ANA indica que a estiagem atingia 94% do Centro-Oeste, proporção que subia a 100% no caso de Goiás no início de maio. A seca diminuiu nos últimos dias.

As mudanças climáticas realçam a conexão estreita entre os biomas — os problemas do Pantanal vão muito além dele. "Não adianta termos uma política extremamente seletiva no Pantanal se as cabeceiras de seus rios não forem conservadas no Cerrado", disse a especialista em conservação da WWF Paula Valdujo. O Cerrado passou à frente da Amazônia em área desmatada no último ano. De agosto de 2023 a fevereiro de 2024, o bioma perdeu 3.798 km² de vegetação nativa, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A exploração agropecuária, especialmente soja, milho, algodão e pecuária, é responsável por parte dessa perda. Uma parcela do desmate é legal — as propriedades têm de manter 20% como área de proteção, em comparação com 80% na Amazônia. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, estimou que 50% dele é feito sem amparo legal.

A destruição do Cerrado vem reduzindo sua superfície de água. Entre 1985 e 2021, segundo o MapBiomas, essa redução atingiu 68 mil hectares, com prejuízos sistêmicos não só para o bioma. Lá nascem 8 das 12 bacias hidrográficas do país, fontes de 40% de toda a água doce do país, que abastecem rios como o Madeira, Pará, Araguaia, Tocantins, Xingu e São Francisco. Com o desmatamento acelerado, o Cerrado está ficando mais quente e mais seco. Uma pesquisa mostrou que entre 1985 e 2022 houve redução de 15% na vazão dos rios do bioma e que se a exploração de seus solos e águas continuar com a intensidade atual até 2050 a redução dos fluxos fluviais mais que dobrará (34%).

O agravamento dos efeitos do aquecimento global exige uma mudança de qualidade no planejamento do Estado e das empresas. O desmatamento no campo é difícil de vencer e tem sido atacado com algum sucesso pelo Ministério do Meio Ambiente. Mas o que se viu no Rio Grande do Sul é de outra natureza e um desafio muito maior a curto prazo, por envolver grandes concentrações humanas. Há pelo menos 1.400 municípios mapeados como zonas de risco e estima-se que 1.900 precisariam ser objeto de ações de prevenção. A maior cidade do país, São Paulo tem quase um quarto de suas áreas (23,9%) inaptas a novas construções — sujeitas a alagamentos, deslizamentos etc. —, segundo a Carta Geotécnica de Aptidão do município (O Estado de S. Paulo, 20-1).

As ameaças do clima exigem que o Ministério do Meio Ambiente cresça em orçamento e influência decisória. Ibama e Instituto Chico Mendes foram sucateados no governo de Jair Bolsonaro. Um quinto dos funcionários do vital Instituto Nacional de Meteorologia, terceirizado, foi demitido por falta de recursos. Áreas prioritárias como Defesa Civil são submetidas a dotações irrisórias, ainda assim nem sempre utilizadas.

Todo o planejamento da União, Estados e municípios deveria contar com a participação de especialistas ambientais. Básicos, sistemas de alertas deveriam ser ferramentas de uso habitual dos municípios. Essas iniciativas parecem partir do zero, mas o importante é que deslanchem. O ato de Marina Silva, presidente Lula e governadores dos Estados onde fica o Pantanal para anunciar ações conjuntas contra os incêndios é o início de uma mudança que pode frutificar.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Foco quase exclusivo do ensino médio no vestibular prepara mal os jovens. Por **Claudio Anjos e Haroldo Torres**

Prontidão para o trabalho, tema crítico para as juventudes

É lugar comum dizer que os jovens se sentem desorientados em relação ao mercado de trabalho. Na maior parte dos casos, eles não têm acesso na escola ou na família aos conteúdos e às práticas que poderiam ajudá-los a encontrar o melhor caminho para iniciar uma carreira. Em termos mais técnicos, o que lhes falta é ganhar prontidão para o trabalho — ou seja, desenvolver as habilidades cognitivas e socioemocionais que os empregadores esperam de um candidato a emprego.

Em grande medida, o problema está no foco quase exclusivo que as escolas de ensino médio dão ao vestibular. Isto acaba por preparar mal o jovem para ingressar nesse novo ambiente, especialmente aqueles que ambicionam começar a trabalhar ao fim desse ciclo de ensino. Além disso, pouquíssimas unidades de ensino estão prontas para oferecer uma rede diversificada de contatos com empresas e profissionais atuantes no mercado de trabalho.

Um estudo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) realizado em 2023 mostrou que, apesar do aumento recente nos níveis de escolaridade na América Latina, os jovens da região continuam a enfrentar inúmeras dificuldades para conseguir um emprego, mesmo quando as ofertas existem.

Usando dados do Pisa, a análise indica que informações limitadas sobre possíveis carreiras futuras é uma das questões. No Brasil, por exemplo, em torno de 30% dos jovens de 15 anos se declaram incertos sobre a carreira que terão aos 30 anos, e este indicador é mais alto para meninos e indivíduos com menor renda.

Quando declaram ter interesse por profissões específicas, aquelas mais buscadas são pouco alinhadas ao perfil real da oferta de emprego. Ao mesmo tempo, carreiras altamente demandadas no mercado de trabalho, como as de tecnologia da informação, provocam um interesse relativamente baixo.

Além disso, são poucas as oportunidades de acesso a feiras de emprego, visitas a locais de trabalho ou estágios. Segundo esse estudo, no Brasil um terço das escolas não oferece qualquer orientação para o trabalho — e, quando oferecida, ela raramente faz parte do currículo formal. E são exatamente os jovens mais vulneráveis que têm mais a ganhar com atividades estruturadas de orientação profissional.

Mas esse cenário está mudando. No setor público, a Lei de Aprendizagem, apesar de suas limitações, obriga empresas a proporcionar trabalho e formação profissional para os jovens. No setor privado, programas de responsabilidade social corporativa, como o Formare (Fundação Iochpe), buscam dar a eles aprendizado concreto sobre o mercado de trabalho.

Com cursos de aproximadamente 900 horas, os jovens do Programa Formare têm uma experiência real dentro de uma empresa, recebendo formação oferecida por educadores voluntários da própria organização. Esse programa, que já formou milhares de jovens nos seus 35 anos de existência, conta com o apoio de quase 50 empresas de grande porte. E alguns dos egressos são hoje executivos de organizações relevantes.

Mais recentemente, o Programa de Articulação da Formação Profissional Média e Superior (AMS), do Centro Paula Souza no Estado de São Paulo, inovou ao trazer o tema da prontidão para o trabalho para o próprio ambiente escolar. Nesse caso, além da oportunidade de 200 horas de atividades extracurriculares com voluntários de empresas parceiras, os jovens passam a ter a possibilidade de progredir de forma direta, sem a barreira clássica do vestibular, do ensino médio e técnico (oferecido por ETECs) para o superior tecnológico (oferecido pelas FATECs), obtendo os três certificados — Médio, Técnico e Superior — em cinco anos. Um ano a menos do que ocorreria fora do AMS.

ROBERTO MOREYRA/AGÊNCIA O GLOBO

Lançado em 2019 em três unidades do Centro Paula Souza, com apoio das empresas IBM e Volkswagen, o AMS teve sua primeira turma formada no final do ano passado. Os indicadores preliminares mostram que esses concluintes alcançaram vagas em grandes empresas, sendo algumas delas oferecidas pela própria organização em que o estudante recebeu formação e mentoria. Estudo realizado pela empresa Plano CDE ao longo de 2023 mostra evolução significativa no plano socioemocional dos jovens das ETECs participantes do programa AMS — os chamados soft skills. Por exemplo, quando comparados aos alunos regulares do ensino técnico, os participantes do AMS apresentam 9% a mais de inteligência social. Este grupo afirma ter a sensação de se expressar com mais facilidade e uma maior capacidade de adaptação a situações novas e inesperadas.

Resultados similares são observados nos temas de autoeficácia (+7%) e repertório (+6%): os alunos que participam das atividades de contextualização profissional no AMS dizem ter maior capacidade de resolver problemas e lidar com críticas, além de explorarem mais opções de cursos e faculdades. Embora esses valores pareçam relativamente baixos, eles são cumulativos ao longo do tempo. Quanto mais expostos ao ambiente das empresas, maiores as chances de ingresso e crescimento no mercado de trabalho no longo prazo. Vale ainda notar que a variação positiva observada se dá em comparação aos cursos técnicos do próprio Centro Paula Souza, que apresentam resultados no Enem superiores à média da escola pública paulista.

Embora tais resultados ainda sejam iniciais, o AMS desponta como uma solução potencialmente eficaz para a preparação em escala de jovens para a carreira. Neste momento, um dos seus principais desafios é ser capaz de envolver mais empresas e fortalecer a orientação de seus funcionários sobre como desempenhar o papel de educadores voluntários neste tipo de iniciativa.

Diante disso, a Fundação Iochpe acaba de assinar um Acordo de Cooperação de cinco anos com o Centro Paula Souza visando atrair e apoiar empresas interessadas em transformar vidas pela educação profissional. Pela experiência no Formare, podemos afirmar que o envolvimento de colaboradores em programas de voluntariado corporativo voltados à preparação de jovens para a carreira, além de atender a pauta de ESG das organizações, traz um benefício direto para os próprios funcionários. Pesquisa realizada pelo próprio Plano CDE, neste ano, revelou que 85% dos voluntários participantes do Formare se sentem mais felizes e realizados, e 84% afirmaram desenvolver a empatia e a tolerância.

Que líderes empresariais percebam nesse programa uma oportunidade para realizar uma ação de responsabilidade social alinhada à estratégia de negócios, beneficiando estudantes, colaboradores e comunidades. Para aderir, basta entrar em contato com a ETEC mais próxima da sua empresa e apresentar o interesse de contribuir com a preparação de jovens para a carreira.

Haroldo da Gama Torres é economista e demógrafo com extensa experiência em políticas sociais e coordenador de avaliação de impacto em projeto da Fundação Iochpe ligado ao AMS.
Claudio Anjos é presidente da Fundação Iochpe e do Instituto Arte na Escola, administrador e advogado, Mestre em Administração de Empresas e Marketing pela FGV e especialista em Gerenciamento de Projetos pela Universidade da Califórnia em Berkeley.

Rotas tortuosas do mercado de carbono

Pedro Bara

É do saber popular que em uma disputa esportiva intermitente, o movimento inicial, conhecido, como saque, representa uma vantagem, pela oportunidade de "fechar o ponto", em resposta à contraparte. Isso se aplica também ao processo legislativo federal: regimentalmente, a Casa iniciante tem direito à palavra final. Mas longe de se traduzir em um fair game, a definição do iniciante pode ser objeto de manobras criativas, como a anexação de uma proposta recebida, à uma outra, própria, que tenha alguma proximidade àquela recebida. Seria algo como recomeçar o processo para ter a prerrogativa de "fechar o texto", com as implicações políticas de tal ato.

Este parece ser o caso do PL 412/2022 de iniciativa do Senado, que instituí o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). Aprovada e encaminhada à Câmara em outubro de 2023, tal iniciativa foi por lá apensada ao PL 2148/2015, cujo objetivo original era o de reduzir a carga tributária de produtos da economia verde, para ser então aprovado e encaminhado ao Senado, agora na qualidade de Casa revisora. Passado o recesso parlamentar e rebatizado, o PL 182/2024 parece ter encalhado nas águas turvas de um mal-estar entre as Casas, em que todos nós acabamos perdendo.

Para tudo que faz parte de uma nova trajetória do país — ao lado dos marcos legais do hidrogênio verde e do aproveitamento energético offshore (já aprovados), além daqueles em tramitação, como o do combustível do futuro e o da aceleração da transição energética — o do mercado regulado está longe de ter recebido, até agora, um tratamento adequado. Tal afirmação não se restringe simplesmente ao seu conteúdo, mas também à sua forma.

No primeiro caso, além de brindar o operador agropecuário com a prerrogativa de contabilizar ou não suas emissões líquidas, na linha de ampliar o salvo-conduto de suas emissões, concedido pelo Senado, a Câmara promoveu uma inserção estratégica. Ela versa sobre a introdução de alguns dispositivos, em especial metodológicos, para criar uma variação mercadológica do mecanismo REDD+, em uma aposta dupla, para o já combalido mercado voluntário e em programas jurisdicionais, de interesse dos Estados amazônicos.

Como esta inserção vai muito além do conteúdo original, o texto ganhou contornos de uma enorme colcha de retalhos. O artigo 2º do Capítulo I - Disposições Preliminares ilustra a que ponto chegou a complexidade do processo bicameral, a partir do número de considerações da lei (incisos do referido artigo) que saltou de 27 para 37. O que se depreende de sua leitura constitui uma sequência aleatória de títulos (certificados, cotas, créditos) atores (desenvolvedor, gerador, operador, certificador), mecanismos de geração de créditos de carbono (programas e projetos estatais REDD+, não mercado e mercado, programas jurisdicionais e privados REDD+ mercado) dentre outras inúmeras considerações.

A sigla REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), criada na COP13 (2007) passou, ao longo do tempo, a incluir, em países em desenvolvimento, atividades de conservação, manejo sustentável das florestas e aumento de seus estoques, em um processo de adições que deu origem ao REDD+. O REDD+ mercado vem sendo utilizado pelo Brasil em suas relações com outros países, tendo como condicionante seu desempenho na prevenção e controle do desmatamento regional. Ou seja, com base em um indicador claro, metodologicamente consistente e de domínio público. A principal referência dessa relação é o Fundo Amazônia. Antes de abordar o REDD+ que vem sendo praticado pelo mercado voluntário, cabe um parêntese em relação à questão fundiária na Amazônia, que representa um enorme desafio para os institutos estaduais de terra, considerando-se que o quadro regional é de descontrole acentuado da propriedade e mais ainda da regularidade ambiental de imóveis rurais.

Nesse cenário de alto risco fundiário e ambiental, a abordagem REDD+ do mercado voluntário tem sido marcada por uma concentração em área pública: particularmente em terras indígenas, que representam a maior porção de florestas em bom estado de conservação na Amazônia. Seu desempenho se revela em uma Nota da Funai (abril 2024) onde se lê que "Desde o início de 2022, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas vem registrando um aumento expressivo de demandas relacionadas à comercialização de créditos de carbono de terras indígenas com particulares, no âmbito do mercado voluntário de carbono (privado)". Para mais adiante alertar que "pesam preocupações e dúvidas acerca do potencial lesivo destes contratos ao patrimônio e direitos indígenas garantidos pela Constituição Federal, bem como sobre a qualidade e lisura dos processos de consulta realizados junto às comunidades indígenas interessadas, além da falta de amadurecimento do arcabouço normativo nacional sobre o tema".

Mercado regulado de carbono está longe de receber tratamento adequado, na forma e no conteúdo

Já segundo análise do think-tank Berkeley Public Policy[1]. "a lógica do mercado voluntário de carbono é criar um incentivo financeiro para que atores privados encontrem os mais baixos custos de reduções ou remoções de emissões de carbono. Mas todos os tomadores de decisão, envolvidos na criação e uso de créditos de carbono, acabam se beneficiando financeiramente pelo excesso de creditação".

A perda de credibilidade do mercado voluntário se revela também em um documento do governo americano (maio 2024) intitulado "Voluntary Carbon Markets Joint Policy Statement and Principles" que, logo de início, fala da relevância de benefícios associados "para sustentar o modo de vida das comunidades locais e conservar os recursos terrestres e aquáticos e a biodiversidade". Mas haveria um outro fato motivador da Casa Branca, relacionado ao mercado de inteligência artificial, por conta de um incremento significativo no consumo de eletricidade dos seus centros de dados, que deve comprometer o net zero setorial.

Nesse cenário crescente de emissões de grandes empresas, programas jurisdicionais e projetos estatais, realizados sob uma gestão de caráter institucional, implantados em grande escala, de forma integrada e socialmente inclusiva, podem se transformar em oportunidades de investimento para o cidadão comum. Afinal, nada mais justo que a remuneração do serviço ambiental, prestado pelo capital natural da Amazônia, e sua monetização no mercado global, por meio do mercado de capitais, possa ser devidamente partilhada com o povo brasileiro.

1. Quality Assessment of REDD+ Carbon Credit Projects" Berkeley Public Policy, The Goldman School, September 15, 2023.

Pedro Bara é mestre em Ciências de Gerenciamento em Engenharia pela Universidade de Stanford. Foi diretor de Política Amazônica do WWF nos Estados Unidos.

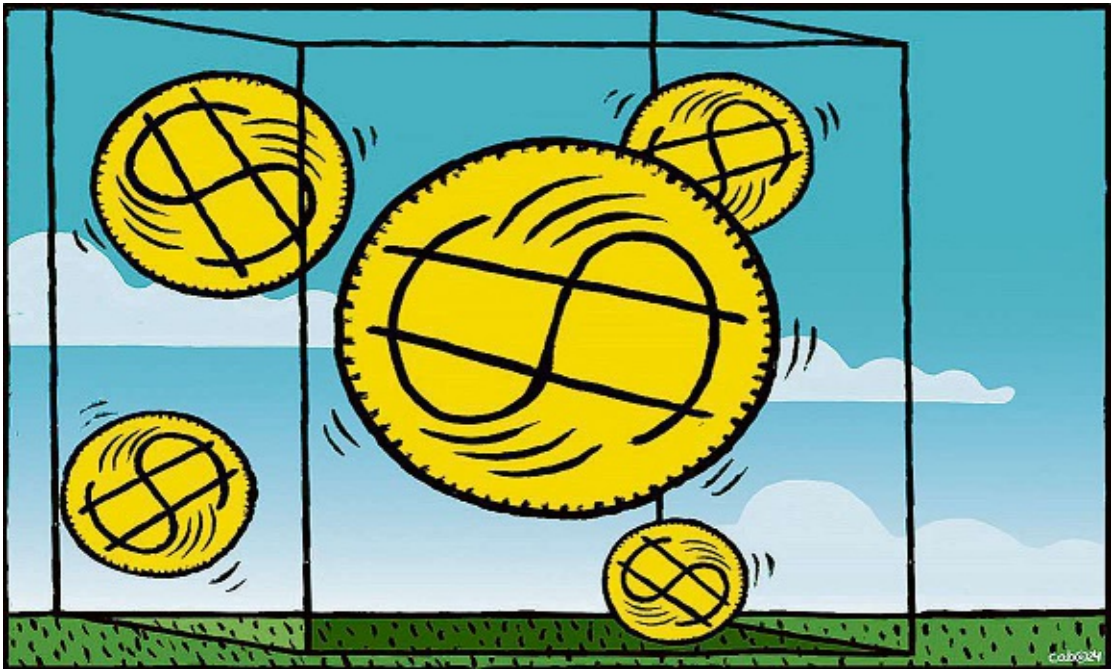
Mundo se depara desafios que só podem ser resolvidos pela cooperação. Por **Jeffrey Sachs**

A Cúpula do Futuro

O sistema geopolítico mundial não está proporcionando o que queremos ou precisamos. O desenvolvimento sustentável é nosso objetivo declarado, significando prosperidade econômica, justiça social, sustentabilidade ambiental e paz. No entanto, nossa realidade é de continuidade da pobreza em meio à abundância, a desigualdades crescentes, a crises ambientais cada vez mais graves e à guerra. Para voltar aos trilhos, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, sensatamente, convocou uma Cúpula do Futuro (SOTF, na sigla em inglês) para os dias 22 e 23 de setembro, uma convocação que foi endossada pelos 193 Estados-Membros da ONU.

A ideia central da Cúpula do Futuro é que a humanidade se depara com um conjunto de desafios sem precedentes que só podem ser resolvidos por meio da cooperação internacional. A crise das mudanças climáticas induzidas pelo homem (em especial o aquecimento do planeta) não pode ser resolvida por um único país. Nem as crises de guerras (como na Ucrânia e na Faixa de Gaza) ou as tensões geopolíticas (entre Estados Unidos e China) podem ser resolvidas por um ou dois países sozinhos. Cada país, mesmo as grandes potências, como EUA, China, Rússia, Índia e outros, faz parte de uma complexa estrutura global de poder, economia e política que requer soluções genuinamente globais.

A reunião de cúpula girará em torno a cinco tópicos principais, todos relacionados ao multilateralismo, que é o sistema pelo qual as nações coexistem com o resto do mundo. Esses tópicos são: (1) o objetivo do desenvolvimento sustentável; (2) o objetivo da paz; (3) o controle de novas tecnologias como a inteligência artificial; (4) conferir mais poder aos jovens e às futuras gerações; e (5) a reforma da arquitetura da ONU.

A Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU (SDSN), que dirijo, emitiu uma declaração resumindo os pontos de vista de grandes acadêmicos pelo mundo sobre a reforma do sistema multilateral. A declaração da SDSN sobre a SOTF é o Capítulo 1 do Relatório de Desenvolvimento Sustentável de 2024, da SDSN.

A competição entre grandes potências tem de ser governada e contida pela Carta da ONU, em vez de pelo militarismo e pela política de poder. As grandes potências devem viver em paz e respeito mútuo, sem ameaçar a segurança umas das outras

Sobre o objetivo do desenvolvimento sustentável, o desafio central é o financiamento mundial. Alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) — como a luta contra a pobreza, fome, doenças e degradação ambiental — exige altos investimentos públicos. As áreas prioritárias de investimento público incluem educação, saúde, energia com zero carbono, agricultura sustentável, infraestrutura urbana e infraestrutura digital. O problema é que a metade mais pobre do mundo — os países de baixa renda e de renda média baixa — não têm acesso ao financiamento necessário para alcançar os ODS. A reforma mais premente do sistema global que esses países precisam é o acesso a financiamento de longo prazo e baixo custo.

Sobre o objetivo da paz, o desafio é a competição entre grandes potências. Os EUA estão em uma competição contra a Rússia e a China. Os EUA buscam a primazia na Europa sobre a Rússia e a primazia na Ásia sobre a China. A Rússia e a China resistem. O resultado é guerra (na Ucrânia) ou risco de guerra (no Leste da Ásia). Precisamos de um sistema global liderado pela ONU mais forte, no qual a competição entre grandes potências seja governada e contida pela Carta da ONU, em vez de pelo militarismo e pela política de poder. Em termos mais gerais, ficou para trás a era em que qualquer país pode ou deve aspirar à primazia ou hegemonia. As grandes potências devem viver em paz e respeito mútuo sob a Carta, sem ameaçar a segurança umas das outras.

Sobre o objetivo da tecnologia, o principal desafio é garantir uma governança transparente e responsável das novas tecnologias avançadas, como a biotecnologia, a inteligência artificial e a geoengenharia. Tecnologias tão poderosas não podem continuar a ser administradas em segredo pelos militares e empresas poderosas. Elas precisam ser governadas com honestidade, transparência e responsabilidade perante o público.

Sobre o objetivo dos jovens e das futuras gerações, o grande desafio é garantir que cada criança possa alcançar seu potencial por meio de uma educação de alta qualidade. A educação é essencial para se conseguir um emprego decente e uma vida digna. No entanto, centenas de milhões de crianças, em especial nos países pobres, estão fora da escola ou em escolas abaixo do padrão que não estão ensinando as habilidades necessárias para o século XXI. Sem uma educação de qualidade, essas crianças enfrentarão uma vida de pobreza e subemprego ou desemprego. Precisamos de um novo arranjo financeiro internacional para garantir que cada criança, mesmo nos países mais pobres, tenha a oportunidade de uma educação decente.

Sobre o objetivo de reformar o sistema da ONU, a chave é dar mais poder e representatividade às instituições da ONU. Hoje, a ONU depende demais de poucos países poderosos, principalmente dos EUA. Quando os EUA não pagam suas contribuições para a ONU, por exemplo, todo o sistema da ONU se enfraquece. Precisamos fortalecer o sistema da ONU garantindo que ele seja financiado de maneira adequada e confiável por meio de um novo sistema de impostos internacionais — por exemplo, sobre emissões de CO_2, transporte marítimo, aviação e transações financeiras — em vez de contribuições dos governos.

Também devemos fazer com que as instituições da ONU sejam mais representativas do mundo de 2024 do que do mundo de 1945, quando a ONU foi criada. A Índia, por exemplo, deveria se tornar um membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. A Índia é o país mais populoso do mundo, a terceira maior economia e também uma potência nuclear. Em 1945, a Índia ainda era uma colônia britânica e, portanto, não recebeu o lugar adequado no sistema da ONU naquela época.

Outra recomendação da SDSN é introduzir uma Assembleia Parlamentar da ONU na forma de uma nova câmara ao lado da Assembleia Geral da ONU (AGNU). A AGNU dá a cada Estado-membro um voto, com o poder desse voto estando nas mãos do ramo executivo de cada governo. Um Parlamento da ONU representaria os povos do mundo, em vez dos governos.

Ainda mais importante, a Cúpula do Futuro é um convite a uma intensa troca global de ideias sobre como tornar nosso mundo profundamente interconectado apto para o desenvolvimento sustentável no século XXI. É um grande desafio que deve ser aceito e enfrentado por pessoas de todo o mundo. Um grande debate será aberto em setembro e terá sequência nos próximos anos. ***(Tradução de Sabino Ahumada)***

Jeffrey Sachs é diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável, da Columbia University, e presidente da Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Frase do dia

"Começamos o ano com cenário bom e corremos risco de terminar o último trimestre com crescimento zero".

De Mansueto Almeida, ex-secretário do Tesouro e economista-chefe do BTG Pactual

Cartas de Leitores

Saída para o Pacífico

Paradoxais, conceito de liberdade e China. É certo, entretanto, que historicamente a América Latina, em sua faixa amazônica, procura saída para o Pacífico e consequente incremento de seu comércio internacional, para fortalecimento do Peru, Equador, Chile, Bolívia, Brasil e confinantes. A construção, com a agilidade chinesa, do Porto de Chincay, a 80 km do norte de Lima, o primeiro da Costa do Pacífico na América do Sul, capaz de receber megaembarcações (**Valor**, 18/6) certamente solucionará o crônico problema, objeto de áridos debates nas eleições sempre conflitantes da região, de saída para o mar. Ainda, o novo porto poderá também ser extremamente útil ao Brasil, que deixará de ir para o Norte para acessar o Pacífico através do gravoso entorno do Canal do Panamá. A geopolítica mercantil deve ser vista sob o ângulo de favorabilidade das nações menores envolvidas; as políticas internas e os conflitos entre as grandes nações não podem condená-las à estagnação interminável, como quintais das poderosas.

Amadeu Garrido de Paula
amadeugarridoadv@uol.com.br

Desequilíbrio

No importante texto "Aumenta desequilíbrio entre receita e gasto da Seguridade Social", publicado em 21/06, chamou-me atenção a citação do MEI. Uma das maiores preocupações do governo federal era dar sustentação aos mais necessitados por meio da Seguridade Social. No entanto, o que temos vistos são crescentes os números de atendidos sem que haja receitas suficientes para custear tamanhos gastos, senão vejamos.

É verdade que o MEI foi criado para dar proteção a trabalhadores que exerciam inúmeras atividades sem amparo legal ao sistema previdenciário, no entanto, a grande quantidade de inscrições que o INSS recebe anualmente é de chamar a atenção. Segundo o site agenciagov.ebc.com.br, no ano de 2023 foram abertas 2.887.788, totalizando 11.682.765 MEIs desde o surgimento da lei no ano de 2008. Pesquisas divulgadas recentemente pelo governo indicam que há por volta de 5 milhões de MEIs com atrasos em suas contribuições. Nesse patamar os números entre receita e despesas tendem a subir, já que além dos que não contribuem, há no mercado desde a criação da MEI, em 2008, empresas que se aproveitam as brechas jurídicas para conter gastos, demitindo seus empregados (as) que possuem salários mais elevados e contratando-os através de MEIs, resultando assim uma menor contribuição aos cofres da previdência e ajudam no crescente déficit previdenciário. No exemplo citado no texto, no ano de 2023 foi de R$ 429 bilhões. Os dados indicam que muitas MEIs contribuíram fortemente para que o sistema de pagamentos previdenciários se tornasse deficitário, dificultando o governo de melhorar a política pública no setor e se torne um verdadeiro saco sem fundo.

Roberto de Andrade
rde.andra@hotmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Contas públicas Mercado ruma para consenso de que regra fiscal será quebrada, alerta economista

Governo tem de dar sinais de preocupação com ajuste, diz Mansueto

Marta Watanabe e Anaïs Fernandes
De São Paulo

Apesar da tese dominante no mercado financeiro de que o governo federal pode preferir alterar o teto de crescimento das despesas na regra fiscal a realizar um contingenciamento para evitar acionar gatilhos de restrição para 2025, Mansueto Almeida, economista-chefe do BTG Pactual, considera possível contingenciamento em torno de R$ 15 bilhões, garantindo o cumprimento do teto de 2,5% acima da inflação para o avanço das despesas.

"Há no mercado quem fale em R$ 40 bilhões [de contingenciamento]. Acho exagerado. Se for isso, claramente é impossível. E, por isso, muita gente acredita que o governo pode mudar a regra."

Com o contingenciamento estimado pelo BTG, um possível empoçamento de despesas e "alguma medida adicional", diz Mansueto, talvez o governo consiga cumprir a meta inferior de primário para 2024, de déficit de até 0,25% do PIB. De qualquer forma, ele projeta déficits ao longo do mandato atual do presidente Lula entre 0,5% e 1% do PIB, com a dívida pública atingindo 82% do PIB em 2026 — em abril, estava em 76% do PIB. "É ruim, mas não é cenário de crise fiscal."

Ainda assim, nos últimos meses os ativos locais se deterioraram expressivamente porque "os sinais de Brasília foram de despreocupação com o ajuste e de falta de apoio político à equipe econômica para entregar o prometido", diz.

Para Mansueto, não é necessário realizar um corte agora, por exemplo, ao redor de R$ 50 bilhões nas despesas para consolidar um cenário melhor. "É dar uma sinalização de que vão realmente respeitar o teto de 2,5% e tomar as medidas necessárias para desacelerar o crescimento do gasto público."

Ex-secretário do Tesouro Nacional nos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro, Mansueto diz confiar na equipe econômica e nota que os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento) passaram o mês alertando sobre despesas vinculadas às receitas e indexação de gastos. "Tem de mostrar que há compromisso não só da equipe econômica com a regra fiscal. Está faltando essa mensagem." Veja a seguir os principais trechos da entrevista.

Valor: *Logo após as eleições havia um voto de confiança dado ao governo Lula. O que mudou?*

Mansueto: O plano fiscal de março de 2023 prometia duas coisas. Uma era um ajuste saindo de déficit de R$ 200 bilhões em 2023 para superávit de R$ 100 bilhões em 2026. A outra foi o teto de crescimento da despesa não financeira de 0,6 % a 2,5 %. Ninguém acreditou que a meta de primário seria cumprida, mas o teto tirava do cenário um crescimento explosivo do gasto e da dívida. Este ano, houve frustração com a queda de juros dos EUA, mas isso explica metade da piora nos últimos dois meses.

Valor: *E a outra metade?*

Mansueto: Foram fatores locais. Em abril, o governo mudou as metas de primário para déficit zero em 2025 e superávit de 0,25% em 2026. São números melhores que os do mercado. Nós sempre estimamos, até o fim do mandato, déficit entre 0,5% e 1 % do PIB, com a dívida indo a 82% do PIB até 2026. É ruim, mas não é cenário de crise fiscal, de desancoragem muito grande. Só que o governo mudou a meta em meio a várias ocorrências, como ataque do Irã a Israel, votação no Senado sobre a volta do quinquênio a servidores, aprovação na Câmara de despesa extra de R$ 15 bilhões e restrição à distribuição de dividendos pela Petrobras. Os sinais foram de despreocupação com o ajuste e de falta de apoio político à equipe econômica para entregar o prometido. O mercado começou a questionar a mudança do teto. Como não escutamos contraponto da ala política, a tese cresceu e afetou os preços.

Valor: *O sr. não confia na manutenção do teto?*

Mansueto: Eu confio na equipe econômica. O ministro Haddad e a ministra Simone Tebet passaram os últimos 30 dias alertando sobre ser preciso mudar despesas vinculadas às receitas e discutir indexação de gastos para sustentar a regra fiscal. Mas não sabemos qual é o apoio político. Lula disse recentemente que o ajuste fiscal será feito com redução de juros e aumento de arrecadação. O mercado, hoje, está precificando um cenário de risco muito grande. Caminhamos quase para um consenso de que a regra fiscal será quebrada. O governo tem de combater essa expectativa e mostrar medidas concretas. Tem de mostrar que há compromisso não só da equipe econômica com a regra fiscal. Está faltando essa mensagem. O mercado entrou em um cenário de reversão da política econômica, com inflação pior e juro mais alto.

Valor: *Mas a atividade cresce...*

Mansueto: Mas esses mundos vão se encontrar. No início do ano, o cenário era de juro alto e crescimento fraco do PIB do primeiro trimestre, mas, com a queda da Selic, a economia aceleraria ao longo do ano. Nossa projeção era de PIB crescendo 1,7%, 1,8% em 2024; com a surpresa positiva no primeiro trimestre, todos reestimaram o crescimento de 2024 para 2% a 2,5%. Com o risco sobre o teto de gastos, o BC não vai mais reduzir juros, porque, nas últimas seis semanas, a expectativa de inflação para 2025 e 2026 descolou da meta. E o juro vai afetar a economia real. Começamos o ano com cenário bom e corremos risco de terminar o último trimestre com crescimento zero, desacelerando.

Valor: *O contrário do esperado...*

Mansueto: Sim. E ninguém pode culpar o Rio Grande do Sul. Estimamos que o desastre impacta o segundo trimestre, depois o esforço de reconstrução acrescenta PIB. Mas, além da indefinição sobre o plano fiscal do governo, há incertezas de carga tributária, da reforma tributária no consumo, receios de mudanças como a da MP 1.227, que tentou limitar a compensação de PIS/Cofins. Isso tudo machuca investimentos. A taxa de investimento caiu de 17,8% do PIB em 2022 para 16,5% em 2023. O investimento deve crescer neste ano, mas não em relação ao PIB. Não vamos nos enganar: expectativa de PIB de 2,5 % a 3% não ocorrerá com investimento em 16%.

Valor: *A Selic voltará a cair?*

Mansueto: Estamos com 10,5% o ano que vem inteiro. Pode mudar se começarmos a ver que o governo vai cumprir a regra fiscal. Com a expectativa de inflação em 4% e 10,5% de juros nominais, é um juro real alto. Se a gente começar a ver a economia desaquecendo, a expectativa de inflação caindo, se ficar cada vez mais claro que, quem quer que seja o novo presidente do BC, terá compromisso de trazer a inflação para a meta, se entrar em um cenário de reversão dessas expectativas tão ruins, podemos retomar ambiente para cortar juro.

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

Mansueto Almeida, economista-chefe do BTG Pactual: "não sabemos qual é o apoio político" para sustentar regra fiscal

> "Hoje, com o cenário que está se formando, se não for revertido, vamos ter os dois últimos anos de governo com crescimento pior que os dois primeiros"

Valor: *O sr. acredita em contingenciamento em eventual descumprimento da meta este ano?*

Mansueto: Talvez o governo ainda tenha que fazer contingenciamento neste ano porque não há mais espaço fiscal para revisar despesa obrigatória para cima. Terá de cortar discricionárias. Muita gente do mercado não acredita no contingenciamento. Nossa visão é que seria necessário contingenciar por volta de R$ 15 bilhões para cumprir o teto de 2,5%. Acho possível contingenciamento dessa ordem e o governo cumprir a regra. Há no mercado quem fale em R$ 40 bilhões. Acho exagerado. Se for isso, claramente é impossível. E, por isso, muita gente acredita que o governo pode mudar a regra.

Valor: *E isso fora o empoçamento natural de execução de despesas?*

Mansueto: Sim, só que o governo não consegue usar o empoçamento na programação orçamentária. Mas tenho certeza que sobrará recurso da saúde. Quando estive no Tesouro, sempre sobrou, e o orçamento da saúde era perto de R$ 120 bilhões. Para este ano, é de R$ 220 bilhões, maior do que na pandemia. Possivelmente, com o empoçamento e alguma medida adicional, talvez consigam cumprir a meta inferior do primário.

Valor: *E sem gatilho para 2025.*

Mansueto: Exatamente. Mesmo assim, quando se inclui Rio Grande do Sul e Estados e municípios, estamos falando de déficit primário em torno de 0,6 % do PIB. No ano passado, foi 2,3%. Há melhora. A questão toda é 2025. Porque houve, em 2023, antecipação do pagamento de precatórios deste ano e há também receitas de 2024 que não se repetem em 2025, como a tributação de fundos exclusivos e offshore. Então, para 2025 será preciso elevar arrecadação.

Valor: *Mas é difícil buscar um aumento de arrecadação com a economia já rodando bem, não?*

Mansueto: É um desafio, mas o governo vai tentar. O déficit primário esperado pelo BTG para 2024 é de R$ 76 bilhões. No próximo ano, é de R$ 132 bilhões. Na verdade, o déficit zero no ano que vem, quando colocamos a margem de tolerância e o precatório, que está fora, pode ser déficit de 0,6% do PIB. Nossa projeção está em quase 1,1 % do PIB. O governo terá de ganhar 0,5 % do PIB até o ano que vem para entregar a meta. Pode haver receitas não recorrentes, como transações tributárias ou pagamento extra de dividendos.

Valor: *Mas não precisa de corte de despesas?*

Mansueto: Redução de despesa terá de qualquer forma porque, se o governo reestimar a despesa de Previdência deste ano, que se calcula subestimada em R$ 15 bilhões a R$ 20 bilhões, automaticamente, há reestimativa para 2025, já que a base aumenta, e eles terão de cortar discricionárias.

Valor: *É possível esse corte sem "shutdown" da máquina pública?*

Mansueto: Se for em torno de R$ 20 bilhões, não dá "shutdown". O contexto não está tão ruim. Se a inflação não for para a meta e, até o fim do governo Lula, ficar entre 3,5% e 4%, vai ser o governo com a menor inflação média em quatro anos desde o Plano Real. Para fazer isso, vão ter de cortar R$ 50 bilhões, R$ 60 bilhões em um ano? Não, para consolidar um cenário melhor, é dar uma sinalização de que vão realmente respeitar o teto de 2,5% e tomar as medidas necessárias para desacelerar o crescimento do gasto público. Hoje, com o cenário que está se formando, se não for revertido, vamos ter os dois últimos anos de governo com crescimento pior do que os dois primeiros.

Valor: *O sr. conta com temas que a equipe econômica tem falado, como desvinculações da saúde ou revisão de benefícios assistenciais?*

Mansueto: Os parlamentares aceitam discutir vinculações se o Executivo propuser um pacote de controle da despesa. Realmente, quem propõe ajuste fiscal, em qualquer governo, é o Executivo. Ajuste sempre é difícil. Na projeção do governo, até 2026, a despesa primária fica perto de 19% do PIB. A arrecadação máxima, pelo histórico, é em torno disso e é onde o governo quer chegar. No final das contas, dá resultado fiscal zero. Mas esses 19% em despesas descontam precatórios. Então, na verdade, é déficit. Para superávit primário do governo de 2% do PIB com despesa na casa de 19%, a receita tem de ir a 21% do PIB. Nunca chegamos a isso. E, do lado da despesa, cerca de 85% do que o governo paga, exceto juros, está em cinco funções: Previdência, assistência social, saúde, educação e trabalho (seguro-desemprego e abono salarial). A chance de fazer o ajuste que precisa sem mexer nisso é zero.

Valor: *Daria para voltar a um nível de despesas em 18% do PIB?*

Mansueto: É muito difícil, mas vamos supor que volte: Com uma arrecadação de 19% do PIB, gera um superávit de 1% do PIB, só que isso não estabiliza a dívida pública. Possivelmente, vamos precisar de algo próximo de 2% do PIB. Se fizer só pelo lado da despesa, ela terá de ir a 17% do PIB. A última vez que o Brasil teve isso foi no início do primeiro governo Dilma. Mas, nessa época, a despesa do INSS era 6,5% do PIB; hoje, é 8%. Infelizmente, parte do ajuste fiscal que o Brasil vai fazer vai vir de carga tributária.

Valor: *Tem como aumentar a arrecadação sem ser distorsivo?*

Mansueto: Tem, não é fácil. Há coisas que não fazem sentido no Brasil. Nenhum país do mundo com sistema universal público de saúde permite descontar 100% do gasto privado com saúde da renda tributável. A perda é de cerca de R$ 25 bilhões anuais. Não precisa acabar, mas coloca um limite. Outra regra sem sentido é que, quando a pessoa completa 65 anos, se é aposentada ou pensionista, a faixa de isenção de IR dobra. A renúncia é de uns R$ 15 bilhões. Uma terceira regra que não é muito comum é que a carga cai em mais de 50% se for uma pessoa jurídica personalíssima em vez de empregado com carteira de uma empresa.

Valor: *O sr. está falando, então, de uma reforma de IR?*

Mansueto: Não sei se vai ter força política para isso, mas precisamos entrar no debate. Faria muito mais sentido do que limitar créditos legítimos das empresas ou tributar estoques de grandes fortunas, que não funciona bem em nenhum lugar do mundo. Dos R$ 519 bilhões [que Lula citou na semana passada em gastos tributários], R$ 128 bilhões, por exemplo, são do Simples Nacional. Se conseguirem mexer em R$ 60 bilhões, seria enorme sucesso. Não é fácil, mas tem como conseguir 0,5% do PIB.

Alimentação
Restaurantes reforçam delivery próprio para fidelizar consumidor
B3

Alimentação Restaurantes, como La Guapa, de Benny Goldenberg, criam canais próprios para o delivery B3

Carreira Pesquisa mostra que geração Z no Brasil almeja cargos de liderança B2

Marketing Cannes Lions, o maior festival de criatividade do mundo, nasceu em Veneza B7

Fertilizantes Harsco investe R$ 220 milhões na ampliação da capacidade de produção B8

Mobilidade Iniciativas vão de serviços livres de mensalidade ao aumento do prazo para pagar pedágios

Concessionárias e empresas de tags criam estratégias para viabilizar 'free flow' no país

Cristian Favaro
De São Paulo

A elevada inadimplência nas passagens pelo "free flow" (pedágios sem cancela em rodovias) e o baixo entendimento por parte do consumidor sobre o modelo têm movimentado empresas de tags (os adesivos colados nos vidros dos carros) e concessionárias de rodovias no Brasil.

Entre as estratégias, as empresas de tags passaram a oferecer serviço livre de mensalidade no principal mecanismo de passagem hoje nas rodovias. Já a Sem Parar vai lançar em breve uma funcionalidade para agrupar os pagamentos dos pedágios na sua plataforma dos usuários também sem o adesivo — hoje, eles precisam entrar no site das concessionárias para fazer os pagamentos, burocracia que colabora com a inadimplência.

Na CCR RioSP, primeira rodovia a testar o modelo no país, a inadimplência tem apresentado queda e fechou março em 8,8%. Quase 10 pontos percentuais a menos na comparação com 18% em abril de 2023. Mesmo assim, o número é muito maior do que o patamar abaixo de 1% de inadimplência no modelo tradicional de pedágio com cancela.

Carlos Gazaffi, CEO da Sem Parar, maior operadora de tags do país, faz um balanço de que o início do modelo de passagem é positivo. "O Chile tem inadimplência entre 4% e 5%, mas o 'free flow' existe lá há 10 anos", disse. "Na concessionária Caminhos da Serra Gaúcha essa inadimplência chega a ser de 6%", afirmou.

Gazaffi destacou que a etapa de implementação é fundamental. "Não existem apenas casos de sucesso no 'free flow' no mundo. A África do Sul é exemplo de insucesso [por lá o sistema era chamado de e-toll], teve depredação de pórticos e as concessionárias não resistiram", disse. O governo e o setor privado chegaram a um acordo por lá para retirar o sistema em abril de 2024.

O sucesso da implementação, segundo o executivo, depende de dois fatores: o elemento educativo para incentivar pagamentos e ferramentas de notificação. "Vamos lançar uma nova versão do aplicativo para que o usuário cadastre sua placa e faça o pagamento sem a tag. Deve acontecer nos próximos meses e ele estará presente em 100% das concessionárias", disse. A nova função já está em teste.

GABRIEL REIS/VALOR

O sucesso da implementação da cobrança, segundo Gazaffi, da Sem Parar, depende do elemento educativo e também das ferramentas de notificação

Uma das apostas do setor de tag neste momento é a gratuidade do serviço aos usuários do "free flow", oferecidos por empresas como ConectCar e Veloe. O incentivo, somado a campanhas de publicidade, tem feito 72% de todas as passagens no trecho da CCR ser com o adesivo, contra 38% no início da operação.

"A gente acredita muito que esse modelo deve se expandir ao longo do tempo", disse Ricardo Kaoru, CEO da ConectCar. Mas a gratuidade é mais uma aposta de marketing do que um produto que veio para ficar, uma vez que as empresas de tag não são remuneradas pelas passagem nas rodovias — em shoppings e estacionamentos é diferente. Hoje, muitos usuários têm tags gratuitas por meio de parcerias com instituições financeiras — modalidade chamada de "white label".

Alexandre Fontes, superintendente de operações e tecnologia da Veloe (do grupo Elopar, pertencente ao Banco do Brasil e Bradesco), disse que o setor tem brigado para conseguir uma remuneração na mesma forma como os cartões de crédito. Eles passaram a ser aceitos nas praças na pandemia, para evitar o manuseio de dinheiro físico, e foram mantidos desde então.

> "A gente acredita muito que esse modelo deve se expandir ao longo do tempo"
> *Ricardo Kaoru*

"Na linha de isonomia para que todos tenham a mesma condição, ou as bandeiras não deveriam receber a taxa [cobrada das concessionárias pelo uso do cartão], ou todas as formas deveriam receber", disse. Hoje, 92% de todas as transações realizadas pela Veloe são de pedágio, que no fim traz zero receita.

Clara Le Bail, diretora de negócios de pedágio da Edenred Brasil, disse que o "free flow" é um importante avanço. "O modelo 'free flow' habilita uma maior eficiência dos investimentos na malha rodoviária já que a montagem dos pórticos representa gastos bem menores do que a construção de praças". A empresa, em 2022, comprou o controle da acionário da Taggy (Greenpass) startup de tecnologia "white label".

A busca por soluções para a inadimplência é uma corrida também das concessionárias. O tema levou a um atrito com consumidores e o Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação pedindo a suspensão das multas. O pedido chegou a ser acatado em primeira instância em caráter liminar, mas caiu em segunda instância e desde 5 de maio a cobrança voltou a acontecer.

O sucesso dos testes da CCR na Rio SP é um marco importante para que o grupo leve o "free flow" também para a região metropolitana de São Paulo, na rodovia Dutra, em uma operação muito mais complexa — prevista para o primeiro trimestre do próximo ano.

"A gente tinha 18% de inadimplência em abril [2023]. Estamos com 8,8% [março]", disse, Cleber Chinelato, gerente executivo de tecnologia da CCR Rodovias sobre os testes. A visão é de que se estabilize entre 5% e 6%.

O segredo, neste momento, tem sido a proatividade na notificação para o cliente pagar antes do prazo legal de 15 dias e evitar multas. "Nós e a Senatran (Secretaria Nacional de Trânsito) estamos debatendo que o prazo poderia ser ampliado para provavelmente 30 dias", disse.

A notificação efetiva, de acordo com o gerente da concessionária, seria o caminho para um melhor resultado. "A gente percebe que o maior valor é a facilidade no pagamento [não descontos]. Com tag ou sem temos de deixar o processo fácil", disse, sobre o pleito de mais descontos às tags.

Uma das apostas é a notificação via carteira digital de trânsito dos clientes. Um piloto já está em operação para notificá-los diante da passagem no pedágio.

O início do "free flow" no Brasil movimentou também a espanhola Tecsidel, que desde 2002 oferece por aqui sistemas de pedágios convencionais. A empresa iniciou em maio a operação "free flow" na MG-290, que liga os municípios de Ouro Fino e Monte Sião, em Minas Gerais, e é operada pela concessionária EPR.

Parte do grupo EYSA desde 2022, a Tecsidel faturou € 34 milhões em 2023 — o braço responde por 30% deste total. Apenas no Brasil, presta serviço a 41 concessionárias, com cobertura em 11 mil km de rodovias — "market share" de 70%. Entre as concorrentes estão a francesa GEA e a austríaca Kapsch.

No total, a Tecsidel investiu R$ 2 milhões nos últimos dois anos para desenvolver uma tecnologia "free flow" para as características do Brasil. "Não adianta pegar a tecnologia que usamos na Europa e trazer para cá. Lá você não vai ter uma moto passando no meio dos carros, e a categorização é por volume, não por eixo", disse o CEO da Tecsidel Brasil, Vitor Nunes.

A empresa vê ampla possibilidades para crescer no "free flow", sobretudo diante do fato de a modalidade ser presença garantida nas novas concessões. "Hoje a gente conhece o perfil do usuário brasileiro", disse o executivo, sinalizando uma janela para reduzir a evasão.

A empresa tem desenvolvido ainda uma plataforma de interoperabilidade de pagamentos, assim como a Sem Parar, diante da sinergia com seus negócios de zona azul [estacionamento na rua], adquirido no início deste ano por meio da compra da brasileira Serbet.

Destaques

Embalagens em alta

A indústria de embalagens de papelão ondulado está em ebulição, tanto do ponto de vista do consumo quanto da concorrência. Com mais um recorde nas expedições domésticas de chapas, caixas e acessórios, em maio, o setor assiste a uma intensa movimentação entre seus players, que promete mudar o equilíbrio de forças nesse mercado e é alimentada pelo crescimento estrutural da demanda. Segundo levantamento prévio da Associação Brasileira de Embalagens em Papel (Empapel), a indústria expediu 351,3 mil toneladas de papelão ondulado no mês passado, uma alta de 2,3% na comparação anual e o maior volume da história para os meses de maio. Frente a abril, que também havia sido recorde, a expansão foi de 0,1%. Com esse desempenho, as expedições no acumulado de 2024 chegaram a 1,708 milhão de toneladas, 6% acima do registrado nos mesmos cinco meses do ano passado.Os dados constam de relatório do Bank of America (BofA), que aponta ainda que, considerando-se os dias úteis, a expedição em maio cresceu 6,4% em relação ao mesmo período de 2023, para 14.053 toneladas diárias — maio deste ano teve um dia útil a menos. Frente a abril, a expansão da indústria foi de 4,1%. A demanda mais aquecida do que o previsto originalmente, explicada sobretudo pela resiliência da indústria alimentícia e das exportações de proteínas animais e frutas, pelo avanço do comércio eletrônico e pela procura crescente por soluções de embalagem mais sustentáveis, já levou a Empapel a melhorar suas projeções para o setor.

Postes para conexão

A Conexis Brasil Digital, sindicato que representa as maiores operadoras de telefonia do país, aprovou a nova regra que permite acesso aos postes de eletricidade para também passar cabos dos serviços de telecomunicações. A entidade, porém, rejeita a adoção de modelo que provoque o aumento excessivo no custo do aluguel da infraestrutura. A norma consta no Decreto 12.068/24, publicado na sexta-feira (21), que define as diretrizes da renovação dos contratos das distribuidoras de energia. O diretor de regulação e inovação da Conexis, Fernando Soares, explica que, com o decreto, a cessão dos direitos de exploração dos postes fica a cargo de uma terceira empresa, conforme condições que serão definidas em regulamentação conjunta das agências reguladoras dos setores elétrico e de telecomunicações (Aneel e Anatel, respectivamente). O decreto cria a figura do "posteiro", que não agradou a todos os representantes do setor elétrico, mas serviu para o governo dar uma resposta ao impasse sobre a ocupação desordenada dos postes que se arrasta há mais de uma década. "É importante para o setor de telecomunicações que esse novo administrador do poste não implique em mais custos para o setor." O diretor da Conexis defende que o preço para uso dos postes "deve refletir apenas os custos inerentes a uma ocupação administrativa". "Um aumento de custos para uso de postes implicará em menos recursos para expansão e melhoria das redes", reforçando que o "compartilhamento é essencial para o aumento da conectividade."

Zamp terá novo comando

A Zamp, que opera a Burguer King e também a Starbucks no país, anunciou Paulo Sergio de Camargo foi eleito como o novo diretor-presidente da companhia, no lugar de Ariel Grunkraut. As ações da companhia subiram 12,8%, cotadas a R$ 3,70, na sexta-feira (21). Camargo tomará posse no dia 28 de junho. Na máxima do dia, as ações da operadora do Burger King e do Popeyes chegaram a subir cerca de 19%, a R$ 3,92, diante da mudança na sua presidência. Camargo atuou como executivo em setores com os de bens de consumo, varejo, franquias e serviços e, recentemente, foi diretor-presidente da Espaçolaser. Antes disso, liderou a divisão Brasil da Arcos Dorados e foi executivo da Iron Mountain na Espanha. Segundo a Zamp, o conselho de administração acredita que Camargo trará a "robustez e diligência operacional necessária para impulsionar o próximo estágio de crescimento" da empresa. No início do mês, a Zamp anunciou que vai operar a Starbucks no Brasil, sete meses após início das negociações com a matriz americana. As tratativas envolveram a compra dos ativos por R$ 120 milhões. Além das unidades da marca, o valor inclui os estoque na data do fechamento do acordo, que se reduziram com a queda de fornecimento recente. Mas para que isso avance, será preciso seguir os trâmites da recuperação judicial da empresa. Segundo o plano de recuperação da Starbucks, de fevereiro deste ano, eram 135 unidades próprias da marca no país.

CBN Professional Paula Lindenberg, da Diageo, conta sua trajetória na indústria e como trouxe um olhar feminino para essa área

CEO fala sobre o desafio das mulheres no setor de bebidas

Stela Campos
De São Paulo

Quando se tornou a primeira mulher a se sentar na cadeira de vice-presidente de marketing da Ambev, em 2013, Paula Lindenberg sentiu o peso de ser a única presença feminina no "mesão" onde as lideranças da empresa se reuniam. "Como poderia usar o privilégio de estar nesse lugar?", se questionava. Então, junto com a equipe, decidiu investigar como as marcas de bebidas poderiam se conectar mais com o novo consumidor e seus valores.

Assim, em 2017, trouxe à tona a questão da diversidade e de como a mulher gostaria de ser retratada naquele momento. O resultado dessa reflexão foi fazer a marca líder de cerveja naquela época no país vir a público pedir desculpas por usar mulheres de biquíni em suas campanhas de publicidade. Foi um passo simbólico, mas de grande repercussão.

Essa história Paula Lindenberg, atual CEO da Diageo no Brasil e também para o Paraguai e Uruguai, conta no novo episódio do podcast CBN Professional, que agora também pode ser visto em vídeo nas plataformas digitais do **Valor** e da "CBN". Desde então, ela relata que entendeu a relevância da sua posição e seu papel nessa discussão sobre como a indústria de bebidas enxerga a mulher consumidora. "A primeira ação [na época da Ambev] que a gente fez foi chamar ilustradoras para redesenhar os cartazes da Skol, que traziam meninas servindo cerveja de biquíni", conta. "Queríamos mostrar a mulher em bares e restaurantes se divertindo com amigos, de roupa, aproveitando o momento como qualquer pessoa", explica.

Hoje, no comando da Diageo, que tem entre as marcas mais conhecidas o uísque Johnnie Walker, o gim Tanqueray e a vodca Smirnoff, ela diz que o desafio é fazer com que as mulheres se sintam mais à vontade para pedir destilados. "Ter um copo de uísque na mão durante uma conversa é superaspiracional para a mulher também, não só para o homem". Pesquisas indicam, no entanto, que muitas mulheres acham o paladar do uísque complicado, segundo ela, então a companhia desenvolveu uma nova versão para coquetelaria, pensando no público feminino.

> "Ter um copo de whisky na mão durante uma conversa é super-aspiracional para a mulher também"
> *Paula Lindenberg*

Entender o que o consumidor e os clientes querem é sempre um desafio, mas Lindenberg aprendeu a procurar essas respostas quando ocupou um cargo inusitado de "head global de insights", quando foi expatriada para os Estados Unidos pela Ambev, depois de ter atuado no marketing da companhia no Equador. "Mais do que um líder de pesquisa, o esperado nessa posição é que você transforme o conhecimento que está fora da companhia em estratégia", conta. Uma das constatações que ela teve com esse mapeamento do consumo global de bebidas foi que "o mundo é mais parecido do que diferente". "Você não precisa necessariamente ter uma estratégia completamente diferente no Brasil, nos Estados Unidos, na Europa ou na China", afirma.

Sua carreira internacional culminou com a presidência da AB InBev para o Reino Unido, Espanha, Irlanda e Ilhas Canárias. Em cada passo da carreira, ela diz, sentia um novo "frio na barriga". Lindenberg chegou na Inglaterra com a família, marido e duas filhas, na época da discussão do Brexit, e acabou passando o tempo da pandemia por lá também. "Quando fui, era a chance de continuar aprendendo, mas eu tinha dúvida naquele momento se eu ia acordar com brilho no olho de discutir logística, custo, outras áreas que na época eram menos familiares para mim. Mas fiquei muito feliz com a minha decisão", lembra.

Trabalhar em indústrias como a da bebida e a do tabaco, onde iniciou a carreira, estando no marketing, não é simples. Quando trabalhou com tabaco, na Philip Morris, ela diz que existiam restrições em termos de comunicação e vendas. "Eram mais severas do que a própria lei para garantir que a gente não estivesse cruzando nenhuma linha de fazer alguma coisa errada", conta. Lindenberg explica que na indústria de bebidas é parecido, há muito cuidado, por exemplo, em só colocar pessoas acima de 24 anos de idade nas propagandas para não correr o risco de estar fazendo alguma coisa apelativa para o jovem que ainda não está em condição de tomar a decisão de beber. "Esse tipo de política é muito cara, muito importante, não só perante a sociedade, mas perante o nosso público interno", afirma.

Lindenberg dá ainda dicas de como se adaptar à cultura em uma nova empresa depois de passar vinte anos atuando em outra companhia. Ouça o episódio completo no site da "CBN" e nas principais plataformas de streaming, como Spotify e Apple Podcasts. Ou assista em vídeo nas plataformas digitais do YouTube do **Valor** e da "CBN".

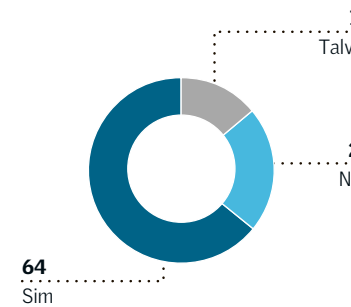
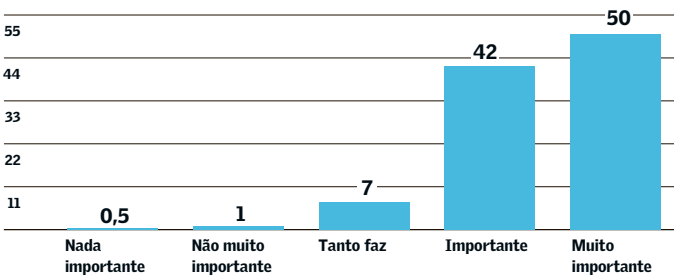
GABRIEL REIS/VALOR

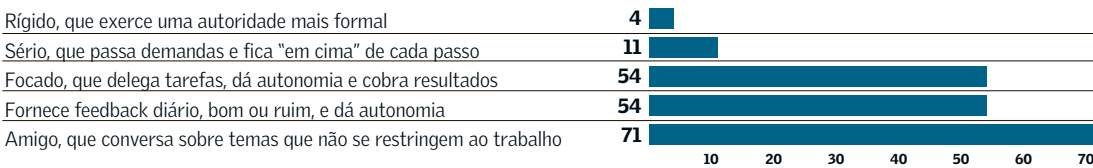
Paula Lindenberg, CEO da Diageo, diz que uma de suas metas é conquistar mais consumidoras entre o público feminino

No Brasil, geração Z quer, sim, ocupar cargos de liderança

Chefia desejada

A maioria dos jovens valoriza um gestor "amigo"

Deseja ser líder no futuro, em %

Nível de importância para aceitar um emprego com um líder "próximo" ou apto a ensinar, em %

Tipo de liderança inspiradora em que acredita, em %

Tipo	%
Rígido, que exerce uma autoridade mais formal	4
Sério, que passa demandas e fica "em cima" de cada passo	11
Focado, que delega tarefas, dá autonomia e cobra resultados	54
Fornece feedback diário, bom ou ruim, e dá autonomia	54
Amigo, que conversa sobre temas que não se restringem ao trabalho	71

Fonte: Pesquisa "GenZ Além dos Rótulos"/Instituto da Oportunidade Social/2024, com 929 jovens de 15 a 29 anos

Pesquisa

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

A maioria (64%) dos jovens da geração Z (nascidos entre 1997 e 2010) planeja garantir cargos de liderança e 71% pretendem conduzir equipes inspirados na figura de um chefe mais "amigo, que conversa sobre temas que não se restringem ao trabalho". A análise aparece na pesquisa "GenZ Além dos Rótulos", com 929 jovens de 15 a 29 anos das regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país. O levantamento, obtido pelo **Valor**, foi realizado em abril pelo Instituto da Oportunidade Social (IOS), que atua há 26 anos na formação e empregabilidade por meio de cursos gratuitos.

Em contraponto à ideia existente de que a geração Z não se interessa por alcançar posições de comando, os dados mostram que os jovens estão dispostos a começar uma jornada de liderança, diz Kelly Lopes, superintendente do IOS.

Estudos realizados nos últimos anos indicam que somente uma pequena parcela da geração Z teria ambições de subir na pirâmide corporativa, por valorizar, antes de qualquer promoção, um maior equilíbrio entre vida pessoal e profissional. "Foi surpreendente constatar que a maioria deseja a liderança, e entende que precisa percorrer um caminho estruturado para chegar 'lá'", diz Lopes. Segundo o estudo, 65% acreditam que o ensino superior é o atalho certo para ocupar cadeiras de decisão e que o aperfeiçoamento de habilidades comportamentais é fundamental.

Entre os entrevistados, 69% estão cursando ou concluíram o ensino médio, 4% têm diploma superior e 2% contam com repertório técnico. A maior parte (97%) é ou foi estudante da rede pública. "A maturidade que eles apresentam na pesquisa desmonta as afirmações de que não ambicionam um crescimento de carreira. Na verdade, os jovens têm pressa de chegar à liderança", afirma a executiva.

Segundo o relatório, 96% avaliam como "importante" e "muito importante" que as empresas ofereçam planos de carreira. "A geração Z vem sendo 'acusada' de não almejar a liderança, mas o que ela quer é fazer 'diferente'", explica. "Querem ser líderes, mas não desejam ser os líderes que temos hoje. Querem estar preparados, com conteúdo para compartilhar com os times, servindo como exemplos e ainda 'ouvindo' muito para desenvolver soluções criativas para problemas complexos."

No levantamento, 71% acreditam no trabalho das chefias que apresentam um perfil "mais próximo", de "amigo" ou que conversam sobre temas que não se restringem ao ambiente corporativo. Mais da metade (54%) se inspira em líderes que dão autonomia e feedbacks diários.

Integrando o "masculino" e o "feminino" nas empresas

Banda Executiva

Marcelo Cardoso

Cresci em uma família brasileira como tantas outras, de origem simples, digna e de classe trabalhadora. Era uma família com a presença de muitos homens. Irmão, primos, tios... e em uma geração que reproduziu os padrões culturais e estereótipos de gênero que ainda carregamos em nossa cultura: menino tem que jogar bola, ser competitivo, "se garantir", não demonstrar muito afeto. E, assim, fui estimulado a manifestar minha natureza "masculina", enquanto reprimia minhas características "femininas", de intuição, sensibilidade e afeto.

Assim acontece com todos nós em nossos processos de criação de identidade, formamos cascas em busca de aceitação e afirmação, de acordo com os ambientes em que estamos e com aquilo que nos acontece, tentando acomodar as características que trazemos naturalmente.

No meu caso, além do ambiente em que fui criado, minha personalidade foi fortemente marcada por um episódio de abuso que sofri na infância. Esse trauma me fez crescer com uma casca ainda mais carregada na expressão do masculino, e ainda mais reprimida em minha expressão feminina. Se, por um lado tais características me favoreceram no trabalho, que valoriza os traços de competitividade e assertividade que eu aprendi a desempenhar desde jovem; por outro me trouxeram um alto custo nas minhas relações de forma geral, e em particular com as mulheres.

Ao longo da minha vida precisei de muita terapia e autocuidado para integrar minha energia feminina, tentando resolver a hipertrofia dos aspectos masculinos. É um trabalho de cura que eu tenho consciência que é para a vida toda.

Estes aspectos que são nomeados pelo senso comum como "masculinos" e "femininos" são na verdade princípios universais que existem a despeito da sexualidade e das questões de gênero, características que tanto homens, mulheres e transgêneros podem manifestar. As organizações também estão hipertrofiadas pelo excesso de estrutura, direção e foco, em detrimento aos aspectos de fluxo, comunhão e relação, que são características essenciais que deveriam ter maior relevância no contexto profissional.

O custo dessa desvalorização afeta a capacidade para inovação, a prontidão para transformação, a qualidade de bem-estar no ambiente e o engajamento; enfraquece a qualidade das relações e da segurança psicológica; e principalmente, afeta a capacidade de a organização entregar serviços e produtos capazes de regenerar a sociedade, e não apenas visar lucros.

Atualmente vemos um aumento importante da representatividade feminina na política e na liderança das empresas. São notícias que temos que comemorar, embora ainda tenhamos tanto a fazer em termos de diversidade e equidade de gênero, além da luta contra o abuso e a violência, que infelizmente ainda são realidades tristes e persistentes.

Embora haja uma presença cada vez maior das mulheres em cargos de poder, ainda é uma incerteza se isso se refletirá também em uma mudança da própria natureza das organizações e do poder, em suas características ditas "masculinas" e "femininas". Uma vez que as organizações surgiram majoritariamente de estruturas militares, elas criaram um viés "masculinizado" em seus processos, intenções e modos de operar; e muitas mulheres que batalharam o seu espaço em posições de poder também fizeram em sacrifício das características mais "femininas". Por esta razão que vejo que a transformação do perfil demográfico da liderança não implica automaticamente em uma mudança no perfil cultural; embora pareça evidente que essa mudança será muito mais fácil de acontecer em ambientes realmente diversos.

É fundamental uma agenda de diversidade, equidade e inclusão, com políticas afirmativas para posições de liderança nas organizações, também é vital o equilíbrio dinâmico destas características na própria estrutura e cultura das organizações. Que esse novo conjunto de valores, a partir desta meta-polaridade, possa sustentar o surgimento de organizações mais saudáveis e equilibradas.

Marcelo Cardoso é fundador da consultoria Chie e presidente do Instituto Integral Brasil

Alimentação Mesmo com aplicativos de entrega dominando o mercado, redes como La Guapa e dona do Pizza Hut investem em canais próprios

Restaurantes reforçam delivery próprio para fidelizar consumidor

Helena Benfica
De São Paulo

Mesmo com os aplicativos de delivery dominando o mercado, os restaurantes têm investido nos seus próprios canais de atendimento para se aproximar do consumidor. A estratégia está dando resultado, com a iniciativa chegando a representar 20% do faturamento em alguns casos.

O número de pedidos feitos diretamente nos restaurantes, através de site e aplicativo próprios, telefone ou WhatsApp, aumentou 11 pontos percentuais no primeiro trimestre deste ano ante o mesmo período de 2023, sendo responsáveis por 60% dos pedidos de delivery, de acordo com dados da Kantar.

O levantamento mostra ainda que os sites e aplicativos próprios foram os principais responsáveis por esse avanço, saindo de 7,6% para 19,7% de importância em pedidos feitos. Nesses canais, foram registrados avanços em volume de compra (60%), ticket médio (34%) e frequência (4,1%).

Esse crescimento é expressivo, mesmo a base ainda sendo pequena, e revela que o consumo de refeições prontas "deixou de ser algo impulsivo para virar uma relação contínua", afirma Hudson Romano, gerente sênior de consumo fora de casa da Kantar. Ao se transformar em um hábito, o cliente prefere fazer o pedido diretamente no canal do estabelecimento.

"O aplicativo é uma grande ferramenta de relacionamento que permite conhecer CPF por CPF, entender o consumo de cada cliente e poder inovar em cima disso", diz Benny Goldenberg, que ao lado da chefe Paola Carosella administra a La Guapa, de empanadas artesanais.

A empresa criou seu app próprio em 2021, e as vendas nesse canal, que representavam 4% quando começou, atualmente chegam a 20% da receita do negócio, relata Goldenberg.

Os restaurantes Olga Ri (de salada) e Hi Pokee (de comida havaiana) também têm investido nesse canal para construir um relacionamento duradouro com o cliente. Bruno Sindicic, um dos sócios do grupo, afirma que "as pessoas são mais fiéis no aplicativo", uma vez que a experiência e as ofertas são personalizadas de acordo com suas necessidades.

> "Esse crescimento é expressivo, mesmo a base ainda sendo pequena. Consumo deixou de ser impulso"
> *Hudson Romano*

Além do relacionamento com o cliente, os estabelecimentos também veem vantagens econômicas com essa estratégia. Afinal, os canais próprios permitem que as empresas tenham mais controle sobre os custos e não têm taxas para intermediários, como ocorre com os agregadores.

Isso reflete no preço no prato, que costuma ser 20% mais barato do que na plataforma de delivery, segundo Paulo Solmucci, presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel). "Essa estratégia deixa o mercado mais interessante, porque o restaurante tem mais facilidade na oferta, entregando um produto bom e mais barato", complementa Sindicic.

A IMC, dona do KFC, Pizza Hut e Frango Assado, lançou o aplicativo do Pizza Hut há pouco mais de um ano, e desde então o canal passou a representar 15% das vendas digitais. Apesar dos ganhos, o diretor de marketing, Alex BX Pinto, ressalta que existem diversos desafios na operação que devem ser considerados pelas empresas.

"É preciso ter um conjunto de capacidades [como logística, suporte e qualidade] que custam caro e tomam tempo até amadurecer", avalia BX Pinto. Se esses fatores não forem levados em conta, o resultado pode ser uma experiência ruim que afugenta os clientes do canal. "No fim, tem que entregar comida boa, seja no restaurante ou em casa", completa.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Goldenberg, do La Guapa: "Aplicativo é uma grande ferramenta de relacionamento que permite conhecer CPF por CPF"

Ainda que tenham conquistado espaço, há um entendimento no mercado de que esses canais exclusivos são estratégias complementares aos agregadores e não devem assumir um protagonismo no delivery dos restaurantes, uma vez que as grandes plataformas, como iFood e Rappi, continuam sendo a principal escolha do consumidor na hora de fazer um pedido on-line.

Felipe Criniti, CEO do Rappi Brasil, diz, por e-mail, que a penetração do delivery no Brasil ainda é baixa e há espaço para o canal crescer no país. "Além disso, um mercado onde há múltiplos competidores fortes é um mercado saudável — e isso ainda não vemos no Brasil, no segmento de delivery de restaurantes", afirma Criniti.

Em nota enviada ao **Valor**, o iFood diz que vê os sites e aplicativos próprios dos restaurantes como "oportunidades complementares e incentiva que as lojas tenham seus próprios canais".

A plataforma de delivery também afirma que as taxas cobradas "são compatíveis, e muitas vezes menores, que as praticadas no mercado brasileiro e internacional" e que "mantém um diálogo contínuo com nossos parceiros para aprimorar constantemente a plataforma".

Aéreas ampliam oferta de voos semanais para Canoas

Transporte

Cristian Favaro
De São Paulo

As aéreas brasileiras vão aumentar a frequência de voos para a Base de Canoas enquanto o aeroporto de Porto Alegre permanecer fechado, devido aos estragos causados pelas enchentes que atingiram a região. No total, haverá aumento gradual dos atuais 47 voos por semana para 68. A Azul vai também passar a usar aviões maiores na operação, ampliando assim a quantidade de assentos. O setor foca ainda em ampliar a conexão com cidades próximas, como Pelotas e Caxias do Sul.

A Gol vai ampliar a partir do dia 15 de julho sua frequência semanal de 9 para 13 voos à base de Canoas. As novas ligações vão ser feitas via Congonhas — as demais são por Guarulhos. A empresa tem usado o Boeing 737 MAX 8, cuja capacidade máxima é de 186 assentos. "A operação segue segura e pontual. Mesmo com os desafios de infraestrutura na base aérea, os voos estão sendo realizados sem intercorrências", disse a Gol, em nota. Para além do transporte de passageiros, a empresa já levou 566 toneladas de doações para a região.

O grupo também anunciou que vai voar mais para a cidade de Caxias do Sul, na Serra Gaúcha, a partir de agosto. Hoje a companhia faz um voo diário e direto entre Caxias e o aeroporto de Congonhas (CGH). No dia 5 de agosto, dará início à segunda operação diária e, no dia 12 do mesmo mês, a mais um voo, totalizando até três saídas por dia entre o interior gaúcho e a capital paulista. Já em Pelotas a empresa irá ampliar a frequência de quatro voos semanais para seis entre agosto e o fim de outubro. As operações são para o aeroporto internacional de Guarulhos, na região metropolitana da capital.

A Azul anunciou mais uma frequência para Canoas — passando de duas diárias para três — a partir de 1º de julho. Na mesma data, a empresa passará a operar a rota com aeronaves Airbus A320, que possuem capacidade para 174 passageiros contra 118 do Embraer E1. Com a nova aeronave e a ampliação da frequência, a Azul espera aumentar sua oferta de assentos para a base aérea em 121% a partir de julho.

"Essa ampliação da oferta era muito aguardada por todos e vamos seguir trabalhando para oferecer ainda mais opções de conexão com o Rio Grande do Sul e Porto Alegre. Além de uma nova frequência, estamos colocando aeronaves com maior capacidade, o que vai colaborar com o aumento da oferta para a região, que foi fortemente afetada com o fechamento do aeroporto Salgado Filho", comenta Vitor Silva, gerente geral de planejamento e estratégia da Azul.

Além de ajustar sua malha aérea, a Azul tem desempenhado um papel na ajuda humanitária ao Rio Grande do Sul. Desde o início das operações de auxílio, a companhia aérea arrecadou e transportou cerca de 3 mil toneladas de doações.

68
viagens por semana passam a atender RS

Já a Latam informou a ampliação da frequência de voos semanais para a base aérea de 24 para 34 a partir de 30 de junho. Os voos partem de Guarulhos e Congonhas. Em 27 de maio, a Latam foi a primeira companhia aérea a operar voos comerciais na base aérea gaúcha, como parte da operação excepcional para atender ao Rio Grande do Sul. Os voos são operados em aeronaves Airbus A320, com capacidade para até 176 passageiros.

Como o local de embarque e desembarque dos voos é o Park-Canoas Shopping, de onde é feito deslocamento por via terrestre, as aéreas reforçam que os clientes devem se apresentar no local com antecedência de 3 horas ao horário da decolagem, já que o check-in será encerrado 90 minutos antes das partidas dos voos. Os passageiros não devem se dirigir diretamente à base aérea.

Ainda dentro das medidas para aumentar a conectividade na região, o Aeroporto Hugo Cantergiani, em Caxias do Sul (RS), recebeu uma autorização temporária para operar voos internacionais regulares não programados como forma de atender especificamente o transporte de delegações dos jogos internacionais da Libertadores e da Copa Sul-Americana de futebol. A liberação vale para voos privados e não para a aviação comercial regular. A medida foi costurada pelo Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor) e Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Para distribuidoras, novas regras vão gerar mais custo

Energia

Robson Rodrigues
De São Paulo

A Abradee, associação que representa as distribuidoras de energia, emitiu comunicado, na sexta-feira (21), dizendo que a publicação do decreto com diretrizes para a prorrogação dos contratos de concessão gera estabilidade regulatória e segurança jurídica. Entretanto, a entidade ressalta que o texto traz preocupações para o setor, com "critérios desafiadores, que demandarão mais investimentos e custos adicionais".

O decreto reúne 17 diretrizes e afeta diretamente 20 distribuidoras de energia que atendem a 57 milhões de consumidores, com encerramentos de contratos previstos para o período de 2025 a 2030. As concessões são controladas por sete grandes grupos do setor — Neoenergia, Enel, CPFL, Equatorial, Energisa, Light e EDP — e respondem a cerca de 60% do segmento de distribuição.

Segundo a associação, temas relevantes como os eventos climáticos extremos, que interferem diretamente na operação de distribuição de energia, entre outros serviços básicos para a sociedade, devem receber uma atenção especial durante a regulação técnica da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A Abradee destaca que seus impactos, muitas vezes, são imprevisíveis e estão fora do controle das distribuidoras, como os recentes acontecimentos vistos pelo país.

> É importante que a regulação considere prazos adequados de adaptação

O que motivou o governo federal a incluir este tópico foi o caso da Enel Distribuição São Paulo. Em novembro de 2023, fortes chuvas causaram um apagão na área de concessão da companhia, deixando 2,1 milhões de unidades consumidoras sem eletricidade. Outra situação de destaque ocorreu no Rio Grande do Sul, em abril de 2024, quando uma tempestade destruiu parte da infraestrutura elétrica do Estado gaúcho, deixando milhares de pessoas sem energia por mais de um mês.

"É importante que a regulação considere prazos adequados de adaptação e transição para as novas regras, respeitando as especificidades e as diferenças de cada área de concessão em um país continental como o Brasil", diz a nota ao mercado.

O novo regramento obriga, ainda, que as concessionárias cedam para exploração comercial postes e outras partes da infraestrutura de distribuição de energia elétrica para fixação de redes de telecomunicação, o "posteiro", no jargão do setor elétrico. As distribuidoras de energia, por sua vez, dizem que a cessão dessa infraestrutura não deveria ter um caráter compulsório.

O texto abre ainda a possibilidade de para que a Aneel, em caso de descumprimento de indicadores de qualidade técnica, comercial e econômico-financeiros, estabeleça limitação do pagamento de dividendos, além de limitar novos atos e negócios jurídicos entre a concessionária e suas partes relacionadas.

"O regramento sobre a limitação de distribuição de dividendos aos acionistas pode afrontar as bases legais que sustentam o fluxo de investimentos na economia. Este dispositivo poderá afastar investimentos, impactando diretamente os serviços prestados aos consumidores", diz a entidade.

A associação acrescenta ainda que, nos últimos 30 anos, as regras contratuais vêm sendo cumpridas e os investimentos do setor levaram à universalização do acesso à energia elétrica no país, com 99,8% dos lares brasileiros atendidos. As distribuidoras são responsáveis pela geração de 200 mil empregos e planejam investir cerca de R$ 130 bilhões nos próximos quatro anos.

Apesar da reclamação das concessionárias sobre as novas regras para renovação das concessões o texto foi considerado positivo pela maioria dos especialistas ouvidos pelo **Valor**, pois estabelece de forma mais objetiva aquilo que deverá constar dos contratos. Além disso, insere o setor de distribuição de energia no contexto da transição energética.

GUSTAVO WERNECK
CEO DA GERDAU E ASSINANTE DO VALOR
ECONÔMICO
Valor

insumo Complexo marco regulatório e processo de licença ambiental moroso estão entre os desafios

Potência em minério, Brasil precisa superar gargalos

Stella Fontes
De São Paulo

US$ 64
bilhões são aportes estimados até 2028

Com US$ 64,5 bilhões em investimentos estimados até 2028 e reservas que estão entre as maiores do mundo, o setor mineral coloca o Brasil na dianteira da corrida global pelo fornecimento de metais e insumos críticos para a transição energética. Mas há gargalos que podem comprometer essa posição, mostra estudo da EY, intitulado "A atratividade do setor mineral brasileiro".

Conhecimento ainda limitado de sua riqueza mineral, com apenas 27% do território mapeado pelo Serviço Geológico Brasileiro (SGB), complexidade do marco regulatório, morosidade do processo de licenciamento ambiental e limitações à captação de recursos financeiros, sobretudo pelas mineradoras menores (conhecidas como "juniors"), aparecem como principais desafios do setor.

"O Brasil é uma potência mineral, não só do futuro, mas do presente. O cenário é auspicioso do ponto de vista da demanda, mas há pontos de atenção do lado da oferta. É preciso ter condições de investimento", disse ao **Valor** o líder de energia e recursos naturais da consultoria, Afonso Sartorio, coautor do estudo, que é assinado também pelo diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Raul Jungmann.

Com mais de sete mil empresas instaladas, incluindo grandes nomes da mineração (as "majors) nacionais e internacionais, o Brasil se destaca no cenário global, entre outros motivos, pelo tamanho de suas reservas e produção. Além da fortaleza em minério de ferro — a segunda maior reserva do mundo —, o país aparece no ranking dos maiores em nióbio, grafita, terras raras, manganês e níquel, aponta o estudo.

Muitos desses minerais, afirmou Sartorio, terão demanda global crescente com a transição energética, abrindo novas oportunidades para o setor. Carros elétricos, por exemplo, tem quase seis vezes mais quantidade de minerais críticos, cerca de 200 quilos, que os automóveis com motores a combustão. Estruturas solares e de geração eólica também levam esses insumos. Conforme o estudo, enquanto a demanda global de lítio pode crescer até 42 vezes até 2040, a de grafita deve subir 25 vezes e a de terras raras, 7 vezes.

> "O Brasil é uma potência mineral, não só do futuro, mas do presente"
> *Afonso Sartorio*

Mas o Brasil precisa estar preparado, do ponto de vista da oferta, para atender a esse mercado. Embora o plano de investimentos do setor seja robusto, está apenas em linha com o que se vê em outras partes do globo — o que não é suficiente para um país com pretensões de potência global, conforme Sartorio. "Se o Brasil não investir, outros países o farão."

O primeiro desafio mapeado pelo estudo, que pode jogar contra futuros investimentos, é o baixo conhecimento geológico em relação a outros países mineradores, como Canadá e Austrália, que contam com mapeamento mais abrangente e são mais ágeis no compartilhamento dessas informações, muitas vezes oferecendo incentivos à iniciativa privada para atuar nessa frente junto com os órgãos de governo. Por aqui, somente 27% do território está mapeado na escala mínima (1:100.000) adequada para início de um projeto de prospecção mineral.

De acordo com Sartorio, o governo tem feito alguns avanços, via benefícios fiscais ou ampliação de acesso à informação, mas é preciso ir além. "Se conseguir isso, o país vai ser mais atrativo, porque os investidores terão mais facilidade em entender sua potencialidade."

Na fase exploratória, as grandes mineradoras, como Vale, Anglo American, Kinross, Gerdau e CSN, respondem por 56% dos investimentos executados no país. As "juniors", mais focadas em exploração, também têm investido, mas o volume de recursos destinados à pesquisa de novas áreas está aquém do feito em outros países.

Essa diferença por ser explicada pelo custo de captação mais elevado para as mineradoras menores, até em função do risco — as "majors" captam recursos com custos 35% menores e prazos mais longos. "Deveria haver mais instrumentos para essas empresas", disse, acrescentando que a iniciativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Vale, de constituir um fundo destinado a projetos de empresas menores, é positiva.

Condições menos atraentes para a captação doméstica de recursos se reflete ainda na origem do dinheiro que tem sido aplicado em projetos de exploração: menos de 1% do total foi levantado internamente em 2023. Nos últimos três anos, as empresas brasileiras de mineração captaram um total de US$ 9,6 bilhões, dos quais 81% em dólares. Na China, esse valor chegou a US$ 327 bilhões e no Canadá, a US$ 68,6 bilhões.

Do lado do marco regulatório, a constatação é que os processos de outorga e licenciamento são mais demorados no Brasil do que em outros países produtores. Já houve alinhamento aos critérios internacionais e melhorias, mas ainda há mais a fazer. A expectativa, agora, gira em torno da publicação do Plano Nacional de Mineração 2050.

LEO PINHEIRO/VALOR

Com mais de 7 mil empresas instaladas, incluindo grandes nomes nacionais e internacionais, o Brasil se destaca pelo tamanho de suas reservas e produção

Metais e Petróleo

Comparativos de preços

Metais não-ferrosos - US$/ton. (1)	Cotações 21/06/24	Há uma semana	Fim de maio	2023	Há um ano	Var. até a última data indicada - em % Semana	Mês	Ano	12 meses	Cotação em 12 meses Menor	Maior
Alumínio high grade											
Disponível	2.452,5	2.465,5	2.677,0	2.335,5	2.157,0	-0,53	-8,39	5,01	13,70	2.068,5	2.695,0
Três meses	2.504,0	2.530,0	2.712,5	2.382,0	2.205,0	-1,03	-7,69	5,12	13,56	2.123,0	2.741,0
Alumínio secundário (liga)											
Disponível	2.285,0	2.200,0	2.200,0	1.550,0	1.951,0	3,86	3,86	47,42	17,12	1.450,0	2.285,0
Três meses	2.285,0	2.200,0	2.200,0	1.550,0	2.007,0	3,86	3,86	47,42	13,85	1.503,0	2.285,0
Chumbo											
Disponível	2.145,0	2.109,0	2.246,0	2.031,0	2.242,0	1,71	-4,50	5,61	-4,33	1.965,0	2.314,0
Três meses	2.186,0	2.163,5	2.302,0	2.068,0	2.146,5	1,04	-5,04	5,71	1,84	2.005,0	2.343,0
Cobre grade A											
Disponível	9.648,0	9.650,0	9.985,0	8.476,0	8.490,0	-0,02	-3,38	13,83	13,64	7.812,5	10.857,0
Três meses	9.790,0	9.781,0	10.110,0	8.580,0	8.498,0	0,09	-3,17	14,10	15,20	7.890,0	10.930,0
Estanho high grade											
Disponível	32.650,0	32.410,0	33.300,0	25.175,0	28.595,0	0,74	-1,95	29,69	14,18	22.910,0	35.685,0
Três meses	32.900,0	32.700,0	33.525,0	25.500,0	27.200,0	0,61	-1,86	29,02	20,96	23.275,0	35.325,0
Níquel											
Disponível	16.935,0	17.275,0	19.830,0	16.300,0	21.350,0	-1,97	-14,60	3,90	-20,68	15.620,0	22.355,0
Três meses	17.200,0	17.500,0	20.125,0	16.570,0	21.550,0	-1,71	-14,53	3,80	-20,19	15.880,0	22.700,0
Zinco special high grade											
Disponível	2.786,0	2.732,0	2.994,5	2.640,5	2.338,0	1,98	-6,96	5,51	19,16	2.261,0	3.093,0
Três meses	2.845,0	2.790,0	3.041,5	2.654,0	2.359,0	1,97	-6,46	7,20	20,60	2.282,0	3.142,5
Petróleo - US/barril (2)	**21/06/24**	**Há uma semana**	**Fim de maio**	**2023**	**Há um ano**	**Semana**	**Mês**	**Ano**	**12 meses**	**Menor**	**Maior**
WTI - mercado futuro	79,96	78,05	76,73	71,84	72,52	2,45	4,21	11,30	10,26	67,90	91,30
Brent - mercado futuro	84,33	82,08	81,11	76,91	77,14	2,74	3,97	9,65	9,32	72,51	94,36

Fontes: LME e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. (1) Métrica. (2) Segunda posição

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Bethaville Gestão e Consultoria Ltda. -** Endereço: Não Consta - Requerente: Bex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Cc Clínica de Tratamentos Médicos Especializados Ltda. ME -** CNPJ: 20.835.139/0001-62 - Endereço: Setor Sgas, Quadra 915, Cjt. N, Salas 248 e 250, 2º Pavimento, 69 a Asa Sul - Requerente: José Lopes Gomes Filho - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Requerido: **Distrilimp Indústria e Comércio de Produtos de Limpeza e Derivados Ltda. -** CNPJ: 11.573.253/0001-70 - Endereço: Rua Dr. Ulisses Guimarães, 151, Galpão B, Loteamento Industrial - Requerente: Oxss Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 4a Vara de Mauá/SP

Requerido: **Fortaleza Serviços Empresariais Ltda. -** CNPJ: 14.084.670/0001-48 - Endereço: Rua Soriano Albuquerque, 581, Sala 02, Bairro Joaquim Távora - Requerente: Fortaleza Serviços Empresariais Ltda. - Vara/Comarca: Vara Cível de Sengés/PR - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **New Power Soluções em Engenharia Ltda. -** CNPJ: 43.131.476/0001-74 - Endereço: Av. Barão Homem de Melo, 4494, Sala 1403, Bairro Estoril - Requerente: Arthur Elias de Moura Valle - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG

Requerido: **Vioaco Soluções Metálicas Ltda. -** CNPJ: 00.285.607/0001-65 - Endereço: Av. Ademar Vecchi, 985, Lotes 15 e 16, Bairro São Bernardo Iv, Mirassol/sp - Requerente: Fs Tatuí Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 5a Vara de São José do Rio Preto/SP

Requerido: **Zona da Mata Mineração S/A -** CNPJ: 28.234.395/0001-06 - Endereço: Av. Getúlio Vargas, 1420, Sala 1001, Bairro Savassi - Requerente: Renato Duarte Franco de Moraes - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG

Falências Decretadas

Empresa: **Transportadora Barigui Ltda. -** CNPJ: 32.821.893/0001-22 - Endereço: Rua Emiliano Perneta, 1820, Centro - Administrador Judicial: Catalise Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Júlio Alfredo de Almeida - Vara/Comarca: 26a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Associação Nacional Dos Clínicos Veterinários de Pequenos Animais de São Paulo Anclivepa Sp -** CNPJ: 05.698.736/0001-07 - Endereço: Rua Atilano Crisóstomo, 97, Apto. 202, Bairro Dom Bosco, Campos Dos Goytacazes/rj - Requerente: Local Vet Locações Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Petição inicial indeferida.

Requerido: **Indústria Metalúrgica Maquisfer Ltda. -** CNPJ: 02.939.918/0001-26 - Requerente: Samuel Gustavo Cavalcanti - Vara/Comarca: 1a Vara de Nova Odessa/SP - Observação: Falta de interesse de agir.

Requerido: **Jnb Participações Societárias Ltda. -** CNPJ: 18.706.016/0001-80 - Requerente: Bgr Participações Ltda., Cracco Incorporadora Ltda. e Eel Participações em Empreendimentos Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Itumbiara/GO - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes, aguardando em cartório seu cumprimento.

Requerido: **Jnb Participações Societárias Ltda. -** CNPJ: 18.706.016/0001-80 - Requerente: Range Capital Consultoria Empresarial Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Itumbiara/GO - Observação: Desistência homologada.

Requerido: **Stemac S/A Grupos Geradores -** CNPJ: 92.753.268/0052-62 - Requerente: Bgr Participações Ltda., Cracco Incorporadora Ltda. e Eel Participações em Empreendimentos Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Itumbiara/GO - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes, aguardando em cartório seu cumprimento.

Requerido: **Stemac S/A Grupos Geradores -** CNPJ: 92.753.268/0052-62 - Requerente: Range Capital Consultoria Empresarial Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Itumbiara/GO - Observação: Desistência homologada.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Sidney Inácio de Proença -** CNPJ: 10.632.349/0001-08 - Endereço: Fazenda São Judas Tadeu Ii, S/nº, Apiaí Mirim, Guapiara/sp - Vara/Comarca: 4a Vara de Campinas/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Andreia Eliza Bortolozo Perazzoli, Produtora Rural -** CNPJ: 53.917.295/0001-21 - Endereço: Estrada São Roque, S/nº, Barracão, Pinheiro Preto/sc - Administrador Judicial: Medeiros & Medeiros Costa Beber Administração de Falências e Empresas em Recuperação Judicial S/s Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC

Empresa: **Claudete Andreatta Perazzoli, Produtora Rural -** CNPJ: 53.926.324/0001-11 - Endereço: Estrada São Roque, S/nº, Barracão, Pinheiro Preto/sc - Administrador Judicial: Medeiros & Medeiros Costa Beber Administração de Falências e Empresas em Recuperação Judicial S/s Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC

Empresa: **Comércio de Frutas Perazzoli Ltda., Nome Fantasia Fazenda Perazzoli -** CNPJ: 34.825.411/0001-38 - Endereço: Estrada São Roque, S/nº, Barracão, Pinheiro Preto/sc - Administrador Judicial: Medeiros & Medeiros Costa Beber Administração de Falências e Empresas em Recuperação Judicial S/s Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC

Empresa: **Ed2r Administração e Participação Ltda. -** CNPJ: 09.263.177/0001-55 - Endereço: Rua 1112, Nº 394, 6º Andar, Sala 601, Edifício Lydia Feres, Setor Pedro Ludovico - Administrador Judicial: Cincos Consultoria Organizacional de Resultado, Representada Pelo Sr. Stenius Lacerda Bastos - Vara/Comarca: 22a Vara de Goiânia/GO

Empresa: **Renato Júnior Perazzoli, Produtor Rural -** CNPJ: 53.918.062/0001-43 - Endereço: Estrada São Roque, S/nº, Barracão, Pinheiro Preto/sc - Administrador Judicial: Medeiros & Medeiros Costa Beber Administração de Falências e Empresas em Recuperação Judicial S/s Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC

Empresa: **Renato Perazzoli, Produtor Rural -** CNPJ: 53.921.126/0001-65 - Endereço: Estrada São Roque, S/nº, Barracão, Pinheiro Preto/sc - Administrador Judicial: Medeiros & Medeiros Costa Beber Administração de Falências e Empresas em Recuperação Judicial S/s Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC

Empresa: **Rodrigues da Cunha Construtora e Incorporadora Ltda. -** CNPJ: 06.229.859/0001-53 - Endereço: Rua 1112, Nº 394, 6º Andar, Sala 601, Edifício Lydia Feres, Setor Pedro Ludovico - Administrador Judicial: Cincos Consultoria Organizacional de Resultado, Representada Pelo Sr. Stenius Lacerda Bastos - Vara/Comarca: 22a Vara de Goiânia/GO

Empresa: **Rodrigues da Cunha Construtora e Incorporadora Spe Bueno T 55 Ltda. -** CNPJ: 29.081.761/0001-05 - Endereço: Rua 1112, Nº 394, 6º Andar, Sala 601, Edifício Lydia Feres, Setor Pedro Ludovico - Administrador Judicial: Cincos Consultoria Organizacional de Resultado, Representada Pelo Sr. Stenius Lacerda Bastos - Vara/Comarca: 22a Vara de Goiânia/GO

Empresa: **Rodrigues da Cunha Construtora e Incorporadora Spe Vaca Brava Ltda. -** CNPJ: 33.773.470/0001-47 - Endereço: Rua 1112, Nº 394, 6º Andar, Sala 601, Edifício Lydia Feres, Setor Pedro Ludovico - Administrador Judicial: Cincos Consultoria Organizacional de Resultado, Representada Pelo Sr. Stenius Lacerda Bastos - Vara/Comarca: 22a Vara de Goiânia/GO

Empresa: **Vailatti Bebidas Ltda. -** CNPJ: 35.100.520/0001-50 - Endereço: Rodovia SC 135, Km 133,5, S/nº, Interior, Pinheiro Preto/sc - Administrador Judicial: Cb2d Serviços Judiciais Ltda., Representada Pela Dra. Gabriele Chimelo Pereira Ronconi - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC

Empresa: **Vinicius Perazzoli, Produtor Rural -** CNPJ: 53.917.697/0001-26 - Endereço: Estrada São Roque, S/nº, Barracão, Pinheiro Preto/sc - Administrador Judicial: Medeiros & Medeiros Costa Beber Administração de Falências e Empresas em Recuperação Judicial S/s Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC

Empresa: **Vinícola Alleanza Ltda. -** CNPJ: 13.412.033/0001-90 - Endereço: Rodovia SC 303, Km 197,5, S/nº,zona Rural, Pinheiro Preto/sc - Administrador Judicial: Cb2d Serviços Judiciais Ltda., Representada Pela Dra. Gabriele Chimelo Pereira Ronconi - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Divamed Distribuidora Irmãos Valotto de Medicamentos Ltda. -** CNPJ: 02.057.329/0001-14 - Endereço: Av. Perimetral, 1681, Distrito Industrial - Vara/Comarca: 1a Vara de Pompeia/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Empório e Hortifruti Strapasson Ltda. -** CNPJ: 20.525.116/0001-51 - Endereço: Rua Manoel Eufrásio, 1084, Bairro Juveve - Vara/Comarca: 26a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Línea Paraná Madeiras Ltda. -** CNPJ: 81.713.513/0001-41 - Endereço: Rua Vitório Girardi, 100, Sede - Vara/Comarca: Vara Cível de Sengés/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Lumber Line Paraná Ltda. -** CNPJ: 04.702.309/0001-84 - Endereço: Estrada Ouro Fino, Km 18, S/nº, Colônia Marques de Abrantes, Tunas do Paraná/pr - Vara/Comarca: Vara Cível de Sengés/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Strapasson & Filhos Produção e Comércio de Alimentos Ltda., Nome Fantasia Chácara Strapasson -** CNPJ: 05.700.793/0001-75 - Endereço: Rua Pedro Fiorense, 41, Térreo, Bairro Fervida, Colombo/pr - Vara/Comarca: 26a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Valotto Administração, Investimentos e Participações S/s Ltda. -** CNPJ: 08.361.349/0001-60 - Endereço: Av. Domingos Raggi, 444, Bairro Jardim São Luís - Vara/Comarca: 1a Vara de Pompeia/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **D&a Comércio de Móveis Ltda., Nome Fantasia Baratão Móveis -** CNPJ: 26.741.394/0001-22 - Endereço: Rua Brusque, 268, Bairro Bela Vista, Chapecó/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Fernandes e Feranti Comércio de Móveis Ltda., Nome Fantasia Baratão Móveis e Eletro -** CNPJ: 24.529.014/0001-65 - Endereço: Av. Leopoldo Sander, 4144 D, Bairro Cristo Rei, Chapecó/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **L. T. Pereira & Companhia Ltda. Epp, Nome Fantasia Posto do Bio -** CNPJ: 33.026.352/0001-75 - Endereço: Av. Brasil, 902, Centro - Vara/Comarca: 2a Vara de Poxoréu/MT - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Extrajudiciais Concedidas

Empresa: **Grupo Casas Bahia S/A -** CNPJ: 33.041.260/0001-64 - Endereço: Av. Dra. Ruth Cardoso, 8501, 28º Andar, Bairro de Pinheiros - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado o plano de recuperação extrajudicial apresentado pela requerente.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Marketing Grande estrela do evento, a inteligência artificial ainda está atrás da criatividade

‘Leões’ de Cannes vão para ideias que geram negócios

Daniela Braun
De Cannes (França)

A inteligência artificial (IA) pode ter invadido a praia dos publicitários, literalmente, na última semana, com a presença marcante de grandes empresas de tecnologia e plataformas digitais, ao longo da orla de Cannes. A cidade litorânea da França recebeu mais de 12 mil participantes do festival de criatividade Cannes Lions 2024, de 17 a 21 de junho. Mas quem leva os concorridos “leões” na premiação são grandes ideias que geram impacto social e, especialmente, resultados de negócios para os anunciantes.

Do lado de dentro do evento, considerado o “Oscar” da publicidade, as presenças de Elon Musk, dono do X (antigo Twitter); da vice-presidente de tecnologia da OpenAI, Mira Murati; e de executivos globais de “big techs” como Google, Meta, Amazon e Microsoft deixaram claro que o mercado de tecnologia quer mais espaço embaixo de um guarda-sol de US$ 989,8 bilhões em receita gerada pela publicidade este ano, segundo projeção do GroupM.

O atalho para elevar a receita da indústria de tecnologia é a IA generativa, com a promessa de oferecer mais produtividade para agências e anunciantes. Para o mercado de publicidade, no entanto, a IA ainda gera incertezas.

“Imagino que muitas pessoas neste salão, incluindo criadores e todos nós que estamos no centro de um festival criativo, estamos entre o entusiasmo, um pouco de terror e nervosismo [com o avanço da IA]”, confessou o executivo-chefe da agência Accenture Song, David Droga, no primeiro dia do evento, em um painel com a executiva da OpenAI. “Nunca houve um momento mais importante para um prêmio”, frisou Droga.

Para os jurados, que decidem quem serão os seletos vencedores no Cannes Lions, quem manda no festival é a criatividade, e não a tecnologia.

Na categoria de melhor Filme, a que deu origem ao festival, em 1954, um dos Grand Prix, o prêmio máximo de cada categoria, foi concedido a uma campanha que busca eliminar o preconceito sobre o futebol feminino. O filme, desenvolvido pela agência Marcel para a operadora Orange, da França, traz os melhores lances da seleção masculina de futebol do país até revelar que, na verdade, os autores dos gols eram as jogadoras da seleção feminina, que tiveram seus rostos alterados com recursos de IA.

“Não tivemos nenhuma discussão em torno de IA e não pensamos nisso”, disse ao **Valor** o presidente do júri de Filme e vice-presidente de marketing e comunicações da Apple, Tor Myhren, em encontro com jornalistas sobre a premiação na sexta-feira (21).

Este ano, pela primeira vez, a organização do evento pediu que os 26.753 inscritos em 30 categorias descrevessem se usaram a IA em alguma etapa da campanha e de que forma.

“Muitas pessoas estavam pensando em um ano dominado pela IA e, por sorte, não foi”, comentou o presidente do júri na categoria Outdoor e vice-presidente criativo da agência Publicis Groupe, Marco Venturelli, ao anunciar os vencedores da categoria, na semana passada.

Na visão de anunciantes, Cannes ainda pode abordar mais os efeitos práticos da IA na área de marketing. “Me chamou a atenção o conteúdo sobre inteligência artificial, mas senti pouco o tema descendo mais na transformação que, de fato, ela pode gerar na forma como trabalhamos e não só no potencial criativo”, disse Marcela de Masi, diretora executiva de branding e comunicação do Grupo Boticário.

Com a participação da IA ou não, vencer um “Leão” de Bronze, Prata, Ouro ou um Grand Prix no Cannes Lions é uma tarefa olímpica no mercado de publicidade. Em média, somente 3% dos trabalhos inscritos no Cannes Lions recebem premiações.

Este ano, o Brasil levou 92 prêmios, sendo 2 Grand Prix, e repetiu o número de “leões” conquistados em 2023.

O Grupo Boticário ganhou seus primeiros troféus no Cannes Lions este ano, com um Leão de Prata para a marca Vult, na categoria Relações Públicas, e um Bronze, na categoria Glass, de impacto social.

Ao avaliar os vencedores, a diretora do Boticário nota que não houve um grande favorito no festival deste ano. “Vimos campanhas que vão do humor sagaz ao impacto social, casos de uso de tecnologia e campanhas de promoção ganhando”, diz Masi. “Isso gera muitos ‘insights’ para as próximas edições do festival e para o que estamos construindo.”

Entre as agências brasileiras mais premiadas este ano, o encontro da tecnologia com a publicidade foi bem-vindo em Cannes. “A criatividade definitivamente saiu do armário para encontrar tecnologia, tratamento de dados e mídia, e transformar o negócio dos clientes”, disse o presidente da DM9, Pipo Calazans. Este ano, a agência ficou com a melhor pontuação entre as concorrentes do Brasil, com 16 “leões”, sendo 4 de ouro.

“Estamos em uma nova tendência onde a criatividade aliada a dados, tecnologia, mídia e métricas tem feito com que a gente consiga resultados muito grandes sem perder o foco criativo”, observa Calazans.

A preocupação com os resultados de negócios da publicidade ficou evidente em palavras como “impacto” e “efetividade”, bastante citadas pelos jurados desta edição, nota Bruno Brux, diretor executivo de criação da agência GUT.

Uma tendência observada por Brux foram grandes prêmios para campanhas que geraram impacto direto no negócio. “Vimos isso no Grand Prix da categoria Titanium para a empresa de delivery americana Doordarsh e no Grand Prix de Mídia [da GUT com a Globo] para o Mercado Livre, que é uma campanha de ‘Black Friday’, a data mais importante do varejo nacional”, destacou.

A AlmapBBDO também conquistou 16 “leões”, sendo 1 Grand Prix com a campanha “Errata at 88”, que reconheceu o protagonismo da cantora Alaíde Costa, para a marca Johnnie Walker, da Diageo. A agência também levou um Leão de Ouro com o filme “Gerações”, da Volkswagen, que usou IA generativa para trazer de volta a cantora Elis Regina. “O publicitário carrega esse duplo chapéu de gerar progresso e crescimento para as marcas, mas impactar a sociedade”, pondera o presidente da AlmapBBDO, Filipe Bartholomeu.

A criatividade também tem sido celebrada pela área financeira de empresas anunciantes. “Gastamos muito dinheiro em marketing, mas uma parte importante desse processo foi educar líderes de negócios sobre os dados e as métricas [de marketing]”, disse o vice-presidente-executivo e vice-presidente financeiro do McDonald’s, Ian Borden, no Cannes Lions 2024.

A rara presença de um executivo da área financeira em um festival como o Cannes Lions é um recado claro de que o mercado busca a criatividade que gera resultados de negócios.

DANIELA BRAUN/VALOR

Publicidade da Doordash leva o Grand Prix de Titanium para os EUA (o brasileiro Rafael Segri, ao centro, segura o troféu)

3%
apenas dos inscritos recebem premiação

Festival tem origem italiana

Natália Flach
De São Paulo

Apesar de se chamar Cannes Lions, o maior festival de criatividade do mundo não foi criado na França e, sim, na Itália. A primeira edição foi realizada em Veneza, em 1954, e contou com 187 inscritos de 14 países. Aliás, é por causa da descendência italiana que há um leão estampado no cobiçado troféu: é que o animal simboliza o evangelista São Marcos, padroeiro da cidade conhecida por seus canais.

Em 1955, o evento foi transferido para Monte Carlo, em Mônaco, e, no ano seguinte, desembarcou finalmente na Riviera Francesa. Mas foi só em 1984 que o festival fixou residência no local que dá nome à premiação. Durante esse intervalo de quase 20 anos, revezou sua estadia entre a Côte d’Azur e a capital da região de Veneto.

O “Oscar da publicidade” também mudou de mãos. Inicialmente, a cerimônia era realizada pela Screen Advertising World Association (Sawa), mas foi adquirida pelo empresário francês Roger Hatchuel na década de 1980 — o que explica a transferência definitiva para Cannes. Depois, foi a vez do grupo de mídia britânico Emap — hoje chamado de Ascential — comprar o controle do evento por 52,5 milhões de libras, em 2004.

Apesar de figurar entre os maiores premiados, o Brasil demorou a fazer a sua estreia no Cannes Lions. Foi apenas em 1971 que o país enviou cerca de 10 filmes. Deste total, conquistou três Leões, sendo um deles de Prata com o comercial “O nobre”, produzido pela Última Filmes e protagonizado pelo ator Raul Cortez para a Swift.

No caso dos dois troféus de Bronze, eles foram para “Overturn”, da Lince e Rui Agnelli para a Cofap, e para “The Big Class of Satisfaction”, da Hot Shop e Última Filmes para a Lacta.

Ao longo dos anos, o Brasil conquistou 1.925 Leões, sendo 23 prêmios Grand Prix, que escolhe as melhores ideias em cada categoria do festival. Esse troféu foi conquistado pelo país pela primeira vez em 1993, com a peça publicitária do Guaraná Antarctica Diet, realizada pela DM9 Publicidade.

Nobel da Paz faz alerta sobre desinformação

De Cannes (França)

Vencedora do prêmio Nobel da Paz em 2021, a jornalista filipina Maria Ressa alertou sobre o impacto da desinformação disseminada nas redes sociais e fez um apelo aos profissionais de publicidade e marketing no palco do festival de criatividade Cannes Lions 2024, em Cannes, na França.

A jornalista, que é fundadora e chefe da plataforma digital de notícias Rappler, voltada ao jornalismo investigativo e de dados, recebeu o prêmio LionHeart do festival Cannes Lions 2024, no encerramento do festival, na sexta-feira (21).

“Vocês são poderosos. Criem seus próprios sistemas e distribuição [de anúncios]”, disse Ressa, no palco do festival.

Durante a palestra, Ressa alertou sobre a dependência do mercado publicitário nas redes sociais para distribuição de suas campanhas e sobre a importância da liberdade de imprensa.

“Vocês sabem melhor do que eu, como jornalista, que antes da tecnologia, a indústria da propaganda foi o melhor recurso para acessar emoções humanas e impulsionar ações”, comentou Ressa. “Vocês foram mordidos pela tecnologia e estou vendo isso aqui na praia”, observou.

A praia é uma referência a uma série de estandes e espaços de eventos patrocinados por grandes empresas de tecnologia no entorno do festival.

A participação das “big techs” também foi significativa dentro do Palais des Festivals, que sediou a conferência do Cannes Lions. Executivos de companhias como Google, Meta, Microsoft, OpenAI e até Elon Musk, dono do X (antigo Twitter) Tesla e SpaceX, subiram ao palco do Cannes Lions 2024 para falar de inteligência artificial (IA).

“Vocês passaram a semana ouvindo criadores de inteligência artificial, mas eles estão fazendo marketing para vocês”, alertou.

Ressa também criticou Elon Musk, que defendeu, na quarta-feira (19), um modelo de criação de notícias compilado com posts dos usuários de sua rede social.

“Quando ouvi isso, fiquei chocada com a ingenuidade e a falta de conhecimento dele”, disse a jornalista em uma breve conversa no palco com o vice-presidente de conteúdo da organização, Paul Kemp-Robertson.

Ressa ganhou reputação por suas reportagens sobre o ex-presidente das Filipinas, Rodrigo Duterte, que permaneceu por seis anos no poder. A jornalista foi presa diversas vezes durante o mandato de Duterte, já foi vítima de notícias falsas e “deepfakes” — manipulação de imagem e voz por meio de IA. Ressa exibiu montagens de informações falsas durante sua apresentação.

“O jornalismo é o antídoto para a tirania”, afirmou a ganhadora do Nobel da Paz. “Sem fatos, não pode haver verdade. E sem verdade não pode haver confiança.”

Em um ano eleitoral para mais de 60 países, Ressa citou um levantamento apontando que 71% do mundo atual é governado por regimes autoritários, eleitos democraticamente. “Estamos vendo um mundo se voltando para o fascismo, e não uso essa palavra levianamente. É isso que o ano de 2024 determinará.” ***(DB)***

“O jornalismo é o antídoto para a tirania. Sem fatos, não pode haver verdade”
Maria Ressa

DIVULGAÇÃO

Curta

Estratégia de TV na F1

No Grande Prêmio da Espanha, neste domingo (23), a Fórmula 1 lançou um novo “Statbot” de inteligência artificial (IA) em parceria com a Amazon.com. Statbot é um robô usado para automatizar a análise de dados e fornecer insights ao usuário. O objetivo do GP é possibilitar transmissões personalizadas alimentadas por IA para reter os espectadores. Para isso, o Statbot vasculha arquivos de corrida e analisa torrentes de dados em tempo real, selecionando curiosidades para transmissão ao vivo durante a corrida. A ferramenta usa tecnologia da divisão de computação em nuvem da Amazon Web Services, disse o técnico da companhia, Neil Ralph, segundo a agência Bloomberg.

Isso é um sinal de como a IA está se infiltrando na mídia e a proprietária da F1, a Liberty Media Corp, está procurando maneiras de manter os fãs grudados nas telas. Dirigida pelo bilionário magnata da TV por assinatura John C. Malone, a Liberty comprou a F1 da CVC Capital Partners em um acordo anunciado em 2016. Desde então, tem se concentrado em reforçar o apelo global do esporte, aumentando seu público com estratégias de marketing, como a série de documentários “Fórmula 1: Dirija para Sobreviver”, na Netflix.

Carnes Associação local estima que adequação ao Compromisso Europeu do Frango pode custar mais de € 8 bi para setor de aves da UE e elevar importação da proteína

Novas regras de bem-estar na produção de frangos na Europa vão afetar o Brasil

Nayara Figueiredo
De São Paulo

Empresas e mais de 30 organizações não governamentais da União Europeia (UE) criaram um conjunto de regras de bem-estar animal para a produção local de frango que pretende alterar todo o sistema produtivo até 2026. A adequação às exigências impostas pelo Compromisso Europeu do Frango (ECC, na sigla em inglês) pode custar mais de € 8 bilhões para a indústria e mexer com um fluxo de comércio do qual o Brasil faz parte.

O ECC não é uma lei, mas ganhou a adesão de mais de 300 companhias do ramo de alimentos em diferentes países do bloco, incluindo importantes redes varejistas. Esses grupos podem deixar de comprar o produto que não estiver em conformidade com as regras do compromisso ou dar preferência aos que tiverem adequados às normas.

A Associação de Processadores e do Comércio de Frango nos países da UE (Avec), que representa a indústria avícola europeia, já espera alta no preço local da carne e elevação drástica nas importações caso 100% da cadeia produtiva tenha que se adequar.

Nesse ambiente, produtos de países como Brasil, Ucrânia e Tailândia tendem a ganhar competitividade no bloco, mas essa movimentação não é tão simples, já que o compromisso poderia afetar também os exportadores.

"O que o IPC [Conselho Internacional de Avicultura] entende que os países têm autonomia para definir como fazer sua produção, mas essas regras não podem se transformar em barreiras comerciais", disse Ricardo Santin, presidente do IPC e da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), ao **Valor**.

Santin afirmou que, por enquanto, as normas do ECC não exigem mudanças no sistema produtivo dos exportadores que fornecem a ave à União Europeia. No entanto, ele não descarta que, com o tempo, haja a exigência de que o frango consumido pelos europeus, quando importado, seja de um sistema produtivo equivalente. "Isso se tornaria uma barreira de acesso ao mercado, pelo custo que se tem para fazer esse tipo de mudança".

De acordo com a Compassion in World Farming, uma das organizações apoiadoras do ECC, os frangos são seres sencientes que apresentam uma série de respostas emocionais, daí a necessidade de mudar o atual sistema de produção na avicultura de corte.

O compromisso exige, por exemplo, a redução na lotação máxima do equivalente a 39 quilos por metro quadrado para 30 quilos, para diminuir a ocupação de animais nas granjas; a utilização de raças com crescimento mais lento; ao menos dois metros de distância entre poleiros para cada mil aves; estruturas sem gaiolas; mudança no abate para atordoamento com gás ou eletricidade, entre outros, além do cumprimento das lei de bem-estar animal já aplicadas na UE.

Do outro lado, a Avec publicou um estudo estimando que, para a adequação da indústria local, haverá aumento de 37,5% no custo de produção por quilo de carne; elevação de 35,4% no consumo de água, equivalente a 12,44 milhões de metros cúbicos adicionais por ano; e alta de 35,5% no consumo de ração.

> "Aceitamos as condições, desde que não seja para toda a produção"
> *Birthe Steenberg*

Ainda de acordo com o estudo, haverá um alta de 24,4% nas emissões de gases do efeito estufa por quilograma de carne produzida; redução de 44% na produção de carne; e necessidade de se construir 9.692 mil novos aviários, com um custo estimado em €8,24 bilhões, para manter os níveis de produção de frangos.

"Não queremos alterar o ECC, aceitamos as condições desde que não seja imposto a toda a produção. Acreditamos que pode ser um segmento novo, mas a produção convencional ainda deve ser permitida", disse a secretária-geral da Avec, Birthe Steenberg, em entrevista ao **Valor**.

"Também é importante para nós que os consumidores que compram produtos provenientes da produção de ECC sejam informados sobre as consequências ambientais", afirmou a executiva.

Steenberg destacou ainda que, evidentemente, os atuais principais exportadores de frango para a UE ficariam com uma parte relevante do mercado, uma vez que o produto local estaria mais caro. "O Brasil pode ficar com uma parcela, e muito provavelmente a Ucrânia, devido à sua proximidade e à sua futura adesão à UE, poderá ficar com a maior parte", estimou.

No caso do Brasil, o presidente da ABPA, Ricardo Santin, também acredita que há possibilidade de aumento nos embarques da proteína, mas que se dariam na modalidade extra cota, com tarifas maiores. Atualmente, a UE impõe cotas por tipo de carne e corte enviados ao bloco.

Os exportadores brasileiros podem vender aos europeus até 124,5 mil toneladas de frango salgado, por exemplo, dentro da cota, pagando apenas uma taxa de 15,4% "ad valorem" — que é como um seguro da carga. Caso queira ultrapassar esse volume de venda, além da taxa ad valorem, o exportador deve pagar uma tarifa de €1,3 mil por tonelada, o que pode deixar o negócio menos vantajoso, a depender do preço do produto.

No acumulado de janeiro a maio deste ano, o Brasil exportou 87,9 mil toneladas de frango para a União Europeia, 13,6% a menos do que no mesmo período do ano passado. A Ucrânia passou a fornecer mais para o bloco europeu, enquanto os brasileiros direcionaram maiores volumes à países do Golfo e Arábia Saudita.

Frango para a União Europeia
Exportações do Brasil ao bloco até maio

- Redução na densidade máxima de criação de 39 para 30kg por m²
- Adoção de raças com crescimento mais lento
- Ao menos 2 m de distância entre poleiros utilizável por mil aves
- Sem gaiolas ou sistemas multicamadas
- Pelo menos 50 lux de luz, incluindo luz natural*
- Melhora na qualidade do ar nas granjas
- Mudança no abate para atordoamento atmosférico controlado com gás inerte ou sistemas multifásicos, ou atordoamento elétrico
- Auditorias que atestem a adoção das regras do ECC
- Cumprimento das lei de bem-estar animal da UE

Fonte: ABPA/ ECC . * Intensidade luminosa por área (m²)

Harsco fará mais adubo com rejeitos do aço

Insumos

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

A Harsco Environmental, que atua no tratamento de resíduos da siderurgia, está investindo R$ 220 milhões em duas plantas em Minas Gerais, para ampliar a capacidade de produção de fertilizantes de 300 mil toneladas para 500 mil toneladas por ano até 2025. A companhia também negocia com siderúrgicas clientes para aumentar a capacidade no longo prazo para 1 milhão de toneladas de fertilizantes ao ano.

A empresa usa a escória (rejeito) da produção de aço para obter fertilizantes, neobrita (substituto da brita para uso na construção civil) e sucata metálica.

A produção de fertilizantes minerais da Harsco Environmental é feita em uma unidade em Timóteo (MG), ligada à usina da Aperam South America. A primeira fase da expansão será feita nessa unidade. "Devemos finalizar até setembro a ampliação da capacidade da fábrica de 300 mil para 400 mil toneladas de fertilizantes por ano. Concluindo essa etapa, vamos instalar uma segunda fábrica ligada com a Usiminas, em Ipatinga (MG), com capacidade de 100 mil toneladas por ano", afirmou Wender Alves, presidente da Harsco Environmental para a América Latina.

No Brasil, a empresa tem 16 operações e atende às maiores siderúrgicas que operam por aqui. A Harsco negocia com elas o uso da escória para ampliar a produção de fertilizantes minerais.

O fertilizante mineral produzido pela empresa é rico em silicato de cálcio e de magnésio, que substitui o calcário na correção de solo. No portfólio, são quatro tipos de fertilizantes, que agregam elementos como enxofre e silício.

No ano passado, a empresa vendeu no Brasil 250 mil toneladas de fertilizantes. Para 2024, a previsão é chegar a 280 mil toneladas, um aumento de 12%. "Estamos felizmente batendo no teto da nossa capacidade. A produção deste ano está toda vendida. Na próxima temporada, a gente já terá capacidade instalada de 400 mil toneladas, e a expectativa é terminar este ano com a carteira de pedidos praticamente lotada", afirmou Alves.

Os fertilizantes minerais da Harsco são distribuídos pelo Grupo Agronelli, de Uberaba (MG). A carteira de clientes inclui usinas sucroalcooleiras, grandes produtores de grãos do Centro-Oeste, cafeicultores da Serra da Mantiqueira, produtores agroflorestais e pecuaristas.

> **R$ 220**
> **milhões é o aporte da Harsco para ampliar a produção**

De acordo com o executivo, o fertilizante AgroSilício, que foi desenvolvido em parceria com a Embrapa, emite 95% menos carbono em comparação com o calcário agrícola tradicional. "O fato de ter menos emissões de carbono torna o AgroSilício atraente principalmente para grandes grupos exportadores, que têm mais preocupação com a produção sustentável".

A empresa instala sua operação junto às usinas siderúrgicas clientes. A Harsco recebe a escória e faz a separação das partículas de aço para gerar a sucata metálica, que é repassada à siderúrgica. O restante da escória é devolvida à usina, se for sua opção, ou é aproveitado para extrair os componentes dos fertilizantes minerais e da neobrita.

Do volume de escória siderúrgica, 20% são convertidos em sucata metálica. O restante são óxidos sem sucata. "No último ano, conseguimos recuperar aproximadamente 700 mil toneladas de carga metálica", disse. Esse volume equivale à capacidade de produção da Aperam South America no Brasil.

A produção de neobrita gira em torno de 140 mil a 150 mil toneladas por ano, usando escória da Aperam. A Harsco acaba de fechar contrato com a Usiminas para usar 30 mil toneladas de escória por ano para produção de neobrita.

Com ações negociadas na bolsa de Nova York, a Harsco Environmental pertence ao grupo Enviri, que tem sede na Filadélfia, nos Estados Unidos. A empresa encerrou o primeiro trimestre com lucro líquido de US$ 26 milhões, uma queda de 18,8% em relação ao ano mesmo período do ano passado. A receita líquida cresceu 7% no período, para US$ 600 milhões.

O negócio da Harsco Environmental cresceu 9% em receita no primeiro trimestre, para US$ 299 milhões. O avanço foi associado ao aumento de vendas e a reajuste de preços. A América Latina responde por 15% da receita da Harsco Environmental.

Tereos saiu de prejuízo para lucro em 2023/24

Balanço

De São Paulo

A Tereos encerrou a safra 2023/24 no Brasil com um lucro líquido de R$ 719 milhões, após cinco temporadas consecutivas com prejuízos — no ciclo anterior, a companhia teve prejuízo de R$ 516 milhões. A virada na situação financeira foi impulsionada pelos preços do açúcar, pela valorização do dólar, que tornou as exportações mais competitivas, e pelo seu recorde na moagem de cana, de 21,1 milhões de toneladas.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado atingiu R$ 1,9 bilhão na safra, um salto de 70%, e também recorde. A receita líquida foi de R$ 6,7 bilhões, alta de 30%.

"As duas últimas safras foram dedicadas à recuperação de nossa produção, com investimentos no plantio e em melhorias nas práticas agrícolas. A adoção de novas tecnologias e o trabalho das nossas equipes, combinados com uma melhor distribuição das chuvas, nos possibilitou alcançarmos números históricos", disse Pierre Santoul, diretor-presidente da Tereos Brasil.

"Para a safra que iniciamos agora, projetamos manter a alta produtividade, com números estáveis em relação aos resultados apresentados", acrescentou

O executivo destacou que foram feitos investimentos estratégicos que mantêm a empresa na segunda posição de produção de açúcar e que ainda permitem elevar o mix açucareiro dos 67% registrados na safra passada para até 70% nesta temporada.

Em 2023/24, a companhia produziu 1,9 milhão de toneladas de açúcar e, no ciclo atual, há expectativa de ultrapassar os 2 milhões em função do mix de produção.

As condições climáticas atuais configuram um período de neutralidade, com tendência de La Niña até o fim do ano. A maior parte das regiões produtivas do Centro-Sul atravessa uma seca que, segundo Santoul, paralisou o crescimento da cana mais cedo nas lavouras.

"Com certeza, a moagem brasileira [do Centro-Sul] vai ficar abaixo das 590 milhões de toneladas, e o mix não vai crescer do mesmo jeito", disse o executivo, sobre os impactos do clima para a cultura.

Nesse cenário, o presidente da Tereos no Brasil acredita que a produção de açúcar do Centro-Sul do país pode ficar abaixo dos 40 milhões de toneladas — uma projeção mais cautelosa do que as existentes no mercado, entre 41,5 milhões de toneladas e 42,5 milhões de toneladas. "Se esses 2 milhões de toneladas abaixo do [estimado pelo] mercado acontecerem, como vê a Tereos, vai haver uma retomada positiva de preços no mercado de açúcar", projetou.

Líder em produção e exportação de açúcar, o Brasil é formador de preço internacional de açúcar e "o único lugar onde poderia acontecer algo positivo ou negativo, capaz de mover o mercado", afirmou Santoul, já que concorrentes como Índia e Tailândia seguem com safras afetadas pelo El Niño.

Apesar da perspectiva de preços melhores para o açúcar, a Tereos já fixou os valores de exportação para esta safra "já foram todos fixados ""em um nível bem acima do atual" preço de mercado. *(NF)*

DIVULGAÇÃO

> "As duas últimas safras foram para a recuperação de nossa produção"
> *Pierre Santoul*

Commodities
Potência em minério, Brasil precisa superar gargalos para manter posição, mostra estudo B6

Valor C
Sábado, domingo e segunda-feira, 22, 23 e 24 de junho de 2024

Finanças

Startups Mercado do país vive 'boom' e atrai cada vez mais investimentos de instituições brasileiras

Com crescimento e modernização, fintechs locais apostam em expansão para o México

Mariana Ribeiro e Álvaro Campos
De São Paulo

Fintechs brasileiras — e mesmo bancos tradicionais — têm apostado na expansão para o México. Segunda maior economia da América Latina, o país já seria um destino óbvio pelo tamanho do mercado, mas outros fatores também o tornam atrativo.

O México tem se beneficiado da estratégia dos EUA de "nearshoring" (realocação das cadeias produtivas para mais perto dos mercados consumidores), a agenda regulatória do setor financeiro está começando a avançar com mais força e a população ainda é bastante desbancarizada, o que significa um enorme potencial de crescimento. Ao mesmo tempo, o uso do dinheiro físico ainda é muito forte, por questões culturais — o que pode ser um dificultador, mas também abre oportunidades.

O Nubank, que entrou com pedido de licença bancária no México no ano passado, elencou o avanço no país entre as prioridades para 2024. O Mercado Pago — que, apesar de ser argentino, tem sua maior operação no Brasil — ingressou com solicitação de licença bancária em maio e também destacou o mercado mexicano como uma importante frente de crescimento. Entre os bancos tradicionais, o Bradesco já tinha uma operação de cartões no país e resolveu ampliá-la em 2022, com a compra de uma financeira mexicana, que só foi aprovada em fevereiro deste ano.

De acordo com relatório feito pela companhia de inovação Finnovista em parceria com a Visa, no fim do ano passado havia 773 fintechs locais no México, enquanto em 2019 eram apenas 394. O documento indica ainda a existência de mais 217 fintechs estrangeiras, oriundas principalmente dos Estados Unidos, Chile, Colômbia e Argentina. Entre os segmentos de atuação mais representativos entre as startups locais, aparecem empréstimos; pagamentos e remessas; e tecnologia para instituições financeiras. Cerca de 60% das fintechs têm seus produtos e serviços voltados para o mercado entre empresas (B2B).

Outro levantamento, do Bank of America (BofA) com base em dados do Sensor Tower, mostrou que o México tem aproximadamente 19 milhões de usuários ativos de neobancos, o que representa cerca de 15% da população. O patamar é similar ao registrado no Brasil em 2018 — aqui o percentual subiu para cerca de 80% em 2021, se estabilizando desde então.

Apesar das semelhanças entre os cenários brasileiro e mexicano, os analistas do BofA também destacam que há diferenças relevantes. Elas estão relacionadas, por exemplo, ao ritmo de crescimento mais lento da utilização dessas fintechs no México e maior nível de concentração. De acordo com os dados, Mercado Pago e Nubank representam, juntos, cerca de 60% dos usuários. Na sequência, aparecem PayPal, Spin e Hey Banco.

O México representa uma "oportunidade quase perfeita" para fintechs e bancos brasileiros que buscam a internacionalização, diz Daniela Dutra, líder de soluções para bancos da Capgemini. Isso por reunir características como relativa estabilidade econômica, baixa bancarização e abertura mais recente do sistema financeiro, o que se reflete também em pouca concorrência global. Ao mesmo tempo, o nível de crédito em relação ao PIB é quase metade do observado no Brasil.

Apesar das oportunidades que o México agrega para empresas de fora, há também desafios, como relacionados à compreensão do comportamento do consumidor. "O nível de educação financeira é baixo e, pela pouca bancarização, muita gente não tem histórico de crédito, o que torna a concessão mais difícil. Faltam dados também em relação a fraudes", observa Dutra.

Em entrevista ao **Valor**, Cristina Junqueira, cofundadora e diretora de crescimento do Nubank, diz que o México conta com um PIB per capita aproximadamente 30% maior que o do Brasil e apresenta uma baixa taxa de inclusão financeira, uma grande lacuna que o banco vê como potencial de transformação. O "roxinho" já investiu mais de US$ 1,4 bilhão lá e alcança atualmente uma base de 7 milhões de clientes. "O México é nossa prioridade número um para este ano. Temos o objetivo de continuar expandindo nossa base de clientes e contribuir significativamente para a inclusão financeira dos mexicanos."

Ela lembra que, para quem está acostumado com a realidade brasileira, onde o mercado já está bem digitalizado com o Pix, vale destacar que cerca de 82% da população na América Latina ainda prefere usar dinheiro como método de pagamento. Por outro lado, a adoção de smartphones na região deve crescer de 79% em 2022 para 93% em 2030. "Mesmo com suas particularidades, essa conectividade abre um enorme potencial. E é exatamente aí que entram as inovações como pagamentos instantâneos e open banking, que têm tudo para transformar o cenário financeiro no México."

> "Quase 70% das transações no mercado mexicano são em dinheiro"
> *Carolina Fera*

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

Cristina Junqueira, do Nubank, diz que inovações como pagamentos instantâneos e open banking têm tudo para transformar o cenário financeiro no México

DIVULGAÇÃO

Daniela, da Capgemini: México representa oportunidade quase perfeita

Em entrevista ao **Valor** neste mês, o vice-presidente sênior do Mercado Pago, André Chaves, defendeu que o ponto de partida da instituição no México é sólido justamente devido à experiência da companhia no e-commerce. Como o nível de bancarização é baixo, enxergar o comportamento do consumidor para além da transação bancária é um diferencial, explicou. Ele disse ainda que, no país, o grande concorrente é o dinheiro em espécie, por isso, há espaço para o crescimento de diversas instituições. "Tem tanto 'mar aberto' que acho que os dois conseguem crescer a taxas muito aceleradas sem se pisar. Dito isso, obviamente quero ser o que cresce mais", disse em referência ao Nubank.

Daniel Berman, diretor de vendas da Capgemini Brasil, afirma que, no México, o processo de inovação no segmento financeiro se deu de forma mais lenta do que no Brasil e que lá as fintechs enfrentam mais dificuldade de acesso a capital. De acordo com dados da Finnovista, o segundo principal desafio relatado pelos neobancos locais é acesso a financiamento. O primeiro está relacionado a escalar e internacionalizar operações.

O marco regulatório das fintechs no México, implementado em 2018, é considerado um avanço importante para o segmento no país, embora ainda haja pontos que precisam de detalhamento, diz Brunno Morette, sócio em direito societário e aquisições no Cascione Advogados. "As atividades permitidas ainda não são tão amplas e faltam regulamentações específicas", explica. Apesar disso, o Banco Central do México (Banxico) e a Comissão Nacional Bancária e de Valores (CNBV) acompanham o tema e são esperadas inovações à frente.

Morette observa ainda, que, até pelo porte do Brasil, é natural que as empresas olhem primeiro para o mercado interno, para só depois buscar expansão. No caso dos neobancos, no entanto, essa lógica muda um pouco. "Para fintechs, o movimento de internacionalização é mais fácil e rápido. E é comum que olhem primeiro para os países vizinhos ou da região."

Entre as brasileiras que se interessam pelo México está a Dock, que em 2021 comprou a Cacao, empresa mexicana voltada a soluções em processamento de cartões. Plataforma de pagamentos e banking para diferentes empresas, a companhia está presente em 11 países da América Latina e tem hoje cerca de 40 clientes no México, o que representa 10% do total. "Lá atrás já tínhamos essa visão de que seria um mercado com muitas oportunidades. Acompanhamos todo o movimento regulatório e ficamos felizes de termos nos antecipado", afirma Anderson Olivares, gerente geral para a América Latina da Dock, que vive no México.

Olivares afirma que há uma sinergia entre as atuações da empresa no Brasil e no México e muita coisa pode ser replicada. A grande diferença, acrescenta, está no momento regulatório de cada lugar. Aqui, uma das formas de a Dock atuar é "emprestando" sua licença bancária para outras empresas, modelo conhecido como "banking as a service" (BaaS). No México, esse formato ainda não é reconhecido pelo regulador e, portanto, cada cliente precisa ter suas próprias licenças. A fintech pode, no entanto, emprestar seu relacionamento com as bandeiras para emissão de cartões. "Mas a agenda do BC para aumentar a concorrência está avançando também no México", acrescenta.

Se para as fintechs o mercado mexicano é relativamente novo, o mesmo não é verdade para os bancos tradicionais. O setor é dominado por players estrangeiros, como Citi, BBVA, Santander e HSBC. Ainda assim, o bom momento tem renovado o interesse de alguns participantes. O Bradesco tem uma operação de cartões de crédito por lá desde 2010, mas há dois anos anunciou a compra de uma sociedade financeira popular (Sofipo), parecida com a licença de financeira no Brasil. Na ocasião, tinha cerca de 3 milhões de clientes e chegou a dizer que o objetivo era pelo menos dobrar essa base de usuários e multiplicar a carteira por quatro em cinco anos.

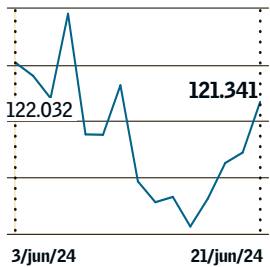
217
Fintechs estrangeiras operando no México

Alexandre Monteiro, diretor da Bradescard México, diz que em um primeiro momento o banco acreditou que a aprovação do negócio poderia ser mais rápida, e que acabou desenvolvendo sistemas novos, em vez de escalar o que encontrou na Sofipo. "Essas metas que a gente comentou na ocasião eram para quando já tivéssemos lançado a conta digital. Nosso objetivo continua sendo crescer bastante. Estamos desenvolvendo novas plataformas para que possamos competir com os principais jogadores, queremos oferecer uma jornada de excelência para o cliente". Ele diz que atualmente a base tem 3,2 milhões de cartões e que o portfólio de crédito cresceu 15% nos últimos 12 meses, bem acima da inflação, de 4,5%.

Para ele, se hoje o mercado bancário mexicano se assemelha ao que havia no Brasil há cinco ou dez anos, essa diferença tende a diminuir. "O México começou algumas voltas atrás, mas essa diferença vai diminuir ao longo do tempo. Está acontecendo uma mudança cultural, os jovens já abrem contas digitais, dificilmente vão a uma agência", conta. Ele mora em Guadalajara, onde fica a sede da Bradescard.

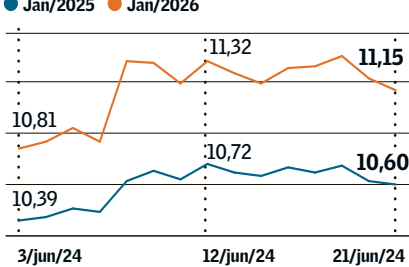
Quem também observa a mudança pela qual passa o mercado mexicano é Carolina Fera, vice-presidente de serviços financeiros da fintech local Clip, que atua com adquirência. Brasileira, ela foi contratada pela Clip para ajudar a expandir a oferta, incluindo contas para pequenas empresas. "A General Atlantic começou a aumentar seus investimentos no México e procurou no Brasil alguns executivos, já que é o mercado mais avançado da América Latina. Foi assim que vim para o México. Acho que os avanços brasileiros influenciaram a regulação na região como um todo", conta.

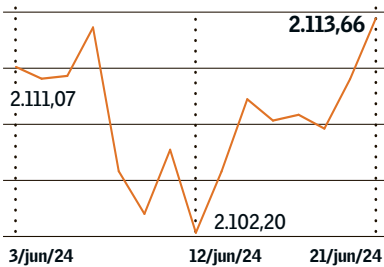
Ainda assim, ela aponta que os sistemas CoDi (de "Cobro Digital"), de pagamentos, lançado em 2019, e DiMo ("Dinero Móvil"), de transferências instantâneas, que entrou em vigor em 2023, poderiam passar por alguns aprimoramentos para terem uma popularização mais rápida como o Pix. "Quase 70% das transações no mercado mexicano ainda são em dinheiro vivo. A jornada desses sistemas não é tão amigável quanto o Pix, só pode ser cadastrado um tipo de chave". Ela ressalta que a facilidade trazida pela tecnologia é importante, mas também é preciso olhar para a realidade local. "Acho que querer ter um modelo de 'full' digital pode ser um risco. Não dá para sair do zero direto para o 100%. O relacionamento humano, o atendimento físico, ainda são muito importantes por aqui".

Ibovespa
Em pontos

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 21/jun/24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	0,04
S&P 500	-0,16
Euronext 100	-0,90
DAX	-0,50
CAC-40	-0,56
Nikkei-225	-0,09
SSE Composite	-0,24

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano

Entrevista Aumento de incertezas pesou em ações e múltiplos estão descontados, diz HSBC

'Bolsa recuou em fase positiva das empresas e tem oportunidades'

Matheus Prado
De São Paulo

Mesmo que a deterioração recente do cenário doméstico, que ajudou a fortalecer a percepção de que os juros permanecerão altos no Brasil, tenha impactado a bolsa e minimizado o efeito de notícias positivas do exterior, Nicole Inui, chefe de pesquisas para Brasil e de estratégia de ações para as Américas do HSBC, ainda enxerga oportunidades na renda variável.

Em entrevista ao **Valor**, a executiva defende que a liquidação do mercado ocorreu em um momento em que o crescimento dos lucros das empresas parece bastante sólido, o que deve manter os múltiplos das ações descontados. "E, mesmo que a Selic não caia como previsto e pressione as estimativas de lucratividade, também é verdade que a taxa já caiu 325 pontos-base, e isso vai ajudar", afirma.

Valor: *Como enxerga o cenário da bolsa brasileira no momento?*

Nicole Inui: Os ativos locais parecem mais afetados por ruídos e eventos domésticos do que pelo cenário externo no curto prazo. Mesmo com boas notícias nos Estados Unidos, como dados de inflação abaixo do consenso, a bolsa brasileira seguiu pressionada, enquanto os mercados acionários de outras regiões subiram. A expectativa de juros mais altos por mais tempo retira um importante catalisador para a bolsa, a migração da renda fixa para a renda variável pelo investidor local. Esse gatilho pode ter ficado para 2025. No entanto, com a alocação em ações em patamares historicamente deprimidos, entendo que estamos perto do pico de pessimismo para essa base de investidores.

Valor: *E o estrangeiro?*

Inui: Qualquer sinalização de melhora no quadro fiscal ou sobre a sucessão da presidência do Banco Central ajudaria. Quanto antes essas incertezas se dissiparem, maior a chance de os não residentes voltarem a colocar dinheiro na bolsa. Vale lembrar que o estrangeiro já está "overweight" [com exposição acima do consenso] em ações brasileiras desde o início da guerra da Ucrânia, ainda que tenha diminuído parte da exposição. Mas se as incertezas se dissiparem em alguma medida, podem aumentar [a exposição]. Mercados emergentes são sempre analisados em termos relativos, é um "roubamonte". A China tem recebido fluxo este ano, que pode estar saindo de Índia, Brasil. O México também recuou recentemente por conta de incertezas políticas. Mas a parte micro da bolsa brasileira reserva oportunidades.

Valor: *Ainda considera a bolsa brasileira atrativa?*

Inui: Tivemos alta forte no fim do ano passado por conta da expectativa por cortes de juros, com muito dinheiro estrangeiro entrando. Mas, depois que o Federal Reserve [Fed, o BC americano] endureceu o discurso, tivemos reprecificação e esses recursos voltaram a sair. A bolsa sofreu com essa expectativa de menos cortes nos EUA e aqui. Nossa projeção era de Selic a 8,5% no fim do ano, agora está em 10,5%. E as expectativas de inflação estão piorando também. Mas entendo que as incertezas estão precificadas no mercado e os preços, atrativos. Entre os principais fatores que analisamos, estão "valuation", crescimento de lucros e "dividend yield". Os múltiplos estão muito descontados, com a bolsa negociando com desconto de 30% em relação ao histórico. Mas, para que as ações passem por "re-rating", é preciso que os juros continuem caindo, o que está mais difícil. O crescimento de lucros depende do PIB, que está surpreendendo para cima, assim como o comportamento do consumidor. O juro não vai cair tanto como previsto e pode provocar alguma pressão sobre as estimativas de rentabilidade. Mas também é verdade que a Selic já caiu 325 pontos-base, e isso vai ajudar. Esse gatilho existe, só depende de quando o mercado vai focar no micro das empresas. E o dividend yield no mercado brasileiro é alto no geral e pode chegar a 10%, 15% em alguns setores. Isso é um retorno que também tem que ser levado em conta ao se investir no Brasil, e é bem presente nas empresas líquidas locais. Como o investidor estrangeiro olha para "total return", isso ajuda. Nessa linha, o câmbio também é um fator importante, porque os não residentes querem retorno em dólar. É verdade que o real perdeu força no curto prazo, mas como temos expectativa de juros mais altos e o juro real segue elevado, esperamos que a divisa local encontre alguma sustentação contra o dólar e encerre o ano em R$ 4,95.

Valor: *Quais as preferências setoriais do banco?*

Inui: Vale citar bancos, dado que os juros vão ficar mais altos por mais tempo, mas também temos visto aceleração no crédito e recuo da inadimplência. Ademais, são empresas com ROE [medida de rentabilidade] elevado e boas pagadoras de dividendos. Também olhamos para consumo discricionário de alta qualidade, companhias que estão com balanços robustos e que têm oportunidade de ganhar market share. E como o estrangeiro está determinando o viés do mercado, é importante olhar para papéis líquidos. Exportadoras de commodities, por exemplo, geram fluxo de caixa, pagam dividendos e estão descontadas. Podem não se beneficiar tanto de uma alta das commodities no momento e questões políticas locais pressionaram alguns papéis, mas, se esse risco se dissipar, pode haver recuperação.

Valor: *Cortes de juros nos EUA ainda podem ajudar?*

Inui: O foco dos investidores globais é o Fed e, por isso, tivemos reprecificação dos juros nos EUA no início do ano. No fim de 2023, o mercado esperava seis cortes de juros em 2024, enquanto a gente esperava três. Agora, a expectativa é de um ou dois cortes, e achamos que virá um, em setembro. O que vimos nos mercados emergentes foi um ajuste entre os muitos cortes esperados antes e os poucos de agora. Mas acredito que o mercado já está em um nível bem "hawkish" [conservador]. Pode ser que o Fed não inicie o ciclo este ano, mas, nesse caso, a mudança será de um corte para zero, o que é uma diferença bem menor do que a que existia. E, para nós, o mais importante é que o próximo movimento do Fed seja para baixo, e não para cima. O início do ciclo de afrouxamento pode levar mais tempo que o previsto, porque o Fed está monitorando a inflação, que está demorando para convergir e deixar o BC confortável. Mas não estamos vendo uma reaceleração, que poderia provocar uma decisão no outro sentido. Seja em setembro, seja em dezembro, seja só no ano que vem, cortes de juros nos EUA são bons para os mercados de ações historicamente. Não é tão importante quando, e sim se vai cortar, e nós achamos que vai. O grande risco é atividade e inflação reacelerarem, mas não parece ser isso que está ocorrendo. Os dados de inflação têm vindo em linha ou até abaixo do consenso. E a economia está resiliente, mas o mercado de trabalho parece estar voltando.

NILANI GOETTEMS/VALOR

Inui: investidor local parece perto do pico do pessimismo e estrangeiro pode voltar com sinal positivo fiscal ou no BC

'Farra da dívida' motiva apreensão nos mercados dos EUA

Kate Duguid
Financial Times

Os EUA serão forçados a financiar um enorme aumento do seu déficit orçamentário com dívida de curto prazo, com consequências relevantes para os mercados monetários e para a batalha contra a inflação, dizem analistas.

O Gabinete de Orçamento do Congresso, órgão fiscalizador independente do Legislativo dos EUA, considerou na semana passada que os pacotes de ajuda à Ucrânia e Israel devem ampliar o déficit neste ano fiscal para US$ 1,9 bilhão — em comparação com a previsão anterior de fevereiro de US$ 1,5 bilhão. "Como país, estamos gastando dinheiro como um marinheiro bêbado desembarcado no fim de semana", disse Ajay Rajadhyaksha, responsável global pela área de pesquisa do Barclays.

O aumento do déficit há muito tempo preocupa os chamados fiscalistas, que alertam que a falta de disciplina dos EUA irá inevitavelmente ampliar os custos dos empréstimos e que nem o presidente Joe Biden nem o seu adversário republicano, Donald Trump, têm planos críveis para reforçar as finanças do país.

A mudança mais recente no financiamento de curto prazo também poderá perturbar os mercados monetários e complicar o esforço anti-inflacionário do Federal Reserve (banco central americano).

Parte do aumento esperado do déficit dos EUA se deve ao perdão de dívidas de crédito estudantil, que não se espera que tenham um efeito imediato nos fluxos de caixa.

Jay Barry, chefe de estratégia de juros do J.P. Morgan, acredita que o aumento do déficit deve exigir que os EUA emitam uma dívida adicional de US$ 150 bilhões nos três meses anteriores ao final do ano fiscal, em setembro. A maior parte deve ser captado por meio de notas do Tesouro dos EUA, instrumentos de dívida de curto prazo cujo vencimento varia de um dia a um ano.

Tal medida deve ampliar o volume total em circulação de notas do Tesouro dos EUA de curto prazo de US$ 5,7 bilhões no final de 2023 para um recorde de US$ 6,2 bilhões no final deste ano.

"É provável que a participação de notas do Tesouro na dívida total aumente, o que levanta a questão sobre quem irá comprá-los", disse Torsten Slok, economista-chefe da Apollo. "Isso certamente deve sobrecarregar os mercados de renda fixa."

O mercado de Treasuries quintuplicou desde a crise financeira, numa indicação do quanto os EUA se voltaram para o financiamento por meio de emissão de dívida nos últimos 15 anos. Conforme o déficit cresce, o Tesouro dos EUA enfrenta cada vez mais dificuldade para se financiar em longo prazo sem causar um aumento desconfortável nos custos dos empréstimos. Isso ampliou a percentagem de dívida de curto prazo — mas analistas alertam que o país corre o risco de atingir o limite da demanda por esses títulos.

Os leilões de Treasuries com prazos mais longos atingem volumes recordes em alguns vencimentos, e as dúvidas sobre quem comprará toda essa dívida têm atormentado economistas e analistas.

Os fundos do mercado monetário — fundos que investem pesadamente em dívida de curto prazo — continuam sendo os grandes compradores de títulos do Tesouro. Mas as preocupações com a demanda global são maiores, porque o Fed, o maior detentor de dívida do Tesouro dos EUA, está para sair desse mercado, alterando fundamentalmente o equilíbrio entre compradores e vendedores de títulos americanos.

Os analistas alertam que se os EUA inundarem o mercado com notas do Tesouro, isso poderá pôr em risco o aperto quantitativo (QT), o esforço do Fed para reduzir o seu balanço, que é um dos principais eixos da pressão do banco central contra a inflação. "O risco é que o QT termine mais cedo do que o esperado", disse Barry, do J.P. Morgan.

O Fed teve de intervir nos mercados durante a chamada crise dos acordos de recompra de setembro de 2019, quando a escassez de compradores fez com que as taxas de juro do "overnight" ficassem brevemente acima de 10%. Rajadhyaksha, do Barclays, alerta que os EUA podem experimentar novamente "um momento de setembro de 2019".

Claro vai oferecer 'maquininha' de cartão com foco em empreendedor

Rodrigo Carro
De São Paulo

A Claro se uniu a uma empresa global de pagamentos, a americana Fiserv, para entrar no mercado de "maquininhas" de cartão. O plano de expansão do produto — lançado inicialmente em Belo Horizonte (MG) na última quinta-feira — prevê que os terminais estejam disponíveis para contratação até o fim do ano nas mais de 4,8 mil cidades cobertas pelo serviço de telefonia móvel da operadora de telecomunicações.

A investida da Claro no segmento de pagamentos reflete o avanço das operadoras de telefonia nos serviços financeiros, como parte de uma estratégia mais ampla de diversificação de receitas. No caso da Claro, a ideia é que o novo produto ajude também a vender mais serviços de telecomunicações para pequenos e médios empreendedores.

Já o mercado de adquirência passa por um processo de fragmentação, com a multiplicação no número de competidores. Líderes, Rede (Itaú) e Cielo vêm perdendo participação de mercado ao longo dos anos. Entre o primeiro trimestre de 2023 e o mesmo período de 2024, o "market share" das duas — somado — caiu de 45,8% para 43,1%, de acordo com relatório divulgado em maio pelo BTG Pactual. No mesmo período, Getnet (Santander), Stone e Pagseguro ampliaram suas fatias.

"O mercado é bastante concorrido, mas está em expansão. Achávamos que o Pix iria derrubar os pagamentos com cartão, mas o número de transações não tem caído", sustenta o diretor-executivo de serviços financeiros da Claro, Mauricio Santos. "Nossa vantagem competitiva está no fato de termos uma oferta convergente, com serviços de telecomunicações, digitais e financeiros", acrescenta.

Dados do Banco Central (BC) apontam para uma expansão de 66% na quantidade de transações com cartões de crédito e débito, entre o quarto trimestre de 2020 — quando o Pix foi lançado — e igual período de 2023. Já em termos de participação no volume financeiro de pagamentos, a fatia desses cartões se manteve estável em 3%.

O terminal de cartão da Claro terá, num primeiro momento, a marca Bin, da Fiserv. Numa segunda fase, o dispositivo trará as marcas Bin e da "fintech" Claro Pay. "Mais à frente, existe a possibilidade estratégica de assumirmos um papel maior no negócio", adianta Santos, deixando em aberto a possibilidade de a operadora cuidar da distribuição das "maquininhas" e até do atendimento e operação do negócio. Além de prover a conexão dos dispositivos à internet, a operadora ficará responsável pelo marketing e pelas vendas.

A máquina de cartão de crédito da Claro em parceria com a Fiserv estará disponível em três versões, uma delas, virtual. Por meio de um aplicativo instalado no celular, o usuário poderá receber pagamentos por aproximação e aceitar transações de QR code e Pix. "Ter a 'maquininha' ajuda a compor o nosso portfólio de produtos e serviços", diz Douglas Bego, diretor da Claro Empresas.

Levantamento do Sebrae com base no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), da Receita Federal, indica que o Brasil tem uma média de 2,3 mil novos registros de negócios de pequenas e médias empresas (PMEs) por dia.

Mercado de capitais Sem IPOs e com poucas operações, país saiu da 3ª posição para a 7ª no ranking liderado por Índia e China

Brasil perde posições em oferta de ações entre emergentes

Fernanda Guimarães
De São Paulo

O ritmo anêmico de atividade no mercado brasileiro de renda variável fez o Brasil perder posições no ranking entre países emergentes. No ano até aqui, segundo dados da consultoria Dealogic, as ofertas de ações de empresas brasileiras movimentaram US$ 2,1 bilhões, considerando também as vendas em blocos (os "block trades", pelo jargão de mercado).

Esse volume posiciona o país na sétima colocação entre as economias não maduras, lista atualmente liderada pela Índia, com US$ 21,5 bilhões, seguida pela China, com US$ 19,7 bilhões. Os dados consideram o acumulado do ano até o último dia 14. A participação do Brasil, considerando todo o contingente de emergentes, foi de 0,8%.

Em 2023, ano que já foi fraco para essa indústria, o Brasil ocupava a terceira posição entre os emergentes, com um volume de ofertas de ações de US$ 9,5 bilhões entre janeiro e dezembro. A liderança ficou com a China. Já em 2022, o Brasil foi o quarto colocado, atrás de China, Índia e Coreia do Sul, ainda de acordo com a Dealogic, que coleta dados da atividade do mercado de capitais globalmente.

Olhando apenas o mercado brasileiro, o volume financeiro das emissões neste ano representa queda de 50% ante o observado no mesmo período do ano passado, segundo a B3.

Enquanto isso, o país está perto de completar três anos sem nenhuma estreia na bolsa local, algo não visto em ao menos três décadas. E, no mercado, aumenta a percepção de que as ofertas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês) serão retomadas apenas em 2025.

Segundo fontes de mercado consultadas pelo **Valor**, a volatilidade do mercado brasileiro e a falta de visibilidade em relação à saúde fiscal do país têm ajudado a manter a alta aversão ao risco, algo que tem até mesmo afastado as ofertas de empresas já listadas, chamadas de "follow-on" ou subsequentes. Não há nenhuma operação desse tipo no país há cerca de dois meses.

No início do ano passado, depois da eclosão do escândalo da Americanas, o mercado ficou travado para ofertas subsequentes por dois meses, mas reabriu no segundo trimestre, quando empresas com necessidade de capital voltaram a acessar investidores. Agora, porém, a aversão ao risco tem feito companhias que precisam de ajuste em seus balanços optar por aumentos de capital privados.

Outro fator que tem afastado novas operações, segundo fontes que atuam nesse mercado, é a performance negativa das ações das empresas que realizaram suas ofertas subsequentes neste ano — o que significa que investidores perderam dinheiro com a compra dos papéis.

> "Essa incerteza enorme leva a um compasso de espera"
> *Roderick Greenlees*

A única oferta de peso esperada para o ano é a privatização da Sabesp, com potencial de movimentar mais de R$ 15 bilhões. A operação, no entanto, deverá trazer um investidor estratégico, que comprará parte significativa das ações. A transação vem sendo desenhada com cuidado para driblar a volatilidade do mercado. No entanto, se a dinâmica for positiva, a expectativa é de melhora da atividade para o segundo semestre. De acordo com banqueiros de investimento, a oferta multibilionária tem concentrado os esforços do mercado e tirado espaço de outras ofertas, que devem com isso esperar para ir à rua.

Apesar da piora no cenário local, o chefe global do banco de investimento do Itaú BBA, Roderick Greenlees, diz que o fator juro americano é ainda o maior entrave para a retomada de ofertas de ações no país. O Federal Reserve, banco central dos Estados Unidos, tem postergado o início do afrouxamento monetário no país diante de sinais de que a economia americana continua aquecida.

Segundo Greenlees, o banco tinha, recentemente, dez "follow-ons" para executar, mas o aumento da volatilidade e a queda do preço das ações levaram os emissores a colocar as transações de volta na gaveta à espera de um momento mais propício. "Essa incerteza enorme leva a um compasso de espera" afirma, lembrando que ainda pesa contra o fluxo de operações o fato de os fundos de investimentos ainda estarem sofrendo resgates. "Não tem dinheiro novo."

O executivo do Itaú BBA atribui às questões internas a piora da colocação do Brasil em relação à dos demais emergentes. No entanto, ele diz que é necessário pouco, além do início da queda dos juros americanos, para uma retomada das ofertas no mercado local. "Precisa de uma sinalização de que o governo está comprometido [com a questão fiscal]. Se houver esse compromisso, as ofertas voltam muito rapidamente", afirma.

Para o corresponsável pelo bando de investimento do Bank of America (BofA) no Brasil, Hans Lin, com a atual volatilidade do mercado as vendas de ações em blocos têm ganhado espaço para driblar a maior aversão ao risco. "Estamos vendo um mercado de blocos mais ativos", afirma. Recentemente, lembra, o banco executou o bloco em que o fundo de private equity Carlyle vendeu o restante de sua participação na Rede D'Or, uma operação de R$ 2,2 bilhões.

O executivo frisa que o mercado nos Estados Unidos segue bastante funcional e com alta do valor dos ativos. "Os investidores estão focados no mercado americano, estão ganhando dinheiro, não precisam buscar mais risco", diz. Lin ressalta que os emergentes que estão se destacando e têm conseguido atrair capital de fora são Índia e México.

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

Lin, do BofA: venda de ações em blocos ganha espaço para driblar aversão a risco

O responsável pelo banco de investimento do Scotiabank, Victor Rosa, afirma que a atividade no Brasil está "refém" das taxas de juros americanas, com investidores sem motivação para colocar dinheiro na bolsa local. E sem uma notícia nova, o país segue à deriva, prestes a completar três anos sem um IPO. No México, a temática do "nearshoring" (tendência de aproximação entre a produção e os mercados consumidores) tem movimentado as ofertas das empresas locais, com um ano que tem sido, segundo o executivo, bastante movimentado.

> **US$ 2,1 bi**
> **é o volume de ofertas de ações em 2024**

Segundo Rosa, o juro real no Brasil também não tem ajudado para levar uma migração da renda fixa para a variável, o que limita o fluxo de dinheiro novo. Do lado positivo, o executivo destaca o perfil das poucas ofertas, com empresas que acessaram o mercado em busca de capital para investir e não apenas para ajuste de balanço, que foi o grande mote das captações no ano passado.

INÊS 249

+ de 55 horas de conteúdos incríveis,

entre Provas Guiadas e Tomar um Copo com presenças ilustres de especialistas e enólogos renomados, além de talentos da nova geração.

+ de 40 horas

de bate-papo e trocas entre os produtores e o público no Salão de Degustação, com novo recorde de presença de Comissões de Vinhos e quase 800 rótulos das mais diversas regiões vinícolas portuguesas.

+ de 47 milhões de impactos em mídia de divulgação

Uma visibilidade multiplataforma, gerando mais repercussão para o evento e os parceiros

Previdência Proposta é que fundos de pensão façam marcação a mercado de passivos

Fazenda discute contabilidade de fundações

Edna Simão
De Brasília

O Ministério da Fazenda quer que os fundos de pensão considerem a marcação a mercado na contabilização não só dos ativos como também dos passivos. Em entrevista ao **Valor**, o secretário de reformas econômicas, Marcos Pinto, disse que é preciso atacar a "raiz do problema" das fundações, que não está no ativo, mas na forma como é contabilizado o passivo.

Segundo ele, a proposta de mudança, que já tem sido alvo de críticas do setor, ainda está sendo negociada no governo, citando como exemplo a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). A iniciativa teria como objetivo diminuir o descasamento entre ativos e passivos e, ao mesmo tempo, estimular o uso de novas modalidades de investimentos de longo prazo.

"A Previc propôs e estamos levando em consideração mudança em ativos [ajustes nos limites de investimentos]. Também estamos discutindo com a Previc e o Ministério da Previdência uma mudança do passivo e na contabilização dos ativos do fundo para que taxa de desconto do passivo reflita com mais acurácia a taxa livre de risco e eliminar a marcação na curva de títulos públicos nos ativos [NTN-B]", disse.

De acordo com Pinto, a discussão é para este ano. O secretário disse que a equipe econômica está disposta a atender pleitos da Previc que tratam de mudanças nos limites de investimentos dos fundos de pensão. Porém, essa iniciativa precisa ser acompanhada por mudanças na contabilização de ativos e passivos para que não seja "inócua".

Em março, o diretor da Previc, Ricardo Pena, disse ao **Valor** que a expectativa era que o Conselho Monetário Nacional (CMN) apreciasse, em junho, proposta que permite aplicações em debêntures de infraestrutura, crédito de descarbonização (CBIO), ativos de crédito de carbono e fundos de investimentos em cadeias agroindustriais (Fiagro), além de acabar com a vedação à compra direta de imóveis pelas entidades e ajustar os limites para investimentos em fundos de investimento em participações (FIP). "Superjustos os pedidos. O que achamos é que isso não vai ter efeito se não tiver revisão da contabilidade do ativo e passivo. Não faria uma coisa sem a outra pois seria inócua", afirmou Pinto.

Para o secretário, o sistema atual de contabilização dos fundos de pensão superestima o tamanho do passivo porque desconta todas as obrigações futuras por taxa menor que a livre de risco; incentiva só investimentos em títulos públicos e de curto prazo. "Olhando países que deram certo, como o Canadá, eles descontam as obrigações do fundo pela taxa livre de risco. Por outro lado, determinam que todos os ativos do fundo sejam marcados a mercado. Os efeitos disso diminuem o tamanho do passivo dos fundos", frisou.

A avaliação na Fazenda é que marcar contabilmente o passivo com uma taxa que não varia diante das mudanças dos fundamentos da economia esconde a essência econômica desse passivo, contribuindo para distorcer a leitura de solvência e risco de solvência do plano. No caso do ativo, existe a opção de investimentos em NTN-B serem contabilizados na curva. Se a mudança proposta for adiante, essa possibilidade deixaria de existir para que todos os ativos tivessem o mesmo tratamento.

Para propor ajustes na contabilização, o secretário considerou experiências de fora para fazer um diagnóstico e propor ajustes do lado do ativo, de forma a eliminar ineficiências. "Mas não é principal", frisou, ressaltando que vários limites de investimentos dos fundos de pensão ainda não estão ocupados e poderiam ser usados para destinação de recursos a FIPs, crédito privado e imóveis.

Procurado, o diretor-superintendente da Previc, Ricardo Pena, informou, por meio de nota divulgada pela assessoria de imprensa, que seria possível discutir no âmbito do Conselho nacional de Previdência Complementar (CNPC) melhorias na precificação dos ativos financeiros e do passivo previdenciários, como indicado no Relatório da Transição Governamental de 2022, "desde que resguardados os aspectos da regulação prudencial, ampliação da diversificação do portfólio dos planos previdenciários e com reforço na supervisão da autarquia sobre as EFPC [Entidades Fechadas de Previdência Complementar]".

Ainda segundo a nota, a Comissão Nacional de Atuária, recriada em 2023 pela Previc e que teve trabalhos iniciados no dia 20 de junho, começou a debater os critérios de avaliação dos ativos financeiros e dos passivos previdenciários dos planos de benefícios das EFPC, considerando a experiência internacional e as condições macroeconômicas, tendo em vista a estabilidade, o equilíbrio financeiro e atuarial e a garantia do pagamento dos benefícios.

"O resultado desses estudos será analisado tecnicamente pela Previc e poderá se transformar em proposta a ser encaminhada ao exame e posterior deliberação do Conselho Nacional de Previdência Complementar/MPS – órgão regulador do setor", informou a Previc.

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) se mostrou resistente à proposta de alterar passivos e ativos. O presidente da entidade, Jarbas Antonio de Biagi, disse que a mudança é "desaconselhável" e servirá apenas aumentar "sensivelmente a volatilidade do passivo" e gerar insegurança no mercado. Porém, admitiu que é sempre possível estudar o assunto para melhorar a apuração de resultados.

LEO PINHEIRO/VALOR

"[São] Superjustos os pedidos, mas não vão ter efeito sem rever contabilidade" *Marcos Pinto*

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 21/06/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.873,3245000	0,05	0,52	4,39
IRF-M	1+**	20.113,6868100	0,25	-0,08	0,86
IRF-M	Total	18.287,7966960	0,19	0,11	1,92
IMA-B	5***	9.275,5471120	0,14	0,40	3,33
IMA-B	5+****	11.182,5612420	0,52	-0,81	-3,64
IMA-B	Total	9.872,0566520	0,34	-0,22	-0,35
IMA-S	Total	6.716,7204400	0,04	0,60	5,11
IMA-Geral	Total	8.159,0905310	0,16	0,26	2,63

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	07/06	06/06	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	35,72	33,93	28,38	28,38	32,65	30,61
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,58	26,65	21,51	21,51	23,60	27,27
Conta garantida pré - a.a.	45,81	42,52	51,12	51,12	43,18	55,34
Desconto de duplicata pré - a.a.	24,38	22,16	21,55	21,55	21,96	28,86
Vendor pré - a.a.	15,30	15,53	15,05	15,05	16,28	18,66
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,36	17,32	16,84	16,84	17,21	23,18
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,94	17,44	17,17	17,17	16,75	18,06
Conta garantida pós - a.a.	25,62	25,01	24,89	24,89	25,17	26,75
ACC pós - a.a.	8,20	7,90	8,60	8,60	8,59	7,93
Factoring - a.m.	3,32	3,32	3,32	3,32	3,27	3,55

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	21/06/24	20/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3200	5,3100	5,3400	5,3100	5,0500
1 mês	-	5,3350	5,3330	5,3243	5,3237	5,0666
3 meses	-	5,3533	5,3526	5,3496	5,3486	4,9721
6 meses	-	5,3889	5,3887	5,3886	5,3894	4,7449
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6630	3,6620	3,8920	3,9100	3,3950
1 mês	-	3,8508	3,8975	3,9122	3,9113	3,1521
3 meses	-	3,9044	3,9206	3,9257	3,9249	3,0177
6 meses	-	3,9332	3,9413	3,9437	3,9432	2,5889
1 ano	-	3,8796	3,8708	3,9419	3,8225	1,5015
Euribor ***						
1 mês	-	3,598	3,579	3,717	3,797	3,439
3 meses	-	3,700	3,715	3,785	3,819	3,568
6 meses	-	3,689	3,735	3,745	3,784	3,886
1 ano	-	3,608	3,672	3,711	3,670	4,088
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,30	5,27	5,34	5,37	5,35	5,11
T-Bill (3 meses)	5,37	5,37	5,38	5,39	5,39	5,30
T-Bill (6 meses)	5,35	5,36	5,34	5,37	5,38	5,41
T-Note (2 anos)	4,74	4,74	4,72	4,87	4,87	4,72
T-Note (5 anos)	4,27	4,28	4,25	4,51	4,46	3,96
T-Note (10 anos)	4,26	4,26	4,23	4,50	4,42	3,72
T-Bond (30 anos)	4,40	4,40	4,35	4,65	4,54	3,81

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	jun/24*	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,59	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	5,01	11,99
CDI	0,59	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	5,01	11,99
CDB (1)	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	0,78	4,53	10,37
Poupança (2)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
Poupança (3)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
IRF-M	0,11	0,66	-0,52	0,54	0,46	0,67	1,92	10,51
IMA-B	-0,22	1,33	-1,61	0,08	0,55	-0,45	-0,35	6,56
IMA-S	0,60	0,83	0,90	0,86	0,82	0,99	5,11	12,21
Renda Variável								
Ibovespa	-0,62	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-4,79	-9,57	12,70
Índice Small Cap	-2,82	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-6,55	-16,93	-4,39
IBrX 50	-0,69	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-4,15	-8,26	14,94
ISE	-0,56	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-4,96	-11,62	1,45
IMOB	-1,40	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-8,46	-18,87	-0,55
IDIV	0,35	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-3,51	-4,97	19,55
IFIX	-2,45	0,02	-0,77	1,43	0,79	0,67	-0,36	12,24
Dólar Ptax (BC)	3,82	1,35	3,51	0,26	0,60	2,32	12,40	2,86
Dólar Comercial (mercado)	3,65	1,09	3,54	0,86	0,71	1,75	12,13	3,47
Euro (BC) (4)	2,36	2,89	2,37	0,07	0,25	0,54	8,75	4,73
Euro Comercial (mercado) (4)	2,13	2,79	2,43	0,71	0,38	-0,34	8,33	5,03
Ouro (BC)	3,74	2,87	7,18	8,62	0,27	1,71	26,70	21,74
Inflação								
IPCA	-	0,46	0,38	0,16	0,83	0,42	2,27	3,93
IGP-M	-	0,89	0,31	-0,47	-0,52	0,74	0,28	-0,34

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 21/jun/24. ** Até mai/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 18/06/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentab. nominal % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Captação líquida R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.521.756,56					16.442,53	47.940,98	233.451,75	227.319,75
RF Indexados (2)	150.843,74	0,06	-0,11	2,06	8,00	-308,61	-1.821,65	-2.989,13	-12.751,87
RF Duração Baixa Soberano (2)	693.991,22	0,04	0,44	4,51	11,02	7.856,60	19.586,59	57.309,67	60.057,89
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	828.268,87	0,04	0,49	5,14	12,55	3.687,38	9.765,39	35.019,40	40.922,21
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	176.159,81	0,04	0,05	5,16	12,56	715,34	5.113,14	70.614,71	76.949,33
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	169.585,56	0,04	0,39	4,03	9,02	435,66	1.751,01	-2.207,46	-4.782,40
RF Duração Livre Soberano (2)	213.021,44	0,05	0,33	3,96	10,17	1.172,35	2.334,14	-13.359,88	-25.956,58
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	658.492,58	0,04	0,38	4,42	11,03	2.471,00	4.436,53	-12.160,88	-33.311,66
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	352.899,76	0,06	0,29	4,27	11,86	439,67	4.469,21	70.529,57	125.117,67
Ações	593.143,91					16,15	3.654,30	577,46	38.493,34
Ações Indexados (2)	9.714,09	0,41	-2,05	-10,85	0,49	25,02	-122,19	371,74	-1.193,10
Ações Índice Ativo (2)	30.050,37	0,27	-2,55	-11,70	-1,36	5,90	-174,37	-3.842,20	-4.058,88
Ações Livre	214.491,34	0,14	-2,14	-8,74	1,94	38,94	4.039,64	2.261,17	-4.885,10
Fechados de Ações	123.908,22	0,19	-0,80	-5,12	-2,98	13,70	-44,25	-595,52	29.850,80
Multimercados	1.637.703,11					-706,52	-16.258,60	-70.967,96	-200.834,47
Multimercados Macro	150.180,83	0,18	0,10	0,29	5,83	-115,19	-4.200,43	-25.269,28	-50.030,74
Multimercados Livre	619.836,23	0,06	0,19	2,19	8,15	578,38	-5.000,57	2.429,93	-46.966,10
Multimercados Juros e Moedas	51.351,49	0,08	0,45	4,23	11,23	-83,27	-1.589,58	-6.106,75	-16.197,14
Multimercados Invest. no Exterior (2)	735.449,12	0,10	1,00	3,59	10,98	-1.112,40	-5.552,75	-42.927,05	-82.460,52
Cambial	6.601,60	0,04	3,59	14,68	19,40	5,92	175,11	-168,73	-1.235,86
Previdência	1.426.901,00					152,86	492,38	17.262,87	41.674,12
ETF	42.921,55					-106,13	535,10	-1.866,94	-712,14
Demais Tipos	2.001.259,90					84,54	2.839,21	51.246,08	56.348,94
Total Fundos de Investimentos	**7.229.027,72**					**15.804,81**	**36.539,28**	**178.288,46**	**104.704,75**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.644.212,58**					**1.752,96**	**15.608,30**	**47.986,03**	**127.395,87**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.530,46**					-	-	-	-
Total Geral	**8.920.770,76**					**17.557,77**	**52.147,57**	**226.274,49**	**232.100,62**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de abril de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	21/06/24	20/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,46	10,46	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,46	10,46	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,63
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9959
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,40
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9789
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,43	10,43	10,46	10,38	10,37	13,51
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,59	10,67	10,62	10,43	10,38	13,06
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,41	10,41	10,43	10,39	10,39	13,64
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,41	10,42	10,44	10,37	10,37	13,57
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,44	10,44	10,46	10,36	10,37	13,49
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,49	10,48	10,49	10,36	10,37	13,38
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,58	10,60	10,61	10,39	10,39	13,07
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,86	10,91	10,92	10,56	10,53	12,01

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 21/06/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	99.764,60	10,405	281.767	10,402	10,410	10,402
Vencimento em ago/24	98.867,04	10,408	3.779	10,406	10,412	10,406
Vencimento em set/24	98.013,61	10,422	19.500	10,414	10,428	10,414
Vencimento em out/24	97.200,40	10,449	418.916	10,440	10,460	10,440
Vencimento em nov/24	96.306,60	10,498	5.786	10,490	10,515	10,490
Vencimento em dez/24	95.563,34	10,552	9.612	10,535	10,580	10,535
Vencimento em jan/25	94.744,38	10,603	860.258	10,580	10,640	10,585
Vencimento em fev/25	93.885,39	10,658	1.420	10,650	10,685	10,655
Vencimento em mar/25	93.094,80	10,724	2.183	10,690	10,775	10,690
Vencimento em abr/25	92.360,45	10,758	107.479	10,730	10,830	10,730
Vencimento em mai/25	91.581,89	10,804	40	10,845	10,855	10,855

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.454,71	0,12	283.735	5.426,50	5.465,50	5.438,50
Vencimento em ago/24	5.472,51	0,12	1.510	5.452,00	5.476,00	5.452,00
Vencimento em set/24	5.489,43	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	5.505,33	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.523,92	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.836,17	-0,02	10	5.838,50	5.838,50	5.838,50
Vencimento em ago/24	5.864,54	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.891,67	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	123.091	0,76	84.320	121.695	123.250	123.190
Vencimento em out/24	125.066	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/24	127.035	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 21/06/24

Indicador	Compra	Venda	Var. % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,4410	5,4416	0,30	3,82	12,40	13,85
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,4404	5,4410	-0,39	3,65	12,13	14,12
Dólar Turismo (R$/US$)	5,4771	5,6571	-0,05	3,73	12,08	14,41
Euro (BC) - (R$/€)	5,8170	5,8198	0,19	2,36	8,75	11,17
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,8165	5,8171	-0,51	2,13	8,33	11,03
Euro Turismo (R$/€)	5,8801	6,0601	-0,26	2,14	8,08	11,22
Euro (BC) - (US$/€)	1,0691	1,0695	-0,11	-1,40	-3,25	-2,36
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	407,2605	407,3054	-0,75	3,74	26,70	37,20
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.319,29	-1,75	-0,28	12,30	19,94
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.364,00	1,33	0,90	14,62	22,15

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	21/06/24	20/06/24	No fim de mai/24	No fim de dez/23	Variação % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	153.089,64	151.768,25	152.338,81	173.997,89	0,87	0,49	-12,02
Valor-Coppead Mínima Variância	94.839,81	94.171,40	93.649,60	93.533,91	0,71	1,27	1,40

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (2) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (1)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212.80

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 21/06/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 21/06/24

Índice	21/06/24	20/06/24	Em 31/05/24	Em 29/12/23	Em 21/06/23	Variação % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	182,70	183,63	183,18	165,54	154,71	-0,51	-0,27	10,37	18,09
S&P BNY Emergentes	355,09	357,32	341,77	312,75	297,75	-0,62	3,90	13,54	19,26
S&P BNY América Latina	189,56	189,27	204,45	225,28	211,62	0,16	-7,28	-15,85	-10,42
S&P BNY Brasil	186,07	184,72	197,69	232,95	214,77	0,73	-5,88	-20,12	-13,36
S&P BNY México	294,48	296,38	329,09	331,67	328,64	-0,64	-10,52	-11,21	-10,39
S&P BNY Argentina	232,56	237,37	262,91	178,27	162,36	-2,03	-11,54	30,46	43,23
S&P BNY Chile	137,22	138,88	148,41	162,12	173,78	-1,20	-7,54	-15,36	-21,04
S&P BNY Índia	2.951,33	2.957,35	2.747,17	2.923,01	2.752,05	-0,20	7,43	0,97	7,24
S&P BNY Ásia	216,06	217,70	212,76	189,60	177,25	-0,75	1,55	13,96	21,90
S&P BNY China	312,96	315,65	329,83	336,11	322,84	-0,85	-5,12	-6,89	-3,06
S&P BNY África do Sul	200,67	199,88	206,33	199,87	222,36	0,40	-2,75	0,40	-9,76
S&P BNY Turquia	33,70	33,66	34,31	22,45	16,98	0,10	-1,78	50,08	98,50

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
04/06 a 04/07	0,0857	0,5861	0,5861	0,7963
05/06 a 05/07	0,0849	0,5853	0,5853	0,7955
06/06 a 06/07	0,1133	0,6139	0,6139	0,7941
07/06 a 07/07	0,0603	0,5606	0,5606	0,7607
08/06 a 08/07	0,0391	0,5393	0,5393	0,7294
09/06 a 09/07	0,0655	0,5658	0,5658	0,7660
10/06 a 10/07	0,0920	0,5925	0,5925	0,8027
11/06 a 11/07	0,0883	0,5887	0,5887	0,7989
12/06 a 12/07	0,0963	0,5968	0,5968	0,8070
13/06 a 13/07	0,0945	0,5950	0,5950	0,8052
14/06 a 14/07	0,0676	0,5679	0,5679	0,7681
15/06 a 15/07	0,0399	0,5401	0,5401	0,7302
16/06 a 16/07	0,0660	0,5663	0,5663	0,7665
17/06 a 17/07	0,0922	0,5927	0,5927	0,8029
18/06 a 18/07	0,0920	0,5925	0,5925	0,8027
19/06 a 19/07	0,0936	0,5941	0,5941	0,8043
20/06 a 20/07	0,0956	0,5961	0,5961	0,8063

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 21/06/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	121.341	0,74	-0,62	-9,57	0,76
IBrX	51.254	0,71	-0,69	-9,20	1,26
IBrX 50	20.382	0,72	-0,69	-8,26	2,57
IEE	87.368	1,27	0,06	-7,99	-2,44
SMLL	1.955	0,60	-2,82	-16,93	-15,33
ISE	3.326	0,96	-0,56	-11,62	-8,45
IMOB	820	1,01	-1,40	-18,87	-9,94
IDIV	8.623	0,73	0,35	-4,97	8,70
IFIX	3.299	-0,06	-2,45	-0,36	6,32
Variação % em dólares					
Ibovespa	22.299	0,44	-4,27	-19,55	-11,50
IBrX	9.419	0,41	-4,34	-19,22	-11,06
IBrX 50	3.746	0,42	-4,34	-18,38	-9,91
IEE	16.056	0,97	-3,61	-18,14	-14,31
SMLL	359	0,30	-6,39	-26,09	-25,63
ISE	611	0,66	-4,21	-21,37	-19,59
IMOB	151	0,71	-5,03	-27,82	-20,89
IDIV	1.585	0,43	-3,34	-15,45	-4,53
IFIX	606	-0,36	-6,04	-11,36	-6,62

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 21/06/24	Spread 20/06/24	Variação No dia	No mês	No ano
Geral	385	385	0,0	15,0	40,0
África do Sul	333	336	-3,0	-25,0	7,0
Argentina	1.416	1.399	17,0	75,0	-491,0
Brasil	235	234	1,0	22,0	40,0
Colômbia	324	325	-1,0	21,0	59,0
Filipinas	77	78	-1,0	-1,0	19,0
México	185	185	0,0	19,0	18,0
Peru	108	110	-2,0	3,0	6,0
Turquia	257	262	-5,0	14,0	-19,0
Venezuela	18.067	18.449	-382,0	1.603,0	-6.025,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
out/23	340.247	11/06/24	356.150
nov/23	348.406	12/06/24	358.242
dez/23	355.034	13/06/24	357.789
jan/24	353.563	14/06/24	358.091
fev/24	352.705	17/06/24	357.548
mar/24	355.008	18/06/24	358.116
abr/24	351.599	19/06/24	358.207
mai/24	355.560	20/06/24	357.962

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	21/06/24	20/06/24	19/06/24	18/06/24	17/06/24	14/06/24
Índice	2.113,66	2.110,42	2.107,77	2.108,51	2.108,20	2.109,34
Var. no dia	0,15%	0,13%	-0,03%	0,01%	-0,05%	0,18%
Var. no mês	0,17%	0,01%	-0,11%	-0,08%	-0,09%	-0,04%
Var. no ano	2,35%	2,19%	2,06%	2,10%	2,08%	2,14%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 21/06/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	36,7200	36,7400	0,14810	0,14820
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,4410	5,4416
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,2880	36,3789	0,1496000	0,1500000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	6,9900	0,7784	0,7932
Colon (Costa Rica)	519,0200	526,0000	0,010340	0,010480
Coroa (Dinamarca)	6,9765	6,9771	0,7798	0,7800
Coroa (Islândia)	139,3500	139,5300	0,03900	0,03905
Coroa (Noruega)	10,5705	10,5735	0,5146	0,5148
Coroa (Rep. Tcheca)	23,3430	23,3530	0,2330	0,2331
Coroa (Suécia)	10,5180	10,5210	0,5172	0,5174
Dinar (Argélia)	134,2092	134,7622	0,04037	0,04055
Dinar (Kuwait)	0,3068	0,3069	17,7289	17,7366
Dinar (Líbia)	4,8372	4,8595	1,1197	1,1249
Direitos Especiais de Saque ***	1,3150	1,3150	7,1549	7,1557
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6729	3,6731	1,4813	1,4816
Dirham (Marrocos)	9,9624	9,9674	0,5459	0,5462
Dólar (Austrália)***	0,6638	0,6640	3,6117	3,6132
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,4410	5,4416
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,6761	2,7233
Dólar (Canadá)	1,3699	1,3703	3,9707	3,9723
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,5162	6,5959
Dólar (Cingapura)	1,3546	1,3551	4,0152	4,0171
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,4410	5,4416
Dólar (Hong Kong)	7,8051	7,8054	0,6971	0,6972
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6115	0,6119	3,3272	3,3297
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7610	6,8260	0,7971	0,8049
Euro (Comunidade Européia)***	1,0691	1,0695	5,8170	5,8198
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,9896	3,0494
Franco (Suíça)	0,8937	0,8941	6,0854	6,0888
Guarani (Paraguai)	7527,9300	7535,4100	0,0007221	0,0007229
Hryvnia (Ucrânia)	40,4000	40,5000	0,1343	0,1347
Iene (Japão)	159,4400	159,4700	0,03412	0,03413
Lev (Bulgária)	1,8288	1,8297	2,9737	2,9755
Libra (Egito)	47,6600	47,7600	0,1139	0,1142
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000061	0,000061
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2640	1,2644	6,8774	6,8804
Naira (Nigéria)	1480,0000	1550,0000	0,00351	0,00368
Lira (Turquia)	32,8360	32,8486	0,1656	0,1657
Novo Dólar (Taiwan)	32,3400	32,3700	0,16810	0,16830
Novo Sol (Peru)	3,7998	3,8048	1,4300	1,4321
Peso (Argentina)	905,5400	905,5600	0,00601	0,00601
Peso (Chile)	939,9000	940,3000	0,005787	0,005790
Peso (Colômbia)	4143,2000	4146,8800	0,001312	0,001313
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2267	0,2267
Peso (Filipinas)	58,8600	58,8800	0,09241	0,09245
Peso (México)	18,2015	18,2120	0,2988	0,2990
Peso (Rep. Dominicana)	58,7000	59,4000	0,09160	0,09270
Peso (Uruguai)	39,4700	39,5000	0,13770	0,13790
Rande (África do Sul)	17,9636	17,9682	0,3028	0,3029
Rial (Arábia Saudita)	3,7514	3,7516	1,4503	1,4506
Rial (Irã)	42000,0000	42105,0000	0,0001292	0,0001296
Ringgit (Malásia)	4,7100	4,7160	1,1537	1,1553
Rublo (Rússia)	89,1455	89,1545	0,06103	0,06104
Rúpia (Índia)	83,5300	83,5400	0,06513	0,06515
Rúpia (Indonésia)	16445,0000	16455,0000	0,0003307	0,0003309
Rúpia (Paquistão)	278,0000	279,0000	0,01950	0,01957
Shekel (Israel)	3,7533	3,7603	1,4470	1,4498
Won (Coréia do Sul)	1389,2800	1389,6400	0,003915	0,003917
Yuan Renminbi (China)	7,2609	7,2610	0,7493	0,7494
Zloty (Polônia)	4,0487	4,0495	1,3436	1,3440

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2327,77	0,01336	407,2605	407,3054

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	21/06/24	20/06/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	39.150,33	39.134,76	0,04	1,20	3,88	15,31	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.700,43	19.752,30	-0,26	6,28	17,08	32,51	14.109,57	19.908,86
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.689,36	17.721,59	-0,18	5,70	17,84	31,01	12.595,61	17.862,23
EUA	Nova York	S&P 500	5.464,62	5.473,17	-0,16	3,55	14,57	25,17	4.117,37	5.487,03
Canadá	Toronto	S&P/TSX	21.554,86	21.581,35	-0,12	-3,21	2,85	9,38	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	52.788,50	53.333,03	-1,02	-4,33	-8,01	-2,36	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.365,34	1.376,01	-0,78	-2,47	14,24	18,54	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	76.463,34	76.344,47	0,16	10,48	32,22	120,55	32.850,05	76.518,44
Chile	Santiago	IPSA	6.488,75	Feriado	-1,53	-2,17	4,69	12,20	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	29.781,32	29.857,57	-0,26	-1,45	14,72	32,24	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	Feriado	Feriado	-	-4,54	69,57	266,70	409.622,74	1.659.247,63
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.498,03	1.511,69	-0,90	-2,13	7,35	10,91	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.163,52	18.254,18	-0,50	-1,81	8,43	13,36	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.628,57	7.671,34	-0,56	-4,56	1,13	5,06	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.308,77	33.675,15	-1,09	-3,43	9,74	20,64	27.209,66	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.894,05	3.889,35	0,12	-0,61	5,02	9,41	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.866,72	2.888,57	-0,76	3,52	25,54	41,56	1.962,58	2.892,90
Espanha	Madri	IBEX-35	11.032,30	11.160,50	-1,15	-2,56	9,21	16,91	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.424,04	1.421,71	0,16	-0,54	10,12	11,91	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	925,23	933,84	-0,92	2,39	17,59	21,88	714,05	933,84
Hungria	Budapeste	BUX	70.378,92	70.327,34	0,07	3,64	16,10	40,42	49.605,16	70.378,92
Polônia	Varsóvia	WIG	86.415,61	86.549,62	-0,15	0,12	10,14	28,64	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.570,47	6.650,92	-1,21	-4,37	2,72	9,48	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.115,39	1.151,93	-3,17	-0,91	2,95	5,45	969,33	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	Feriado	2.573,77	-	-1,16	7,32	13,60	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.012,87	12.128,16	-0,95	0,10	7,86	7,51	10.323,71	12.254,76
Turquia	Istambul	BIST 100	10.771,36	10.739,94	0,29	3,57	44,19	107,67	5.186,83	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	-	1.938,08	-	-2,78	3,32	7,06	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	79.767,56	80.073,06	-0,38	3,99	3,74	5,47	69.451,97	80.713,75
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.596,47	38.633,02	-0,09	0,28	15,34	14,96	30.526,88	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.039,90	8.012,10	0,35	0,87	2,69	7,12	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.654,32	1.655,85	-0,09	-4,36	-9,99	-18,90	1.433,10	2.071,59
China	Xangai	SSE Composite	2.998,14	3.005,44	-0,24	-2,87	0,78	-6,25	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.784,26	2.807,63	-0,83	5,60	4,86	7,81	2.277,99	2.807,63
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	18.028,52	18.335,32	-1,67	-0,28	5,76	-6,19	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	77.209,90	77.478,93	-0,35	4,39	6,88	21,55	62.970,00	77.478,93
Indonésia	Jacarta	JCI	6.879,98	6.819,32	0,89	-1,30	-5,40	2,65	6.639,73	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.306,41	1.298,29	0,63	-2,92	-7,73	-14,17	1.296,59	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	23.253,39	23.406,10	-0,65	9,82	29,68	35,18	16.001,27	23.406,10

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

INVESTCO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 00.644.907/0001-93 - NIRE 17.300.000.914

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convidados os acionistas da **INVESTCO S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada no dia de **24 de julho de 2024**, às **10:00 horas**, por meio exclusivamente digital, para deliberar sobre a proposta de eleição de membro efetivo do Conselho de Administração, na forma do parágrafo 3º, do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, para complementação do mandato em curso. Informações Gerais: Conforme autorizado pelo artigo 121, parágrafo único da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades Anônimas"), a Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, podendo os acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, por si, por seus representantes legais ou procuradores, desde que comprovada a titularidades das ações. As orientações e procedimentos aplicáveis as regras para participação por sistema eletrônico, bem como as demais instruções relativas à Assembleia Geral estão detalhadas na Proposta da Administração que se encontra disponível na sede social da Companhia, no seu site de relações com investidores (https://ri.edp.com.br/pt-br/informacoes-financeiras/arquivos-cvm-investco/), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

Miracema do Tocantins/TO, 21 de junho de 2024.

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz

Presidente do Conselho de Administração

Camil Alimentos S.A.

CNPJ/ME nº 64.904.295/0001-03 - NIRE 35.300.146.735 - *Companhia Aberta*

Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração Realizada em 12 de Janeiro de 2023

1. Data, Hora e Local: 12 de janeiro de 2023, às 08h30min, via videoconferência. **2. Convocação e Presença:** Convocação realizada e reunião instalada nos termos do artigo 20 do Estatuto Social da Camil Alimentos S.A. ("Companhia" ou "Camil"), com a presença da maioria dos membros do Conselho de Administração, a saber: Presidente do Conselho de Administração - Jairo Santos Quartiero; Conselheiro(a)s: Jacques Maggi Quartiero; Thiago Maggi Quartiero; Carlos Alberto Júlio; José Antônio do Prado Fay; Rodrigo Tadeu Alves Colmonero; Sandra Montes Aymoré; e Cláudia Elisa de Pinho Soares. Convidados: Luciano Maggi Quartiero - Diretor Presidente da Companhia; Flavio Jardim Vargas - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia; Carlos Roberto de Albuquerque Sá - Coordenador do Comité de Auditoria Estatutário; Maria Elena Cardoso Figueira - Presidente do Conselho Fiscal e Renato Postal - representante da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. ("PWC") e Renan de Sousa Silva - Consultor de Governança Corporativa da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Jairo Santos Quartiero; e Secretário: Renan de Sousa Silva. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** Informações Financeiras Trimestrais da Companhia, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao 3º trimestre do exercício social encerrado em 30 de novembro de 2022; **(ii)** Cancelamento de Ações em Tesouraria; **(iii)** Novo Programa de Recompra de Ações; e **(iv)** Prorrogação do prazo de mandato dos membros do Comité de Auditoria da Companhia eleitos em reunião do Conselho de Administração da Camil realizada em 30 de junho de 2020 ("Membros do CAE"). **5. Deliberações:** Após a apresentação dos trabalhos da PWC e análises, exames e discussões sobre as matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1 Informações Financeiras Trimestrais da Companhia referentes ao 3° Tri/novembro 2022:** Conforme recomendação favorável do Comité de Auditoria e do Conselho Fiscal da Companhia, aprovar as Informações Financeiras Trimestrais da Companhia, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao 3º trimestre do exercício social, encerrado em 30 de novembro de 2022. **5.2 Cancelamento de Ações em Tesouraria:** Os Conselheiros decidiram aprovar o cancelamento do saldo das ações ordinárias em tesouraria quando atingir o montante de 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias por meio do novo Programa de Recompra de Ações. Em função do cancelamento de ações deliberado, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que versa sobre o capital social da Companhia, deverá ser ajustado. **5.3 Novo Programa de Recompra:** Os membros do Conselho de Administração, observadas as disposições da Resolução CVM n° 77/2022, da Lei n° 6.404/1976 e na forma do Estatuto Social da Companhia, aprovaram o Novo Programa de Recompra de Ações de emissão da própria Companhia, com o objetivo de adquirir ações para atender, de forma parcial, o exercício das opções de compra de ações já outorgadas pela Companhia nos termos do Plano de Opção de Compra, bem como para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação, sem redução do capital social, a fim de realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, de modo a maximizar a alocação de capital da Companhia e a geração de valor para os acionistas cujas condições encontram-se especificadas no Anexo I à presente ata para fins de divulgação das informações indicadas no Anexo G à Resolução CVM n° 80/2022. **5.4 Ratificação da Prorrogação do Prazo de Mandato do Comité de Auditoria:** Em virtude da alteração do artigo 30 Estatuto Social da Companhia aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Camil realizada em 30 de dezembro de 2021, conforme itens 8.6 e 8.6.2 da ata da referida Assembleia ("Alteração do Estatuto"), ratificar a extensão do mandato dos Membros do CAE até a data da primeira reunião do Conselho de Administração a realizar-se após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2025. **5.4.1** Consignar que, em decorrência da Alteração do Estatuto, o prazo do mandato dos membros do Comité de Auditoria da Companhia foi alterado de 2 (dois) para 5 (cinco) anos, conforme indicado no artigo 30 do Estatuto Social da Companhia e no artigo 7º do Regimento Interno do Comité de Auditoria da Camil. **5.4.2** Consignar que, em função da ratificação da extensão do mandato dos Membros do CAE, conforme item 5.2 acima, ficam também ratificados todos os atos por eles praticados na qualidade de membros do Comité de Auditoria da Camil a partir da data da primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2022 *(i.e.,* após 30 de junho de 2022). **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Jairo Santos Quartiero - Presidente. Renan de Sousa Silva - Secretário. Conselheiros presentes: Jairo Santos Quartiero - Presidente do Conselho de Administração. Conselheiro(a)s: Carlos Alberto Júlio. Cláudia Elisa de Pinho Soares. Jacques Maggi Quartiero. José Antônio do Prado Fay. Thiago Maggi Quartiero. Rodrigo Tadeu Alves Colmonero. Sandra Montes Aymoré. Esta ata é cópia da original lavrada em livro próprio. **Jairo Santos Quartiero -** Presidente; **Renan de Sousa Silva -** Secretário. **JUCESP** nº 60.685/23-2 em 06/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

INÊS 249

Investimentos Barganhas na B3 têm sido insuficientes para motivar volta às compras

Selic estável em 10,5% é mais um golpe contra renda variável

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Gewehr, do Itaú BBA: incremento de dois dígitos no lucro das empresas, mas revisão esperada em companhias mais alavancadas "pelo efeito monetário"

Adriana Cotias
De São Paulo

Com a Selic mantida em 10,5% ao ano, a renda fixa ganhou mais um round contra a bolsa. Apesar de preços ultrabaixos das ações por diversas métricas, o investidor não tem se encorajado a aproveitar a temporada de liquidação e prefere abraçar as estratégias ligadas a juros. Mas é justamente após períodos de "depressão profunda" que a renda variável costuma trazer os melhores resultados, e há quem veja certo comportamento de "manada" na paralisia atual.

O chamado "valuation", que dá uma indicação de quanto um ativo pode se valorizar no tempo ao se projetar o fluxo de caixa das empresas, descontado a uma determinada taxa de juros, é apenas a ponta mais fácil do trabalho da análise fundamentalista. Faltam outros componentes para a "bolsa funcionar no Brasil", diz Daniel Gewehr, estrategista e chefe de ações do Itaú BBA: a macroeconomia, o ciclo de lucros e o posicionamento do investidor. Nesta última ponta, a B3 carece tanto do fluxo local quanto do estrangeiro.

Com uma Selic mais alta por mais tempo, o macro ficou ligeiramente pior. Companhias mais sensíveis a taxas de juros podem rever planos, diz Gewehr. "Tem coisas boas no curto prazo do lado da atividade, mas quando você conversa com o 'management' das empresas, há uma certa reticência em acelerar o investimento, que é o que vai garantir o crescimento dos lucros mais fortemente."

O Itaú BBA projeta um incremento de 14% para o lucro das empresas, mas o crescimento é puxado pelo setor financeiro e por companhias ligadas à cadeia de commodities. "Só que, quando se compra bolsa no Brasil, na maior parte das vezes [o investidor] quer economia doméstica e os analistas ainda trabalham em seus modelos com a Selic abaixo de 10%", diz Gewehr. "Vejo uma revisão de companhias com alavancagem mais alta, levando a uma margem mais baixa, com o ciclo doméstico de crescimento postergado pelo impacto monetário."

> "Se fluxo de caixa não mudou, é igual à NTN-B, o retorno esperado subiu"
> *João Braga*

Depois de fundos estrangeiros que olham emergentes terem começado o ano sobrealocados em Brasil, há um processo gradual de redução, "o técnico é mais leve do que no início do ano, mas não dá para dizer que estão 'underweight' [abaixo da média do mercado]", diz o estrategista do Itaú BBA. E o que ele ouve de gestores de fundos hedge é que falta "momentum" para o Brasil, a velocidade que um ativo pode se valorizar num certo período.

O que tem atraído a atenção do bolso global são os temas ligados à tecnologia — o índice americano S&P 500, que tem quase 40% no setor, sobe quase 15% no ano e o Taipé, da bolsa de Taiwan, 30,5%, com peso de 65%. Já o Ibovespa, em que esse tipo de exposição é só de 1%, cai quase 20% em dólar (ou 10% em reais).

Gewehr cita que numa pesquisa feita com 168 gestores, que reúnem US$ 100 bilhões, o "número mágico" em que a probabilidade de comprar bolsa aumenta seria a Selic em 9%. Entre os principais gatilhos para os próximos seis meses, 79% apontaram a decisão do Federal Reserve (Fed, o BC americano) de iniciar seu ciclo de corte de juros, algo que ficou para setembro ou dezembro.

Já há maior probabilidade de se ganhar no médio e longo prazo com bons ativos negociados com desconto. O preço/lucro (P/L, que dá uma ideia de prazo de retorno do investimento) da bolsa projetado para 12 meses está em 7,3 vezes, 24% abaixo da média dos últimos cinco anos, enquanto o MSCI global negocia a 18 vezes. Já o "earnings yield gap" (a diferença entre o retorno do lucro e a taxa longa da NTN-B, a métrica de juro real) do Ibovespa está atrativo no nível de 7,4%, ante uma média histórica de 4,8%.

Com esse combo, a equipe de pesquisa do Itaú BBA tem dado preferência a ativos atrelados a taxa de juros, caso dos setores elétrico, portos e shopping centers, com boa previsibilidade de receitas e uma taxa interna de retorno (TIR) real projetada entre 11% e 13%, considerando-se os dividendos. "É um prêmio bom numa NTN-B que já é boa em relação ao histórico."

Tanto a pessoa física quanto o investidor institucional aproveitam os prêmios vitaminados das NTN-B, quando os títulos batem a casa dos 6,5% ao ano, mas não conseguem fazer o mesmo com ações, diz João Braga, sócio-fundador da Encore. "Se a expectativa de fluxo de caixa futuro não mudou, é igual à NTN-B, o retorno esperado subiu, as pessoas deviam ficar mais gananciosas."

O gestor conta que ouviu de um colega de banco estrangeiro, que se reuniu com investidores institucionais dedicados à América Latina, que o grupo se mostrou extremamente negativo com as ações no Brasil. O mais construtivo dizia que sim, a bolsa está barata, mas não se atrevia a comprar.

Braga vê um certo movimento de manada e diz que, na hora de usar as finanças comportamentais a favor, os investidores vêm rasgando a teoria. Ele cita que, ao se revisitar os ensinamentos de ciclos econômicos de Howard Marks, cofundador da Oaktree, sobre quando é o melhor momento de ir às compras na bolsa, o Brasil gabarita em todos.

Ao comparar o índice de ações do setor elétrico com a NTN-B de 2050, que paga cupom periódico, os ativos vão na mesma direção. "Todo mundo quer fugir quando deveria aumentar." E como bolsa é uma "máquina de antecipação de eventos futuros", ele questiona se faz sentido falar em gatilho claro.

Ricardo Almeida, gestor da Asa Investments, diz que desde abril o mercado passou a reagir aos fatores domésticos, descolando-se do exterior. Com ameaças de interferência na Vale, na política de dividendos da Petrobras e na troca de comando, o fiscal sob os holofotes e a sucessão de Roberto Campos Neto no BC no radar oferecerem um cardápio em que ficou difícil distinguir ruídos de sinais. "Tem prêmio de risco claro, mas se o risco percebido vai ser executado é a grande questão."

Ele cita que a curva de juros já não projeta nenhum corte e, a partir de 2026, já tem alta prevista para a Selic. "Conversando com as empresas, operacionalmente não piorou, o que aconteceu é que, para um mesmo lucro, se aceita um múltiplo menor." Com o dólar flertando com os R$ 5,50 e algumas empresas negociando num P/E de dez vezes, há barganhas. Uma das preocupações, cita Almeida, é se nas discussões para equacionar as contas públicas não virá mais aumento de carga tributária para as empresas.

'Retorno potencial maior da bolsa custa a se materializar'

De São Paulo

A bolsa brasileira mostra um desempenho historicamente insatisfatório em relação a outros ativos e tem desafiado a máxima de que ações são para o longo prazo, segundo um estudo elaborado pela Tag Investimentos. O Ibovespa até traz implícito um retorno maior do que o das Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B), mas, numa linha de tempo, o prêmio de risco de ações não se materializa.

Apesar de haver empresas de excelência listadas na B3, as companhias têm competido na corrida contra um "queniano estrutural", o CDI, e com um conjuntural, os juros americanos, diz André Leite, executivo-chefe de investimentos (CIO) da Tag. No front doméstico, ainda há ruídos fiscais e incertezas sobre quem estará no comando do Banco Central a partir do ano que vem.

A Tag calculou a taxa interna de retorno (TIR) real média do índice, que desde 2006 foi de 12,74%. O lucro das empresas, de fato, aumentou acima da inflação. Já a NTN-B de dez anos foi de 5,79% ao ano. Mas, nos preços de mercado, o conjunto de ações que compõem o índice não entregou tal resultado. "Tem um potencial que nunca é realizado completamente", diz Leite.

Há desconto em múltiplos como o preço/lucro, perto de oito vezes pelos seus cálculos, um dos níveis mais baixos da média histórica — e em comparação a 21 vezes do americano S&P 500. Mas, pelo exercício da Tag, para o nível atual de lucros, o Ibovespa só proporcionaria um retorno que justificaria o risco se voltasse para a média de 12 vezes ou, na melhor das hipóteses, revisitasse a máxima de 16 vezes, o que significaria rumar para algo entre 190 mil e 250 mil pontos, muito longe do nível atual, na casa dos 120 mil pontos.

O Ibovespa em 190 mil pontos, na média de janelas de 48,60,120,180 e de 240 meses, traria um retorno de CDI mais 2,6%. Mas, quando se compara com outras classes, como os títulos de dívida isentos, seria possível ter a mesma rentabilidade, com menor volatilidade, diz o CIO da Tag — ainda que correndo risco de crédito corporativo. Com o índice em 250 mil pontos, a média acima do CDI seria de 6,8% na média desses intervalos.

Uma NTN-B com vencimento em agosto de 2026 pagava quase 6,5%, além da correção pelo IPCA, no dia 20, data em que o Copom encerrou o ciclo de cortes e manteve a Selic em 10,5% ao ano. No meio do caminho, os títulos do Tesouro podem ter volatilidade comparável à da bolsa, mas para quem carrega os papéis até o vencimento, eles asseguram aquilo que foi contratado, defende Leite.

Sem ver gatilhos de curto prazo para ações, na sua matemática de construção de portfólios, a XP, que tradicionalmente pautou sua atuação para estratégias de maior risco, como a bolsa, está hoje "mais posicionada do que gostaria em renda fixa", segundo Rodrigo Sgavioli, chefe de alocação.

Nas suas recomendações, a instituição tem privilegiado mais estratégias de carrego do que de ganhos de capital, o que inclui fundos imobiliários com ativos de crédito, isentos de imposto de renda na distribuição de dividendos, dada a "gradualidade da política monetária".

Uma carteira moderada tem hoje só 5% em bolsa e cerca de 65% em renda fixa local, sendo que os títulos pós-fixados representam um terço da exposição. Sgavioli diz que não se trata de se ancorar à Selic de 10,5%, sob o custo de "deixar dinheiro na mesa". O segundo maior pedaço, 20%, está em títulos atrelados à inflação, com outros 10% em prefixados de duração mais curta, de até dois anos. Fundos imobiliários representam 7%,

> **190 mil**
> pontos seria o nível para compensar risco

na primeira vez em três anos que a XP tem mais posição estrutural em carteiras listadas do que em ações. "A gente ainda vai ter esse DNA de renda variável. Mas o retorno esperado do fundo imobiliário no longo prazo é muito parecido com o da bolsa, mas com um terço da volatilidade", diz o executivo da XP.

No longo prazo, Sgavioli diz que uma boa seleção de empresas mais resilientes, de qualidade e que saibam atravessar os períodos mais adversos do ciclo econômico acaba entregando lucros e margens crescentes quando se compra os ativos a preços baratos, superando o retorno da NTN-B. "Numa economia funcional, em ciclos mais longos, de dez a 15 anos, a bolsa rende mais que a renda fixa, seja qual for. Não o Ibovespa, mas bons ativos rendem mais do que o caixa." *(AC)*

Geração X: como se planejar para aposentadoria

Consultório financeiro

Como os integrantes da chamada Geração X podem planejar melhor sua aposentadoria?

Denise Andréa da Silva, CFP, responde:

A Geração X, nascida entre os anos 1970 e 1980, valoriza a estabilidade financeira e segurança, características que a tornam uma das gerações mais propensas a poupar. No entanto, como em qualquer grupo demográfico, existem variações significativas em termos de comportamento financeiro dentro dessa geração.

Atualmente, os membros da Geração X já ultrapassaram os 40 anos de idade, o que os coloca em estágios diversos de preparação para a aposentadoria. Podemos identificar três grupos distintos dentro dessa geração: aqueles que estão financeiramente preparados para a aposentadoria, aqueles que estão na metade do caminho e aqueles que ainda nem começaram a se planejar para essa fase da vida.

Para os membros da Geração X que já estão financeiramente preparados, é essencial manter a recorrência dos investimentos e revisar periodicamente o planejamento para garantir que estejam alinhados com os objetivos de aposentadoria. Além disso, é importante considerar estratégias tributárias inteligentes, aproveitando os incentivos fiscais disponíveis para aposentadoria, o que pode resultar em uma transição suave para essa fase da vida.

Já para aqueles que estão na metade do caminho, ou seja, têm um certo controle sobre suas finanças pessoais, mas ainda não estabeleceram metas claras de aposentadoria, o primeiro passo é avaliar sua situação financeira atual. Isso envolve fazer um levantamento detalhado dos ativos, passivos e despesas, a fim de entender sua posição patrimonial e suas necessidades futuras de renda na aposentadoria. Devido ao perfil mais conservador e avesso ao risco da Geração X, é recomendável optar por investimentos com menor volatilidade, garantindo uma maior tranquilidade ao longo do tempo.

Por fim, para aqueles membros da Geração X que ainda não começaram a se planejar para a aposentadoria, é importante entender que ainda há tempo para agir. No entanto, é crucial começar o quanto antes. Para iniciar o planejamento da aposentadoria, é fundamental primeiro estabelecer um controle orçamentário sólido. Isso envolve analisar detalhadamente as receitas e despesas, identificando áreas onde é possível economizar e redirecionar recursos para investimentos de longo prazo.

Se houver um superávit financeiro, o próximo passo é começar a investir, separando uma parte para uma reserva de emergência e alocando o restante de acordo com os objetivos de aposentadoria e os prazos estabelecidos. Nesse sentido, a previdência privada pode ser uma ferramenta estratégica eficaz para garantir uma renda estável no futuro.

No entanto, se houver um déficit financeiro, é crucial identificar e abordar as causas subjacentes. Isso pode envolver a renegociação de dívidas, priorizando aquelas com as taxas de juros mais altas, e o ajuste do estilo de vida para reduzir despesas desnecessárias.

Em resumo, a Geração X pode melhorar seu planejamento de aposentadoria por meio de uma abordagem cuidadosa e estruturada, avaliando sua situação financeira atual, estabelecendo metas claras e desenvolvendo um plano de poupança e investimento adequado. Com o apoio de recursos e especialistas disponíveis, como planejadores financeiros certificados CFP, essa geração tem todas as ferramentas necessárias para garantir uma aposentadoria confortável e segura.

Denise Andréa da Silva é planejadora financeira pessoal e possui a certificação CFP® (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro
E-mail: deniseadasilva@gmail.com

STJ
1ª Seção mantém incidência de PIS e Cofins sobre juros Selic
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Judiciário de portas fechadas
valor.globo.com/legislacao

Previdência
INSS pode tributar adicional de insalubridade
valor.globo.com/legislacao

Advocacia Atuação do Pogust Goodhead é questionada antes de julgamento na Inglaterra

Escritórios brasileiros pedem à OAB que proponha ação contra banca britânica

Laura Ignacio e Adriana Aguiar
De São Paulo

Um grupo de escritórios de advocacia brasileiros se uniu para pedir ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que proponha uma ação civil pública na Justiça contra a banca britânica Pogust Goodhead e seus parceiros por violações ao Estatuto da Advocacia. O escritório britânico e parceiros atuam em processos fora do Brasil em ações coletivas movidas contra empresas como o Grupo BHP e subsidiárias da Vale.

Nessas ações, por exemplo, pedem indenização por prejuízos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana (MG), no ano de 2015 — que deixou 19 mortos, centenas de desabrigados e provocou sérios danos ambientais. Na Holanda, o pedido de reparação é de cerca de R$ 18 bilhões. No Reino Unido, onde a próxima audiência pode acontecer no mês de outubro, a cobrança à mineradora BHP chega a R$ 230 bilhões.

As bancas brasileiras Machado Meyer, Mattos Filho, BMA, Sérgio Bermudes e ALNPP, por meio de uma representação protocolada na OAB, afirmam que houve violações ao Código de Ética e ilícitos cíveis. Além da proposição de ação judicial, pedem formalmente à OAB a instauração de procedimentos disciplinares por infrações às prerrogativas dos advogados para o exercício da advocacia no Brasil.

Segundo fontes próximas aos envolvidos, o Pogust e parceiros teriam obtido financiamento para os processos com o objetivo de aumentar o valor das causas e estariam atuando no exterior sobre eventos ocorridos no Brasil, com base na lei brasileira. Além disso, a representação seria uma tentativa de defesa concorrencial dos escritórios de advocacia brasileiros porque o Pogust e seus parceiros estariam fazendo captação ativa de clientes.

“Os processos que o Pogust abre na Inglaterra ou na Holanda ainda duplicam o esforço jurídico, em ter que se defender em países diferentes por causa da mesma causa, com juiz inglês ou holandês, que nada entendem da lei brasileira, exigindo equipes enormes no Brasil e lá fora”, diz um advogado.

No Brasil, este mês, a Vale apresentou, com a Samarco e a BHP, uma proposta de acordo de R$ 140 bilhões aos governos estadual e federal, além de entidades públicas nas negociações sobre o rompimento da barragem em Mariana (MG), em mediação no Tribunal Regional Federal da 6ª Região. Em relação à tragédia de Brumadinho (MG), que matou 270 pessoas e despejou 12 milhões de m3 de rejeitos, foi firmado o acordo de R$ 37,7 bilhões.

“A estratégia do escritório britânico é procurar casos ainda em negociação no Brasil, que envolvem empresas que têm sede aqui e domicílio em outros países, e argumentam para os prováveis clientes ser melhor propor ação lá fora porque a Justiça brasileira é lenta”, acrescenta.

Já uma fonte próxima ao Pogust afirma que a OAB está sendo usada por advogados de mineradoras. “Trata-se de um litígio satélite da disputa entre Pogust e BHP no Reino Unido por já haver audiência marcada”, diz. “As Cortes lá fora tendem a ser mais céleres porque têm menos instâncias e processos e têm muita experiência em resolver um caso inteiro de uma vez. No Brasil não se admite um litisconsórcio de mais de 40 pessoas”, conclui.

R$ 230 bi são cobrados da BHP no Reino Unido

DIVULGAÇÃO

Cinco bancas de advocacia nacional se uniram para propor representação por violações do Código de Ética e Estatuto da OAB

Segundo a representação à OAB, os parceiros do Pogust seriam Felipe Hotta Sociedade Individual de Advocacia, que seria sócio do Pogust, e duas fundações sem fins lucrativos holandesas, com sede no Brasil: a Stitching Enviroment and Fundamental Rights (SEFR) e a Ações do Rio Doce. As bancas brasileiras dizem na representação que a banca Felipe Hotta e essas entidades fariam a captação de clientes e busca por financiamentos para os processos.

O documento destaca uma frase que teria sido enviada por WhatsApp pelo advogado Felipe Hotta a uma ex-funcionária que entrou com ação trabalhista na Justiça contra o escritório dele. Na mensagem, o advogado supostamente diz: “a gente violou todas as regras da OAB no começo do ano passado e não deu em nada”.

Os escritórios brasileiros ainda pedem que a OAB, além da aplicação das sanções cabíveis, casse a licença do Pogust Goodhead e de Thomas Goodhead, para que os impeça de atuar no Brasil.

Sobre a atuação do Pogust Goodhead, a representação diz que ambos só poderiam atuar no Brasil como consultores em direito estrangeiro, conforme o artigo 1º do Provimento nº 91, de 2000 do Conselho Federal da OAB. Contudo, o documento diz que eles prestam frequentemente consulta sobre direito brasileiro. Essa situação já está em discussão em ação civil pública proposta pela OAB da Bahia (ACP nº 1006721-66.2022.4.01.3313).

A representação aponta que o Pogust Goodhead, constantemente, opinaria em matérias de direito brasileiro, como no caso da CPI da Braskem no Senado Federal e na negociação de um acordo para o caso de Mariana. Destaca também que material publicitário da banca britânica não diz que eles atuariam só como consultores em direito estrangeiro, prática já condenada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (RJ e ES) em um outro caso (processo nº 5054454-35.2021.4.02.5101).

Para os escritórios que assinam a representação, o Hotta Advocacia, ao prospectar clientes para as causas do Pogust na Europa, facilitaria o exercício irregular da advocacia. As bancas destacam que a jurisprudência do Conselho Federal da OAB tem sido rigorosa nesse sentido, conforme indica precedente (recurso nº 25.0000.2022.000101-3).

Ainda acusam o Pogust Goodhead de abrir unidades de atendimento próximas às cidades que enfrentam alguma questão ambiental que facilitaria a captação de clientela, além de ter atuação agressiva nas redes sociais e internet. Táticas de publicidade e marketing usadas pela banca, diz a representação, seriam incompatíveis com a profissão de advogado.

Se a OAB propuser ação contra o escritório Pogust e parceiros este não seria o único processo que pode impactar a atividade da banca britânica. Este mês, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) entrou com uma ação, com pedido liminar, para que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheça a inconstitucionalidade da atuação de municípios brasileiros em litígios judiciais no exterior. A decisão afetará, por exemplo, o processo que tramita na Holanda, em que o Pogust representa, além de pessoas físicas e empresas, sete municípios prejudicados pela tragédia em Minas Gerais.

Por meio de nota, os escritórios Pogust Goodhead e Hotta Advocacia informaram ao **Valor** que ainda não foram notificados pela OAB sobre a representação. “Com a proximidade do julgamento da ação movida pelas vítimas de Mariana na Inglaterra — marcado para outubro deste ano —, o escritório tem sido alvo de uma ampla ofensiva orquestrada pelas mineradoras BHP e Vale, como já era esperado”, diz a nota.

“Os ataques buscam obstruir o andamento do processo, para que as corporações possam continuar evadindo a responsabilidade de compensar devidamente os atingidos pelo desastre, que aguardam por justiça há mais de oito anos”, conclui a nota.

Procurados pelo **Valor**, a OAB, os escritórios Machado Meyer, Mattos Filho, BMA e Sergio Bermudes, além das empresas BHP e Vale, não se manifestaram. A reportagem não localizou representantes da SEFR, Ações do Rio Doce no Brasil e do ALNPP.

Fisco tributa criptoativo como aplicação financeira

Adriana Aguiar
De São Paulo

A Receita Federal entendeu que ganhos que resultam da cessão temporária de criptoativos devem ser tributados como rendimentos em aplicações de renda fixa e não como aluguel, como pretendia o contribuinte. O posicionamento está na Solução de Consulta Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) nº 86, de 16 de abril de 2024, que orientará os fiscais do país.

A consulta foi feita por uma empresa, optante pelo Simples Nacional, que atua em atividades auxiliares de serviços financeiros. Para a empresa, essa cessão temporária de criptoativos, deveria ser considerada um aluguel, com duração de um ano. Em troca da cessão, afirma receber, na condição de locatária, uma remuneração de 8% do valor.

A empresa decidiu perguntar à Receita Federal se deve tributar os aluguéis mensais como receita de locação de bem móvel, se o valor recebido mensalmente de aluguel depositado na conta da pessoa jurídica tomará por base o montante total recebido e se sobre esse valor será calculado o imposto do Simples.

De acordo com o advogado Matheus Bueno, sócio do Bueno Tax Lawyers, a Receita optou pelo caminho que, na maioria dos casos, deve ser mais caro para o contribuinte.

DIVULGAÇÃO

“Caso demonstra a posição da Receita em qualificar criptoativos”
Raphael Lavez

Se fosse considerada aluguel, poderia pagar de 6% a 33% de imposto no Simples Nacional. Nesse caso, existem faixas de acordo com a receita bruta anual da empresa. Até R$ 180 mil, a alíquota é de 6%. De R$ 3,6 milhões a R$ 4,8 milhões, com alíquota de 33%. No caso de rendimento financeiro, que deve ser tributado com imposto de renda fora do simples, pode variar de 15% a 22,5%.

Ao analisar a consulta, a Receita Federal explicou que, na sua visão, os ativos virtuais são uma representação digital de um ativo (token). Logo, são bens incorpóreos, conforme o artigo 3º da Lei nº 14.478, de 21 de dezembro de 2022. Nessa condição, são bens móveis tais como os outros citados pelo artigo 83 do Código Civil (Lei nº 10.406, de 2002).

“Sendo móveis, a cessão remunerada de ativos virtuais de propriedade da optante não configura locação de bens imóveis próprios, que seria vedada ao Simples Nacional pelo artigo 17, inciso XV, da Lei Complementar nº 123, de 2006”, diz.

A Receita ainda afirma que os criptoativos são ativos virtuais criptografados. “Então, não são um programa de computador, na definição do art. 1º da Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998. Logo, sua cessão não configura um licenciamento de software (art. 9º da Lei nº 9.609, de 1998) remunerado por royalties (Solução de Consulta Cosit nº 75, de 31 de março de 2023)”.

O Fisco também destacou que os criptoativos, no caso, são quantificados em determinadas unidades, que não são individualizadas uma a uma. Ou seja, são considerados bens fungíveis, nos termos do artigo 85 do Código Civil. “Ora, como o criptoativo em tela é fungível, sua cessão não configura a locação de que trata o artigo 565 do Código Civil, que só pode ser de bens infungíveis.”

Ainda ressalta que como o cessionário não opera esses criptoativos no mercado em favor do cedente, não administra investimentos para ele. “Portanto, essa atividade não caracteriza um gerenciamento de ativos (asset management), que também seria vedado pelo artigo 17, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 2006”. E também não caracteriza corretagem ou distribuição de títulos e valores mobiliários, que seriam vedadas pelo art. 3º, § 4º, inciso VIII.

Depósito bancário também não é, segundo a solução de consulta, seja por não ter sido firmado com uma instituição financeira, seja porque seu objeto não é importância em dinheiro.

E assim, de acordo com o Fisco, resta, portanto, configurar como um chamado contrato de mútuo feneratício (mútuo bancário) no qual os juros remuneratórios (que a empresa afirma serem “aluguéis”) são tributados por fora da base de cálculo do Simples e são tributadas pelo imposto de renda como rendimento em aplicação de renda fixa.

De acordo com Matheus Bueno, a solução de consulta, apesar de indicar uma carga tributária maior para o contribuinte, parece ter se aprofundado no assunto. “O auditor fez sua lição de casa bem feita, descartando as outras hipóteses, ou seja, tem uma lógica”, diz. Para o advogado, o assunto ainda é muito novo, por isso a dificuldade em classificar esse tipo de operação.

De acordo com o advogado Raphael Lavez, do Lavez Coutinho Advogados, o caso é interessante, pois demonstra a posição da Receita em qualificar criptoativos como ativo financeiro, que deve ser enquadrado como rendimento de renda fixa. Essa cessão de criptoativos, afirma, não poderia ser considerada como aluguel, na visão da Receita, porque não se trata de um bem concreto, como uma obra de arte, por exemplo, que poderia ser cedida temporariamente.

Destaque

Discriminação de gênero

A 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) elevou de R$ 5 mil para R$ 25 mil a indenização que a AutoBrasil Itavema Seminovos, do Rio de Janeiro (RJ), terá de pagar por assédio moral contra uma vendedora. De acordo com os ministros, o fato de a agressão ser contra mulher agrava mais a situação, e o valor fixado nas instâncias anteriores não repara o dano nem tem caráter pedagógico para a empresa. A decisão foi unânime. Na ação judicial, a vendedora registrou que a violência, praticada pelo gerente e por um dos sócios, ocorria em reuniões para cobrança de metas. Segundo a profissional, era comum escutar do sócio, na frente dos colegas, frases ofensivas com muitas expressões chulas. Segundo ela, as ofensas geraram, evidentemente, abalos. Como reparação, pediu indenização a partir de R$ 50 mil. A empresa, em sua defesa, alegou que “havia cobrança normal de produtividade, para que os funcionários atingissem as metas, dentro dos parâmetros razoáveis de exigência”. Porém, testemunhas confirmaram fatos alegados pela trabalhadora. O ministro Mauricio Godinho Delgado, relator, as comunicações entre os superiores e a vendedora tinham conteúdos de extrema lesividade ao decoro e à honra da trabalhadora (com informações do TST).

INÊS 249

Judiciário de portas fechadas

Opinião Jurídica

Gabriel de Britto Silva

O A pesquisa "Justiça em Números", realizada anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi publicada no dia 28 de maio de 2024, e pauta-se nos dados relativos ao ano de 2023. Ela foi apresentada pelo ministro Luís Roberto Barroso na 2ª Sessão Extraordinária do CNJ.

Existem 83,8 milhões de processos pendentes, o que representa um recorde na séria histórica e evidencia um nível de litigiosidade jamais visto em qualquer outro país do mundo. Irrecusavelmente, não há estrutura de pessoal, dentre magistrados e auxiliares, administrativa, tecnológica e de instalações prediais que seja capaz de atender a tamanha demanda.

Quanto ao poder público, em face do qual são ajuizados percentualmente boa parte dos processos, as grandes áreas de litigiosidade giram em torno das matérias relativas aos servidores públicos, previdenciário, tributário, trabalhista e saúde. Quanto ao direito privado, as instituições financeiras e as companhias aéreas se destacam como rés.

A Justiça Estadual representa quase 80% dos processos pendentes e 875 mil deles tramitam nos tribunais superiores. Importante destacar que, só em 2023 foram iniciados 35,2 milhões de processos, o que exterioriza um aumento de 9,4% em relação ao ano de 2022.

Ponto de relevância consiste no tempo de duração dos processos. Em média, na Justiça Estadual, ele está em 4 anos e 5 meses. Já, nos tribunais superiores, gira em torno de 1 ano e 8 meses. Especialmente quanto ao Tribunal do Rio de Janeiro, a média de duração de um processo em 1ª instância é de 3 anos e 9 meses, além de 5 meses, em caso de recurso ao tribunal. Já no Tribunal de São Paulo, a média de duração de um processo em 1ª instância é de 2 anos e 11 meses, além de também 5 meses, em caso de recurso ao tribunal.

Por fim, o custo do Poder Judiciário brasileiro é de 132,8 bilhões, 1,2% do PIB e R$ 653,70 por habitante, considerando o montante de 203 milhões de brasileiros.

Temos, assim, um país com elevadíssimo grau de litigiosidade, um Poder Judiciário altamente custoso e sobrecarregado e que não atende à celeridade esperada pela sociedade quanto à resolução dos litígios.

Desta forma, embora o alcance da Justiça, via acesso ao Poder Judiciário, seja possível, em verdade, temos um Judiciário de portas fechadas para atender aos anseios sociais de solução dos litígios de forma eficiente, ágil e em tempo razoável.

Como se sabe, justiça que tarda, não concretiza justiça. E, a permanência de um conflito de interesses não pacificado no seio social representa, não só um prejuízo à paz, mas também a toda economia, considerando a provisão de capital que deve permanecer sendo destacada para determinado processo, valor este que poderia ser investido na geração de riqueza caso aquela disputa fosse solucionada em tempo razoável.

Felizmente, no sistema de justiça multiportas brasileiro, é possível alcançar a justiça para além da porta do Poder Judiciário.

Ela é alcançada também através da negociação direta, da mediação, da arbitragem, do dispute board e dos atos praticados em cartórios extrajudiciais. A título de exemplo, atualmente, a separação, o divórcio, a partilha de bens, a adjudicação compulsória, a usucapião, podem ser realizados via cartório, ou seja, não é necessário que, quanto a eles, se recorra ao Poder Judiciário para o alcance da justiça. Destaque-se que, brevemente, possivelmente até o fim deste ano, o despejo também poderá ser realizado na via extrajudicial.

Ponto pacífico que deve ser reduzido o grau de litigiosidade no país. Para isso, é relevante a criação de cultura de que a composição amigável sempre é a melhor solução para uma disputa. E, caso se torne infrutífera via negociação direta, é muito proveitoso que ocorra a busca por um mediador para realizar sessões de mediação. Por fim, em caso de não alcance de êxito, será necessária, seja a propositura de uma ação judicial perante o Poder Judiciário, seja a abertura de procedimento de arbitragem.

Ressalte-se que, desde muito, as demandas mais complexas e economicamente relevantes do país, já vêm sendo solucionadas na via arbitral. Segundo o estudo "arbitragem em números" realizado anualmente pela professora Selma Lemes, em 2022, as discussões envolvendo arbitragem já somavam R$ 55,2 bilhões. Assim, a arbitragem não é só uma cláusula de solução de litígios, mas também é cláusula de desenvolvimento da economia, de modo que vem muito além do seu cunho jurídico, seu valor está no seu cunho econômico.

E, a celeridade representa uma das grandes virtudes da arbitragem, sendo evidenciada pela duração média de um procedimento arbitral em 18,41 meses no ano de 2022, duração 4% mais rápida do que no ano de 2021, segundo o mesmo estudo "arbitragem em números".

Nem se fale em insegurança fruto de ações anulatórias, pois segundo estudo do CBAr de novembro de 2023, pautando-se no TJ/SP e nos anos de 2018 a 2022, das 606 sentenças arbitrais advindas da CAM-CCBC, CIESP/FIESP, FGV, CCI, CAMARB, AMCHAM e do CBMA, apenas 17 foram objeto de anulatórias, sendo apenas 6 julgadas procedentes no todo ou em parte, o que gera uma probabilidade da anulação de apenas 0,99%.

Portanto, ante a crise de litigiosidade e do colapso do Poder Judiciário, necessária cada vez mais informação e aculturamento à sociedade quanto ao uso dos métodos adequados de pacificação de conflitos, como ferramenta útil para solução de litígios de forma especializada, célere e segura.

Gabriel de Britto Silva é advogado especializado em direito imobiliário e participante da comissão da arbitragem da OAB/RJ.

ORE SECURITIZADORA S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.320.349/0001-90

DÉCIMA SEXTA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 27ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 27ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a H. Commcor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Décima Sexta Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("16ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **10 de julho de 2024, às 15 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para operacaofatorore@fator.com.br. **Ordem do Dia:** A 16ª AGT tem como objetivo deliberar sobre: **(i)** alteração do fluxo de amortização; **(ii)** a concessão de prazo para reenquadrar a razão de garantia; e **(iii)** a autorização para que a Securitizadora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizem todos os atos necessários para a implementação das deliberações da presente assembleia, incluindo, mas não se limitando, a celebração de eventuais aditamentos. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações, se aplicável, deverão ser enviadas acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 16ª AGT, para os e-mails operacaofatorore@fator.com.br e fiduciario@commcor.com.br. A 16ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, pelo menos 50% dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 12.9. do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos votos favoráveis dos Investidores que representem, pelo menos, a maioria simples dos CRI em Circulação presentes à 16ª AGT, nos termos das cláusulas 12.16. do Termo de Securitização. São Paulo/SP, 20 de junho de 2024. Diretora de Securitização

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ nº 03.572.412/0001-94 – NIRE 35.300.175.361

Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária realizadas cumulativamente em 26.4.2024

Data, Hora, Local: Em 26.4.2024, às 9h30 na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. ***Mesa:*** Presidente: Dagilson Ribeiro Carnevali; Secretário: Miguel Santana Costa. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do capital social. ***Presença Legal:*** Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação de conformidade com o disposto no §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Publicações Prévias:*** Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31.12.2023, foram publicados em 28.3.2024, na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), em atendimento ao disposto no Artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. ***Disponibilização de Documentos:*** Os documentos citados no item "Publicações Prévias", as propostas da Diretoria, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente, foram colocados sobre a mesa para apreciação do acionista. ***Deliberações: Assembleia Geral Extraordinária:*** Aprovaram: 1) o aumento do capital social no valor de R$9.000.000,00 (nove milhões de reais), elevando-o de R$61.000.000,00 (sessenta e um milhões de reais) para R$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo das contas "Reserve de Lucros - Reserva Legal" e "Reserva de Lucros - Estatutária", em conformidade com o disposto no parágrafo primeiro do artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração da redação do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social; 2) alteração parcial do estatuto social, no artigo 8º, aumentado de 2 (dois) para 3 (três) o número mínimo e diminuindo de 10 (dez) para 5 (cinco) o número máximo de membros da Diretoria, criando o cargo de Diretor Executivo, alterando em consequência a redação do parágrafo segundo do artigo 9º e artigo 11, propostos pela Diretoria na Reunião daquele Órgão de 25.3.2024, dispensadas suas transcrições, por tratarem-se de documentos lavrados em livro próprio. Em consequência, as redações dos mencionados dispositivos passam a ser as seguintes: "Artigo 6º) O capital social é de R$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), dividido em 37.083.738 (trinta e sete milhões, oitenta e três mil, setecentas e trinta e oito) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal. Artigo 8º) A Sociedade será administrada por uma Diretoria, eleita pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, estendendo-se até a posse dos novos diretores eleitos, composta de 3 (três) a 5 (cinco) membros, distribuídos nos seguintes cargos: Diretor Geral, Diretor Executivo e Diretor. Artigo 9º) - **Parágrafo Segundo** - Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) diretores, devendo um deles estar no cargo de Diretor Geral ou Diretor Executivo. Artigo 11) Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria: a) Diretor Geral: I. presidir as reuniões da Diretoria, bem como supervisionar e coordenar as ações dos seus membros; II. distribuir, entre os membros, atribuições nas diversas áreas operacionais e administrativas da Sociedade; III. dirimir dúvidas ou controvérsias surgidas na administração executiva da Sociedade; b) Diretor Executivo: desempenhar as funções que lhe forem atribuídas e colaborar com o Diretor Geral no desempenho de suas funções; c) Diretores: coordenar e dirigir as atividades de suas respectivas áreas, reportando-se aos demais membros da Diretoria.". ***Assembleia Geral Ordinária:*** 1) aprovaram integralmente as contas da administração e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; 2) aprovaram a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2023, no valor de R$11.255.445,81 (onze milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e um centavos), proposta pela Diretoria na Reunião daquele Órgão de 25.3.2024, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, conforme segue: R$562.772,29 (quinhentos e sessenta e dois mil, setecentos e setenta e dois reais e vinte e nove centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R$10.585.746,78 (dez milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, setecentos e quarenta e seis reais e setenta e oito centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; e R$106.926,74 (cento e seis mil, novecentos e vinte e seis reais e setenta e quatro centavos) para pagamento de dividendos, o qual deverá ser feito até 31.12.2024; 3) reelegeram para o cargo de ***Diretor-Geral*** da Sociedade, o senhor ***Cassiano Ricardo Scarpelli***, brasileiro, casado, bancário, RG 16.290.774-6/SSP-SP, CPF 082.633.238/27; e elegeram, para compor a Diretoria, os senhores: ***Diretor Executivo: Guilherme Muller Leal***, brasileiro, casado, bancário, RG 07.178.555-4/SESEG-RJ, CPF 965.442.017-15; e ***Diretor: Vinícius Panaro***, brasileiro, casado, bancário, RG 32.506.870-7/SSP-SP, CPF 321.279.048/26, ambos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. Os Diretores reeleito e eleitos: a) firmaram declarações referentes ao não impedimento do exercício de cargos de administração em companhias, conforme disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade; b) terão mandato de 3 (três) anos, estendendo-se até a posse dos diretores que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária que se realizar no ano de 2027; 4) fixaram o valor mensal individual de R$1.500,00 (mil e quinhentos reais) para remuneração dos diretores, enquanto permanecerem no exercício de suas funções na Sociedade. ***Aprovação e Assinatura da Ata:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, inclusive pelo representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda., inscrição CRC 1SP-294326/O-4, senhor Guilherme Zuppo Ventura Diaz, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Dagilson Ribeiro Carnevali; Secretário: Miguel Santana Costa; Administrador: Cassiano Ricardo Scarpelli; Acionista: Embaúba Holdings Ltda., representada por seus procuradores, senhores Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa; Auditor: Guilherme Zuppo Ventura Diaz. ***Declaração:*** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. aa) Presidente: Dagilson Ribeiro Carnevali e Secretário: Miguel Santana Costa. Certidão - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 212.012/24-1, em 28.5.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

IGUÁ SANEAMENTO S.A.

NIRE 35.30.0332.351 - CNPJ nº 08.159.965/0001-33

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO DA IGUÁ SANEAMENTO S.A.

IGUÁ SANEAMENTO S.A., sociedade por ações de capital aberto com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.507, 11º andar, CEP 04547-005, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ sob o nº 08.159.965/0001-33 e com os seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.30.0332.351, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("**Companhia**"), vem convocar os titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos, da 4ª (quarta) emissão da Companhia ("**Emissão**", "**Debêntures**" e "**Debenturistas**", respectivamente), nos termos do artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da cláusula IX do "Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Iguá Saneamento S.A." celebrado entre a Companhia, a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("**Agente Fiduciário**") e a Agreste Saneamento S.A., na qualidade de garantidora ("**Escritura**"), a reunirem-se, em 1ª (primeira) convocação, em assembleia geral de Debenturistas, a ser realizada em 15 de julho de 2024, às 14h00 (quatorze horas), de modo **exclusivamente digital**, por meio da plataforma Microsoft Teams, nos termos do artigo 70, I, da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("**Assembleia**"): **(a)** não declaração do vencimento antecipado das Debêntures em decorrência dos Eventos de Inadimplemento (conforme definidos na cláusula 6.1 da Escritura) previstos (**1**) no inciso (xxx) da cláusula 6.1 da Escritura, referente à conclusão da venda da participação da Companhia na Tubarão Saneamento S.A. para a Duane do Brasil S.A. descrita no fato relevante que foi divulgado ao mercado em 28 de dezembro de 2023; e (**2**) no inciso (ii) da cláusula 6.1 da Escritura, referente à não observância do prazo de que trata a cláusula 6.3.1 da Escritura pela Companhia, conforme a proposta da administração da Companhia que estará disponível nas páginas da Companhia (https://iguasa.com.br/), do Agente Fiduciário (https://www.vortx.com.br/) e da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") (https://www.gov.br/cvm/pt-br) na rede mundial de computadores ("**Proposta da Administração**"); e **(b)** pedido de liberação temporária do cumprimento (*waiver prévio*) da obrigação prevista no inciso (xxx) da cláusula 6.1 da Escritura, nos exercícios sociais a serem encerrados em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2025, para a conclusão da venda de ativos da Companhia descrita no fato relevante que foi divulgado ao mercado em 30 de junho de 2023, conforme a Proposta da Administração. **INFORMAÇÕES GERAIS:** A Assembleia será instalada, em 1ª (primeira) convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação (conforme definido na cláusula 9.4.1.1 da Escritura) e, em 2ª (segunda) convocação, com qualquer quórum. Na Assembleia, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, sendo que, conforme as cláusulas 6.4 e 9.4.3 da Escritura, a aprovação da ordem do dia dependerá do voto favorável de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, cujo *link* de acesso será disponibilizado pela Companhia aos Debenturistas que enviarem os seguintes documentos, por e-mail, para a Companhia (riigua@igua.com.br), com cópia ao Agente Fiduciário (agentefiduciario@vortx.com.br e lfl@vortx.com.br), até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário de início da Assembleia: **(a)** no caso de pessoa física, documento de identidade; **(b)** no caso de pessoa jurídica, cópia dos atos societários e dos documentos que comprovem os poderes de representação; e **(c)** caso seja representado por procurador, procuração com poderes específicos para a sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Caso qualquer Debenturista não receba o *link* de acesso à Assembleia até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário de início da Assembleia, este deverá contatar a Companhia (riigua@igua.com.br), por e-mail, com, pelo menos, 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que a Companhia possa prestar o suporte necessário. Em caso de dúvida, os Debenturistas poderão entrar em contato, por e-mail, com a Companhia (riigua@igua.com.br) ou o Agente Fiduciário (agentefiduciario@vortx.com.br ou lfl@vortx.com.br). Na data de realização da Assembleia, os Debenturistas poderão acessar a plataforma Microsoft Teams, pelo link disponibilizado pela Companhia, com 15 (quinze) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da Assembleia, sendo que o registro de presença dos Debenturistas se dará conforme as instruções e os horários indicados neste edital. Após 10 (dez) minutos do horário de início da Assembleia, não será possível o ingresso dos Debenturistas na Assembleia, independentemente da realização do seu cadastro prévio. A Companhia recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma Microsoft Teams para a participação na Assembleia com 15 (quinze) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia. Após o horário de início da Assembleia, os Debenturistas considerados presentes poderão proferir o seu voto quanto à ordem do dia, por meio da plataforma Microsoft Teams, o qual ficará registrado para fins de apuração das deliberações. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva dos Debenturistas assegurar a compatibilidade dos seus equipamentos com a plataforma Microsoft Teams e o acesso à Assembleia. A Companhia não se responsabilizará por eventuais dificuldades de viabilização ou manutenção de conexão e utilização da plataforma Microsoft Teams que não estejam sob o controle da Companhia. Este edital de convocação encontra-se disponível nas páginas nas páginas da Companhia (https://iguasa.com.br/), do Agente Fiduciário (https://www.vortx.com.br/) e da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) na rede mundial de computadores. A Companhia e o Agente Fiduciário permanecem à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos necessários aos Debenturistas. São Paulo, 21 de junho de 2024. **Felipe Rath Fingerl** - Diretor Financeiro e deRelações com Investidores, **Péricles Sócrates Weber** - Diretor sem Designação Específica.

CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.

CNPJ/MF nº 10.760.260/0001-19 – NIRE 35.300.367.596 | *Companhia Aberta*

Edital de Segunda Convocação – Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 28 de junho de 2024

Os Srs. Acionistas da **CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.** ("Companhia") ficam convocados a se reunirem na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada, em segunda convocação, no dia 28 de junho de 2024, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua da Catequese, nº 227, 11º andar, sala 111, CEP 09090-401, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) alterar o artigo 14, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, conforme detalhado na Proposta da Administração; (ii) consolidar o Estatuto Social da Companhia com a alteração aprovada; (iii) eleger novo membro do Conselho de Administração da Companhia, conforme detalhado na Proposta da Administração; e (iv) eleger o Presidente do Conselho de Administração, conforme detalhado na Proposta da Administração. Participação na AGE: Os acionistas interessados em participar da AGE por meio de sistema eletrônico de participação a distância deverão apresentar sua solicitação e se cadastrar previamente na plataforma *Ten Meetings* até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGE, ou seja, **até 26 de junho de 2024**, por meio do seguinte endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/335342890 ("Cadastro"), bem como enviar, através do mesmo endereço eletrônico, todos os documentos necessários para participação na AGE, conforme detalhado abaixo e na Proposta da Administração divulgada nas páginas eletrônicas da Companhia (ri.cvc.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores. Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista receberá as informações e orientações para acesso à plataforma digital por meio do e-mail utilizado para o Cadastro. O login e a senha para acesso à plataforma no dia da AGE serão aqueles informados no momento do Cadastro pelos acionistas ou seus procuradores e representantes, sendo que tais credenciais de acesso são pessoais e intransferíveis, autorizando apenas um único acesso à AGE. Os acionistas que não realizarem o Cadastro na forma e prazo previstos acima não estarão aptos a participar da AGE via sistema eletrônico de participação a distância. O sistema eletrônico de participação a ser disponibilizado pela Companhia permitirá que os acionistas cadastrados no prazo supramencionado participem, se manifestem e votem na AGE sem que se façam presentes fisicamente, nos termos estabelecidos pela Resolução CVM nº 81/2022. Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGE, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital. Informações detalhadas sobre o acesso à plataforma digital e regras de conduta a serem adotadas na AGE constam da Proposta da Administração disponível nos websites indicados no último parágrafo deste Edital. Quórum: Conforme estabelecido no art. 135 da Lei das S.A., a instalação da AGE se dará, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas. Representação: Poderão participar da AGE ora convocada os acionistas titulares de ações ordinárias emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, munidos dos respectivos documentos de identidade e de comprovação de poderes, devendo ser observadas as formalidades exigidas nos termos do art. 126 da Lei das S.A., dos parágrafos 4º e 5º do art. 7º do Estatuto Social da Companhia e da Proposta da Administração divulgada nas páginas eletrônicas da Companhia (ri.cvc.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores. Votação a Distância: Nos termos do art. 49, parágrafo único, da Resolução CVM nº 81/2022, as instruções de voto recebidas por meio do respectivo boletim de voto a distância enviadas para a AGE em primeira convocação serão consideradas normalmente para a segunda convocação da AGE. Caso o acionista não tenha enviado boletim de voto a distância ou deseje alterar ou manifestar seu voto, esse poderá participar por meio de sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Companhia, pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, sendo que as orientações detalhadas constam da Proposta da Administração. Os documentos a serem discutidos na AGE encontram-se à disposição nas páginas eletrônicas da Companhia (ri.cvc.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores. Santo André/SP, 19 de junho de 2024. ***Valdecyr Maciel Gomes*** – *Presidente do Conselho de Administração.* (20, 21 e 22/06/2024)

Banco MUFG Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 60.498.557/0001-26 - NIRE nº 35.300.012.143

Convocação de Assembléia

São convocados os senhores acionistas do **Banco MUFG Brasil S.A.**, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede social, na Avenida Paulista, nº 1274, 1º andar, nesta Cidade e Estado de São Paulo, no dia **28/06/2024**, às **15:00 horas**, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: a) Destituir 01 (um) membro do Comitê de Auditoria; b) Eleger 02 (dois) membros do Comitê de Auditoria; c) Consolidar a composição do Comitê de Auditoria, com a consequente indicação do Presidente e do membro qualificado; d) Fixar a remuneração anual global dos membros do Comitê de Auditoria e, consequentemente, alterar o termo e valor da "Remuneração Anual Global da Diretoria" para "Remuneração Anual Global da Diretoria e do Comitê de Auditoria"; e) Alterar os Capítulos VII e VIII do Estatuto Social e promover a sua consequente consolidação; e f) Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 18 de junho de 2024. **Banco MUFG Brasil S.A.** Akihiko Kisaka - Diretor-Presidente.

Log & Print Gráfica, Dados Variáveis e Logística S.A.

CNPJ/ME nº 66.079.609/0001-06 – NIRE nº 35.300.357.787

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), ficam convidados os Senhores Acionistas da **Log & Print Gráfica, Dados Variáveis e Logística S.A.**, com sede na Cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, na Rua Joana Foresto Storani, nº 676, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 66.079.609/0001-06 ("Companhia"), para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, em 01 de julho de 2024, às 09:00 hs., na modalidade assembleia digital, por meio da plataforma "*Google Meetings*", nos termos do Artigo 124, § 2º-A, da Lei das S.A., para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais findos em 31/12/2022 e 31/12/2023, publicado no jornal Valor Econômico, cadernos impresso e digital, ambos na edição de 01/06/2024. A fim de viabilizar o acesso à plataforma, os acionistas e/ou seus representantes deverão enviar solicitação à Companhia pelo e-mail alderano.fileni@grupoprintlaser.com.br, com antecedência mínima de 30 minutos do horário marcado para a realização da AGO no dia 01/07/2024 (ou seja, até às 08:30 hs.), com a documentação comprobatória da sua qualidade de acionista e/ou representante, na forma da lei. A Companhia enviará as respectivas instruções para o acesso ao sistema eletrônico de participação na AGO aos acionistas e/ou seus representantes que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima. Vinhedo/SP, 20 de junho de 2024. ***Alderano Américo Fileni*** – *Diretor Presidente*. (21, 24 e 25/06/2024)

COMUNICADO

DESPACHO DO SENHOR COORDENADOR DIA 21/06/2024

Nº do Processo: 024.00092785/2024-37.
Interessado: COORDENAÇÃO DAS DEMANDAS ESTRATÉGICAS DO SUS - CODES.
Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR - AJ - M.O.S.

Trata o presente de contratação de empresa para prestação de serviços de Home-Care, conforme solicitação da Coordenação de Demandas Estratégicas do SUS - CODES doc. 0029698255.

À vista das manifestações constantes dos autos 0031503015, destacada e, considerando o valor estimado da contratação pretendida, AUTORIZO a **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, em caráter emergencial de acordo com o artigo 75, inciso VIII da Lei 14.133/2021 e atualizações, bem como a Contratação da empresa **GRUPO HTS S.A.,** no valor total de **R$ 142.560,00 (cento e quarenta e dois mil quinhentos e sessenta reais),** para contratação de empresa para prestação de serviços de Home-Care - em cumprimento à ação judicial, pelo prazo de 12 (doze) meses.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 221ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19H0262186) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 221ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 221ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 15 de agosto de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de julho de 2024, às 14:45 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 221ª Série da 1ª Emissão - (IF 19H0262186), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a matéria da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 21 de junho de 2024 **OPEA SECURITIZADORA S.A.** Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

ROJO
ENTRETENIMENTO

Rojo Entretenimento S.A.

CNPJ nº 16.806.103/0001-83

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras da Rojo Entretenimento S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. **Patrimônio Líquido e Resultado:** Em 31 de dezembro de 2023 o patrimônio líquido atingiu o montante de R$ 151.645 (31/12/2022 - R$ 138.824). O lucro apresentado no exercício de 2023 foi de R$ 14.573 (31/12/2022 - R$ 10.092). **Ativos e Passivos:** Em 31 de dezembro de 2023, os ativos totais atingiram R$ 156.232 (31/12/2022 - R$ 142.629). Desse montante, destacamos, R$ 92.380 (31/12/2022 - R$ 97.831) representados pelo ativo imobilizado e R$ 58.178 (31/12/2022 - R$ 39.911) que são representados por caixa e equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2023 os passivos totais atingiram R$ 4.587 (31/12/2022 - R$ 3.804), deste montante destacamos R$ 1.752 (31/12/2022- R$ 0) que são representados por dividendos a pagar. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 23 de maio de 2024. **A Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante		**61.866**	**43.077**
Caixa e Equivalentes de Caixa	3&18.c	58.178	39.911
Contas a Receber	4	1.378	1.280
Ativos Fiscais Correntes	5	2.132	1.789
Outros Ativos Financeiros	11	56	12
Outros Ativos	11	122	85
Ativo não Circulante		**94.366**	**99.552**
Depósitos Judiciais		1.758	1.515
Ativos Fiscais Diferidos	5	126	73
Imobilizado	6	92.380	97.831
Intangível	6	102	133
Total do Ativo		**156.232**	**142.629**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo Circulante		**4.587**	**3.804**
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		1.397	1.352
Contas a Pagar	7	1.397	1.352
Provisões		1.346	2.452
Obrigações Sociais e Trabalhistas	8	650	522
Obrigações Fiscais	9	263	1.105
Adiantamento de Clientes	10	433	825
Outros Passivos		92	-
Dividendos a Pagar	12.b	1.752	-
Total do Passivo		**4.587**	**3.804**
Patrimônio Líquido			
Capital Social	12.a	146.021	146.021
Lucros (Prejuízos) Acumulados		5.624	(7.197)
Total do Patrimônio Líquido		**151.645**	**138.824**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**156.232**	**142.629**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Receita de Prestação de Serviços Líquida	13	31.588	29.173
Custo dos Serviços Prestados	14	(12.512)	(11.710)
Lucro Bruto		**19.076**	**17.463**
Despesas com Pessoal	15	(2.440)	(2.112)
Despesas Administrativas	15	(5.505)	(6.082)
Despesas Comerciais	15	(1.729)	(1.339)
Reversão de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa		77	9
Outras Despesas	16	(928)	(721)
Resultado antes das Receitas (Despesas) Financeiras		**8.551**	**7.218**
Receitas (Despesas) Financeiras	17	6.010	3.753
Resultado antes da Tributação		**14.561**	**10.971**
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	5.a	12	(879)
Lucro Líquido		**14.573**	**10.092**
Nº de Ações (Mil)		7.841	7.841
Lucro Líquido por ação (Em R$)		1,86	1,29

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Lucro (Prejuízo) do Exercício	14.573	10.092
Resultado Abrangente do Exercício	**14.573**	**10.092**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Capital Social	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**146.021**	**(17.289)**	**-**	**-**	**128.732**
Lucro líquido do exercício	-	10.092	-	-	10.092
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**146.021**	**(7.197)**	**-**	**-**	**138.824**
Lucro líquido do exercício	-	14.573	-	-	14.573
Destinação do Lucro:					
Dividendos	-	(1.752)	-	-	(1.752)
Reserva Legal	-	(369)	369	-	-
Reserva de Lucros	-	(5.255)	-	5.255	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**146.021**	**-**	**369**	**5.255**	**151.645**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		14.573	10.092
Ajustes ao Resultado		**7.004**	**7.022**
Depreciação e Amortização	6&14	7.134	7.000
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(77)	9
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(53)	22
Variações em Ativos e Passivos		**94**	**(852)**
(Aumento) Redução em Contas a Receber		(21)	(641)
(Aumento) Redução em Ativos Fiscais		(343)	(1.279)
(Aumento) Redução em Outros Ativos Financeiros		(44)	245
(Aumento) Redução em Outros Ativos		(37)	(29)
(Aumento) Redução em Depósitos Judiciais		(243)	(87)
Aumento (Redução) em Contas a Pagar		44	70
Aumento (Redução) em Obrigações Sociais e Trabalhistas		128	133
Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais		(154)	1.421
Aumento (Redução) em Adiantamento de Clientes		(392)	(135)
Aumento (Redução) em Outros Passivos		92	-
Aumento (Redução) em Dividendos a Pagar		1752	-
Impostos pagos	5.a	(688)	(541)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		**21.671**	**16.271**
Atividades de Investimento			
Aquisição de Ativos Imobilizado	6	(1.524)	(1.091)
Aquisição de Ativos Intangível	6	(128)	(44)
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Investimento		**(1.652)**	**(1.135)**
Atividades de Financiamento			
Dividendos a Pagar		(1.752)	-
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Financiamento		**(1.752)**	**-**
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		**18.267**	**15.136**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	3	**39.911**	**24.775**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	3	**58.178**	**39.911**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional, Reestruturação Societária e Apresentação das Demonstrações Financeiras: a) Contexto Operacional: A Rojo Entretenimento S.A. ("Teatro Santander" ou "Companhia"), é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, n. 2041 e 2235, com acessos secundários pela Avenida das Nações Unidas, n. 10631 e pela Rua Gomes de Carvalho e Chedid Jafet. É uma sociedade integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e tem por objeto social a realização e operacionalização de espetáculos teatrais, gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas, a organização e promoção de feiras, eventos, convenções, exposições e congêneres, a locação, comodato ou qualquer outra forma de cessão para terceiros de área ou parte da área do Teatro para eventos de qualquer natureza, inclusive para produção e realização de eventos privados, em datas determinadas, em caráter precário ou temporário, o agenciamento, corretagem ou intermediação de espaços físicos ou virtuais do Teatro para publicidade e marketing, agenciamento de publicidade e propaganda, assessoria, apoio, organização, produção e promoção para eventos de qualquer natureza, cessão onerosa a terceiros de direitos intangíveis que recaiam sobre a exploração comercial dos direitos sobre a propriedade de nome e marca ou da área ou parte que detenha a propriedade e o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao objeto social. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade. **b) Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras do Teatro Santander foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. O Teatro Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha, através do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander"), investimento esse que totaliza o equivalente a 94,6% do capital social do Teatro Santander (Nota 19.b). A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na reunião realizada em 23 de maio de 2024. O resultado e a posição financeira da Rojo Entretenimento S.A. estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras. **c) Estimativas Utilizadas:** A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas or parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes: • Provisão para perdas sobre créditos; • Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos financeiros e não financeiros; • Provisão com processos judiciais e administrativos e obrigações legais; • Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

2. Políticas Contábeis e Critérios de Apuração: As políticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes: **a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo. **b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros Básicos e Outros Tópicos: i. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração:** Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração. Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias: • Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge. • Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como, "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado" e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não são coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros para negociação" ou "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado". Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam coligadas desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros para negociação" ou como "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação consideradas como perdas permanentes, as quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação consideradas como perdas permanentes, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado. As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços ou locação de espaço no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos1 [1], as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada, para cada título, caso seja identificado expectativa de não recebimento dos valores registrados ao final de cada período. Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data de balanço. **ii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação:** Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial: • "Caixa e equivalentes de caixa"; • "Aplicações financeiras"; • "Contas a receber"; • "Ativos fiscais"; e • "Outros ativos financeiros": inclui outros valores a receber com natureza de ativos financeiros não incluídos nas demais rubricas. **iii. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração:** Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias: • Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("Posições vendidas"); e • Passivo financeiro ao custo amortizado: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento. **iv. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação:** Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial: • "Contas a pagar"; • "Obrigações sociais e trabalhistas"; • "Obrigações fiscais"; • "Adiantamento de clientes". **v. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros:** Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo. Subsequentemente, são mensurados a valor justo ou custo amortizado, dependendo da categoria. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. **c) Perda em créditos de liquidação duvidosa:** Perdas em créditos de liquidação duvidosa (PCLD) são constituídas de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela administração, que inclui a análise das faturas a receber vencidas e incertas quanto ao seu recebimento. O cálculo considera as faturas vencidas, utilizando-se o critério temporal. Com base no histórico, os valores vencidos há mais de 365 dias possuem maior possibilidade de não recebimento e, portanto, compõem a PCLD, salvo naqueles casos em que haja manifestação formal de pagamento por parte do cliente. **d) Ativo Imobilizado:** Registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada linearmente com base no prazo estimado de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado. Os valores capitalizados a título de Juros e Encargos sobre Financiamento referem-se aos gastos financeiros incorridos com juros e IOF referente a aquisição do imóvel até a data de sua inauguração. Após o início das operações estes gastos passaram a ser amortizados mensalmente. Taxa de depreciação e amortização, calculadas de acordo com a vida útil dos ativos:

Itens	Vida útil em anos
Ferramentas	5
Equipamentos de comunicação	5
Equipamentos de informática	5
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	10
Sistema de segurança	10
Edificações	25

O Teatro Santander avalia, ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo imobilizado possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresente o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda. Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo imobilizado, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução ao seu valor recuperável registrada no resultado do exercício. **e) Outros Passivos:** Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receitas diferidas, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias. **f) Reconhecimento de Receitas e Despesas:** As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. **g) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais:** O Teatro Santander é parte em processos judiciais e administrativos de natureza Cível, Tributária e Trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos. As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas. Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originam de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle do Teatro Santander. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. **h) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** O PIS (1,65%) e a COFINS (7,6%) são calculados pelo regime não-cumulativo. A Companhia aderiu ao Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), previsto na Lei 14.148/2021 que dispõe sobre ações destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia Covid-19. No tocante aos tributos PIS, COFINS ficam reduzidas a zero as alíquotas incidentes sobre receitas sobre o faturamento. **i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado das aplicações financeiras e são classificados como não circulantes.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa: Em 31 de dezembro de 2023, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes a depósitos bancários, aplicações financeiras em cotas de Fundo de investimento de renda fixa referenciado DI.

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	174	177
Cotas de Fundo de Investimento - DI (1)	58.004	39.734
Total	**58.178**	**39.911**

1 Ou outro prazo que atenda o ciclo normal de operação do Grupo.

(1) As cotas de Fundo de investimento de renda fixa referenciado DI não possuem vencimento e podem ser resgatadas a qualquer momento, são mensuradas pelo valor de custo de aquisição ajustado pelas variações das cotas.

4. Contas a Receber: Em 31 de dezembro de 2023, o saldo corresponde a contas a receber relativas aos contratos de cessão de uso de espaço do Teatro Santander para Eventos Corporativos, Musicais e Shows, totalizando R$ 1.378 (31/12/2022- R$ 1.280).

Fluxo de recebimento	31/12/2023	31/12/2022
Valores a vencer	747	620
Vencidas de 31 a 90 dias	50	420
Vencidas há mais de 91 dias	581	240
Total	**1.378**	**1.280**

O Teatro Santander revisa regularmente sua posição de contas a receber de clientes. Em 31 de dezembro de 2023, foi registrado provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R$ 0 (31/12/2022 - R$ 77).

5. Ativos Fiscais Correntes e Diferidos: Os dados dos saldos das rubricas "ativos fiscais" são:

Natureza e Origem:	Saldos em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldos em 31/12/2023
PIS sobre insumos	45	37	(65)	17
COFINS sobre insumos	205	186	(314)	77
IRPJ recolhido por estimativa	391	259	(650)	-
CSLL recolhido por estimativa	150	429	(554)	25
IRPJ - saldo negativo a compensar	422	1.133	(436)	1.119
Impostos pagos a maior ou a restituir	576	538	(220)	894
Crédito tributário diferido (IRPJ e CSLL)	73	126	(73)	126
Total	**1.862**	**2.708**	**(2.312)**	**2.258**
Circulante	**1.789**			**2.132**
Não Circulante	**73**			**126**

a) Imposto de Renda e Contribuição Social: O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil, como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	**14.561**	**10.971**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 9%, Respectivamente	**(4.950)**	**-**
Receitas não tributáveis, líquidas de despesas não dedutíveis	(78)	-
Outros Ajustes (1)	5.016	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	**12**	**(879)**
Impostos Correntes	(41)	(902)
Impostos Diferidos	53	23
Impostos Pagos no Exercício	688	541

(1) A companhia devido ao seu segmento obteve o direito de aderir ao Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE) que concedeu as empresas de eventos adoção de alíquota zero no cálculo de impostos federais entre eles o IRPJ e CSLL para fomentar a retomada das atividades do setor afetado pela pandemia. Em 2023 devido a recuperação acelerada do setor após declarado o fim da pandemia foi revisto as regras do programa especial, o qual, foi readequado os benefícios apenas sobre o lucro da exploração. Em 2024 houve a atualização do tema junto aos órgãos competentes, porém não retroagirá para o exercício de 2023, e este tema está sendo reavaliado pela área tributária da Companhia. **b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** Em 31/12/2023, a Companhia constituiu crédito tributário diferido sobre as adições temporárias. A expectativa de realização do crédito tributário no valor de R$ 126 sobre as adições temporárias é de 1 ano.

6. Ativo Imobilizado e Intangível

	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Depreciação/Amortização Acumulada	31/12/2023 Residual	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Depreciação/Amortização Acumulada	31/12/2022 Residual
Edificações e benfeitorias	121.959	(37.277)	84.682	120.272	(32.382)	87.890
Instalações	18.973	(13.367)	5.606	18.453	(11.503)	6.949
Imobilizado em andamento	-	-	-	1.248	-	1.248
Equipamentos de comunicação e informática	1.114	(907)	207	938	(875)	63
Licença de *software*	285	(183)	102	285	(152)	133
Móveis e utensílios	2.007	(867)	1.140	1.618	(688)	930
Ferramentas	6	(6)	-	6	(6)	-
Máquinas e equipamentos	1.113	(412)	701	985	(306)	680
Sistema de segurança	157	(113)	44	157	(86)	71
Total	**145.614**	**(53.112)**	**92.482**	**143.962**	**(45.998)**	**97.964**

Saldos no início do exercício	31/12/2022	Movimentação: Adição (Transferência)	Movimentação: Depreciação/ Amortização	31/12/2023
Edificações	87.890	1.688	(4.895)	84.683
Instalações	6.949	520	(1.864)	5.605
Imobilizado em andamento	1.248	(1.248)	-	-
Equipamentos de comunic. e informática	63	175	(32)	206
Licença de *software*	133	-	(31)	102
Móveis e utensílios	930	389	(179)	1.140
Máquinas e equipamentos	680	128	(106)	702
Sistema de segurança	71	-	(27)	44
Total	**97.964**	**1.652**	**(7.134)**	**92.482**

7. Contas a Pagar: Em 31 de dezembro de 2023, o saldo corresponde às contas a pagar referem-se aos contratos de manutenção, serviços e produtos consumidos na atividade operacional do Teatro Santander, totalizando R$ 1.397 (31/12/2022 - R$ 1.352). O prazo médio de pagamento aos fornecedores é de 30 dias.

8. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias e encargos	357	280
Encargos sobre folha de pagamento	135	118
Outras obrigações a pagar	158	124
Total	**650**	**522**

9. Obrigações fiscais

	31/12/2023	31/12/2022
PIS, COFINS e ISS sobre faturamento (1)	159	154
Provisão de IRPJ e CSLL (1)	60	902
Impostos retidos de terceiros	44	49
Total	**263**	**1.105**

(1) A Companhia aderiu ao Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), previsto na Lei 14.148/2021 que dispõe sobre ações destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia Covid-19. No tocante aos tributos PIS, COFINS, IRPJ e CSLL incidentes sobre receitas de faturamento, estes produziram efeitos somente a partir de maio/22.

10. Adiantamento de Clientes: Em 31 de dezembro de 2023, o saldo corresponde aos contratos de cessão de uso de espaço do Teatro Santander para Eventos Corporativos, Musicais e Shows, totalizando R$ 433 (31/12/2022 - R$ 825).

11. Instrumentos Financeiros: Avaliação: Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos judiciais, outros ativos financeiros, contas a pagar e outros passivos financeiros, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos por qualquer perda ou redução do valor recuperável. O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde o Teatro Santander se compromete a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas das demonstrações contábeis apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos. **Valor Justo para os Instrumentos Financeiros ao Custo Amortizado:** O valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado se aproxima ao valor contábil, considerando os prazos e taxas de juros dos instrumentos financeiros. **Gerenciamento de Riscos:** A gestão de riscos do Teatro Santander é realizada de acordo com a regulamentação vigente e as práticas do Grupo Santander, e visa proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Na condução das operações do Grupo Santander, a gestão de riscos engloba as seguintes tipologias de riscos: - Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira. - Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. A administração dos riscos de mercado permite o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras. - Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos internos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. A gestão e controle do risco operacional buscam o fortalecimento do ambiente de controles internos, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional e a continuidade do negócio. - Risco de compliance, definido pela associação dos riscos de compliance regulatório, risco de conduta e risco reputacional. O risco de compliance regulatório consiste no risco do não cumprimento das normas ou expectativas de supervisão que resultem em penalidades legais ou regulatórias. Risco de conduta consiste no risco de ações de indivíduos que resultem em consequências adversas aos consumidores ou aos mercados em que atua. - Risco reputacional, é o risco de dano ao modo como a entidade é vista pela opinião pública, por seus clientes, investidores ou qualquer parte interessada. O Conglomerado Santander conta com uma equipe de compliance que atua de forma independente, reportando-se diretamente à Presidência e ao Conselho de Administração, dando apoio a toda a Organização para o gerenciamento desse risco. **Instrumentos Financeiros por Categoria:** Os instrumentos financeiros estavam assim resumidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros	**59.734**	**41.288**
Caixa e Equivalentes de Caixa	58.178	39.911
Contas a Receber	1.378	1.280
Outros Ativos Financeiros	56	12
Outros Ativos	122	85
Passivos Financeiros - Avaliados ao Custo Amortizado	**1.397**	**1.352**
Contas a Pagar	1.397	1.352

Mensuração do Valor Justo: A Administração considera que os valores contábeis dos ativos financeiros e passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado se aproximam dos seus valores justos. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. **Hierarquia de Valor Justo:** Como estratégia de gestão de risco em linha com seus objetivos de negócios, o Teatro Santander mantém uma carteira de instrumentos financeiros simples e apresenta os seguintes níveis para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros. Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. São avaliados por essa hierarquia os instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos. Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros nos quais não utilizam dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as aplicações financeiras foram classificadas como Nível 2.

12. Patrimônio Líquido: a) Capital Social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social, totalmente integralizado, está representado por 7.840.797 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliados no país equivalente a R$ 146.021 (31/12/2022 - R$ 146.021). **b) Dividendos:** Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. Em 31 de dezembro de 2023, o valor a ser distribuído de dividendos foi de R$ 1.752 (31/12/2022 - R$ 0). **c) Reserva de Lucros:** O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação: **Reserva Legal:** De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2023, o valor constituído foi de R$ 369 (31/12/2022 - R$ 0). **Reserva de Lucros a Realizar:** Estatuariamente sempre que o montante do lucro a realizar ultrapassar o dividendo mínimo obrigatório, a parcela excedente será destinada à reserva de lucros a realizar, cuja destinação deverá ser ratificada pelos acionistas em assembleia geral ordinária.

13. Receita de Prestação de Serviços

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Serviços com Partes Relacionadas (1) (Nota 18.c)	13.385	13.838
Serviços com Terceiros (2)	19.241	16.267
Despesas com PIS sobre Receita de Serviços	(154)	(133)
Despesas com COFINS sobre Receita de Serviços	(712)	(613)
Despesas com ISS sobre Receita de Serviços	(173)	(185)
Total	**31.588**	**29.173**

(1) Licenciamento de uso da marca - *Naming Rights* (Banco Santander) e Patrocínio (Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.). (2) Refere-se substancialmente a serviços de locação de espaço para Instituto Artium de Cultura R$ 4.157 (31/12/2022 - R$ 5.681 - IMM Live).

14. Custo dos Serviços Prestados

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Depreciação e Amortização	(7.134)	(7.000)
Pessoal	(1.627)	(1.408)
Energia Elétrica	(1.490)	(1.069)
Serviço de Terceiros	(86)	(69)
Treinamento de Pessoal	(2)	(8)
Fretes e Carretos	(7)	(7)
Condomínios	(368)	(328)
Locação de Máquinas e Equipamentos	(656)	(799)
Seguros	(138)	(145)
Outros	(1.004)	(877)
Total	**(12.512)**	**(11.710)**

15. Despesas com Pessoal, Administrativas e Comerciais

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Pessoal	(2.440)	(2.112)
IPTU	(1.690)	(1.597)
Serviços de Terceiros	(2.456)	(3.421)
Material de Escritório e Consumo	(1.344)	(1.053)
Propaganda e Publicidade	(1.729)	(1.330)
Outros	(15)	(20)
Total	**(9.674)**	**(9.533)**

16. Outras Despesas

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Serviços de Manutenção	(928)	(721)
Total	**(928)**	**(721)**

17. Resultado Financeiro

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Juros de mora e outras	(35)	(30)
Despesas Financeiras	**(35)**	**(30)**
Rendas de Aplicação em Fundo de Investimento	5.887	3.674
Outras Receitas Financeiras	158	109
Receitas Financeiras	**6.045**	**3.783**
Total	**6.010**	**3.753**

18. Partes Relacionadas: a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração: A Rojo Entretenimento S.A é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander. A Rojo Entretenimento S.A. não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração. No exercício de 2023, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria (31/12/2022 - R$ 0). **b) Participação Acionária:** A Rojo Entretenimento S.A. é controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. com participação direta de 7.417.414 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e com direito a voto, equivalentes a 94,6% do capital social e, os 5,4% restantes, pertencentes à Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. com participação direta de 423.383 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e com direito a voto. **c) Transações com Partes Relacionadas:** As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxa de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens. As principais transações e saldos são:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Caixa e Equivalentes de Caixa	**58.178**	**39.911**
Banco Santander [1]	58.178	39.911

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Resultado		
Receitas de Prestação de Serviços	**13.385**	**13.838**
Banco Santander [1]	13.385	13.744
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. [2]	-	94
Resultado Financeiro	**5.887**	**3.674**
Banco Santander [1]	5.887	3.674
Despesas Administrativas	**(386)**	**(382)**
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. [2]	(244)	(233)
Ben Benefícios e Serviços S.A. [2]	(142)	(149)

(1) Controlador direto. (2) Outras partes relacionadas.

19. Outras Informações: a) Ativos Contingentes: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Administração não operou com instrumentos financeiros derivativos e não identificou ativos contingentes passíveis de reconhecimento em suas demonstrações financeiras. **b) Passivos Contingentes:** São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R$ 16.390 (31/12/2022 - R$ 9.276). A Companhia não constituiu provisão para contingências sobre os valores envolvidos. c) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

DIRETORIA

Diretor Presidente
Maria Teresa da Rocha Pereira Leite

Diretores Executivos
Bibiana de Almeida Marques Berg
Sandro Rogério da Silva Gamba

Marcio Criolezio Gozzo
Contador - CRC nº 1SP243141/O-6

RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Rojo Entretenimento S.A.

Revisamos as demonstrações financeiras da Rojo Entretenimento S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Rojo Entretenimento S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para possibilitar a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade do auditor independente:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações financeiras (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Uma revisão de demonstrações financeiras de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguração limitada. Os procedimentos de revisão aplicados consistem, principalmente, em indagações à administração e a outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como na execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas. Os procedimentos executados em uma revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras. **Conclusão:** Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rojo Entretenimento S.A. em 31 de dezembro de 2023, e o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

São Paulo, 24 de maio de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador
CRC 1SP213429/O-7

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG 533201 - Pregão Eletrônico nº 90025/2024 - Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para a contratação futura de empresa para fornecimento, montagem e instalação de mobiliários, compreendendo mesas, gaveteiros, armários e biombos para a Prodesp Sede e Secretaria de Gestão e Governo Digital Unidade Secretaria da Fazenda, em conformidade com as especificações técnicas, e visando contratações futuras pelo Órgão Gerenciador e pelo Órgão Participante, conforme estabelecido neste edital e constantes do Termo de Referência que integra este edital como Anexo I. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras às 09h00 do dia 11/07/2024. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "e-negociospublicos".

Prodesp — GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — Secretaria de Gestão e Governo Digital

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00315921902024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90103/2024.
Nº Processo: 024.00063348/2024-14.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de Demandas Judiciais e Administrativas.
Total de Itens Licitados: 15 (quinze).
Valor total da licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do edital: 24/06/2024.
Horário: das 08h00 às 17h00.
Endereço: Av. Dr. Eneias de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 25/06/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 05/07/2024 às 13h30 no site: www.gov.br/compras.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00316071962024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90104/2024.
Nº Processo: 024.00063344/2024-28.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de Demandas Judiciais com e sem determinação de marca comercial.
Total de Itens Licitados: 15 itens licitados (quinze).
Valor total da licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do edital: 24/06/2024.
Horário: das 08h00 às 17h00.
Endereço: Av. Dr. Eneias de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 25/06/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 05/07/2024 às 13h30 no site: www.gov.br/compras.

CCR S.A.

CNPJ/MF Nº. 02.846.056/0001-97
NIRE Nº. 35.300.158.334 - COMPANHIA ABERTA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2024 ÀS 10:00 HORAS

CERTIDÃO: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, JUCESP - Certifico o registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 225.096/24-9 em 18.06.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE: **WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR**
Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 210 LOTES - DIA: 25.06.2024 - 10h00 - 3ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 25.06.2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 9BD358A1NNYL34787 - 94DBCAN17KB111400 - LJ12EKR13C4373852 - 99JCA2BX0KT207456 - 9BD195A4ZM0889014 - 93Y4SRF84JJ155691 - 9BFZD55P5EB722614 - 9BGRX48F0AG266905 - 9BFZF55A5D8415087 - 9BWCA05W47T116050 - 9BD195152C0321602 - 9BWAG45U2JP006495 - 9BD15822AA6307154 - 9BWCA05X53T126122 - 9C2KC2220MR004539 - 9C2KD0810KR025334 - 9C2KC1650FR211466 - 9C2KC2210KR018242 - 9C2NF0610MR000020 - 9BFCXXLC2JBT74951 - 9C2KC2200KR018401 - 9C6RG5010L0041429 - 93ZE12JMZN8949309 - 93YF62003RJ530717 - 9BD2651MHM9196224 - 98861115XMK423211 - 9BD11960SG1137331 - 9BGRX4810AG176956 - 9BGEP48H0LG182955 - WVGSV65N6BW507109 - 9BGJC75Z0EB116420 - 9BR53ZEC488704174 - 93YRBB004KJ850806 - 9BWKA05Z954104067 - 9BFZH54L4L8419580 - 9BGRX4810AG107470 - 9BFZH55J5J8197674 - 9BGRP48F0DG109797 - 8A1BB8215EL587443 - 9BWCA05W67T006505 - 8AGCN48X0BR205187 - 9BGKL69U0KG448619 - 9BWAG412XHT520990 - 9BHBG51CADP047790 - 9BRBL42E1C4706917 - 936CLHMZ1KB035566 - 8AP196272D4602600 - 9BD195A4ZM0891568 - 93Y5SRD04GJ186714 - 9BD195152D0467695 - 9BGKS48B0EG202765 - 9BGTR48W09B213534 - 9BD15844AA6370218 - 9BD19716TH3329659 - 9BGXM68P0AB121508 - 93YHSRAF5HJ540499 - 93HFA66808Z242871 - 8AP196271E4045601 - 8BCLDRFJ28G543397 - 935FCKFVYCB588108 - 9362AN6A98B052331 - 988611151GK068787 - 9BD135019C2187786 - 9BGJC69Z0FB123552 - 9BD197163E3129574 - 9BD341A6NHB427391 - 9BFZF26P188300915 - 9BGJA69X0DB318242 - 9BGRP48F0EG116387 - 9BGTR08W06B111762 - 9BGKS69L0DG296208 - 9C2KC2210PR109204 - 9C2NC6100RR002211 - 9C2KC2200PR094462 - 95V2B1K5PRM000637 - 9C2KC2210PR001922 - 9C2NC6110PR026982 - 9C2KC2500RR034847 - WAUAV54L3AD004445 - 9BD1105BCD1552648 - 3N1BC1CD7CL359179 - 9BD15802786110688 - 9BD17140G85279887 - 9BFZF55P6A8013272 - 9BGKS48L0DG299945 - 9BFZH55L2F8120642 - 9BGSU19F0CC105011 - 9BFZD55PXHB574674 - 9BGKL48U0JB206191 - 9BGRG08F0DG149229 - 93Y4SRF84LJ940776 - 9BD265122E9016369 - 9BFZF55A9E8021027 - 9BD17164G72801577 - 9362PN6AXCB027048 - 9BGKS69V0JG147213 - 93YCB8B156J728369 - 93HGD17607Z101765 - 935FCN6A88B554963 - 9BGRM69808G148989 - 9BWAB05U0BP181837 - 9BD195102E0617284 - 9BGRZ48F0BG267061 - 8AFFZZFFC9J268206 - 9BWAA05W7EP017509 - 9BFZH55L1F8140378 - 9BD11812181020535 - 9BWCA45X51T110913 - 9BGJB69V0LB121211 - 9BGRG48F0CG122974 - 8AFDZZFHA7J048779 - 9BGAB69W08B256006 - 93YLSR7UHBJ698679 - 9BD195102C0181316 - 8A1LZBW2TBL642268 - 9BGRX4810AG144719 - 9BWAG45U3MT073005 - 9BGSU19F0CB249426 - 8AD3CN6B49G006099 - 9BD17106LB5714292 - 9BFZF54A7B8142507 - 9BGRM69F0AG277916 - 9BGCA8030JB199087 - 8BCLCRFJWAG536004 - 9BGJV19Y05B179189 - 3N1CK3CD0EL201451 - 9BGJK19BVVB552211 - 93HFA66408Z209457 - 9BGAD69D09B281057 - 9BFZF55A1B8121618 - 9BWLB05U3AP065393 - 9BD17206LA3500816 - 8AGCB48X0BR198141 - 8BCLCRFJYAG524682 - 9BWCA05W38P035177 - 9BGJC69X0CB324890 - 9BWKB05Z364099687 - 3N1DK3CD0CL211687 - 9BFZH55L1F8256129 - 9BRBD3HE3K0390487 - 9BHBH51DBKP055553 - 9C6SEJ310P0002176 - 9BWKB05W19P030487 - 9BFZK53A79B136619REM - KNAFW411BB5891649 - 93YLSR6RHBJ480284 - 93HGE87709Z106063 - 9BGSU19F0DC123081 - 9BFZE12P478781714 - KMHD351GBEU135924 - 9BD15802764749897 - 9BWAB45U9EP124418 - 8AFPZZFHA8J114498 - 3FA6P0HT3GR180899 - 8AD2MKFWXBG002296 - 93HFC2640JZ201073 - 93HGE6730DZ219855 - 9BFZH55L3K8246177 - 9BGTD75C0BC113023 - 9BGKS48V0KG160630 - 8BCND5GVUJG520123 - WV1DB22H2KA038195 - 9BD281B41MYV96388 - 93YCB8B058J938418 - 9BWAG45U9MT023855 - 9BD17164LB5655996REM - 8AJFA8CB3J2004664 - 94DFFUK13HB107773 - 8AFAR22FXEJ250248REM - 9BWPB45Z4D4067325 - 93Y5SRF84KJ526981 - 9C2KC2200KR131330 - 9C2MC4400NR020605 - 9C2MC4400MR022300 - 9C6RG7710R0039829 - 9C2KC2200PR104020 - WDDSJ4DW2JN569292 - 98867512RNKL17710 - 9BD223153E2037922 - 9BWAL45Z1G4051672 - 9BGJC69X0CB203978 - 9BFZZZGDAVB559821 - 935SLYFYYEB532162 - 93XJRKB8TCCB42610 - 93HGE6860AZ214462 - WAUUYC8V7GA023028 - 9BD341A5XLY677961 - 935CHN6AV9B529579 - 9BR72ZEC268642135.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

AVISO DE LICITAÇÃO

A CDHU comunica às empresas interessadas a abertura da seguinte licitação:

SEI: 387.00002375/2024-75 – PG 10.49.012 – Licitação nº 012/2024 – Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia para realização da escola a ser construída na Praça da Cidadania de São José do Rio Preto - Vila Itália / Favela Marte - Distrito Industrial - Área Institucional II, no município de São José do Rio Preto/SP. O edital completo estará disponível para download no site **www.cdhu.sp.gov.br** a partir das 00h00min do dia 25/06/2024 – Esclarecimentos até 11/07/2024 – Abertura: 18/07/2024 às 10h, na Rua Boa Vista, 170, Edifício CIDADE I – 11ºandar bloco 03 – Sala de Licitações, Centro, São Paulo/SP.

CDHU — Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 324ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21D0862572) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 324ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 324ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 23 de abril de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de julho de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 324ª Série da 1ª Emissão – (IF 21D0862572), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a matéria da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 24 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª, 2ª e 3ª SÉRIE DA 50ª EMISSÃO (IF 22G1136254 / 22G1136327 / 22G1136492) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Série da 50ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Série da 50ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 27 de julho de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de julho de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª, 2ª e 3ª Série da 50ª Emissão – (IF 22G1136254 / 22G1136327 / 22G1136492), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a matéria da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 24 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RIO CLARO – SP
Autarquia Pública Municipal criada pela Lei nº 1144 de 05/12/69
Avenida 8-A nº 360 – Cidade Nova – Rio Claro – SP – CEP: 13506-760
Fone/Pabx: 19 – 3531-5200 – Fax: 19 – 3531-5211
CNPJ nº 56.401.177/0001-54 – Inscr. Estadual nº 587.275.386.110

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Acha-se aberto no Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro=SP., o seguinte Processo Licitatório:

Órgão: Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro – **Modalidade:** Pregão Eletrônico **nº 014/2024 - Objeto:** Aquisição de EPI – **Tipo de Licitação** – Menor Preço Unitário – **Data de Encerramento de Inserção da Proposta:** 04/07/2024 às 16h00 – **Data da Abertura do Certame:** 05/07/2024 as 09h00

Edital completo e demais informações encontrarão à disposição de todos os interessados no site da Autarquia: www.daaerioclaro.sp.gov.br, Portal da Transparencia e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Rio Claro, 21 de junho de 2024
SERGIO LUIZ COSTA FERREIRA
Superintendente do Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90066/2024,** referente ao processo nº **024.00079623/2024-11**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE ENFERMAGEM, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 04/07/2024 às 10:00 horas.**
Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 24/06/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br .

CIDADE DE SÃO PAULO — EDUCAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE CHAMADA PÚBLICA

CHAMADA PÚBLICA **Nº 02/SME/CODAE/2024 -** Processo SEI **nº 6016.2024/0048913-1** - Objeto: **para aquisição de 3.766.032 unidades de Tangerinas/Mexericas "in natura"; 17.496Kg de Limão "in natura" e 3.766.032 unidades de Laranja "in natura" da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.**
Data/hora da sessão pública: **18 de julho de 2024 às 10h,** pelo Microsoft Teams, através do link https://shre.ink/DX89.
O Edital e seus anexos poderão ser obtidos, até o último dia que anteceder o prazo limite para o envio dos documentos, no sítio: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 391ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21I0639672) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 391ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 391ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 10 de setembro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de julho de 2024, às 14:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 391ª Série da 1ª Emissão – (IF 21I0639672), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a matéria da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 24 de junho de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

CIDADE DE SÃO PAULO — EDUCAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO **N° 90026/SME/2024 - PROCESSO SEI nº 6016.2024/0007204-4**
Objeto: **Prestação de serviços especializados de consultoria, transferência de conhecimento, desenvolvimento, construção, implantação, documentação, suporte e manutenção de software, seguindo a metodologia da Secretaria Municipal de Educação - SME, baseada nas ideias e práticas dos movimentos "ágil", "software craftsmanship" e DevOps, conforme especificações constantes do Anexo II do Edital -** Data/hora da sessão pública: **09h30 do dia 10/07/2024 -** O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos, até o último dia que anteceder a abertura, mediante recolhimento de guia de arrecadação, ou através da apresentação de pen-drive para gravação, na COMPS - Núcleo de Licitação e Contratos - Rua Dr. Diogo de Faria, 1247 - sala 112 - Vila Clementino, ou através da internet pelo site https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras e https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio, bem como, as cópias dos Editais estarão expostas no mural do Núcleo de Licitação.

CIDADE DE SÃO PAULO — SUBPREFEITURA PERUS/ANHANGUERA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - REABERTURA

Processo SEI **Nº 6049.2024/0000250-0 -** Pregão Eletrônico **nº 04/SUB/PR/2024**
Objeto**: AQUISIÇÃO DE 960 (NOVECENTOS E SESSENTA) SACOS DE CBUQ - CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, PARA APLICAÇÃO A FRIO, ACONDICIONADO EM SACOS COM 25 KG, PARA SER UTILIZADO POR ESTA SUBPREFEITURA DE PERUS/ANHANGUERA -** Data e hora de abertura da sessão pública**: 08/07/2024 às 10h00 -** Este Edital e seus anexos, serão divulgados nos sítios eletrônicos e em jornal de grande circulação:
https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio
Portal de Compras do Governo Federal: https://www.gov.br/compras/pt-br/
Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br .

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90064/2024,** referente ao processo nº **024.0066120/2024-78**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITEM DE ENFERMAGEM, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 04/07/2024 às 10:00 horas.**
Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 24/06/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br .